

magru floriano

*AS HISTÓRIAS QUE
CONTEI
no
ANUÁRIO DE ITAJAÍ*

brisa utópica

magru Floriano

*As Histórias que contei no
Anuário de Itajaí*

*edição digital
Volume I*

brisa utópica

capa: arte sobre foto de Magru Floriano.

referência bibliográfica

FLORIANO, Magru. As histórias que contei no Anuário de Itajaí. vol. I. Edição digital. Itajaí: Brisa Utópica, 2023.

Dedicatória

Dedico esta coleção de textos aos amigos que contribuíram comigo na árdua tarefa de pesquisador: Guilherme Alípio, Isaque de Borba Corrêa, Carlos Guerios, Sydney Schead dos Santos, Thiago Floriano dos Santos, Edison d'Ávila, Rogério Lenzi, Euclides da Cruz ...

sumário

- 1998 – A imprensa em Itajaí – década de 70. Pag. 163-165
- 1999 – A Nação: o surgimento do jornalismo moderno em Itajaí. Pag 51-53
- 2000 – Osny Duarte Pereira – in memoriam. Pag. 135-137
- 2001 – Os Konder e a literatura. Pag. 129-133
- 2002 – O Clube da Imprensa de Itajaí. Pag. 35-39
- 2003 – Vinte anos de Ofélia dos Navios. Pags. 119-125
- 2004 – A imprensa do Vale do Itajaí nos períodos colonial e imperial. Pags. 133-146
- 2012 – Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos pg. 128-136
- 2013 – Itajaí: o significado do seu nome. Pag. 117-126
- 2013 – Revolução federalista: 120 anos da Batalha de Itajahy. Pags. 31-48.
- 2014 – Quadras de um aliancista. Pag. 18-22
- 2014 – Sinais dos tempos: a captação de imagem de televisão em Itajahy. Pags. 104-115
- 2014 – Alexandre Konder – literatura e história do Vale do Itajaí. 155-161
- 2015 – Cinquenta anos do naufrágio do navio Revesbydyke. [coautoria Ivan Rupp Bittencourt].
Pag. 120 – 131
- 2019 – Anotações para a história das madeiras em Itajaí. Pag. 34-49 [co-autoria Carlos Guerios]
- 2019 – Itajaí de antigamente – relato de experiência. Pag. 60 - 63.
- 2019 – Notas para a história da hotelaria em Itajaí. Pag 76 - 82 [co-autoria Carlos Guerios]
- 2020 – Cronologia de Antônio de Menezes Vasconellos de Drummond. Pag. 52-55.
- 2020 – Inventário cronológico das publicações sobre a fundação de Itajaí e temas correlatos.
Pag. 78-88.
- 2020 – Drummond e sua contribuição para a colonização do Vale e a fundação de Itajaí - teses revisitadas. Pág. 89-93.
- 2021 – Apelido – manifestação da cultura popular. Pag. 22 – 30 [coautoria de Isaque de Borba Corrêa].
- 2021 – Judith – a louca de amor – romantismo tardio em Itajahy. Pag. 78-83.
- 2021 – Benzedeiros – uma tradição. Pág. 118-121.
- 2021 – Apontamentos para o estudo da imigração sírio-libanesa na Foz do Rio Itajaí. Pág. 144-153. [coautoria Carlos Guerios].

apresentação

Durante décadas contribuí com a publicação oficial da Fundação Genésio Miranda Lins intitulada ANUÁRIO DE ITAJAÍ. Sempre valorizei esse espaço de publicação por entender que o Anuário carrega em si próprio um pouco da história de nossa comunidade. Publicar em suas páginas é especial, tem algo de diferente, agrega valor ao texto de qualquer pesquisador. Eu, particularmente, ao ver meu texto publicado em um Anuário, sinto-me em companhia de Jayme Fernandes Vieira, Juventino Linhares, Marcos Konder, Silveira Júnior, Laércio Cunha e Silva, Roberto Mello de Faria, Edison d'Ávila, Rogério Lenzi ...

Observando que muitos pesquisadores e estudantes encontravam dificuldade no acesso aos exemplares físicos desses Anuários, notadamente os mais antigos, resolvi reunir os meus textos em apenas um volume para disponibilizá-los no formato digital [PDF] na minha página pessoal magru.com.br – universo do Magru. Nessa página o estudante tem acesso rápido e gratuito a todos os meus textos já publicados. Espero que seja uma contribuição no estudo da história de nossa comunidade.

Por outro lado, essa contribuição que tento dar ao estudo de nossa história tem uma característica diferenciada. Ainda como estudante do curso de graduação de História, na Univali, li com especial atenção o livro de Paul Veyne, intitulado ‘Como se escreve a história’. Ali, fui alertado sobre a condição em que se encontra o historiador diante dos dados que estão postos sobre a mesa. Muitas vezes ele não consegue perceber o que está faltando, a informação não coletada, e, trabalha exclusivamente sobre o que conseguiu reunir no seu esforço de pesquisa como se estivesse diante do todo histórico.

A partir desse alerta sobre ‘o não resgatado’, a ausência não percebida, passei a me esforçar de forma mais acentuada na coleta quantitativa de dados sobre a história de Itajaí. Visava, sobretudo, auxiliar os futuros historiadores e pesquisadores. Passei a focar meus esforços na busca quantitativa de informações para formar um grande ‘banco de dados’ de tal sorte a propiciar aos futuros pesquisadores uma mesa sortida e quase completa sobre a história de nossa comunidade. Entendi, com Veyne, que o meu esforço em reunir quantidade de informação seria a base de trabalhos futuros de qualidade. A quantidade se coloca como ‘*conditio sine qua non*’ para se ter estudos de qualidade. Fico, como um agricultor, preparando o solo para plantios futuros.

Para iniciar esse processo de ser o preparador da terra que receberá a semente da nova história de Itajaí tive de me desfazer, de início, da pretensão de querer satisfazer aos críticos mais severos sobre questões metodológicas e ideológicas da historiografia. Fugui de confrontos puristas do tipo esquerda-direita, quantidade-qualidade, local-regional para me colocar na condição de instrumento a ser utilizado, em futuro próximo, por todos aqueles que vão dar o devido tratamento de qualidade à História de Itajaí.

O primeiro trabalho que realizei nesse sentido ocorreu no ano de 2002. Trata-se do livro *Quem escreve em Itajaí – indicador da literatura de jornalismo da Região da Grande Itajaí até 2000*. Este trabalho foi complementado, em 2010, pela publicação: *Inventário bibliográfico dos autores da Região da Grande Itajahy até o ano de 2010*. No ano de 2012 iniciei um trabalho de copilar datas para formar o '*Calendário Histórico de Itajaí – datas para compreender nossa história*. Nesse mesmo ano publiquei *A lenda do Monte Tayó - contribuição para a secular discussão sobre o verdadeiro significado do nome Itajaí*, buscando reunir todas as teorias que envolvem a interpretação do nome Itajaí.

No ano seguinte, 2013, aprofundei ainda mais a pesquisa quantitativa e busquei reunir textos sobre a fundação de Itajaí. Publiquei o livro *Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador – textos compilados*. Juntei a este conjunto de textos uma coleção de mapas que fotografei no Arquivo Histórico de Santa Catarina e, publiquei, no ano de 2014, em tiragem pequena com o título: *Atlas – mapas de Itajahy*. Em 2018 promovi a segunda edição digital do livro *Itajaí – uma cidade em busca do seu fundador – textos compilados, edição revista e ampliada* e, publiquei o livro *A fundação de Itajaí – historiografia anotada e comentada*. Ainda com esse objetivo de colocar sobre a mesa do pesquisador da História de Itajaí o maior número possível de informações, publiquei, em 2021, *História da Imprensa em Itajaí*. Vol I: Inventário Tomo I – Jornal – Revista; e, no ano de 2022, *A história da história de Itajaí – inventário bibliográfico*.

Mantendo essa mesma lógica na elaboração dos textos históricos é que nos últimos tempos tenho escrito textos mais quantitativos também para a publicação da Fundação Genésio Miranda Lins. Muitos dos meus textos atuais possuem títulos que já sinalizam para mostrar ao leitor minha intenção de pesquisador, como: *Anotações para a história das madeiras em Itajaí*; *Notas para a história da hotelaria em Itajai*; *Apontamentos para o estudo da imigração sírio-libanesa na Foz do Rio Itajaí*. Espero que o pesquisador da História de Itajaí, no futuro, encontre solo fértil onde semear suas ideias.

TEXTO 1: A IMPRENSA EM ITAJAÍ – DÉCADA DE 70

Magru Floriano

O mundo experimentou, a partir do final da década de 60 e início da década de 70, um período de grandes transformações tecnológicas, caracterizado como a Terceira Revolução Industrial. Nenhum setor produtivo ficou incólume às mudanças decorrentes deste processo. Contudo, um dos setores onde estas mudanças mostram completa visibilidade é o setor da comunicação social.

Como não poderia deixar de ser, a imprensa de Itajaí também entrou, na década de 70, experimentando um processo acelerado de mudanças que vão gestar gradualmente a nova imprensa regional. Novas rádios (AM e FM), rede de televisão (aberta e via satélite), rede de Internet, novos jornais (diário e semanal), sucursais bem estruturadas de jornais com circulação estadual ... são alguns exemplos dessas transformações.

Como reflexo direto deste processo histórico é que surge no primeiro ano da década de 80 o CIITA – Clube da Imprensa de Itajaí – como uma entidade que vai congrega todas as pessoas que gravitam em torno da imprensa regional, dotando o setor de um órgão representativo e de expressiva participação na história do Município de Itajaí e Região da Amfri.

A principal liderança do CIITA foi José Pereira, mas as atas do Clube trazem assinaturas de comunicadores reconhecidos pela sociedade itajaiense: Dalmo Feminella, Milton Ribeiro da Luz, José Tolentino da Silva, Nilton Isaac Russi, Osmar Henrique Schroeder, Nilson Nicolau da Costa, Rui Ademar Rodrigues, Manoel Ernesto Machado, Constância Severino, Valdemir Corrêa das Chagas, Emerson Ghislandi, Elias Silveira, Eládio Cardoso, Luis Carlos Pereira (Tigrão), Elias Adaime, João Carlos da Luz, Gerd Klotz, Adilson Reis Batschauer, Eucil Luiz, Célio Alves Marinho, Hernani Fabeni, Aldo Pires de Godoy, Jucelino Orben, Irene Boemer, Francisco Ivan Ramos, Alvino Filho, Rosa de Lourdes Vieira e Silva, Salésio Rocha Machado, Luiz Bozzano, Pedro Luiz de Oliveira, Ronaldo Silva Júnior, Victor Broca...

Todos os setores de comunicação na região evoluíram muito rapidamente na década de 80, fazendo com que o CIITA não desse mais conta de responder a algumas questões referentes à profissionalização de seus membros, principalmente daqueles que tinham na imprensa sua principal atividade econômica. Desta forma, o CIITA passou a ser considerado como uma instituição para fins de lazer e confraternização, abrindo

espaço para a atuação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Santa Catarina, cuja sede estava localizada em Florianópolis.

No início dos anos 80, José Pereira, Valdemir das Chagas e Renato Mannes de Freitas, reforçando em nível estadual o MOS – Movimento de Oposição Sindical – contribuíram para que o Sindicato passasse para as mãos de um novo grupo que tinha como compromisso político montar uma estrutura sindical interiorizada no Estado. Já na segunda eleição em que o MOS participou, acabou logrando a vitória nas urnas, tendo como representante da região Hélio Floriano dos Santos (Magru Floriano), responsável pela montagem da Delegacia Regional do Sindicato na Região da Grande Itajaí, que chegou a ter cerca de trinta jornalistas registrados junto à Delegacia Regional do Trabalho.

Pode-se afirmar, sinteticamente, que a década de 70 gestou uma nova imprensa na região, enquanto a década de 80 foi o período necessário para a sua consolidação e, os anos 90, foram responsáveis por seu amadurecimento tecnológico e profissional. As grandes mudanças ocorridas no setor começaram a pressionar no sentido de se ter uma formação mais profissional, ética e técnica de todos os profissionais envolvidos com a comunicação, ao mesmo tempo que pressionavam os empresários e administradores a dotarem suas empresas com equipamentos de custo elevado e tecnologia sofisticada. Durante este processo, saem de cena jornais tradicionais como ‘Jornal do Povo’ e ‘A Nação’, enquanto outros órgãos tradicionais vão perdendo gradativamente um espaço que chegou a se constituir quase hegemônico, como é o caso da Rádio Difusora AM e o jornal ‘O Estado’.

É diante desta perspectiva que surge o movimento, a partir do CIITA e da Delegacia do Sindicato, visando a criação na Fepevi-Univali de um curso de graduação em jornalismo. Seria o primeiro curso no interior do Estado de Santa Catarina e a polêmica durou por todo o período em que esteve à frente do CIITA o jornalista Emerson Ghislandi. O curso acabou sendo fundado no dia primeiro de fevereiro de 1991, tendo como primeiro coordenador Hélio Floriano dos Santos (Magru Floriano), seguido por Alberto César Russi, Carlos de Souza, Mário Fernandes, Jane Janete Cardoso ...

Na medida em que se consolidava o primeiro curso de jornalismo a ser montado no interior de Santa Catarina o CIITA e a Delegacia Sindical iam deixando de aglutinar em torno de suas estruturas os membros da imprensa, experimentando um grande esvaziamento de seus quadros. Estas entidades chegam ao final da década de 90 sem

qualquer representatividade, com Itajaí assistindo ao desmonte da estrutura classista no setor da imprensa, com uma certa naturalidade, uma vez que idêntico fenômeno vinha ocorrendo nos demais setores profissionais, como reflexo direto da crise mundial imposta pelas políticas de globalização neoliberais.

Enquanto o curso de jornalismo crescia e até tinha sua estrutura técnica servindo de base para abrigar novos cursos na área de comunicação - como Publicidade e Propaganda e, depois, Relações Públicas - um outro movimento estava sendo gestado no sentido de estabelecer também um novo paradigma para a área do jornalismo eletrônico (rádio e TV). Surge a ideia de se implantar a Rádio Educativa Univali FM e a TV Educativa Univali, tendo como seu primeiro diretor - nomeado pelo reitor Édison Villela - Hélio Floriano dos Santos (Magru Floriano), seguido por Alberto César Russi.

Assim, os anos 90 são testemunhas do amadurecimento da imprensa na Região de Itajaí. Rádio, TV e jornais integram uma complexa rede de comunicação, que, agora, conta com recursos de alta tecnologia e um quadro de pessoal mais profissionalizado. Diário da Cidade, Jornal dos Bairros, Tribuna Itajaiense, O Jornal, Diário do Litoral, Jornal da Mulher, Jornal dos Esportes, as sucursais do Diário Catarinense, A Notícia, O Estado e Jornal de Santa Catarina; Rede Record de Televisão, Rádio Difusora e Rádio Clube, são alguns dos órgãos em plena atividade neste final de década.

Encerramos a década, portanto, vivenciando um processo extraordinário de transformação, com uma equipe de comunicadores forjados à partir do labor diário dentro das redações (sem que tivessem a oportunidade de cursar uma faculdade de jornalismo), como é o caso de Renato Mannes de Freitas, Valdemir Corrêa das Chagas, Carlos Bittencourt Anversa, Adilson Amaral, Dalmo Vieira, Breno Kolling, Isabel Cristina Mendes, Jackie Rosa, Athayde Fernandes, Rosa de Lourdes Vieira e Silva e José Eliomar da Silva (Timbuca). Passando o bastão do revezamento para novos comunicadores formados pela universidade, como é o caso de Marcos Espíndola, Vilmar Carneiro, Marta Vizzoto, Maria do Carmo Bauer, Fabian Lemos, Maurício Callado e tantos outros.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para 1998 – páginas 163 a 165.
- 2 – Texto modificado em 30 de julho de 2023.
- 3 – O título original do texto era: ‘A imprensa de Itajaí a partir da década de 70’.

TEXTO 2: A NAÇÃO: O SURGIMENTO DO JORNALISMO MODERNO EM ITAJAÍ

Magru Floriano

O jornal A NAÇÃO iniciou suas atividades no Município de Itajaí no ano de 1962, pelas mãos de Nilton Isaac Russi e Wilfredo Currin. Naquela época os Diários Associados possuíam três jornais em Santa Catarina: A NAÇÃO - circulava nos municípios de Blumenau, Itajaí e Brusque; JORNAL DE JOINVILLE –circulava na Região Norte; DIÁRIO CATARINENSE – com circulação na Grande Florianópolis. A sede da sucursal de Itajaí estava localizada à rua Pedro Ferreira, número 44, em uma sala no térreo do prédio que abrigava também o cartório da família do ex-prefeito Júlio César.

Com a implantação da sucursal de A Nação os jornalistas itajaienses, pela primeira vez, entram em contato direto com o jornalismo moderno praticado nos grandes centros urbanos brasileiros. Contudo, esse processo de transição entre o jornalismo opinativo e artesanal para o jornalismo técnico, nos moldes do jornalismo norte-americano, não se deu de forma radical e rápida. Os primeiros jornais feitos pela sucursal de Itajaí abrigam uma miscelânea de estilos, onde a técnica do jornalismo americano aparece com mais nitidez somente nas matérias oriundas das agências de notícias do Rio de Janeiro e do exterior.

Podemos dar como exemplo dessa fase de transição a cobertura que o jornal A NAÇÃO promoveu no ano de 1965 quando da ocorrência do incêndio do navio Petrobrás Norte, no Porto de Itajaí. Apesar dos dois textos selecionados estarem relacionados ao mesmo fato jornalístico, eles possuem lógicas completamente diferenciadas. O primeiro texto foi confeccionado pelo pessoal da sucursal de Itajaí, enquanto o segundo texto é de uma agência noticiosa do Rio de Janeiro.

Texto da sucursal:

“Por volta das 19,30 horas do dia 02 do corrente, lavrou incêndio a bordo do navio de gás NORDESTE, que abastecida o terminal da Heliogás, no porto de Itajaí. A explosão apanhou de surpresa todos os tripulantes, sendo poucos os que conseguiram escapar com vida. Outros, receberam ferimentos gravíssimos, encontrando-se hospitalizados.

No mesmo instante em que teve seu início, o fogo alcançou proporções alarmantes, vindo à causar pânico nos moradores das imediações e posteriormente, em toda a cidade[...]

O calor intenso começou a preocupar a população de Cordeiros, que incontinenti, sem receber notificação oficial das autoridades, abandonou seus lares

refugiando-se em pontos mais distantes. Entrementes, eram pedidos socorros à Blumenau, Joinville e Florianópolis. Tinha-se em mente a esperança de poder salvar Itajaí de uma destruição parcial, senão total, o que seria eminente, se o fogo atingisse os terminais de gasolina, as madeiras, a fábrica de cigarros e o terminal da Liquigás”.

Texto da Agência Meridional:

“O superintendente da FRONAPE, Comandante Paulo Justino Strauss, falando à jornalistas, disse que embarcará imediatamente para Itajaí, levando plasma sanguíneo para os tripulantes que sofreram queimaduras na explosão do navio petroleiro NORTE, ontem no porto daquela cidade catarinense. Confirmou que dois tripulantes do petroleiro sinistrado estão desaparecidos, e apenas quatro estão feridos com queimaduras.

Os demais tripulantes se encontram num hotel perto de Itajaí. Disse que o petroleiro NORTE conduzia a bordo mil toneladas de gás liquefeito. Acrescentou ainda, que não são ainda conhecidas as causas do incêndio. Também partiram de navio para Itajaí vários técnicos da FRONAPE especializados na luta contra incêndios....”.

Interessante notar ainda, que a proximidade do repórter não foi condição suficiente para ele extrair informações exatas sobre o episódio. Muito pelo contrário, as informações provenientes do Rio de Janeiro são mais exatas, enquanto o conteúdo do texto editado na sucursal de Itajaí é apenas testemunhal, sendo que o jornalista especulou muito mais do que coletou informações.

Entre os jornalistas que participaram desta fase pioneira do jornal A Nação estavam Nilton Russi, Wilfredo Currin e José Tolentino da Silva, acompanhados pelos colunistas e articulistas: Sebastião Reis (Sociedade & Fatos; Sociedade em Foco); Ribeiro Luz (a vida continua); Jota Bastos (casualidade); Dalmo Vieira (Ponto de vista). O jornal reservava também espaço para as crônicas e poesias de Ester Laus Bayer. É interessante observar que muitos dos colaboradores do jornal A Nação desse período inicial foram forjados nas redações do JORNAL DO POVO.

No ano de 1964 o jornal contrata os serviços de Renato Mannes de Freitas - que na época trabalhava na Rádio Clube fazendo rádio-escuta. Começava neste momento um período histórico do jornalismo itajaiense, uma vez que por volta de 1967 Renato Mannes de Freitas aceita convite dos Diários Associados e passa um ano estagiando na redação do jornal DIÁRIO DO PARANÁ, com sede em Curitiba. Nesta época Renato Mannes aprende as novas técnicas de redação tendo como modelo o livro do jornalista norte-americano Walter Lippmann, e aprende a redigir as matérias jornalísticas de acordo com o “Manual da Redação”.

Ao voltar para Itajaí, Renato Mannes espalha rapidamente todas estas novidades para seus companheiros de trabalho, formando uma verdadeira academia de jornalismo

na cidade. Nilton Isaac Russi, João Elias Adaime (Juca), Álvaro Balbinot, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Gama), José Tolentino da Silva, Welmuth Wisbeck são os primeiros jornalistas a trabalharem na sucursal de Itajaí de A NAÇÃO pelo novo conceito jornalístico, trocando o texto puramente opinativo e pessoal pelo texto mais técnico e isento.

“Antes se misturava muito os fatos e as opiniões. Na verdade o jornalismo era mais feito de opinião do que de informação. O jornalismo era mais comentado, inflamado. Era um texto de cunho pessoal, quase um testemunho. Com a nova técnica tudo isso foi revisto. O repórter passou a ter a função de relatar de forma impessoal os fatos. Os comentários e opiniões ficavam por conta das fontes (informantes, entrevistados). Basicamente aprendemos a elaborar um texto onde estava bem separado o fato e a opinião”. Explica Renato Mannes de Freitas.

A academia iniciada com Renato Mannes de Freitas contudo, foi muito além, servindo como base para o surgimento de uma segunda leva de jornalistas itajaienses, sendo que muitos desses jovens ainda hoje estão participando ativamente da imprensa local, como é o caso de Carlos Anversa Bittencourt (Cacá), Hélio Floriano dos Santos (Magru Floriano) e Emerson Ghislandi. Este círculo de aprendizado iniciado com a Academia de Renato Mannes só foi quebrado na década de oitenta com a vinda para Itajaí de alguns jornalistas formados em faculdades, como é o caso de Jane Janete Cardoso, que estudou na UFSC. Na década de noventa surge o curso de Jornalismo na Univali, como imposição do mercado, que começa a exigir qualificação mais sofisticada do profissional de imprensa.

Vale registrar, ainda, o fato de que a nova lógica de texto jornalístico estabelecida nas redações dos jornais locais teve seus desdobramentos também no jornalismo feito nas rádios de toda a região, uma vez que os departamentos de jornalismo dessas rádios tinham como uma das suas fontes de coletas de informações os jornais.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para 1999 – páginas 51 a 53.

2 – Texto modificado em 30 de julho de 2023.

TEXTO 3: OSNY DUARTE PEREIRA – IN MEMORIAM

Magru Floriano

Osny Duarte Pereira nasceu na cidade de Itajaí no dia 05 de julho de 1912. Era filho do comerciante Plácido Conrado Pereira e de Dona Eulália Duarte Pereira. Era neto de João Maria Duarte, considerado por todos como um dos grandes vultos da educação itajaiense e catarinense, preceptor de Henrique da Silva Fontes, entre outros tantos nomes ilustres da história barriga-verde.

Estudou, inicialmente, no Grupo Escolar Victor Meirelles onde, com apenas oito anos de idade, teve a iniciativa de fazer circular um jornal manuscrito que muitas vezes tinha tiragem de um único exemplar. Seguiu seus estudos no Ginásio Catarinense, em Florianópolis, onde fundou o ‘Órgão Oratório’ com o objetivo principal de ‘debater problemas sociais’. Com quinze anos começou a colaborar com a revista ‘O Echo’ – de Porto Alegre, e, utilizando-se das férias escolares ajudou na redação do jornal ‘Avante’, editado na cidade de Canoinhas – cidade que seus pais passaram a residir. Ainda em Canoinhas, militou no movimento estudantil e fundou o jornal ‘O Peru’.

Em 1932 ficou ao lado da Revolução Constitucional de São Paulo, tendo de fugir para este Estado para não ser preso, recebendo abrigo da população revoltosa de Iguape e Cananéia. cursou direito na Faculdade Nacional de Direito e Faculdade de Direito do Paraná, onde respondeu pela presidência do Diretório Acadêmico, colando grau no ano de 1933. No Paraná, trabalhou com Armando Petrelli no jornal ‘A Tarde’, e, muito jovem, respondeu como promotor público nas cidades de Antonina e Rio Negro.

Em São Paulo utilizou-se dos microfones da Rádio Record para exortar paranaenses e catarinenses à luta. Participou do afamado batalhão Santos Dumont e do Corpo de Guardas de um grupo revolucionário. Como líder estudantil, defendeu a gratuidade do ensino superior e melhor qualidade do ensino público. Entre as polêmicas em que esteve envolvido estava a defesa do divórcio e inúmeras causas nacionalistas, a ponto da Revista Veja, anos depois, considerá-lo ‘... *um dos mais antigos militantes nacionalistas do Brasil...*’.

Em 1935, voltou a se radicar em Santa Catarina para ocupar o cargo de Promotor Público nos municípios de Laguna – onde seu avô também já havia lecionado – e, Cruzeiro – atual Joaçaba. Em Laguna, propagou abertamente as ideias socialistas e defendeu gratuitamente colonos expulsos dos latifúndios da região. Em 1940, foi para o

Rio de Janeiro dirigir a ‘Revista de Direito’. Ali foi nomeado, em 1947, juiz substituto. Paralelamente, continuou sua atividade de escritor e jornalista, colaborando para a ‘Revista Forense’ e ajudando a redigir o clássico ‘Dicionário Enciclopédico do Direito Brasileiro’.

Como jurista publicou mais de uma dezena de livros, todos com tiragens esgotadas. Entre os seus trabalhos mais notáveis, está a elaboração, em 1950, do ‘Direito Florestal Brasileiro’ – considerada a primeira obra jurídica sobre o tema. Escreveu também sobre lei cambial, legislação civil e legislação comercial. Em 1951 foi promovido ao Tribunal de Justiça do Estado, onde se aposentou como desembargador.

Como cidadão atuante defendeu inúmeras causas nacionalistas que foram desde questões que envolveram a Amazônia até o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello – foi um dos seus signatários, junto com Barbosa Lima Sobrinho e Evandro Lins da Silva. Denunciou os perigos para a Segurança Nacional do acordo militar entre Brasil – Estados Unidos, por considerar que tal acordo beneficiava sobremaneira os interesses de grandes corporações econômicas americanas e lutou abertamente para que o Brasil voltasse ao ‘Estado de Direito’ durante o regime ditatorial. Estas lutas lhe renderam inúmeros e penosos processos, sendo enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ocasionando a cassação, em 1964, de todos os seus direitos políticos. Lecionou durante décadas como professor universitário, sendo também professor de Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o renomado ISEB.

Osny Duarte Pereira morreu aos 88 anos de idade de insuficiência cardiorrespiratória, deixando seu nome cravado na história como um dos intelectuais que mais lutaram pela defesa dos interesses do Brasil.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para 2000 – páginas 135 a 137.

2 – Texto modificado em 30 de julho de 2023.

TEXTO 4: OS KONDER E A LITERATURA

Magru Floriano

TEXTO 4: OS KONDER E A LITERATURA

Magru Floriano

Falar do nome Konder é falar de política. Mas, ao contrário do que muita gente pensa, os integrantes da oligarquia Konder / Bornhausen não atuaram com exclusividade no setor político. Muitos de seus membros conciliaram a atividade política com a literatura, sendo que alguns seguiram com exclusividade os caminhos do jornalismo e das artes. Marcos José Konder Reis, por exemplo, se dedicou em tempo integral à literatura, enquanto Marcos Konder Neto foi o arquiteto que projetou o monumento em homenagem aos pracinhas da Segunda Grande Guerra, no Rio de Janeiro.

Quando a esposa de Marcos Konder, Corina Régis Konder (Sinhá Konder), resolveu migrar para o Rio de Janeiro fugindo dos problemas advindos com a Revolução de Trinta, entrou em contato com uma plêiade de homens de esquerda, chegando até mesmo a ser amiga do líder comunista Luis Carlos Prestes. Por isso mesmo, o ramo da família que se formou no eixo Rio – São Paulo se identificou mais com o discurso ideológico da esquerda, oferecendo grandes nomes para o jornalismo e as letras do Brasil, como é o caso de Rodolfo Konder, Leandro Konder, Fábio Konder Comparato e Victor Márcio Konder. Uma exceção ideológica parece ter sido o romancista e jornalista Alexandre Konder.

Já o ramo da família que permaneceu mais próximo à Adelaide Konder (mãe de Marcos Konder e avó de Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen) tendeu para ideologias de direita, apesar de também terem migrado para o Estado de São Paulo (Santos e, depois, Rio de Janeiro) durante a Revolução de Trinta. Contudo, ao contrário de Corina, Adelaide Konder resolveu voltar para Santa Catarina assim que a situação política se normalizou.

A verdade é que, independente da orientação ideológica que os membros da família Konder adotaram nas suas atividades políticas, um número expressivo deles manteve também uma intensa vida intelectual e literária.

MARCOS KONDER: orador, conferencista, historiador. Nasceu em Itajaí no ano de 1882, falecendo nesta mesma cidade no dia 05 de julho de 1962. Membro da Academia Catarinense de Letras. Patrono da cadeira número três da Academia Itajaiense de Letras. Recebeu da Academia Brasileira de Letras o prêmio Hélio Lobo pelo melhor ensaio bibliográfico editado no ano de 1953 – sobre Lauro Müller. Colaborou com o Jornal do Povo no período de 1950 a 1956, mantendo a coluna ‘Impressões de Viagem’. Diretor do jornal Novidades – 1917. Foi superintendente municipal (prefeito) e diretor da Usina Adelaide – 1944. Sua principal obra é o discurso que proferiu em homenagem à cidade de Itajaí por ocasião de seu aniversário, intitulado ‘A pequena pátria’. Escreveu ainda: Lauro Müller, Colonização e nacionalização, a Colonização em Santa Catarina, O imposto territorial no Estado e no Município, Aspectos de Santa Catarina – o Vale do Itajaí, Em defesa – o problema do funcionalismo, A reforma constitucional de Santa Catarina, Democracia – Integralismo – Comunismo, A questão do petróleo, Biografias familiares, A bandeira através da história do Brasil, Ligeiras considerações sobre a indústria açucareira em Santa Catarina e no Vale do Itajaí, O Município de Itajahy – physico, econômico, administrativo, histórico.

ADOLPHO KONDER: nasceu na cidade de Itajaí no dia 16 de fevereiro de 1884, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1956. Redator e secretário do jornal Novidades – jornal que ajudou a fundar no ano de 1904 com Tibúrcio de Freitas. Membro da Academia Catarinense de Letras e patrono da cadeira número 26 da Academia Itajaiense de Letras. Foi deputado federal, senador, diplomata, secretário de Estado e governador de Santa Catarina entre 28 de setembro de 1926 e 29 de setembro de 1930. Conhecido pela sua oratória e por constituir-se em um verdadeiro protetor dos intelectuais que sofriam discriminação por suas ideias políticas e sociais. Escreveu dois ensaios que obtiveram grande repercussão à época: “A necessidade do reflorestamento, e, O trigo na economia catarinense.

VICTOR KONDER: Orador, articulista. Nasceu na cidade de Itajaí no ano de 1886, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1941. Titular da cadeira número sete da Academia Catarinense de Letras. Foi redator do jornal Novidades em 1904. Formado em Direito, confessava ideais espiritualistas. Foi diretor da Instrução Pública de Santa Catarina e Ministro da Viação do Governo Washington Luiz. Era considerado na capital federal como protetor dos intelectuais. Patrono da cadeira de número trinta e nove da Academia Itajaiense de Letras.

ALEXANDRE KONDER: Nasceu na cidade de Itajaí no ano de 1904, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro no dia 14 de setembro do ano de 1953. Estudioso na área da antropologia, repórter internacional consagrado nos círculos intelectuais de todo o Brasil, Alexandre teve seus trabalhos jornalísticos publicados praticamente em todos os grandes jornais de circulação nacional. Apesar do sucesso internacional nunca desfez os vínculos com sua terra natal, sendo que chegou a colaborar com o Jornal do Povo na década de 50. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, Alexandre Konder é o patrono da cadeira de número trinta da Academia Itajaiense de Letras. Assim como no jornalismo, Alexandre também logrou êxito extraordinário na literatura, em especial com o romance ‘Os Halifax’. Publicou ainda: Um repórter brasileiro na Guerra europeia, Do outro lado da terra, O poema do prisioneiro, Vidas e tradições japonesas, Nossos vizinhos dos Andes, História do Japão.

GUSTAVO KONDER: Nasceu na cidade de Itajaí no dia 29 de julho de 1905. Colaborou com o Jornal do Povo na década de setenta, escrevendo regularmente para a imprensa de todo o Estado de Santa Catarina na condição de jornalista. Seu artigo mais conhecido intitula-se ‘Balneário de Cabeçudas’, onde relata como seu pai, o prefeito Marcos Konder, criou o primeiro balneário de Santa Catarina. Este artigo foi incluído no livro da Academia Itajaiense de Letras: De Itajahy a Itajaí: Cem anos de prosa.

VICTOR MÁRCIO KONDER: Jornalista, nasceu em Itajaí no ano de 1920. Foi militante estudantil e colaborou na formação da UNE - União Nacional dos Estudantes, no período compreendido entre os anos de 1941 e 1944. Foi chefe da seção de economia do jornal Diário Carioca. Professor da UDESC. Colaborou no Jornal do Povo – 1959, Anuário de Itajaí para o ano de 1959. Foi diretor do Jornal de Santa Catarina em 1978 e punido pelo AI-5 no ano de 1968. Foi o organizador do livro ‘Antônio Carlos Konder Reis – 50 anos de vida pública. É membro da Academia Itajaiense de Letras. Sua principal obra publicada é ‘Irineu Bornhausen – trajetória de um homem público – exemplo’.

MARCOS JOSÉ KONDER REIS: Nasceu em Itajaí no dia quinze de dezembro de 1922, filho do casal Osvaldo Reis e Elizabeth Konder Reis, vindo a falecer no último dia onze de setembro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, onde estava radicado desde a juventude. Foi justamente no Rio de Janeiro que Marcos fez história integrando, ao lado de grandes nomes da literatura nacional como Ferreira Gullar, Afonso Romano de Sant’Anna, o grupo neomodernista conhecido como a Geração de 45. Marcos é considerado pela maioria dos críticos literários como o maior poeta itajaiense. Também

escreveu contos, novelas, crônicas, pensamentos e peças teatrais. O nome de Marcos José Konder Reis está presente em todas as obras que estudam a literatura catarinense. Lauro Junkes, na obra 'A literatura de Santa Catarina' afirma: 'Marcos Konder Reis define-se modernista desde a estreia. Sua vasta produção poética, enveredando por uma linguagem cada vez mais complexa e mesmo abstratizante, privilegiando a expressão simbólica e metafórica, abrange várias linhas temáticas (...). Já, o crítico Celestino Sachet no livro 'A Literatura catarinense' relaciona o autor itajaiense entre os pós-modernistas da poesia brasileira e afirma que Marcos José 'Tem poemas publicados em várias antologias da poesia brasileira e outras editadas na Europa, na América do Norte e do Sul'. Antônio Hohlfeldt, no livro 'A literatura Catarinense em busca de identidade: a poesia' dedicou mais de trinta páginas para analisar a obra de Marcos José Konder Reis, o que por si só evidencia a importância da obra do escritor itajaiense para a literatura catarinense brasileira. Apesar de ter se formado engenheiro em 1944 pela Escola Nacional de engenharia – Rio de Janeiro, Marcos era essencialmente um poeta e, a prova disto é a vasta obra literária que deixa como legado: Intróito. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944. Tempo e Milagre. Rio de Janeiro: Pongetti, 1944. David. Rio de Janeiro: Pongetti, 1946. Apocalipse. Rio de Janeiro: Pongetti, 1947. Menino de Luto. Rio de Janeiro: Pongetti, 1947. Praia Brava. Rio de Janeiro: Cátedra, 1947. [1 ed.]. Praia Brava. Rio de Janeiro.: cátedra, 183. [2.ed] O Templo da Estrela. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948. Herança. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. O Muro Amarelo. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965. Armadura do Amor. Rio de Janeiro: Orfeu, 1965. Praça da Insônia. Rio de Janeiro: Orfeu, 1968. O Pombo Apunhalado. Rio de Janeiro: Orfeu, 1968. Teoria do Vôo. Rio de Janeiro: Orfeu, 1969. Antologia Poética. Rio de Janeiro: Leitura, 1971. A Figueira Maldita. Rio de Janeiro: Cátedra, 1972. Caminho de Pandorgas. Rio de Janeiro: Ebrasa, 1976. Sol dos Tristes e Caporal Douradinho. Rio de Janeiro: Martins; Brasília: MEC, 1976. Santa Catarina – terra e gente. Coleção "Imagem do Brasil". Rio de Janeiro: Image, 1976. [com Hoyêdo de Gouvêa Lins e Domingos Cavalcanti]. Santa Catarina – land und leute. Coleção "Imagem do Brasil". Rio de Janeiro: Image, 19[.]. [com Hoyêdo de Gouvêa Lins e Domingos Cavalcanti]. Campo de Flechas. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. O Irmão da Estrada. Florianópolis: Lunardelli/INL, 1979. Sete Agonias. Florianópolis: Lunardelli, 1982. A Bola Encantada. Rio de Janeiro: Cátedra, 1983. Praia Brava. Rio de Janeiro: Cátedra/INL, 1983. [2 ed.] Sete Irmãos Macabeus. Rio de Janeiro: Sanfona, 1985. A Cruz Vazia na Encruzilhada. Rio de Janeiro: Cátedra, 1985. O Vagabundo Iluminado. Rio de Janeiro:

Cátedra, 1986. Três Partituras. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988. Brasil Quando José. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988. Antologia Poética (seleção de Walmir Ayala). Rio de Janeiro: Ediouro, 1991. [1 ed]. Antologia Poética (seleção de Walmir Ayala). Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. [2 ed]. Marcos Konder Reis – poesia. Itajaí: Oficina da Palavra, 2003. Curtição da Bíblia. Minha História da Alma. José do Egito.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2001 – páginas 129 a 133.
- 2 – Texto modificado em 30 de julho de 2023.

TEXTO 5: O CLUBE DA IMPRENSA DE ITAJAÍ

Magru Floriano

O Clube da Imprensa de Itajaí surgiu no primeiro ano da década de oitenta tendo como objetivo principal reunir em torno de uma instituição oficial todos os trabalhadores e colaboradores integrantes das empresas de comunicação instaladas nos municípios da Região da Grande Itajaí. Em um primeiro momento constituiu-se como um clube recreativo que visava um maior entrosamento entre todos os profissionais que atuavam na imprensa itajaiense. Contudo, no decorrer de sua história, o CIITA também foi se manifestando sobre questões técnicas e políticas, quer defendendo seus filiados contra atos de censura e arbitrariedades, quer promovendo grandes Coletivas de Imprensa.

Tendo a frente os jornalistas José Pereira e Valdemir Corrêa Chagas (gerente e repórter da sucursal do jornal O Estado respectivamente) a primeira reunião para criação do Clube ocorreu no dia dezessete de novembro do ano de 1980, nas dependências do restaurante Cantina Italiana, ao lado da Sociedade Guarani, na rua Hercílio Luz. Participaram desta primeira reunião os jornalistas e radialistas: Constância Teresinha Severino e Adilson Pacheco (Assessoria de Imprensa da Prefeitura), Osmar Henrique Schroder e Álvaro Armando Balbinot (Rádio Difusora), Júlio Sérgio Freitas (gerente da sucursal de A Notícia), Jucelino Orben, José Pereira, Valdemir Chagas (sucursal de O Estado), Nilor José de Souza Moreira, João Carlos de Jesus da Luz (sucursal do Jornal de Santa Catarina), Dalmo Feminela (Rádio Clube), Renato Mannes de Freitas e Magru Floriano (Jornal de Itajaí).

As reuniões de organização do Clube foram ocorrendo informalmente quase diariamente até que no dia vinte e oito de novembro ocorreu a assembleia de fundação do Clube da Imprensa de Itajaí, no restaurante Cantina Italiana, contando com a presença dos radialistas e jornalistas: Constância Teresinha Severino, Dalmo Feminela, Nilor José de Souza Moreira, João Carlos de Jesus da Luz, Valdemir Corrêa das Chagas, Osmar Raymundo, Jomaso, Iara Regina de Campos, Antônio Carlos de Campos Silva, Milton Ribeiro da Luz, José Pereira, Magru Floriano, Emerson Pedro Ghislandi, José Tolentino da Silva, João Bosco Araújo, Nilton Russi, Álvaro Armando Balbinot, Adilson Pacheco, Osmar Henrique Schroder, Nilson Nicolau da Costa, Ruy

Ademar Rodrigues, Osvaldo Conceição, José Carlos de Souza, Manoel Ernesto Machado e Júlio Sérgio Freitas.

Nesta primeira assembleia o radialista e jornalista José Pereira assumiu interinamente a presidência do Clube, ocupando-se com os trabalhos de registro e estruturação da entidade. Em assembleia geral do dia quinze de maio de 1981 José Pereira foi eleito o primeiro presidente do Clube, tomando posse no dia doze de julho de 1981. Já no dia vinte e nove Pereira promove palestra com o presidente do Sindicato dos Radialistas de Santa Catarina – Hugo Silveira Lopes, mostrando que o CIITA pretendia ser muito mais do que um simples clube recreativo, e que estaria também ocupado com questões de interesse profissional dos seus quadros.

Em sete de maio de 1982 o radialista Eládio Cardoso é eleito o novo presidente do Clube tomando posse no dia vinte e cinco do mesmo mês. Ao substituir José Pereira no comando do Clube Eládio Cardoso deu ênfase à realização de Coletivas de Imprensa. O radialista Nilson Nicolau da Costa substituiu Eládio Cardoso no comando do Clube a quinze de abril de 1983, buscando consolidar a entidade junto aos profissionais que atuavam na imprensa nos municípios vizinhos, em especial Balneário Camboriú e Navegantes.

No dia onze de maio de 1984 a assembleia geral reconduz ao cargo de presidente José Pereira, que toma posse no dia vinte e quatro de maio do mesmo ano. Pereira promoveu convênios com diversas casas comerciais e empresas prestadoras de serviços, trazendo aos associados do CIITA inúmeros benefícios e vantagens. Na solenidade de posse, nas dependências do restaurante do Hiper, também foi comemorada a passagem do centenário de fundação da imprensa de Itajaí.

José Pereira foi sucedido em 1985 pelo jornalista Magru Floriano, eleito em dez de maio e empossado no dia dezoito do mesmo mês. Magru Floriano atuou prioritariamente no registro dos profissionais da imprensa junto aos sindicatos dos jornalistas e radialistas, bem como junto à Delegacia Regional do Trabalho. Neste período aproximou o Clube da Imprensa de Itajaí ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Santa Catarina e iniciou a campanha para criação de um Curso de Jornalismo na Univali.

Magru Floriano foi substituído por Francisco Ivan Ramos, então gerente comercial da sucursal do jornal A Notícia. Ivan priorizou em sua gestão os encontros de conagração entre os associados, sendo responsável pela promoção de inúmeros

eventos sociais e recreativos. A diretoria liderada por Ivan foi eleita no dia dez de maio de 1986, tomando posse na mesma data.

Francisco Ivan Ramos foi sucedido no comando do Clube pelo jornalista Nilton Isaac Russi que priorizou em sua gestão a relação dos profissionais da imprensa com o meio empresarial regional. Nilton foi substituído em 1988 pelo jornalista Emerson Ghislandi que já na solenidade de posse entregou abaixo-assinado dos profissionais da imprensa ao reitor da Univali, Edson Villela, reivindicando a criação do Curso de Jornalismo nesta instituição de ensino. Emerson também promoveu diversas Coletivas de Imprensa com lideranças políticas e empresariais da região, voltando a dar um tom mais profissionalizante ao Clube da Imprensa de Itajaí.

Emerson Ghislandi foi substituído pelo colunista Hernani Fabeni que voltou a dar ênfase às atividades sociais, promovendo inclusive o Segundo Baile de Imprensa de Itajaí (o primeiro foi promovido na gestão do radialista Eládio Cardoso). Hernani Fabeni tomou posse no dia vinte e quatro de junho de 1989 em solenidade festiva nas dependências do Itamirim Clube de Campo, evento que reuniu mais de cem pessoas, entre associados e autoridades convidadas, fato que evidenciou a importante participação do CIITA na comunidade microrregional.

No dia vinte e três de junho de 1990 Alvin Carlos dos Santos Filho é empossado presidente do Clube em substituição ao seu amigo Hernani Fabeni. Alvin modificou o estatuto da entidade, passando o mandato da diretoria para dois anos e reativou os convênios com empresas e entidades prestadoras de serviço. Alvin passou a presidência para o jornalista Adilson Borges eleito em assembleia geral no dia quinze de maio de 1991 juntamente com Alberto Russi (vice-presidente), Rubens Menon (primeiro secretário), Mário Garcia (segundo secretário), José Pereira (primeiro tesoureiro) e Renato Maba (segundo tesoureiro).

Neste período o Clube foi gradativamente sendo desativado, passando o período de 1991 a 1993 sem qualquer movimentação dos profissionais de imprensa no sentido de se aglutinarem em torno da entidade. O Clube teve sua estrutura bastante debilitada devido à uma defecção interna no quadro de associados que vinha crescendo desde a primeira gestão de Magru Floriano, em 1985, quando ocorreu a formação de dois blocos antagônicos: um grupo liderado por Valdemir Corrêa das Chagas propondo que a entidade se voltasse mais para as questões profissionais; e, um segundo grupo, liderado por Hernani Fabeni e Alberto Russi propondo que o Clube agisse prioritariamente na promoção de eventos festivos e culturais.

Em plena crise, com o Clube praticamente desativado e sem condições de promover sequer assembleias gerais, assume a presidência (por aclamação dos presentes) o jornalista Magru Floriano, juntamente com Sandro Fernandes (vice-presidente), Valdemar da Silva (primeiro secretário), Hélio Manoel Francisco (segundo secretário), Emerson Pedro Ghislandi (primeiro tesoureiro) e Adilson Borges (segundo tesoureiro). Contudo, Magru Floriano não conseguiu superar a crise política interna que herdou e o Clube não conseguiu voltar às suas atividades normais, funcionando em situação precária.

Desta forma é que somente em 1997 voltam a ocorrer reuniões de profissionais e colaboradores da imprensa microrregional. A primeira destas reuniões visando à reestruturação do CIITA ocorre nas dependências do restaurante Bucaneiro, na Rua Jorge Tzaschel – caminho de Cabeçadas, contando com a participação de: Emerson Ghislandi, Magru Floriano, Jaime Guimarães, Deise Somariva, Maria do Carmo Bauer de Oliveira, Adilson Amaral, Marta Vizzotto, Vilmar Felício Adriano Carneiro, Cláudia Cristina Batschauer, Luiz Carlos de Souza, Roberto Schiavo, Altamir dos Santos, Pedro de Oliveira, Antonio Carlos Pereira Correa, Gerd Klotz, Carlo Antonio Vicenti, Marcos Espindola, Ronaldo Silva Júnior, Jackie Rosa, Luciana Zonta e Victor José Brocca. Nesta reunião foi formada uma comissão encarregada de redigir um novo estatuto, composta pelos jornalistas: Adilson Amaral, Marcos Espíndola, Cláudia Cristina Batschauer, Emerson Ghislandi e Altamir dos Santos.

No dia vinte e dois de maio de 1997 foi promovida uma nova reunião de trabalho nas dependências da Câmara de Dirigentes Lojistas e no dia sete de junho de 1997 foi promovido um grande almoço de confraternização, com assembléia geral do Clube, nas dependências do Clube Atiradores, organizada por Valdemir Corrêa das Chagas e Magru Floriano. No final do ano de 1998 Magru Floriano e Eládio Cardoso lideraram grupo de jornalistas para a realização de uma festa de final de ano, que também teve lugar nas dependências do Clube Atiradores. Neste evento surgiu a idéia de reunir semanalmente os profissionais de imprensa no restaurante Zebrão, localizado no final da avenida Marcos Konder, idéia que veio a se concretizar já no início do ano de 1999.

No dia quinze de dezembro de 2002 os profissionais da imprensa voltam a se reunir em uma grande festa promovida no Clube Atiradores, (organizada por Carlos Eduardo Lopes, Hernani Fabeni, Carlo Antonio Vicenti, Joaquim Lacerda, José Polo ...) oportunidade em que prestou-se homenagem ao primeiro presidente do Clube, jornalista e radialista José Pereira e decidiu-se pela reestruturação do Clube no ano de 2002.

Assim foi formando uma Comissão Reorganizadora do CIITA composta por: Hernani Fabeni, Carlo Antonio Vicente, Joaquim Lacerda, José Polo e Magru Floriano.

Esta comissão chamou eleição para o dia quinze de março de 2002, com posse da nova diretoria para o dia vinte e três de março nas dependências da Sociedade Recreativa da Vila. A eleição ocorreu na dependência da Câmara de Diretores Lojistas, contando com chapa única intitulada NOVO CIITA. 61 sócios compareceram para votar na chapa assim constituídas: Presidente – Carlos Eduardo Lopes, vice – José Antonio Pólo, primeiro tesoureiro – Hernani Fabeni, segundo tesoureiro – Carlo Antonio Vicente, primeiro secretário – Hélio Floriano dos Santos (Magru Floriano), segundo secretário – Giovana Kindlein.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2002 – páginas 35 a 39.

2 – Texto modificado em 01 de agosto de 2023.

3 – O texto foi atualizado posteriormente, contando a história do Clube até seu último presidente: Pedro de Oliveira.

TEXTO 6: VINTE ANOS DE OFÉLIA DOS NAVIOS

Magru Floriano

A literatura itajaiense comemorou no ano de 2003 os vinte anos da publicação do último livro de Lausimar Laus. Intitulado de OFÉLIA DOS NAVIOS, o romance foi publicado pela consagrada Editora Lunardelli cerca de três anos após a sua morte. OFÉLIA DOS NAVIOS é uma volta da autora ao seu *Território da Infância*, a cidade de Itajaí e sua inesquecível Barra do Rio.

1 - VIDA E OBRA

Lausimar Maria Laus nasceu na cidade de Itajaí no dia 16 de abril de 1916. Filha de Pedro Paulo Laus – oficial da marinha mercante condecorado por participar das duas Grandes Guerras Mundiais – e, Maria Stuart Laus – professora do ensino elementar. Foi casada duas vezes, sendo que ficou viúva do oficial do exército Sílvio Conti Filho. Teve dois filhos: Gualberto e Eli. Em muitos documentos Lausimar Maria Laus é citada pelos nomes Lausimar Laus Gomes e Lausimar Laus Conti. Contudo, adotou o nome artístico de LAUSIMAR LAUS.

Lausimar estudou na Primeira Escola Mista da Barra do Rio e depois se transferiu para o Grupo Escolar Victor Meirelles. Na década de trinta seguiu para Florianópolis onde, a cinco de dezembro de 1936, se formou normalista pelo Instituto de Educação. Ato contínuo, Lausimar se transferiu para o Rio de Janeiro, onde iniciou vitoriosa carreira como escritora, educadora e jornalista.

No Rio de Janeiro Lausimar trabalhou no Ministério da Educação e Saúde e ingressou no magistério público no ano de 1944. Foi também no Rio de Janeiro que publicou seus primeiros versos, no ano de 1942, com o título de ‘Confidências’. Em 1948, publicou seu primeiro livro de contos direcionados ao público infantil: ‘Histórias do mundo azul’. Em 1952, Lausimar ganhou o segundo lugar no concurso da Academia Brasileira de Letras, categoria teses. Como prêmio publicou, em 1953, o livro: ‘O romance regionalista brasileiro’.

Na década de cinquenta intensificou suas atividades no campo da literatura e jornalismo. Em 1953, publicou ‘Brincando no Olimpo’ e, em 1958, publicou o livro de contos ‘Fel da terra’. Nesta época colaborou com vários jornais e revistas literárias modernistas, inclusive com o afamado grupo literário de Florianópolis, o ‘Grupo Sul’.

Oswaldo Ferreira de Melo no livro ‘Introdução à História da Literatura Catarinense’ inclui Lausimar como uma “agregada” aos modernistas do Grupo Sul: “Da geração modernista ou dela próximos, mas sem se terem integrado diretamente aos movimentos de renovação temos: [...] Zedar Perfeito da Silva (história, ficção), Nereu Corrêa (crítica)[...] Lausimar Laus (ficção)”. Junto com Meyer Filho – integrante direto do Grupo Sul - todos estes intelectuais mantiveram ligação histórica com a cidade de Itajaí.

Nas décadas de sessenta e setenta Lausimar Laus promoveu diversas viagens de estudo ao exterior e consolidou sua carreira no magistério superior. Em 1962 recebeu credencial da revista Manchete para uma série de reportagens na Alemanha e, em 1965, publicou pela Editora Pongetti (a mesma que publicou diversos livros do poeta Marcos José Konder Reis) o livro sobre observações de viagem e crônicas, intitulado ‘Europa sem complexos’.

Em 1966, a exemplo de Silveira Júnior, a convite do governo americano, passou três meses em viagem de estudos nos EUA, onde fez observações sobre o sistema educacional daquele país. Em seguida, viajou a estudo para a Espanha e diversos países europeus, publicando uma série de reportagens intitulada ‘Na rota do vasto mundo’. No final da década de setenta chegou a visitar o Japão e muitos outros países asiáticos e europeus.

Em 1970 publicou seu primeiro romance, intitulado de ‘Tempo permitido’, prefaciado por Rachel de Queiroz e editado pelo Instituto Nacional do Livro em parceria com a Editora Americana. Em 1975 publicou pelo Instituto Nacional do Livro e Editora Pallas a sua obra de maior sucesso: ‘O Guarda-roupa alemão’. Obra que até hoje é incluída no concurso vestibular de diversas universidades brasileiras, em especial a UFSC.

Em 1976 recebeu o prêmio Odorico Mendes da Academia Brasileira de letras pela melhor tradução do ano em língua portuguesa para o livro de Alain Robbe-Grillet intitulado ‘Projeto para uma revolução em Nova York’. Já no ano seguinte, tendo Afrânio Coutinho como orientador, defendeu dissertação com o título de ‘O mistério do homem na obra de Drummond’, na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este trabalho acadêmico acabou sendo publicado em 1978 merecendo o mesmo título. Ainda, em 1977, recebeu do Jornal de Santa Catarina o Troféu Barriga-Verde, por sua contribuição na divulgação da literatura catarinense. Publicou, também, o ensaio ‘A presença cultural da Alemanha no Brasil’.

Lausimar contribuiu com a revista ‘Manchete’ e chegou a ocupar a segunda página da revista ‘O Cruzeiro’ com suas crônicas. Publicou em ‘O Globo’, ‘Diário de Notícias’, ‘Correio da Manhã’, ‘Jornal do Comércio’, ‘Jornal do Brasil’ (suplemento do livro), ‘O Estado de Minas Gerais’ (Suplemento Literário), ‘Correio do Povo’ (Caderno de Sábado), ‘Revista Presença’, ‘O Estado de São Paulo’ (Suplemento Literário) e ‘Jornal do Povo’ (hebdomadário itajaiense).

Na área musical teve vários poemas seus musicados por Aristides M. Borges e gravados com o selo da RCA/VICTOR. A música que obteve maior sucesso foi gravada com o título: ‘Tenho pensado tanto em ti’ que recebeu a voz de Gilberto Alves. Também foi publicado um folhetim pela Casa Viúva Guerreiro, demonstrando o seu grande apelo popular.

No setor acadêmico, Lausimar se licenciou em letras clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade Santa Úrsula. Titulou-se mestre em letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora pela Faculdade de Letras da Universidade de Madri. Exerceu por muitos anos o magistério superior na Universidade Federal Fluminense, em especial como professora de literatura alemã.

Lausimar Laus morreu aos 63 anos de idade, em sua residência (rua Aristides Espíndola, 106, Leblon – RJ), vítima de infarto fulminante, no dia três de outubro de 1979. Lausimar foi sepultada no Rio de Janeiro no Cemitério São Francisco Xavier, bairro do Caju, deixando escritos na área acadêmica, romance, crônicas, relatos de viagem, contos, livro infantil e poesia: *Confidências*, *O Sonho de Candoquinha*, *Histórias do Mundo Azul*, *Brincando no Olimpo*; *Aventuras do Zé Colaço*, *Europa Sem Complexos*; *Fel da Terra*, *O Romance Regionalista Brasileiro*; *A Presença Cultural da Alemanha no Brasil*; *O Mistério do Homem na Obra de Drummond*, *Tempo Permitido*; *O Guarda-Roupa Alemão*; *Ofélia dos Navios*.

2 – ANÁLISE DE OFÉLIA DOS NAVIOS

A história do livro *Ofélia dos Navios* tem como cenário a cidade de Itajaí na primeira metade do século XX, tendo como personagens principais: Ofélia – a louca, Ofélia – a jovem apelidada de Fefé, Hannele – jovem rebelde, e diversos moradores da comunidade de Quilombo e Barra do Rio - bairro itajaiense economicamente bem estruturado à época por conta da instalação da Fábrica de Papel Itajahy.

As amigas Fefé e Hannele admiram Ofélia, apesar de terem conceitos antagônicos sobre a vida. Fefé vê a natureza pelo prisma conservador, enquanto Hannele vê a natureza pelo prisma existencialista, quase um *carpe diem* onde há uma relativa necessidade da loucura no sentido de negar a lógica tradicional que imobiliza o cotidiano das pessoas na pequena cidade litorânea catarinense.

Interessante perceber que a trama do livro inicia tendo duas Ofélias como personagens: uma querendo ficar em Itajaí, não querendo ir além do cais para esperar seu amado – que já havia morrido no mar e não mais voltaria, motivo de sua loucura; outra, querendo ir além, conhecer todos os lugares do mundo. Estas duas Ofélias simbolizam a grande contradição que todo itajaiense guarda em seu interior – uma vontade louca de sair mundo afora, e uma necessidade física de criar raízes e viver feliz nesta terra maravilhosa em que nasceu. De um lado o mar chamando; de outro, a cidade pedindo para ficar.

Apesar de serem as protagonistas principais, as duas Ofélias têm fins inesperados. Além de registrar o fim das Ofélias, Lausimar também relata a agonia lenta de uma cidade do interior que vê o progresso chegando. Assim, morre também a Itajaí do Quilombo e da rua Pluvial. Em *Ofélia dos Navios* Itajaí se rende ao capitalismo do ciclo da madeira, com a comunidade se transformando em uma sociedade progressista onde “*a vida contemplativa da Barra do Rio foi sacudida para uma realidade contundente: a do capital. Os ricos ficavam mais ricos e os pobres mais pobres ainda*”.

Lausimar relata em forma de crítica, quase denúncia, o fenômeno do ciclo da madeira, que trouxe progresso, o trem, chatas argentinas, navios europeus e japoneses, carros e muitas madeireiras e empregos. Mas, em contrapartida, tirou a identidade que unia a todos e dava à pequena Itajaí um formato de comunidade. Tirou também os pobres do seu Quilombo, deixando-os espalhados por Cordeiros, Espinheiros e Machados, jogados à própria sorte.

Em vários momentos o discurso de Lausimar Laus apresenta uma coloração ideológica mais à esquerda. Um discurso ficcional que se mistura com a realidade e desanda a falar mal dos nazistas, bem como dos interesses do capital e o progresso desenfreado e desumano.

Em *Ofélia dos Navios* Lausimar apresenta o seu próprio drama familiar, que também foi meu e de uma grande parcela dos itajaienses: o pai ausente que trabalha como marinheiro na Companhia Lloyd Brasileiro. Assim, a figura da mãe passa a ser

mais severa, porque cumpre a dupla função de pai e mãe. Por outro lado, o pai – sem a obrigação cotidiana de educar e reprimir – é lembrado com um carinho todo especial.

Na verdade, este é um drama duplo para a mulher e a família. Primeiro pela ausência física da figura paterna e do homem amado; segundo, pelo total estado de incerteza com relação à segurança do marido-pai na travessia do oceano. A loucura de Ofélia espelha o drama de muitas mulheres itajaienses que ainda hoje perdem seus maridos no mar (agora, em especial, no setor pesqueiro). Quem naquela época não tinha um membro da família embarcado?

Quanto ainda à questão ideológica, parece evidente a influência da esquerda existencialista no discurso ficcional de Lausimar Laus. Não só em *Ofélia dos Navios* as mulheres são figuras centrais do enredo, Lausimar quase sempre dá à sua obra um tom de Simone de Beauvoir. Hannele, por exemplo, contraria a todos e desfaz o seu sonho de ser professora, denunciando a situação de penúria da categoria profissional do magistério. Depois, casa por conveniência e passa a denunciar a instituição casamento por não dar à mulher o direito ao prazer sexual. Por último, coloca os homens como seres que pensam quase que exclusivamente em dinheiro e negócios, relegando a mulher a um segundo plano como simples objeto.

Outro ponto forte encontrado na obra de Lausimar Laus é sua preocupação de mostrar as dificuldades que os imigrantes tiveram para se adaptar à realidade brasileira e como venceram todas as dificuldades, inclusive o preconceito. Diálogos onde o personagem alemão fala um português ‘arrastado’ é o principal expediente que Lausimar utiliza para sinalizar acerca dessas dificuldades. São, portanto, frases simbólicas, apresentando a defesa do imigrante. Daí sua obra ser catalogada como “regionalismo alemão” apesar de estar centrada em Itajaí, uma cidade que insiste em inventar-se açoriana. Desfazendo esta maquiagem histórica Lausimar nos mostra uma Itajaí de africanos, franceses, alemães, argentinos e portugueses. Uma cidade plural.

Vale ressaltar ainda que em toda sua obra, e *Ofélia dos Navios* evidencia esta característica, Lausimar Laus mistura ficção e realidade de tal modo que, muitas vezes, chega a confundir o leitor, porque fica difícil de separar a ficção dos fatos que realmente foram vivenciados pela autora na sua infância. O ensaísta Antonio Holfeldt, por exemplo, no livro ‘A Literatura Catarinense em Busca de Identidade: o romance’, ao analisar *Ofélia dos Navios* afirma que a trama ocorre “.. na fictícia localidade de Barra do Rio”. Vale ressaltar que o erro de Holfeldt – desconsiderando que a localidade realmente existe - não se dá apenas porque ele não conhece Itajaí e sequer é catarinense,

mas porque é quase impossível separar na obra de Lausimar a ficção do relato de vivências na qual a própria autora esteve envolvida.

Em *Ofélia dos Navios* fica nítido, para aqueles leitores que conhecem um pouco da vida de Lausimar, que a personagem Hannele, em grande parte, é uma caricatura dela própria. O livro, portanto, é quase uma biografia romanciada. Têm-se certeza disto ao comparar os personagens de *Ofélia dos Navios* com a crônica ‘Território de Infância’ que Lausimar publicou no Anuário de Itajaí de 1959.

Também é muito difícil visualizar a fronteira que separa a Lausimar romancista da Lausimar jornalista. Sua descrição da cidade e das pessoas, torna *Ofélia dos Navios*, em muitos trechos, quase um livro-reportagem no estilo de um Alexandre Konder, ou puro exercício de memória no estilo de um Silveira Júnior. Lausimar nos mostra que tinha muita dificuldade para separar essas duas atividades que desenvolvia com excelência. Por outro lado, podemos também pensar que a própria autora pretendia negar, de forma consciente, esta separação entre jornalismo e literatura, introduzindo na literatura catarinense os fundamentos da escola conhecida como ‘Novo Jornalismo’ de Ernest Hemingway e tantos outros jornalistas-escritores ou escritores-jornalistas.

Por último vale destacar que Lausimar Laus foi a mais itajaiense de todas as escritoras. Coincidência ou não, quis o destino que o seu último livro fosse exclusivamente itajaiense. Desta forma, pelo caminho da literatura Lausimar voltou ao seu querido ‘Território de Infância’ meses antes de falecer. Mesmo longe e por muito tempo, nunca deixou de estar presente de espírito. Assim sendo, mesmo quando escrevia na Europa, Lausimar pensava como a menina que apanhava gabirola no Quilombo.

Ao comemorarmos os vinte anos de *Ofélia dos Navios*, cabe uma reflexão: se para Lausimar Laus a distância e o tempo não foram suficientes para fazê-la esquecer de sua terra natal, será que duas décadas são suficientes para a cidade de Itajaí esquecer de Lausimar Laus?

3 – OBRAS SOBRE A AUTORA

- A LITERATURA CATARINENSE EM BUSCA DE IDENTIDADE: O ROMANCE. Antonio Hoffeldt. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: FCC/UFSC, 1994. (páginas 119 a 139)

- SANTA CATARINA EM VESTIBULAR. Florianópolis: RD, 199[.]. (página 68)

- A LITERATURA CATARINENSE. Celestino Sachet. Florianópolis: Lunardelli, 1985. (páginas 130 a 131).
- ANUÁRIO DE ITAJAÍ – 1998. Literatura Itajaiense. Rosa de Lourdes Vieira e Silva. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1998. (Páginas 48 a 50).
- PANORAMA DO CONTO CATARINENSE. Iaponan Soares. Porto Alegre: Movimento/INL, 1974. (páginas 111 a 114).
- A LITERATURA DE SANTA CATARINA. Celestino Sachet. Florianópolis: Lunardelli, 1979. (páginas 149 a 152).
- QUEM ESCREVE EM ITAJAÍ? Magru Floriano. Itajaí: Brisa Utópica, 2002. (página 53).
- O JORNALISMO CULTURAL EM SANTA CATARINA. Paulo Clovis Schmitz. Disponível na Intewrnet: www.cehcom.univali.br/monitordemidia/artigos/pauloclovis.pdf.
- UMA LEITURA METAFÓRICA D'O GUARDA-ROUPA ALEMÃO, DE LAUSIMAR LAUS. Vilca Marlene Vieira. Florianópolis: Ufsc, 19[..]. – dissertação.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2003 – páginas 119 a 125.
- 2 – Texto modificado em 03 de agosto de 2023.

TEXTO 7: A IMPRENSA DO VALE DO ITAJAÍ NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL

Magru Floriano

Ao compararmos o processo de surgimento da imprensa brasileira com o ocorrido nas Américas Espanhola e Inglesa, bem como nas áreas de colonização portuguesa da Ásia e África, vamos concluir com certa naturalidade que nossa imprensa surgiu tardiamente. A Espanha começou a ocupar o território americano no ano de 1519 e em 1533 já tinha introduzido uma gráfica no território sobre seu domínio. Por sua vez, a Inglaterra iniciou o processo de ocupação do território americano por volta de 1620 e em 1638 já havia introduzido a imprensa na América. Enquanto isto, Portugal levou quase três séculos para implantar uma gráfica no Brasil (1808).(1) Em Santa Catarina o primeiro prelo só chegou no ano de 1831 e, em Itajaí o primeiro jornal surgiu em 1884, quase quatro séculos após o descobrimento do Brasil e cerca de 60 anos após a chegada do primeiro colonizador (Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond) e do seu fundador (Agostinho Alves Ramos).

Muitas são as teorias que tentam compreender e/ou explicar este processo de *atraso histórico* da nossa imprensa. Alguns estudiosos promovem uma leitura do *atraso* pelo viés puro da política, acreditando que Portugal tinha medo de que a liberdade de imprensa na colônia possibilitasse a divulgação de ideias indesejáveis, tais como: independência e república. Preferia deixar o Brasil no estágio pré-tipográfico, com seu povo na pura ignorância, porque seria mais fácil o controle, mantendo a relação de submissão total entre colônia e corte. (2) Assim se justifica, por exemplo, a proibição das atividades de impressão de jornais estabelecida em 1642, bem como a repressão sistemática às casas editoras clandestinas, como ocorreu em 1706 em Pernambuco, e, nos anos de 1724 e 1747, no Rio de Janeiro.

Já Nelson Werneck Sodré, busca compreender o atraso da imprensa brasileira pelo viés marxista ortodoxo, localizando como fundamento de todo processo questões eminentemente econômicas. Considera o autor que a imprensa é um fenômeno da Sociedade Capitalista e que o Brasil colônia, feudal-escravocrata, não continha as condições sócio-econômicas necessárias para a sua manutenção. A falta da estrutura

econômica Capitalista, portanto, é para Nelson Werneck mais determinante para definir o *atraso* do que a simples imposição política da corte portuguesa. (3)

José Marques de Melo publicou, em 1973, o ensaio *Sociologia da Imprensa Brasileira*, onde analisou o fenômeno do atraso no surgimento da imprensa brasileira. Seguiu um viés sócio-cultural, relacionando os fatores econômico, cultural e político como parte de um mesmo processo que considerou “*um conjunto de circunstâncias causais, que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente*”. (pág.110). José Marques de Melo enumerou os seguintes fatores causais do atraso da imprensa brasileira: *a) natureza feitorial da colonização; b) atraso das populações indígenas; c) predominância do analfabetismo; d) ausência de urbanização; e) incipiência da burocracia estatal; f) incipiência das atividades comerciais e industriais; g) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos* (pág. 111).

Muitos destes fatores estão nitidamente relacionados ao processo histórico da imprensa catarinense e da Foz do Itajaí-Açu. No caso específico de Santa Catarina temos como agravante o fato das *terras de Sant’Anna* terem sido colonizadas mais de um século após o descobrimento, e sua economia nunca ter participado do centro da economia colonial baseada no modelo primário-exportador com os ciclos do Pau Brasil, Açúcar, Gado, Ouro e Diamante, Algodão e Café, respectivamente. (4).

A capitania de Pero Lopes de Souza recebeu sua primeira leva de imigrantes em São Francisco do Sul no ano de 1658 e depois na Ilha de Santa Catarina por volta de 1748 quando chegou um grande contingente de imigrantes açorianos (que em 1777 migraram em boa parte para as terras dos vales Tijucas e Itajaí, fugindo da Invasão Espanhola). Fora dos grandes ciclos econômicos, Santa Catarina experimentou por volta de 1700 o ciclo da caça à baleia (Armação da Piedade e Armação do Itapocorói) e o ciclo da madeira, ambos constituídos como ciclos econômicos secundários.

Portanto, a *natureza feitorial da colonização* interferiu de forma decisiva para que Santa Catarina ficasse abandonada quase que completamente ao longo dos primeiros séculos de colonização portuguesa. Esse processo começa a ter um revés no início do século XIX na medida em que Portugal gradativamente vai se interessando pelas terras próximas ao Rio do Prata e utiliza a Ilha de Santa Catarina como base de apoio logístico às suas operações de conquista e manutenção desses territórios.

Em 1817 é criada a Intendência da Marinha de Santa Catarina, que tem entre as suas atribuições: o corte de madeiras utilizadas no reparo e construção de embarcações; as armações de pesca da baleia; provisionamento e manutenção da esquadra que se

dirigia e regressava da Região Cisplatina. Como já em 1750 tinha sido proibido aos colonos cortarem árvores cuja madeira servia à construção naval, os engenhos de serrar viviam precariamente, em estado de quase clandestinidade, com os colonos deixando de explorar uma grande fonte de renda. (5)

Foi neste contexto, de controle real sobre o corte de árvores, que chegou à Itajaí Antonio Menezes Vasconcelos Drummond, que em 1820 ficou responsável por esta atividade no Vale do Itajaí. Contudo, Drummond era remunerado pelo Rio de Janeiro e sucumbiu à ganância de Antonio Mendes de Carvalho (responsável desde 1818 pelo corte de árvores na Ilha de Santa Catarina e adjacências). (6) Sua saída intempestiva de Itajaí deveu-se em boa parte à esta guerra surda que foi travada em Santa Catarina pelos negócios da madeira, utilizada para a construção e manutenção das embarcações da Marinha Imperial, nas obras dos edifícios públicos de Desterro e Rio de Janeiro, além de suprir a Praça de Montevidéo.

Em 1830 é abolido o real corte da madeira e começa a florescer no Vale do Itajaí o comércio particular de madeira, com os engenhos de serrar sendo instalados em todos os cantos. O governo desistiu do corte porque sua reserva estava cada vez mais distante de Desterro e em terras de difícil acesso. Além disso, na medida que se afastavam do litoral, adentrando os vales do Tijucas e Itajaí, ocorriam com certa regularidade ataques de silvícolas, ao mesmo tempo que o custo do transporte ficava mais alto. Assim, os inspetores chegaram à conclusão que era mais rentável ao Estado comprar a madeira posta à venda pela iniciativa privada. (7)

Foi neste contexto que chegou à Itajaí o comerciante Agostinho Alves Ramos. Encerrado o ciclo do real corte da madeira as atividades de extração, corte, transporte e comercialização passam exclusivamente às mãos dos proprietários de terras, engenho de serrar, frota mercante e casas comerciais exportadoras. Floresce em Santa Catarina, em particular no Vale do Itajaí, um novo processo comercial que vai viabilizar o surgimento de uma elite regional (8) e a urbanização de Itajaí e diversas colônias do Vale, tendo entre outros desdobramentos futuros a criação da nossa imprensa.

Agostinho Alves Ramos foi o grande nome do período. (9) Em 1832 Porto Belo se separa de São Francisco do Sul, recebendo o *status* de Vila, enquanto Itajaí era reconhecida como freguesia vinculada politicamente à nova vila. Em 1833 surge um número expressivo de engenhos de serrar no Vale, e, em 1836, Agostinho Alves Ramos obtém permissão para assentar colonos, oriundos da Ilha de Santa Catarina e São Pedro de Alcântara em Belchior e Pocinho (hoje terras do município de Gaspar). Em 1846 os

belgas são instalados em Ilhota, e, em 1852, é vendido o primeiro lote da Colônia Blumenau. Em 1859 Itajaí passa à condição de Vila, superando economicamente Porto Belo (10), ao mesmo tempo chegam às terras do Itajaí-Mirim os imigrantes das colônias Itajahy (1860) e Príncipe Dom Pedro (1866) – células da futura cidade de Brusque. Todo esse processo de colonização do Vale tem Itajaí como porta de entrada e saída.

A chegada organizada de imigrantes e migrantes para a formação de colônias nas terras do Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu chamou para a região um expressivo número de comerciantes oriundos de Desterro, São Francisco do Sul e até dos grandes centros. Itajaí passa a sediar casas de comércio articuladas com uma economia que gradativamente vai superando a fase de subsistência para produzir cada vez mais produtos excedentes, voltados para o comércio. À frente destas atividades estava a extração, corte e exportação de madeira.

O primeiro comerciante que aqui se instalou, tendo os olhos voltados para a colonização do Itajaí Grande foi Agostinho Alves Ramos (1823). Depois chegam os irmãos Liberato: Joaquim Pereira Liberato – empório na Barra do Rio e casa comercial na Colônia Itajahy; Antonio Pereira Liberato – engenho de beneficiamento de arroz, embarcações e trapiche para o comércio de madeira e casa comercial; José Pereira Liberato – comerciante e produtor nas margens do Itajaí-Mirim. O porto cresceu com os trapiches das empresas de João Bauer, Nicolau Malburg, Guilherme Asseburg, Irmãos Konder, entre outros. (11)

Em 1825 inicia no Brasil o ciclo do café, que vai concentrar o interesse comercial da elite brasileira. Assim, os produtos agrícolas de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha, milho) que deixam de ser produzidos no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, passam a ter maior valor de mercado, ajudando a economia catarinense. Em 1851, os dois núcleos de Gaspar fundados por Agostinho Alves Ramos já contavam com 21 engenhos de farinha e dez engenhos de cana.

Mas, a grande riqueza natural da região era a madeira. Das terras do Itajaí se extraía: jacarandá vermelho, canela preta, peroba, louro preto, cedro vermelho, ariribá, óleo vermelho, ipê, massaranduba, garapuvu, pau brasil e pinho. Entre 1865 e 1919 surgiram nas colônias de Brusque (Itajahy e Príncipe Dom Pedro) quase 50 engenhos de serrar, sendo que em 1885 existiam 25 engenhos, número que subiu para 49 no ano de 1919.

Na medida que toda a região ia prosperando, era natural que também ocorresse uma maior complexidade nas relações sociais, econômicas e políticas. Enquanto Itajaí

se mantinha como um pequeno porto - prejudicado por um banco de areia localizado à sua foz que dificultava o acesso de navios maiores - era natural sua dependência à centros como São Francisco do Sul, Porto Belo e até Armação do Itapocorói.(12) Como Freguesia Itajaí tinha a representação política de Agostinho Alves Ramos, eleito deputado provincial em 1835, 1839 e 1850. Somente em 1847 é fundado o Partido Conservador de Itajaí e, em 1850 os irmãos Pereira Liberato fundam o Partido Liberal, inserindo Itajaí na disputa política entre Cristãos (conservadores) e Judeus (liberais) que monopolizou a vida política da província de Santa Catarina até 1860, quando da morte do líder liberal Jerônimo Coelho. (13)

Estando o Capitalismo Concorrencial estabelecido na Freguesia de Itajaí, através das casas comerciais exportadoras, naturalmente foi se formando uma elite local, constituída por comerciantes e funcionários responsáveis pelo aparato da burocracia estatal. O porto vai necessitando cada vez mais mão-de-obra, levando a freguesia a experimentar um processo gradativo de urbanização. Por outro lado, tanto o processo de crescimento comercial quanto o fenômeno da urbanização induzem um número cada vez maior de pessoas a se alfabetizar. Este processo de urbanização e crescimento econômico leva à emancipação de Blumenau e Brusque, que passam à categoria de vila nos anos de 1880 e 1881, respectivamente.

Assim, no final do século XIX estavam postas as condições objetivas para Itajaí abrigar a sua imprensa. Fato que veio ocorrer em 1884, quando João da Cruz e Silva lançou o jornal 'Itajahy' sob os auspícios dos liberais. Contudo, é importante lembrar que se Itajaí passou praticamente todo o século XIX sem ter um jornal publicado na própria cidade, isto não nos dá o direito de afirmar que não existia imprensa na cidade. Acontece, que suas elites comercial-religiosa-política, mantinham estreitos laços com as colônias de Brusque e Blumenau, bem como os portos de Desterro, Santos e Rio de Janeiro. Integravam uma rede de informações montada, em especial, a partir da Colônia Blumenau, que por sua vez mantinha estreito contato com a Colônia Dona Francisca (Joinville) e inúmeros países do norte europeu.

Estes países, ao longo do século XIX, já vinham experimentando os efeitos da Segunda Revolução Industrial (1830), sendo que na sua plena maioria aboliram o regime despótico (absolutismo) e com isso iniciaram o processo liberal da garantia das liberdades individuais, com a conseqüente ampliação do espaço público e das discussões políticas via imprensa e parlamento.

Não devemos menosprezar o papel de Itajaí no diálogo entre as colônias e os países europeus. Em primeiro lugar porque Itajaí era o porto de entrada e saída do Vale e aqui chegavam os jornais e os viajantes, fazendo com que as ideias circulassem em primeira mão, frescas e atualizadas (14); em segundo, porque Itajaí abrigou muitos estrangeiros que vieram a constituir sua elite, como é o caso dos Malburg, Konder, Asseburg, Heusi, Deschamps, Willerding, Kleine, Burkhardt, Müller. (15) Bilíngües, esses estrangeiros tinham acesso à imprensa nacional e europeia e provavelmente a faziam circular entre o pequeno grupo de abastados.

Exemplo dessa relação foi a empresa Sociedade Hamburguesa de Colonização, que fundou e explorou comercialmente a Colônia Dona Francisca, cujos navios chegavam também à Itajaí trazendo imigrantes europeus e encomendas para a Colônia Blumenau. A Hamburguesa editou, em 1852, o jornal ‘Mittheilungen Betreffend die Deutsche Kolonie Dona Francisca in Süd-Brasilien Provinz Santa Catharina’ para servir como peça de propaganda das colônias na Alemanha (16) e defender os interesses dos colonos e do empreendimento colonial junto às autoridades teuto-brasileiras (17). No ‘Mittheilungen’ também eram publicadas notícias sobre as colônias do Vale do Itajaí, sendo natural a sua circulação entre nós.

No período da colonização, para estimular o fluxo emigratório europeu, muitas empresas de navegação utilizavam os jornais como peças publicitárias e algumas empresas colonizadoras chegavam a manipular imagens e dados para convencer famílias a embarcarem para o Brasil. Entre os jornais europeus que foram criados para “*informar e orientar*” os colonos encontramos o ‘Allgemeine Auswanderungszeitung’ (Alemanha – 1846/1871) e o ‘Der Colonist’ (Suíça – 1851).

Além do material impresso na Europa, que obrigatoriamente circulava nas mãos da elite empresarial de Itajaí, também circulavam na Região da Foz os impressos produzidos no Rio de Janeiro e, depois, em Desterro, Joinville e Blumenau. Prova incontestável da influência da imprensa de Desterro nas comunidades do Baixo Vale é a repercussão que teve junto às autoridades de Itajaí o relato publicado no Jornal desterrense ‘O Argos’, de sete de agosto de 1860, dando conta de que o presidente da província - Araújo Brusque - chegou à Vila de Itajaí a bordo da canhoneira de guerra Belmonte, em 24 de julho de 1860, trazendo pessoalmente a leva de imigrantes para a Colônia Itajahy (hoje Brusque) e aqui não foi recepcionado pelas autoridades constituídas. Sendo que na edição seguinte de ‘O Argos’ aparece publicada a explicação

do presidente da Câmara Municipal Jacinto Zuzarte de Freitas. A circulação de todo esse material se manteve por longo tempo, sobrevivendo ao século XX (18)

O contato entre as elites de Itajaí e Blumenau, por exemplo, era muito frequente e consistente, a ponto de muitos itajaienses terem se eleito vereador e até prefeito de Blumenau após a sua emancipação em 1882 (a emancipação ocorreu em 1880, mas uma grande enchente protelou o processo de instalação da nova vila em dois anos). Entre estes líderes lembramos de José Henrique Flores Filho – proprietário de terras no distrito de Gaspar e eleito vereador duas vezes em Blumenau entre 1883 e 1889, sendo seu primeiro presidente da Câmara e intendente municipal (prefeito); Henrique Clasen – duas vezes vereador, presidente da Câmara e intendente municipal (prefeito), Victor Konder – duas vezes vereador e ministro, Max Tavares do Amaral – Deputado; Alberto Stein – vereador e prefeito.

A imprensa de Itajaí nasce pelo sopro dos ventos modernizantes vindos do Vale. Quando Blumenau iniciou o processo de implantação da sua imprensa, desistindo do vínculo que mantinha com o jornal ‘Colonie-Zeitung’, fundado em 1862 na Colônia Dona Francisca, entre os muitos empresários que resolveram montar um jornal na Colônia Blumenau encontravam-se dois representantes das famílias conservadoras de Itajaí – Flores e Asseburg. Estes, para editarem o jornal ‘Blumenauer Zeitung’, em 1879, constituíram uma sociedade por ações, juntando o capital necessário para fazer o jornal circular a primeiro de janeiro de 1881. Em Itajaí o agente comercial era E.V. Borowski. ‘Blumenauer Zeitung’ também fez o caminho inverso ao ‘Mittheilungen’, circulando por Desterro, Joinville e países europeus.

Sem dúvidas que o surgimento do ‘Blumenauer Zeitung’ deve-se em grande parte às precárias vias de comunicação entre Blumenau e Joinville. Contudo, a causa principal de seu efetivo surgimento deve-se às divergências crescentes encontradas nas comunidades do Vale do Itajaí (incluindo Itajaí) entre conservadores e liberais quanto ao sistema adotado pelo governo imperial para promover a avaliação e ressarcimento dos estragos causados nas propriedades particulares e públicas pela grande enchente de 1880. Enchente que literalmente riscou Itajaí do mapa.

O governo montou uma comissão de engenheiros liderada pelo Dr. Antunes, vinculado ao esquema político dos liberais do Vale, causando a natural reação dos conservadores, que através do jornal ‘Blumenauer Zeitung’ encontraram uma maneira de se fazer ouvir. Em contrapartida, os liberais se viram na obrigação de fazer defesa pública de suas ações e para tanto, editaram, em 1883, o jornal ‘Immigrant’, tendo como

lema a inscrição “*Semanário dedicado aos interesses da população da região do Vale do Itajaí e das suas colônias*”. (19) Vale ressaltar que os dois jornais eram escritos em alemão e que circulavam em toda a Região da Foz do Itajaí e contavam com o apoio político e econômico da elite itajaiense.

Em 1880 o Baixo Vale já tinha preenchido os principais critérios sócio-culturais considerados por José Marques de Melo (20) como condição para abrigar a atividade de imprensa. Além disso é fácil perceber que a imprensa só é possível, ou vai encontrar ambiente muito mais fértil para o seu surgimento e manutenção, quando há uma clara cisão entre a elite local. (21) Na luta política surge a necessidade da ocupação estratégica dos espaços públicos, e até mesmo, surge a necessidade da invenção de novos espaços. A imprensa é uma invenção da burguesia na luta pela construção de uma esfera pública mais ampliada, que a inclua na estrutura central de decisão. Trata-se, portanto, de um fenômeno de ampliação de espaço para inclusão de novos atores sociais, no caso a burguesia comercial/industrial emergente.

A elite de Itajaí, cindida desde a década de quarenta pela lógica do nascente Capitalismo Concorrencial, tem nos jornais ‘Blumenauer Zeitung’ e ‘Immigrant’ instrumentos de luta pelo espaço público. Então, devemos considerar o ‘Blumenauer Zeitung’ e ‘Immigrant’ como embriões da imprensa itajaiense (mesmo porque grande parte das terras de Blumenau pertenciam à Vila de Itajaí e de suas famílias tradicionais, como é o caso dos Flores). As duas folhas surgiram no momento que as identidades próprias das comunidades localizadas no Baixo Vale ainda não estavam plenamente consolidadas, com suas elites mantendo interesses comuns e atuando em blocos homogêneos. João Bauer, Victor Konder, Max Tavares do Amaral, Hercílio Luz, são frutos desta conjuntura. Assim também eram os partidos políticos brasileiros que passaram a terem identidades próprias somente a partir da década de 1940. Estávamos em um período de formação da identidade do que consideramos hoje os municípios de Itajaí, Ilhota, Gaspar, Blumenau, Brusque, etc.

Neste processo embrionário das comunidades do Baixo Vale também não podemos menosprezar o papel desempenhado pelos sistemas de comunicação estabelecidos fora da lógica tipográfica.(22) Este Brasil pré-tipográfico era composto por um número bastante expressivo de sistemas de comunicação que iam desde visitas regulares às casas dos fiéis, eleitores, compadres e parceiros comerciais, até viagens de longo curso. Sermões, comícios, cartas e pasquins eram formas muito eficientes de comunicação, assim como a tradicional conversa nos armazéns e na área defronte da

casa nos finais de tarde. (23) A crônica (conversa sobre o cotidiano) era tão tradicional que alterou o estilo das residências, quase que obrigando todas as casas a possuírem uma área frontal externa.

Mesmo depois que surgiram os jornais nas colônias de Joinville e Blumenau, estes circulavam tão-somente entre a elite política-religiosa-comercial cujos integrantes eram letrados, constituída por uma minoria extremada. (24) Acontece que as condições materiais do Brasil colonial sempre foram precárias e a maioria absoluta da população sofria sérias dificuldades de sobrevivência, não obtendo recurso suficiente para comprar jornal produzido na Europa ou aqui mesmo no Vale. Assim, portanto, desde o início da colonização da região foi mantida uma intensa rede de comunicação via meios tradicionais, não tipográficos.

No período pré-tipográfico o 'pasquim' teve papel fundamental em muitas comunidades, sendo que sua influência persiste entre nós até os dias de hoje, apesar de ter perdido muito da sua força após a Segunda Grande Guerra Mundial, com a popularização do Rádio. Mas, esta tradição foi mantida ao longo dos séculos, e isto se deve em grande parte aos próprios jornais, que desde o início de sua formação estiveram muito diretamente vinculados às esferas oficiais de poder, não representando uma esfera de representação política para as classes menos abastadas e iletradas, integradas por uma maioria absoluta da população.(25)

Ainda na eleição municipal de 2000 a população de Navegantes, por exemplo, pode saborear as intrigas e denúncias formuladas por um pasquim (agora xerografado) que circulou por toda a cidade denunciando diversos candidatos a vereador e prefeito. Denúncias graves, não dispensando inclusive ficha corrida de um candidato a prefeito. Autores regionais consagrados como Silveira Júnior (26) e Lausimar Laus (27), dão seus testemunhos sobre a importância dos pasquins na vida das nossas comunidades ainda nas primeiras décadas do século XX.

Imaginem se dava de trocar um pasquim por um jornal censurado, atrasado e atrelado. Então, em comunidades que ainda tinham a maioria de sua população fora do centro urbano e analfabeta, com acentuada cultura oral, a imprensa tinha sérias dificuldades estruturais para se consolidar. Por isto, cidades como Itajaí tiveram de esperar um pouco mais para ver florescer sua imprensa, e, mesmo quando ela surgiu, na maioria das vezes sucumbiu rapidamente vítima da inanição econômica e/ou das intrigas políticas.

É importante registrar ainda que o Brasil pré-tipográfico, carente de tecnologia de impressão, possibilitou a confecção de jornais manuscritos. Exemplo dessa atividade copista em Santa Catarina é ‘Der Jaraguá Bote’ (O Mensageiro de Jaraguá), editado por Hugo Schneider e por uma equipe de copistas entre os anos de 1900-1901. Na Colônia Dona Francisca surgiu, em 1852, o ‘Der Beobachter am Mathiasstrom’ (O Observador às Margens do Rio Mathias) de Karl Knüppel, também manuscrito, semanário, em papel carta duplo, na língua alemã. Podemos afirmar com convicção que estes jornais manuscritos, alguns com tiragem de apenas um exemplar, também foram criados no Vale do Itajaí. A diferença básica entre o jornal manuscrito e o pasquim está no fato de que o pasquim sempre circulava como documento apócrifo, enquanto o jornal tinha seus textos devidamente assinados.

Mas, Itajaí entra definitivamente na era tipográfica no ano de 1884 através das páginas do ‘Itajahy’. Hebdomadário, era editorado por João da Cruz e Silva, conhecido na cidade como Mestre Janja, cunhado do comerciante liberal Manoel Antonio Fontes, um dos mais exaltados fundadores do Club Republicano Federativo de Itajahy junto com Emanuel Pereira Liberato. A tipografia de Mestre Janja estava estabelecida na rua da Matriz, hoje Hercílio Luz. Apesar do apadrinhamento, ou por causa dele, o ‘Itajahy’ durou entre três e cinco edições (os autores divergem sobre o número certo de edições), fechando suas portas por falência. Queremos crer que um dos fatores preponderantes para João da Cruz e Silva não obter a ajuda financeira prometida foi a crise econômica advinda da grande enchente de 1880. Uma vez que todo o Vale do Itajaí estava passando por um período de reconstrução, é natural supor que as empresas exportadoras de Itajaí sofressem neste momento sérios reveses econômicos. Havia ainda, a concorrência do ‘Blumenauer Zeitung’ e ‘Immigrant’.

Os historiadores e memorialistas consideram o ITAJAHY como o primeiro jornal impresso na cidade, muito embora todos afirmem que não chegaram a ver um exemplar do mesmo. Lucas Boiteux no clássico ‘A Imprensa em Santa Catharina’ de 1915, cita a data de 17 de maio de 1884 como o dia em que o ITAJAHY circulou pela primeira vez, garantindo que conseguiu estas informações com o professor Henrique da Silva Fontes, aparentado de Manoel Antônio Fontes. (28)

Desiludido com os políticos locais, João da Cruz e Silva transferiu sua tipografia para Lages, onde, em 1885, assumiu o comando editorial de ‘O Serrano’ trocando o seu nome para ‘Echo da Serra’, que circulou até dezembro de 1886. No ano de 1887 João da Cruz e Silva dirigiu o semanário ‘O Lageano’, já na sua fase liberal. O suposto pai da

imprensa itajaiense faleceu, segundo Juventino Linhares, no último dia do ano de 1909. (29)

Em 1884 estavam postas as condições para a queda definitiva do poder monárquico no Brasil. A vida efêmera dos diversos gabinetes, ora conservador, ora liberal, que se revezavam no poder central, era uma evidência clara do ocaso do regime. E a política em todo o Vale do Itajaí refletia esta conjuntura nacional. Aqui, desde a morte de Agostinho Alves Ramos os conservadores tinham na figura do coronel José Henrique Flores seu maior expoente (latifundiário, vereador de Itajaí por cinco legislaturas, sendo três delas presidente da Câmara e intendente municipal). Eram seus principais aliados Nicolau Malburg e Guilherme Asseburg (eleito deputado provincial em 1884/1886/1888).

O coronel Flores tinha como adversários políticos os Pereira Liberato (Joaquim, José, Antônio, Emanuel), que vinham desde o tempo de Agostinho Alves Ramos, na década de 1840, liderando os liberais itajaienses. Os Pereira Liberato também conseguiram em várias oportunidades eleger vereador, deputado e assumir a presidência da Câmara, comandando a Intendência Municipal. Emanuel Pereira Liberato foi indicado pelo governador Lauro Müller o primeiro presidente da Intendência Municipal após a proclamação da República. Depois, ao irromper a Revolução Federalista, as Câmaras federalistas foram presididas por Antonio Pereira Liberato. José Pereira Liberato foi deputado em 1864 e terceiro vice-presidente de Santa Catarina na década de 1870.

Durante o período de gestação da República surgiram mais dois jornais na cidade de Itajaí. O primeiro deles foi 'A Idea', que circulou no ano de 1886 e era editorado por Tranqüilo Antonio da Silva tendo como principal colaborador Eduardo Dias de Miranda. O segundo tinha um título mais politizado, era 'A Liberdade' de Galdino Pereira de Miranda Lima - que circulou em 1887.

'A Idea' circulou pela primeira vez em 18 de fevereiro de 1886, e, diferentemente da orientação ideológica que João da Cruz e Silva empreendeu no 'Itajahy', Tranquilo Antônio da Silva manifestou seu desejo de entregar à comunidade um periódico "neutro", pelo menos na sua aparência, porque segundo Juventino Linhares o jornal trazia matéria criticando atos administrativos.(30) Pensava sobreviver agradando às elites de forma indistinta. Utilizava a divisa: "*Deos e a Lei, a Sciencia e grey*". Distribuído aos domingos no formato 39 x 22 cm, este hebdomadário era impresso na tipografia localizada na rua Conde d'Eu (atual Lauro Muller).

Em seguida passou a circular duas vezes por semana, e segundo Lucas Boiteux o jornal às vezes era excessivamente polêmico “*Tendo feito várias e desagradáveis referencias pessoas foi causa de vários pugilatos*”. (1915, p.21). A data provável de sua última edição foi 15 de janeiro de 1887. Portanto, circulou um ano incompleto.

Quase ao mesmo tempo que ‘A Idea’ deixava de circular, surgia no cenário itajaiense ‘A Liberdade’. O primeiro número de ‘A Liberdade’ circulou no dia 20 de fevereiro de 1887 se caracterizando como um “*periódico commercial e notioso de feição neutra*”. Também era impresso na tipografia da rua Conde d’Eu, no formato 38 x 26 cm. Deve ter fechado suas portas ainda no ano de 1887. Lucas Boiteux tinha em mãos um exemplar da edição de número cinco.

Interessante perceber que o país estava à beira de uma revolução (1888 vai ocorrer o fim do sistema escravocrata e em 1889 a proclamação da República) e tanto ‘A Idea’ quanto ‘A Liberdade’ buscam na pretensa “neutralidade” uma forma de se viabilizar econômica e politicamente. ‘A Idea’, no seu editorial de apresentação, deixa bem evidente esta intenção: “[...] *esta Empreza conta receber a coadjuvação de todos que desejam o progresso nacional e o bem estar deste município. A IDEA não se filia a nenhum dos partidos constituídos e, por isso, abordando com todo a imparcialidade as questões que surjam no theatro da discussão útil, se constituirá, precisamente, um consciencioso defensor do Brasil, a província de Santa Catharina e com especialidade de todas as causas que se prendam aos interesses do Valle do itajahy e suas colônias.*” (BOITEUX, 1915, p.21).

Seu editorial refere-se a todo o Vale do Itajaí porque está vislumbrando a concorrência do ‘Blumenauer’ (conservador) e do ‘Immigrant’ (liberal). Contudo, apesar de se dizer neutro, no seu próprio editorial de apresentação ‘A Idea’ trai os seus propósitos e se posiciona contra o sistema escravocrata em plena decadência: “[...] *pugna pelo meio de accentuar o melhoramento da instrução popular e a defesa da causa da abolição do elemento servir[...]*”. (BOITEUX, 1915, p. 21).

A abolição da escravatura em 1888 foi a senha para se desencadear o processo da proclamação da República. Após a abolição, muitos conservadores já esperavam “pelo pior” e trataram de se adaptar aos “novos tempos”. Desta forma, quando chegou à Itajaí a notícia da proclamação, praticamente ninguém reagiu em defesa do antigo regime e a vida correu na sua normalidade, com conservadores e liberais bradando um uníssono “Vida longa à República!”.

Em 11 de setembro de 1887 tinha sido criado o CLUB REPUBLICANO FEDERATIVO DE ITAJAHY, contando com as lideranças de Emanuel Pereira Liberato, Manoel Antônio Fontes, Júlio Sales e Carlos Severiano Muller. Agora, esperavam os Republicanos Históricos ter confirmados seus nomes para os principais cargos públicos da região. Acontece que muitos conservadores aderiram prontamente ao novo regime, e muitas outras lideranças surgiram, através de apadrinhamento, para atuarem no cenário político em plena mudança estrutural. Os novos contavam com o apoio dos conservadores, que mantinham os ressentimentos e magoas para com os republicanos históricos. Portanto, os novos líderes (como Pedro Ferreira e Silva e Eugenio Müller) acabaram fortalecidos em todo o processo.

NOTAS

1 - Ver José Marques de Melo: *Sociologia da Imprensa Brasileira*.

2 – “Não convinha a Portugal [...] que houvesse civilização no Brasil; desejando conservar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arranca-la das trevas da ignorância” (Moreira de Azevedo citado por José Marques de Melo, página 94)

3 – “Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu” (Nelson Werneck Sodré citado por José Marques de Melo, página 102).

4 – Ler: a) Argemiro J. Brum – *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*; b) Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil*; Celso Furtado – *Formação Econômica Brasileira*.

5 – “No século XVIII, as madeiras de Santa Catarina eram obtidas em quantidade, boa qualidade e praticamente pelo custo da extração. As mais procuradas eram o ipê, a canela, a peroba, o pau Brasil. No entanto, o corte desordenado dessas madeiras levou o governo Português, por volta de 1750, a proibir esta atividade quanto às madeiras apropriadas à construção naval. [...] Por volta de 1793, este embargo atingiu as matas de propriedade particular por ser a sua exploração privilégio da coroa”. (Nelma Baldin, pág. 30)

6 – “[...] em 1821 Mendes de Carvalho propôs-se a exercer também a administração dos cortes de madeira nas terras do Rio Itajaí, que a partir de fevereiro de 1820, ficaram sob o encargo de Antonio Menezes Vasconcellos Drummond, que percebia 100\$000 mensais pagos pela Junta da Real Fazenda. A Real Fazenda acabou lhe concedendo o privilégio de exploração, uma vez que o trabalho de Vasconcellos Drummond onerava a mesma com a despesa de três mil cruzados anuais, além de outras despesas com o emprego de prisioneiros, vindos por Ordem Régia, da Capitania de São Pedro”. (Nelma Baldin, pág. 32).

7 – “após a inspeção das reservas florestais dos rios Itajaí e Tijucas Grandes, verificou-se que as matas de propriedade do governo já não podiam oferecer alta rentabilidade pois se encontravam a grandes distâncias dos rios, havia falta de recursos e ainda a presença de indígenas que por vezes atacavam os trabalhadores e desestimulavam as iniciativas da Intendência. [...] seria mais viável à Fazenda Pública extinguir os cortes de madeiras reais e suprir as necessidades do Estado comprando as madeiras postas à venda por proprietários de terrenos particulares e que passavam a explorar a atividade”. (Nelma Baldin, pág. 41).

8 - “Como escoadouro de produção do Vale, ainda na fase da navegação fluvial, o porto de Itajaí, graças à abundância de madeiras desenvolveu-se, inicialmente, como praça exportadora dessa mercadoria e importadora de produtos industrializados. Estas atividades fundamentaram o fortalecimento de firmas portuárias de importação e exportação, como também o nascimento de uma acumulação de capital na cidade portuária”. (Sonia Moreira, 2002, p.82).

9 – “O novo ponto comercial passou a determinar uma nova posição do porto, agora nas proximidades da casa de negócios, efetuando-se a construção de trapiches para o melhor acesso das embarcações. Embora o ancoradouro na confluência com o Mirim permanecesse ainda como importante referência na circulação fluvial, especialmente com a chegada de imigrantes para o interior do vale, o surgimento de um núcleo central formado pelo negócio de Alves Ramos, a capela, o cemitério e algumas dezenas de casas muito simples, alinhadas ao correr do rio, orientou a instalação de uma freguesia, posteriormente Vila de Itajaí.” (Sônia Moreira, 1998, pág. 124)

10 – “A decadência de Porto Belo como centro administrativo se deu principalmente em função do desenvolvimento extraordinário do seu município. Os imigrantes europeus, que se fixaram no vale do Rio Tijucas e no vale do Rio Itajaí, deram um forte impulso econômico a região, mas não foi Porto Belo quem colheu os frutos deste desenvolvimento. Limitado pela serra e pelo mar, Porto Belo não possuía espaço físico para acompanhar a expansão das outras regiões do seu município e não havia condições de administrar e fiscalizar os novos centros econômicos.” (Dieter Hans Bruno Kohl, p. 117)

11 – “A elite, na sua constituição, contou com o apoio de toda uma população de pequenos funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários. Camada letrada que encontrava, nos jornais, formas de expansão de suas aspirações de ascensão social, expondo modelos idealizados para os novos sujeitos que se construíam”. (Joana Maria Pedro, 1998, pág. 22).

12 – Como podemos apreender de trechos do livro de autoria de Cláudio Bersi de Souza e Gentil Abílio Serpa Filho intitulado de *Penha – A História para Todos*:

“De 1778 até a entrada do século XIX, a Armação de Itapocorói viveu seu apogeu, deixando uma renda per capita alta a todos a que dela participavam.” (pág.23)

“Destacando-se entre outras armações existentes ao longo da costa, Itapocorói ganhou notoriedade pela grande produção que apresentava. Cerca de cem baleias eram capturadas apenas numa safra de três meses a cada ano – julho, agosto e setembro.” (Pág.22)

“A produção de azeite de baleia, barbatanas e outras gorduras, principalmente o espermacete extraído do cachalote era abundante. Tudo era embarcado para os portos de Santos e Rio de Janeiro, e de lá, para o Reino.” (Pág. 22).

13 – “O Partido Liberal pretendia representar os interesses da burguesia urbana, do capitalismo comercial, e as convicções de intelectuais progressistas, escritores, jornalistas, professores e magistrados. O Conservador, era a extensão do poder monárquico, do absolutismo, da minoria que manobrava o governo”. (Carlos Alberto Silveira Lenzi, 1983, pág. 17).

14 – “Dos trapiches de Itajaí vinham as mercadorias de fora, as cargas dos navios de Santos e Rio de Janeiro, bem como de Hamburgo e Buenos Aires. Mas também por ali chegavam idéias, novidades, o fermento civilizador. A cidade se tornou não apenas o pórtico de todo um fecundo jardim, mas igualmente a sede de uma liderança suave[...]” (Victor Márcio Konder, 2001, p.90)

15 – Ler Juventino Linhares – *O que a Memória Guardou*; José Roberto Severino – *Itajaí e a Identidade Açoriana: a maquiagem possível*; Marlene Rothbart e Lindinalva Deólla – *Famílias de Itajaí – mais de um século de história*; Marlene de Fáveri – *Moços e Moças Para Um bom Partido*.

16 – “[...] *Jornal de pequeno formato, de publicação mensal, especialmente destinado à propaganda do empreendimento em que aquela sociedade se empenhava. O primeiro número, com 16 páginas, apareceu em agosto de 1852. Em várias de suas edições, há fartas referências à nascente Colônia Blumenau e colaboração em forma de correspondência, ou simples notícias...*” (José Ferreira da Silva, 1977, pág. 04).

17 – “Entretanto, por pouco que se possa informa sobre tais folhas, elas não podem deixar de ser, pelo menos, citadas na introdução deste livro, porque, realmente, atuaram com eficiência e defenderam os interesses dos colonos alemães, tanto junto ao governo germânico, como perante as repartições brasileiras em várias cidades daquele país”. (José Ferreira da Silva, 1977, pág. 05)

18 – “[...] divulgadas, entre glorificações e regozijo, pelos jornais e pelos livros, estampadas nas páginas das revistas ilustradas que aqui apareciam, embora escassamente, constituídas de meia dúzia de publicações editadas no Rio, de revistas alemães que famílias teutas recebiam da Europa e da MALA REAL, uma espécie de tablôide fartamente ilustrado, publicação portuguesa que os residentes lusitanos aqui instalados, constituídos em regular colônia, recebiam com alvoroço e folheavam com avidez e satisfação.

As revistas nacionais que vinham até aqui eram conhecidas por uma dezena de assinantes, se tanto, pessoas de recursos mais vastos e pelos assíduos ao Grêmio Três de Maio, que as recebia pontualmente, ficando à disposição dos sócios na mesa de leitura, e eram depois cuidadosamente colecionadas[...] L'ILLUSTRATION, de Paris, e da ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, a CARETA, o MALHO, a LEITURA PARA TODOS, a REVISTA DA SEMANA, o TICO-TICO e o FON-FON [...]” (Juventino Linhares, 1997, pág. 139)

19 – “[...]em abril de 1883, surgia o primeiro número do IMMIGRANT. Era um jornal bem feito, aberto em três colunas de página, formato 21x45 cm, trazendo no cabeçalho,

além do título em caracteres de 2,5 cm, de alto, os seguintes dizeres: *‘Wochenblatt für die Interessem der Bewölkerung des Itajahy Gebietes und dessen Besiedlung’* (Semanário dedicado aos interesses da população da região do Vale do Itajaí e das suas colônias). (José Ferreira da Silva, 1977, pág. 18).

20 – Ler José Marques de Melo – *Sociologia da Imprensa Brasileira*.

21 – “*A história da imprensa de Desterro [...] é provavelmente semelhante à de muitas pequenas cidades do Brasil, não só no passado como até mesmo hoje em dia. O aparecimento de jornais durante o período de acirradas disputas políticas e o seu desaparecimento em períodos de calma política; a vinculação da sobrevivência aos recursos do poder público, bem como o uso dos periódicos como trampolim político, tudo isso ocorreu e continua ocorrendo em muitas pequenas cidades. Trata-se do entrelaçamento entre os interesses públicos e particulares*”. (Joana Maria Pedro, 1995, pág. 09).

22 - “Mesmo entre os alfabetizados, os jornais não eliminaram outras formas de circulação de informações. Havia, ainda, os [...] boatos e cochichos nas lojas de fazenda e nas boticas, nas feiras, [...] no cais do porto, nos armazéns[...]. Circulavam também os pasquins manuscritos, os quais, ainda podiam ser encontrados no início do século XX. Estes consistiam em textos manuscritos que corriam de mão em mão e, às vezes, iam terminar este recurso em alguma casa comercial local.
[...] *Tais pasquins continham, em geral, informações sobre a vida privada dos moradores da localidade. Esta tradição de divulgação manuscrita de informações estava presente na Europa no século XVI e, junto com folhas volantes, cartazes, almanaques, brochuras religiosas e ocultistas, permaneceram circulando até meados do século XIX, como ‘literatura ambulante popular’*”. (Joana Maria Pedro, 1995, pág. 70)

23 - Como bem lembra Luiz Beltrão na apresentação do livro de José Marques de Melo (pag. 10-11):

“[...]o homem da era colonial não tinha necessidade da imprensa. Poucos eram os livros que chegavam e circulavam na colônia; as bibliotecas, raríssimas; os papéis do governo, manuscritos, como os batistérios, os testamentos, as sentenças, os contratos e recibos comerciais. Quanto à imprensa periódica, que iria exigir uma certa organização industrial, substituíam-na as formas de jornalismo pré-tipográfico; a transmissão e intercâmbio de informações atuais, de interesse público, efetuada de boca em boca, pelos pregões dos arautos, pelos pasquins manuscritos em prosa e verso, pelos proclamas nas igrejas, pelos sermões da Quaresma e das missões, pelo palavrorio das comadres, pelas cartas trocadas entre pais que suavam nas fazendas da colônia e filhos que se faziam bacharéis em Lisboa e Coimbra e que eram lidas aos amigos e parentes, pelos mapas e roteiros dos bandeirantes, pelas explosões musicais, coreográficas e críticas das folias do entrudo e do Divino”.

24 – “Ao estabelecer a relação da imigração com o quadro geral da economia catarinense e o processo modernizador, resultante do esforço das elites emergentes, temos, como conclusões, ainda que preliminares:

A – em todos estudos levados a efeito [...] ressalta a *origem urbana* – no país de origem dos elementos enfocados, o que lhes dá, desde logo, um contacto íntimo com a ação *modernizadora*, que se processava na Europa, como fruto da Revolução Industrial;

B – ressalta, ainda, que bom número dos elementos constante da elite emergente focalizada *teve, no país de origem, formação intelectual, e, algumas vezes, experiência profissional no ramo que empreendeu sua atividade em terras brasileiras*, tendo, pois, condições de avaliar a problemática enfrentada;

C – sente-se, ainda, que, na maioria dos casos, *teve como fomentador da sua atividade, o contato renovador com a pátria-mãe*, quer através da aquisição de nova tecnologia, quer através da ampliação de mercado consumidor ou, ainda, na obtenção de financiamentos ou novos capitais vitalizadores do empreendimento levado a efeito no Brasil;

Essa substituição dos jornais, que publicavam os atos oficiais será uma constante, por todo o século XIX, e garantia a sobrevivência daqueles que faziam tais publicações, assim como ameaça os que as haviam perdido. O que se pode perceber, ainda, é a proliferação de periódicos em determinadas épocas, todos, porém, vinculados, de uma forma ou de outra, aos embates eleitorais”.

D – de outra parte, *emerge, no tocante à formação do capital, necessário ao empreendimento, que ele foi resultante do comércio de produtos primários da economia brasileira, ou então foi gerado pela exportação desses mesmos produtos primários [...]*” (Walter F. Piazza, 1975, pág. 46)

25 – “Essa substituição dos jornais, que publicavam os atos oficiais será uma constante, por todo o século XIX, e garantia a sobrevivência daqueles que faziam tais publicações, assim como ameaça os que as haviam perdido. O que pode perceber, ainda, é a proliferação de periódicos em determinadas épocas, todos, porém, vinculados, de uma forma ou de outra, aos embates eleitorais.” (Joana Maria Pedro, 1995, pág. 39)

26 – *Silveira Júnior no clássico Memórias de Um Menino Pobre dedica várias páginas para a circulação de pasquins nas primeiras décadas do século XX:*

“Havia uma grande preocupação nas donzelas, não donzelas e no povo em geral naqueles dias que precederam o Sábado de Aleluia [...] Dizia-se a boca pequena que seria posto um Judas na porta do seu Aquilino, com um pasquim contando todos os podres dos habitantes de Rio Branco. E todos – mesmo os patriarcas mais honrados, as virgens mais caseiras e as senhoras mais virtuosas – se faziam secretos exames de consciência, temerosos de que o pasquim desvendasse recônditos pecados, alguns atuais e outros da mocidade[...]

” (pág. 51-52)

27 – *Lausimar Laus no romance Ofélia dos Navios evidencia a circulação de pasquins na Itajaí do início do século XX:*

“Ela era assim. Não podia deixar de ser assim, e o que gostava de fazer fazia, não via mal em nada, muito menos em ler os pasquins engraçados, os versos todos fazendo rir à beca, e lhe parecia que os pasquins eram tão verdadeiros, citando fulano e beltrano, a moça e a velha, o político e o povo, as injustiças e as mentiras de todo mundo. O jornal da cidade ela gostava de ler, mas era aquele jornal formal, dando notícias de que já se sabia demais, pois antes de o jornal sair, todos comentavam as notícias. Era um jornal bem comportado, que publicava os versos da Sofia Albuquerque de Abreu e da Valtrudes Secundino Ferreira, com os nomes em letras garrafais, poesia de sabiás, de curiós, de currecas, de ninhos e de cobras comendo os ovos dos passarinhos. O Pasquim não. O Pasquim, sem nome de ninguém, lhe parecia uma coisa tão engraçada, tão viva, fazendo crítica de todo mundo, nuns versos de pé quebrado, mas que diziam tudo o que a gente queria ouvir. Isso de não ter assinatura, que importava? O que ia dentro do Pasquim é que valia. Pra ela, aquilo era uma espécie de circo[...]

” (1983, pág. 25)

28 - “Nunca vi número algum deste semanário[...] Sei, apenas, que só apareceram 5 números” (*BOITEUX, 1915, pág. 18*)

29 – “O pioneiro da imprensa em nossa terra era um operário de invulgar inteligência que, tendo aprendido somente as primeiras letras nas deficientes escolas da época em que viveu a meninice, conseguiu, com o seu esforço e o amor à leitura, cultivar o espírito, progredir nos conhecimentos gerais, sendo, ao término da existência, apontado com respeito como homem de entendimento e de saber. [...] Conheci-o nos últimos tempos de vida, velho e exausto, passeando pelas nossas ruas, á tarde, com ar grave e preocupado, pobrememente vestido. Diziam-no filósofo, de gênio muito concentrado, considerado, porém, como pessoa muito respeitável. Mestre Janja foi, durante muitos anos, o presidente da LIGA OPERÁRIA desta cidade e faleceu no último dia do ano de 1909.” (*Juventino Linhares, pág. 106*)

30 – “Tive, há anos, oportunidade de manusear um exemplar desse jornal, de formato pouco menor que o PROGRESSO. O referido número trazia uma série de comentários e notas sobre fatos ocorridos na cidade e críticas de falhas da administração. Tais comentários, curtos e abundantes, ocupavam toda a primeira página e terminavam sempre com uma citação em latim ou francês[...]” (*Juventino Linhares, pág. 105*)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AUED, Bernadete Wrublewski. Histórias de Profissões em Santa Catarina – ondas largas civilizadoras. Florianópolis: ed. autora, 1999.

BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a Questão da Cisplatina. Florianópolis: FCC, 1980.

BELTRÃO, Luiz. Prefácio. IN: Sociologia da Imprensa Brasileira. MELO, José Marques de. Petrópolis: Vozes, 1973. Pág. 07-12.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO (SANTA CATARINA). Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850-1989. Florianópolis: FCC, 1990.

BOITEUX, José. A Imprensa Catharinense. Rio de Janeiro: Lytho-typographia, 1911.

BOITEUX, Lucas A. A Imprensa em Itajaí – adminículos a sua história. IN: Jornal do Povo. Edição 15/jan/1961. capa.

BOITEUX, Lucas A. A Imprensa em Itajaí: adminículos à sua história. IN: Blumenau em Cadernos. Tomo III. N.1. pág. 213-214, janeiro.

BOITEUX, Lucas A. Imprensa Catharinense. Florianópolis: autor, 1915 (caderno com recortes de jornais e anotações)

BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina – estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

- BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (org.). História de Santa Catarina no Século XIX. Florianópolis: EDUFSC, 2001.
- CABRAL, Oswaldo R. Brusque – subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1960.
- CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. 2.ed.
- CALLADO JÚNIOR, Martinho. Imprensa. IN: História de Santa Catarina. Vol.III, p. 117-156. Faissal El-Khatib (org.). Curitiba: Grafipar, 1970.
- CIITA – 10 anos. Edição Especial. Alvino Filho (org.). Itajaí, 19[..]
- CUNHA E SILVA, Laércio. Anuário de Itajaí 1959. Rio de Janeiro: A Noite, 1959.
- D´ÁVILA, Edison. A Revolução Federalista de 1893 em Itajaí. Itajaí: FGML, 1993.
- D´ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. Itajaí: FML/PMI, 1982.
- DAMO, Felipe Antonio. Impactos da Criação do Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí na Imprensa Itajaiense. Monografia, 2001.
- DICKMANN, Márcia Regina. Vultos de Nossa História – prefeitos de Blumenau. Blumenau: autora, [...]
- FÁVERI, Marlene de. Moços e Moças Para Um Bom Partido. Itajaí: UNIVALI, 1998.
- FÁVERI, Marlene de. O Jornalismo Irreverente em Itajaí. In: Revista Alcance. Itajaí: UNIVALI, ano IV, n.1, jan/jun 1997.
- FERNANDES, Mário Luiz. A Força do Jornal do Interior. Itajaí: UNIVALI, 2003.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. História Demográfica de Itajaí: uma população em transição. 1866. Florianópolis: ED. UFSC, 1979. (dissertação de mestrado).
- FLORIANO, Magru. A História da Imprensa na Cidade de Itajaí. IN: Itajaí – outras histórias. Itajaí: FGML, 2002. págs. 259-272.
- FLORIANO, Magru. Quem Escreve em Itajaí. Itajaí: Brisa Utópica, 2002.
- FÓES, Abdon. Um Pouco de História Política Itajaiense. In: Anuário de Itajaí 1959. Rio de Janeiro: A Noite, 1959.
- FOUQUET, Carlos. O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil 1808-1824-1974. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí – o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. FURB, 1987.

HEUSI, Nemésio. A Fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Blumenau: Dr. Blumenau, 198[.]

KONDER, Marcos. Itajaí no Princípio do Século. IN: Itajaí. Silveira Júnior (org). São Paulo: Escalibur, 1973.

KONDER, Marcos; SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Apontamentos Para a História da Imprensa em Itajaí. IN: anuário de Itajaí 1949. Itajaí: Aurora, 1949. pág. 81-84.

KONDER, Victor Márcio. Itajaí – Pórtico do Vale. IN: De Itajahy a Itajaí – cem anos de prosa. Itajaí: AIL, 2001. pags. 90-91.

LAUS, Lausimar. Ofélia dos Navios. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

LAUTH, Aloisius Carlos. A Colônia Príncipe Dom Pedro – um caso de política imigratória no Brasil império. Brusque: Museu Arquidiocesano Dom Joaquim 1987.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Partidos e Políticos de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1983.

LIMA, Cristiano Ricardo Teixeira de. A Mídia Impressa em Itajaí: fatos e curiosidades de sua história. Monografia, 1995.

LINHARES, Juventino. Imprensa itajaiense. IN: Anuário de Itajaí 1959. Rio de Janeiro: A Noite, 1959.

LINHARES, Juventino. O Que a Memória Guardou. Itajaí: UNIVALI, 1997.

LUZ, Aujor Ávila da. Santa Catarina, Quatro Séculos de História – XVI ao XIX. Florianópolis: Insular, 2000.

MELLO, José Marques de. Sociologia da Imprensa Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1973.

MOREIRA, Márcio R. T. Apontamentos para a Formação Sócio Espacial de Itajaí: Vila Operária: uma tentativa de industrialização. IN: Anuário de Itajaí 2000. pág. 89-92. Itajaí: FGML, 2000.

MOREIRA, Márcio. Apontamentos para a Formação Geográfica da Foz do Itajaí-Açu no Contexto Litorâneo Catarinense. IN: Itajaí – outras histórias. Itajaí: FGML, 2002. pág. 205-214.

MOREIRA, Sonia Miriam Teixeira. O Porto da Madeira. IN: Itajaí – outras histórias. Itajaí: PMI/FGML, 2002. pags. 79-90.

MOREIRA, Sonia Miriam Teixeira. O Porto Natural do Itajaí – a formação social da cidade portuária. IN: Anuário de Itajaí 1998. Itajaí: FGML, 1998. págs. 121-125.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres Honestas e Mulheres Faladas – uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1998. 2.ed.

PEDRO, Joana Maria. O Desenvolvimento da Construção Naval em Itajaí, Santa Catarina, Uma Resposta ao Mercado Local, 1900-1950. Florianópolis: UFSC, 1979. (dissertação de mestrado).

PEDRO, Maria Joana. Nas Tramas Entre o Público e o Privado – a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

PEREIRA, Moacir. A Imprensa em Debate. Fpolis: Lunardelli/ALESC, 1981.

PEREIRA, Moacir. Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli/FCC, 1992.

PIAZZA, Walter Fernando. A Modernização e as Elites Emergentes: a contribuição alemã. Blumenau: fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

PIAZZA, Walter Fernando. O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: ALESC, 1984.

ROTHBARTH, Marlene Dalva da Silva; DA SILVA, Lindinalva Deólla. Famílias de Itajaí – mais de um século de história. Itajaí: ed. autoras; Blumenau: Odorizzi, 2001.

SERPA, Ivan Carlos. Os Engenhos da Limeira – história e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí. Itajaí: UNIVALI, 2000.

SEVERINO, José Roberto. Itajaí e a Identidade Açoriana: a maquiagem possível. Itajaí: ed. UNIVALI, 1999.

SILVA, Afonso Luiz da Silva. Itajaí de ontem e de hoje. Brusque: Mercúrio, [...]

SILVA, José Ferreira da. A Imprensa em Blumenau. Florianópolis: IOESC, 1977.

SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Anuário de Itajaí de 1949

SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Itajaí. São Paulo: Escalibur, 1972.

SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Memórias de Um Menino Pobre. Florianópolis: Lunardelli, 1984.

SOUZA, Cláudio Bersi de; SERPA FILHO, Gentil Abílio. Penha – a história para todos. Florianópolis: Paralelo 27, 1995.

TARNOWSKI, Anderson. Rádio Difusora: a memória do ar. Monografia. 1 nov. 1998.

TOMAZONI, Joni César. História da Tevê Coligadas de Blumenau – a menina de seus olhos. Monografia, 1999.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2004 – páginas 133 a 146.

2 – Texto modificado em 03 de agosto de 2023.

TEXTO 8: BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DE ITAJAÍ: PERÍODOS HISTÓRICOS

Magru Floriano

Bem pouco se tem escrito sobre os primórdios da história de Itajaí. Visando contribuir para o preenchimento dessa lacuna na nossa literatura nos propomos a escrever uma série de artigos sobre o tema. O primeiro deles tenta estabelecer os “períodos históricos” que compõem o processo de formação do Município de Itajaí, bem como suas respectivas “fases”.

Podemos dividir nossa história em cinco períodos:

- 1 – Período nativo:
 - 1.1 - Primeira fase: povos sambaquianos
 - 1.1 - Segunda fase: Tupi
- 2 – Período de ocupação espontânea
 - 2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhola
 - 2.2 - Segunda fase: depois da Invasão Espanhola
- 3 – Período de ocupação colonial
 - 3.1 - Primeira fase: sistema misto
 - 3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado
- 4 – Período da autonomia
 - 4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa
 - 4.2 - Segunda fase: porto público (federal)
- 5 – Período metropolitano

1 – Período Nativo

Podemos dividir o “Período nativo” em duas grandes fases: Povos Sambaquianos e grupos Tupi-Tapuias.

1.1 – Primeira fase: povos sambaquianos

A primeira fase do Período Nativo é composta pela passagem em nosso território de povos sambaquianos nômades descendentes de diversas “tradições” tais como: “tradição Ibicui” – estabelecida na região da Bacia do Rio Uruguai há 13 mil anos a.C; e, a tradição Humaitá – estabelecida a partir da região de São Paulo há 4.500 a.C. Os estudiosos aceitam a tese de que essas tradições tenham incorporado atividades agrícolas e de confecção de cerâmica próximas a 1.500 a.C. Há possibilidade dessas duas grandes “tradições” terem dado origem a outras manifestações culturais

encontradas nos sambaquis de nossa região, como é o caso da “tradição Itararé”. Contudo, vale o alerta no sentido de que muito há ainda para se pesquisar sobre nossa pré-história.

Na Região do Vale do Itajaí já foram encontrados importantes sambaquis perfazendo um total próximo a uma centena. Vamos fazer um breve resumo dos sambaquis mais próximos de Itajaí, considerando a obra do arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro:

A – Sambaqui Gaspar I (Município de Gaspar) - sua datação está próxima de 5 mil anos A.P. O material desse sambaqui foi coletado pelo historiador Walter Piazza e está guardado no Museu do Homem de Sambaqui – Florianópolis.

B – Salto Alto (Município de Brusque) – sítio pré-cerâmico com cerca de 300 metros quadrados. Está localizado em terreno de morraria.

C – Sambaqui Laranjeiras I (Município de Balneário Camboriú) – explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1979 e tem características de sítios pré-cerâmicos. Ali foram recuperados 52 sepultamentos e tem datação entre 3.815 e 145 anos A.P. Estava localizado na morraria que cerca a Praia das Laranjeiras e ficou mais protegido do público.

D – Sambaqui Laranjeiras II (Município de Balneário Camboriú) – é um sítio com características da tradição itararé litorâneo. Datação entre 800 e 1300 anos A.P. Foi explorada pelo padre Rohr entre 1977 e 1978. Ele estava localizado defronte à Praia das Laranjeiras com o mar batendo à sua franja nas marés altas e ressacas. Foram encontrados 114 sepultamentos e retiradas 2.308 peças de pedra, como: talhadores, lâminas de machados, esmagadores, facas, raspadores, pesos-de-rede. Entre os objetos feitos de ossos temos: ossos apontados, agulhas, anzóis, espátulas.

E – Sambaqui Balneário de Cabeçadas (Município de Itajaí) – Foi explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1971. Foi localizado por acaso quando a diretoria do Iate Clube Cabeçadas resolveu construir um anexo a sua tradicional sede. Ficava a poucos metros da prainha que o Iate utilizava como rampa para retirar e colocar seus barcos n'água. Foram encontrados fragmentos da **tradição cerâmica Itararé** e sua idade calculada não deve ultrapassar 1.500 anos A.P. Foram encontrados 56 esqueletos, quatro machados polidos de pedra, vinte pontas de flechas feitas de osso, objetos de adorno confeccionados com conchas, ossos e pedras. O material recolhido está no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense - Florianópolis).

F – Sambaqui da Canhanduba (Município de Itajaí) – encontrados pelos arqueólogos Maria Madalena Velho do Amaral e Osvaldo Paulino da Silva em 1996 às margens da BR-101. O sítio ficou muito deteriorado porque parte significativa do material foi retirada para a produção de cal.

G – Sambaqui Itaipava I (Município de Itajaí) – ele foi completamente deteriorado. Fica dentro de uma plantação de milho na localidade rural de Itaipava.

H – Sambaqui Itaipava II (Município de Itajaí) – foi descoberto por acaso em 1987 pelos próprios moradores do local que queriam coletar argila para as olarias. Fica próximo ao Rio Itajaí-Mirim e era considerado local assombrado pelos moradores mais antigos.

I – Sambaqui Morro da Cruz (Município de Itajaí) – Gustavo Konder dá testemunho que sua curiosidade de criança foi aguçada pela constatação de existir muitas conchas na encosta do Morro da Cruz, local bastante distante do Mar. Esse sambaqui teria sido totalmente destruído para servir de matéria prima para fabrica de cal.

Até hoje os estudiosos não conseguiram detectar o elo perdido entre essas civilizações pré-históricas e os nativos encontrados durante o período do “descobrimento”. Provavelmente ocorreu um longo período de aculturação de “tradições”, através do contato bélico, até chegar à predominância dos grupos encontrados no litoral brasileiro pelos portugueses em 1.500 d.C: Potiguar, Tremembé (Litoral Norte); Tabajara, Caeté, Tupinambá, Aimoré (Litoral Norte-Nordeste); Tupiniquim, Temiminó, Goitacá, Tupinambá, Tamoio (Litoral Sudeste); Carijó (Litoral Sul). Muitos consideram os tupinambás como “pai de todos” ou “o povo Tupi por excelência”.

1.2 – Segunda fase: Tupi

A segunda fase do “período nativo” é composta pela passagem em nosso território de nativos pertencentes a diversos grupos Carijós (Tupi) e Xokleng (Tapuia). Na medida em que os Carijós foram sendo expulsos, mortos ou escravizados pelas “bandeiras”, a região foi sendo visitada por pequenos grupos de Xokleng que desciam a serra também pressionados pela ocupação da civilização branca dos campos altos de Santa Catarina.

Os Carijós habitavam um vasto território, mais próximo da costa, entre Cananéia (São Paulo) e a Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul). Foram considerados por diversos exploradores e viajantes como “O melhor gentio da costa” brasileira. Por não terem se oposto à catequese e o contato direto com a civilização branca, foram presas fáceis para os bandeirantes escravocratas. Estima-se que os Carijós chegaram a formar um contingente próximo a 100 mil nativos.

Visando proteger os nativos da escravidão imposta pelos bandeirantes oriundos da Capitania de São Vicente (São Paulo) os Jesuítas promoveram, entre 1610 e 1750, a reunião de grande contingente em “reduções”. Nesse período temos quatro grandes núcleos de reduções de nativos na América do Sul:

1 – **Guairá** (Paraná, São Paulo). Abrigava 13 reduções a partir de 1610. Foi destruída em sucessivas guerras dos bandeirantes entre 1628 e 1632. Os bandeirantes fizeram cerca de 100 mil escravos.

2 - **Itatim** (Mato Grosso do Sul e Paraguai) Abrigava 13 reduções e foi erguida por volta de 1631 e atacadas por bandeirantes a partir de 1633, logrando obter cerca de 15 mil novos escravos.

3 - **Tape** (região central do Rio Grande do Sul). Abrigava 18 reduções, destruídas a partir de 1636 pelos bandeirantes Raposo Tavares e Fernão Dias com a escravidão de 60 mil guaranis;

4 - **Paraná-Uruguaí** (extremo oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de parte do Paraguai e Argentina). Formada a partir de 1670 por 30 povos guaranis, ela foi abandonada quando da expulsão dos jesuítas em 1759.

Sobre o extermínio e escravidão dos nativos no Sul do Brasil diz Eduardo Bueno:

“A máquina escravista aperfeiçoada pelos bandeirantes começou a operar em larga escala a partir de agosto de 1627, quando Manuel Preto e Raposo Tavares partiram rumo ao Guairá. Com sua espantosa tropa de dois mil índios (talvez temiminó), novecentos mamelucos e 69 paulistas, o jovem Raposo e o septuagenário Preto Chegaram às margens do rio Tibagi no dia 8 de setembro. De início, agiram com cautela já que, embora estivessem acostumados a capturar indígenas na região, aquele seria o primeiro ataque a uma redução jesuítica.”

Portanto, quando a civilização branca iniciou a colonização no litoral catarinense praticamente não temos mais nativos na região. Primeiro eles foram recolhidos (interiorizados) nas “reduções” patrocinadas pelos jesuítas e aculturados; depois,

escravizados ou mortos pelos bandeirantes. Pequenos grupos formados por sobreviventes das reduções ou fugitivos da guerra direta com os bandeirantes foram tudo o que restou no nosso litoral. Vale ressaltar que esses grupos sobreviventes acabaram tendo de enfrentar, a partir das primeiras décadas do século XIX (1.800), os imigrantes europeus que aqui chegaram durante o ciclo de colonização que atingiu todas as terras de Santa Catarina.

Temos poucas referências sobre as atividades desenvolvidas pelos bandeirantes no litoral de Itajaí. Segundo nos relata o escritor itajaiense Nemésio Heusi no livro **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance** há certeza histórica sobre a passagem de duas Bandeiras Vicentistas em nosso território. A Bandeira de Francisco Dias Velhos parte de Santos em 1662 e segue até a Ilha de Santa Catarina. A Bandeira de Domingos de Brito Peixoto, em 1684, segue até Laguna. As Bandeiras funcionavam como uma verdadeira varredura sobre o nosso território de sorte a não sobrar muitos nativos livres que sustentassem por período prolongado suas tradições. Autores chegam a considerar a completa desocupação do território do litoral de Itajaí já no século XVII (1600).

2 – Período de ocupação espontânea

Podemos utilizar a Invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina como referência para estudarmos a ocupação do Vale do Itajaí nesse período. A disputa por terras mais ao sul do continente americano entre Portugal e Espanha vinha se desenvolvendo há séculos. Os diversos tratados, incluindo o Tratado de Tordesilhas, são provas dessa guerra de escaramuças entre as duas nações ibéricas.

2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhol

Sobre os primeiros habitantes brancos temos a informação de que João Dias de Arzão requereu sesmaria em região próxima da foz do Rio Itajaí no ano de 1658. Vale ressaltar que o pedido oficial de concessão de sesmaria ocorre sobre terra de São Francisco do sul, município que João Dias de Arzão ajudou na fundação com o vicentista Manoel Lourenço de Andrade.

Afonso Luiz da Silva publicou no seu livro **Itajaí de ontem e de hoje** uma listagem dos primeiros povoadores que receberam concessões de sesmarias às margens do Rio Itajaí e seus afluentes (entre a Foz e a localidade de Tabuleiro). Ele promoveu pesquisa no Arquivo Nacional obtendo o seguinte resultado:

1792 – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (Fazenda), Domingos Francisco de Souza, Francisco José Ferreira da Rocha Gil, Manoél Francisco da Costa, Manoél Teixeira de Souza.

1793 – Joaquim Manoél da Costa Lobo, Manoel Fernandes Lessa.

1794 – José Corrêa, Matias Dias de Arzão, silvestre Nunes Leal Corrêa.

1795 – Manoel da Costa Fraga.

1799 – Joaquim Francisco de Sales e Melo, Manoel José Diniz.

1800 – Domingos Luiz do Livramento

1802 – Antônio Bernardino da Costa

1803 – Joaquim José Pereira.

1811 – Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Nesse período os brancos que chegavam à região tinham motivações individuais, não participando de quaisquer projetos organizados por grupos, empresas colonizadoras ou governos nacionais. A principal motivação que trazia essas pessoas ao Vale do Itajaí era a atividade mineradora, principalmente a busca de ouro e prata. Muitos chegaram à região trazidos pela Lenda do Monte Tayó, que alimentava o imaginário coletivo desde o início do século XVII sobre a existência de jazidas de ouro e prata no Rio Itajaí.

2.2 – Segunda fase: depois da Invasão Espanhola

A população de todo o Litoral Norte catarinense aumentou substantivamente após a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina no ano de 1777. Muita gente deixou a Ilha de Santa Catarina e seus arredores, povoando o Litoral Norte. Os portugueses que exploravam a caça da baleia na Armação da Piedade, por exemplo, transferiram toda sua indústria para a Armação de Itapocoróy. Essa atividade econômica trouxe muita riqueza para a região e um contingente expressivo de operários, pescadores, escravos e comerciantes. Quando a atividade da caça à baleia começou a declinar, na primeira metade do século XIX, essa população se dispersou por todo o Litoral Norte, inclusive Itajaí.

Também ocorreu uma dispersão intensa na colônia alemã de São Pedro de Alcântara. Os imigrantes ficaram extremamente insatisfeitos, primeiro com a forma como a terra fora distribuída pelo governo provincial, depois, pelos próprios rendimentos obtidos com o trabalho da terra. A ameaça espanhola foi a gota d'água para muitos imigrantes. A partir de São Pedro de Alcântara muitos alemães ocuparam terras no Vale do Rio Tijucas e Vale do Rio Itajaí.

3 – Período de ocupação colonial

Até esse momento da história do Vale do Itajaí temos ocupação de forma desordenada, individual e espontânea. A partir daqui, teremos ações projetadas visando à ocupação racional do Vale do Itajaí.

3.1 - Primeira fase: sistema misto

Quem traz ao Vale o conceito inovador de Colônia é Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond. Em 1820 o jovem diplomata Vasconcelos Drumond deixa o Rio de Janeiro para montar às margens do Rio Itajaí-Mirim a primeira colônia no Vale do Itajaí. Para tanto, não pode contar com contingente de imigrantes vindo diretamente para esse fim (como Van Lede em Ilhota), mas aproveitou soldados, caboclos e gente que já estava “à deriva” na região. Chegou a cogitar o “uso” de presos gaúchos para ocupar as terras a ele destinadas no Itajaí-Mirim.

Vamos considerar esse esforço de Vasconcelos Drumond como “misto” porque ele chegou à região com duas missões declaradas: formar uma colônia e encontrar o lendário Monte Tayó. Portanto, Drummond abriu uma porta para o futuro tentando montar uma colônia utilizando gente já estabelecida nas terras litorâneas de Santa Catarina, ao mesmo tempo que manteve um pé no passado, dando asas à imaginação sobre a existência do lendário Monte Tayo, principal motivação de muitos faiscadores que andaram por nossa terra desde os primórdios da civilização branca. Acabou não conseguindo nem uma coisa, nem outra, retornando ao Rio de Janeiro.

Um pouco dessa mentalidade intermediária entre duas propostas diferenciadas de ocupação do território ainda podemos ver em alguns imigrantes que ocuparam terras no Rio Itajaí-Mirim, quando da implantação das colônias Brusque e Príncipe Dom Pedro. Mas o espírito que prevalecia era a da produção de gêneros alimentícios, retirada de madeira, manufatura e sua respectiva comercialização. A colonização se qualificava como um esforço ordenado na ocupação do território visando à produção, troca e comercialização.

3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado

A segunda fase do Período de Ocupação Colonial tem como característica a integração de esforços e meios, privados e públicos, para viabilizar a ocupação efetiva do nosso território. Nesse período tiveram participações efetivas o comerciante Agostinho Alves Ramos e o proprietário de terras José Henrique Flores.

Vale ressaltar que Agostinho Alves Ramos não foi pioneiro em nada. O conceito de colônia foi trazido por Vasconcelos Drumond. A primeira casa comercial estabelecida na região da Foz do Rio Itajaí provavelmente tenha sido aquela de propriedade do comerciante do Desterro - Francisco Lourenço da Costa. Ao solicitar uma sesmaria às margens do Rio Itajaí no ano de 1815 ele declara que já mantém no local “*Um armazém para recolher os efeitos que ali compra para o giro do seu negócio*” conforme está estabelecido no livro número dois do **Registro de Sesmarias do Departamento de Terras e Colonização de Santa Catarina**.

Também não era o principal proprietário das terras que estavam disponíveis para a colonização. Grande parte era qualificada como terra devoluta pertencente ao governo central, outra parte estava em mãos de latifundiários e especuladores de terras. Esses especuladores compunham grupo de funcionários públicos e pessoas influentes junto às administrações em Desterro e Rio de Janeiro. Um dos grandes proprietários da época em que ocorreu o principal esforço colonizador era o Coronel Flores. Parece evidente que o mérito de Agostinho Alves Ramos estava justamente em ser o representante de um grupo político-econômico já bem estruturado no Vale do Itajaí.

Na condição de deputado da Província de Santa Catarina, Agostinho Alves Ramos conseguiu fazer aprovar a “Lei de Colonização do Vale do Itajaí” em 05 de maio de 1835. A lei estabelecia direitos e obrigações dos colonos, além dos critérios de distribuição dos lotes. Também previa a implantação de duas colônias próximas à Foz do Rio Itajaí. Uma às margens do Rio Itajaí-Açu (Gaspar – arraiais de Pocinhos e Belchior), outra às margens do Rio Itajaí-Mirim (Tabuleiro). As primeiras, terras de propriedade do Coronel Flores.

Os esforços do grupo político-econômico representado por Agostinho Alves Ramos foram eficazes de tal sorte a possibilitar a formação de colônias em todo o Vale do Itajaí. Mesmo diante do fracasso econômico de muitas dessas colônias o território foi ocupado definitivamente e passou a contar com uma produção que deu suporte para o desenvolvimento do porto de Itajaí. A atividade portuária, por sua vez, constituiu a base sobre a qual o Município de Itajaí foi erguido.

1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Pocinho (Gaspar)

1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Tabuleiro (Itajaí)

1844 ou 45 – Colônia Belga (Ilhota)

1850 – Colônia Blumenau (Blumenau)

1860 – Colônia Brusque e Príncipe D. Pedro

1877 – Colônia Luiz Alves

1897 - Ibirama

4 – Período da autonomia

4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa

O território onde está localizado o Município de Itajaí foi originalmente incluído no espaço pertencente a São Francisco do Sul. No dia 31 de março do ano de 1824 foi aceita petição feita ao vigário da Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul e criado o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Para o local foi destinado o Frei Pedro Antônio Agote, com jurisdição entre os rios Gravatá e Camboriú.

No dia 12 de agosto de 1933 o Conselho Geral da Província elava o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de freguesia. Na oportunidade Itajaí deixa seu vínculo com São Francisco do Sul e passa à jurisdição da Vila de Porto Belo. Na condição de freguesia passa a ter o direito de ser sede de distrito, paróquia e circunscrição policial.

No dia 04 de abril de 1859 o presidente da Província de Santa Catarina – João José Coutinho – assina a resolução de número 464 que eleva a Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de Vila. O pedido de desmembramento fora feito no ano de 1855 e sofreu forte oposição dos dirigentes da Vila de Porto Belo. A circunscrição da Vila do Santíssimo Sacramento do Itajaí ficou estabelecida entre os rios Itapocu e Camboriú. Contudo, a Vila só foi instalada oficialmente no dia 15 de junho do ano de 1860, após seus moradores cumprirem a exigência legal de fornecer uma sede para abrigar a Câmara de Vereadores.

Portanto, temos um período próximo a quarenta anos que abriga o processo central de formação do que atualmente denominamos Município de Itajaí. Ou seja, o Município de Itajaí é gestado dentro do período em que ocorre o grande movimento de colonização do Vale do Itajaí. No ano de 1860 Itajaí vira uma página na sua história e estabelece a fase da autonomia político-administrativa. Itajaí passa à categoria de Vila, depois Município. Como tal se consolida como porto e porta do Vale do Itajaí.

4.2 - Segunda fase: porto público

A história de Itajaí ganhou um salto de qualidade significativo quando o governo federal assumiu sua responsabilidade de concretizar melhorias de grande porte na

estrutura portuária. Quando decidiu construir um grande farol no Morro de Cabeçudas, no ano de 1902, o governo federal estava sinalizando para a importância econômica de toda a região e sua inserção no estratégico setor da navegação (marítima e pluvial). As obras que foram realizadas depois (molhe, cais e armazéns), que se estenderam até 1956, evidenciaram que Itajaí fora escolhida como um dos pontos de referência da política econômica do governo. Laguna, Imbituba, Florianópolis, Tijucas, São Francisco do Sul ... e muitos outros municípios catarinenses lutaram por esse reconhecimento, mas, nesse momento, figuras itajaienses de expressão como Lauro Severiano Muller e Victor Konder, ambos na condição de ministros de Viação e Obras Públicas, souberam trazer para Itajaí todos os benefícios possíveis.

A história de consolidação do Porto de Itajaí pode ser marcada entre duas datas. O início pode ser marcado no ano de 1902 com a construção do Farol de Cabeçudas e, seu término, no dia 28 de junho de 1966 quando é assinado o Decreto Federal nº 58.780 considerando o Porto de Itajaí um “porto organizado” recebendo sua junta administrativa própria.

A consolidação da estrutura portuária pública é a consolidação econômica do Município de Itajaí. Tivesse o governo federal criado essa infraestrutura portuária em São Francisco do Sul, Florianópolis ou Imbituba, teríamos, com certeza, uma história completamente diferente em todos os sentidos. O lema estampado na bandeira de Itajaí reconhece o papel preponderante que o rio e o porto cumprem em sua história. Diz o lema: “Ex flumine magnitudo mea”. Ou seja “Do rio vem a minha riqueza.”

5 – Período metropolitano

O Período Metropolitano pertence ao nosso futuro. Em algum lugar no futuro estaremos falando de uma Região Metropolitana. Resta-nos apenas determinar tecnicamente qual o contingente populacional necessário para estabelecermos como iniciado o referido período. As populações de Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí estarão completamente integradas, enquanto esses municípios avançam suas fronteiras urbanas em direção a Itapema, Tijucas, Brusque, Ilhota e Penha.

O Período Metropolitano será efetivamente inaugurado quando chegarmos a um milhão de habitantes?

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – a incrível saga de um país**. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CORDEIRO, Darlan Pereira. **Conhecendo Arqueologia**. Itajaí: ed. Autor, 2006.
- HEUSI, Nemésio. **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance**. Blumenau: do autor, 1982.
- SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. **A colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis: Edeme/Lunardelli, 1981.
- SANTOS, Viviane dos; SOUZA, Elaine Cristina de. **Movidos pela esperança: a história centenária de Ilhota**. Itajaí: S&T, 2006.
- SERPA, Elio; RAMOS FLORES, Maria Bernadete. **Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717 – 1827**. Florianópolis: edufsc, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento; Brusque: SAB, 1974.
- SILVA, Afonso Luiz da. **Itajaí de ontem e de hoje**. Brusque: Mercúrio/O Município, 19[..]
- SILVA, José Ferreira da. **As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. Blumenau em Cadernos**, Tomo VI, 1963. v. 4.
- SILVA, José Ferreira da. **A colonização do Valle do Itajahy – notas para a história do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense**. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932.
- SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido; DA SILVA, José Ferreira; Moraes, Gil. **Itajai**. São Paulo: Escalibur, 1972.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2012 – páginas 128 a 136.
- 2 – Texto modificado em 05 de agosto de 2023.

TEXTO 9: ITAJAÍ: O SIGNIFICADO DO SEU NOME

Magru Floriano

Muito já foi escrito e, provavelmente, muita coisa ainda será escrita sobre a origem e o significado do termo ITAJAÍ. Esta discussão centenária deve-se ao fato de não encontrarmos unanimidade entre os memorialistas, historiadores, pesquisadores das línguas tupi e guarani, jornalistas e intelectuais em geral, sobre a origem e tradução do termo. Uma discussão quase secular que envolve nomes de destaque no cenário cultural catarinense, como é o caso de Norberto Cândido Silveira Júnior, Norberto Bachmann, Raulino Reitz, Gustavo Konder, Lucas Arthur Boiteux, Ayres Gevaerd, José Ferreira da Silva, Nemésio Heusi... entre tantos outros.

No ano de 2012 publicamos o livro “A lenda do Monte Tayó” como uma contribuição ao debate. Ali destacamos o fato de termos encontrado nada menos do que 36 maneiras diferentes de grafar o termo ITAJAÍ e 35 maneiras de interpretá-lo ou traduzi-lo.

Encontramos as seguintes maneiras de escrever a palavra ITAJAÍ: Táa-hy, Tacahug, Tahai, Tahei, Taiahug, Taiahung, Taiahy, Taixi, Tajabug, Tajahi, Tajahii, Tajahug, Tajahy, Tajai, Tajaim, Tajaiye, Tajay, Tayabeuhy, Tayabeuy, Tayahuy, Tayahy, Thajai, Téjay, Tejái, Tojahy, Tucuy, Tujuy, Iajahy, Iaujanjé, Itajahi, Itajahy, Itajaí, Ita jajai, Itajay, Itajuhy, Itéjay.

Por consequência dessa diversidade ao grafar o termo ITAJAÍ temos inúmeras possibilidades de interpretação. Encontramos 35 traduções possíveis: Água boa, Água que corre sobre pedras. Aguada dos taiás, Dono da pedra, Ilhota. Machado de pedra, Óh! Que água excelente, Pedra Brilhante, Pedra de difícil acesso, Pedra de rio, Pedra laminada, Pedra lascada, Pedra marcada, Pedra no mato, Pedra que serve de referência, Rio com leito de pedra, Rio com pedra e mato, Rio da sereia das pedras, Rio das formigas, Rio das pedras, Rio das pedras juntas, Rio das pedras que emergem, Rio das pedras soltas, Rio das voltas, Rio de muitas pedras, Rio do jaó de pedra, Rio do Monte Tayó, Rio do ouro, Rio dos frutos de pedra, Rio dos Taiás, Rio onde há muitas pedras, Rio pedregoso, Rio pedrento, Rio que contém pedras, Rio que corre sobre as pedras.

Quanto mais fomos aprofundando nossos estudos sobre a vinda de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond do Rio de Janeiro para Itajaí, mais foi aumentando nossa convicção de que o termo ITAJAÍ está diretamente vinculado à

atividade mineradora no Vale. Isso deve-se à constatação de que Drummond estava vinculado aos irmãos Andrada (Antônio Carlos e José Bonifácio de Andrada e Silva) que em 1820, data da chegada de Drummond ao Vale do Itajaí, promoviam detalhado estudo sobre mineralogia nas terras sobre influência de São Paulo.

Esse estudo promovido pelos Andradas é publicado pelo próprio Drummond em Paris, quando todo o grupo político estava em pleno exílio na Europa, por conta de envolvimento direto no processo que culminou com a independência do Brasil. Na correspondência entre José Bonifácio (exilado em Portugal) e Vasconcelos de Drummond (exilado na França) não restam dúvidas sobre o interesse da dupla acerca da mineralogia e do mapeamento da riqueza do solo brasileiro.

O próprio Drummond é direto e objetivo quanto aos motivos que o trouxeram até o Vale do Itajaí. Em suas “Anotações” esclarece que veio até Santa Catarina pelos seguintes motivos: 1 - afastamento do Rio de Janeiro por questões políticas, já que estava envolvido com o “Clube da Resistência”, que muitos confundiram com uma loja maçônica por ali estar alojado grande número de “pedreiros livres” que ajudaram a conspirar contra o reino português e idealizar a independência do Brasil; 2 – localizar o “lendário Monte Tayó” de onde se tinha notícias que um membro da família Arzão teria retirado muito ouro.

Não obstante o esforço intransigente de muitos historiadores de defenestrar da nossa história a ação dos mineradores nos três primeiros séculos de nossa formação comunitária, as evidências sobre essa importante atividade estão presentes em todos os documentos, mapas e até na história oral de nossa gente. As primeiras atividades econômicas de relevância no Vale do Itajaí foram a mineração e o corte da madeira.

Para darem nome a um grande vale, além de diversos rios e uma cidade, os pioneiros deveriam estar diante de algo com grande relevância para os grupos envolvidos nesse batismo. Um vale com as dimensões e a diversidade do Vale do Itajaí poderia dar margens a um número infinito de possibilidades quanto ao nome de batismo. Mas, ao longo dos séculos, permaneceu sem qualquer questionamento o termo ITAJAÍ. Essa unanimidade e constância ao longo do processo histórico nos leva à convicção de que o termo está vinculado a algo fundamental, necessário, importante, na vida das pessoas que habitaram o Vale ao longo dos primeiros séculos (índios e brancos).

Acontece que nos três primeiros séculos (de 1500 a 1800) a navegação de grandes embarcações não era fundamento econômico, assim como a planta taiá não era

fundamento na culinária local. As famílias aqui residentes eram proprietárias ou posseiras de pequenas unidades territoriais, com a economia baseada na agricultura de subsistência, caça, pesca e escambo (trocas de produtos). Praticamente inexistia o mercado oficial, com circulação de moeda e relações comerciais de venda e compra de produtos. Era uma economia rudimentar. Nesse contexto de economia marginal sobressaíam as atividades clandestinas do corte da madeira e da extração de ouro, prata e pedras preciosas. A madeira saía das matas para formar “balsas” que desciam pelos afluentes do Rio Itajaí até a sua foz contando com os favores da maré vazante. O ouro era comercializado em mercado clandestino. Obviamente que, por serem atividades marginais, sem constarem nos registros oficiais do Estado brasileiro, isso não retira sua importância histórica, social e cultural.

Assim, no nosso entendimento, duas possibilidades acerca do termo ITAJAÍ são mais razoáveis:

A primeira delas diz respeito ao fato do Morro do Baú servir como uma grande “pedra” de referência a qualquer ser humano que esteja circulando pelo Baixo Vale do Itajaí ou navegando por nosso litoral. Não há como não notar sua existência no cenário regional quer por seu tamanho, quer por seu formato. Além do destaque visual, o Morro do Baú está relacionado com a busca do ouro no Vale do Itajaí desde os tempos do pioneiro João Dias de Arzão. Por isso mesmo alguns autores identificam nele o “lendário Monte Tayó”. Também pode ser visto como uma “pedra brilhante” já que, em determinado ângulo, o Morro do Baú surge à nossa visão como uma grande pedra que brilha intensamente ao por-do-sol.

Uma pesquisa séria sobre o significado do termo ITAJAÍ tem de se aprofundar nas questões que envolvem diretamente o Morro do Baú. Seria o Morro do Baú o lendário Monte Tayó de onde Arzão tirou ouro e que Drummond tentou localizar quase dois séculos depois como sendo seu eldorado? Seria o Morro do Baú a “pedra de referência” que os nativos e vicentistas utilizavam para circular pelo Vale do Itajaí? Ou seria o Morro do Baú simplesmente uma “pedra brilhante” ao final da tarde?

A segunda questão importante vinculada à tradução do termo ITAJAÍ diz respeito ao mapa de 1740 que se encontra no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina em Florianópolis, localizando o Monte Tayó na morraria entre a bacia do Rio Itajaí-Mirim e a bacia do Rio Tijucas. Ali temos até os dias de hoje uma localidade denominada de “Brilhante” e foi bem perto dali que Drummond recebeu duas sesmarias do ministro Villanova Portugal com a incumbência de localizar o lendário Monte Tayó.

Na foz do Rio Itajaí-Mirim ficaram estabelecidos faiscaidores afamados como João e Matheus Dias de Arzão. Na região inteira temos notícias de ter sido encontrado muito ouro ao longo dos séculos. Essas notícias eram frequentes nos nossos jornais até o século passado (1900).

O problema de relacionar o termo ITAJAÍ à localidade de Brilhante entre as bacias dos rios Itajaí-Mirim e Tijucas é que temos de mudar muita coisa na nossa história oficial, a começar pela estória fantasiosa que a historiografia oficial nos oferece acerca da denominação da comunidade do Brilhante na Estrada Geral de Brusque. Obviamente que esse processo tem de ser muito criterioso, à luz do método científico.

Consideramos plausível a tradução do termo como sendo “pedra brilhante” decompondo-o da seguinte forma: ITA (pedra) + JAJAÍ (brilhante). Essa “pedra brilhante” pode oferecer duas motivações para aqueles que nominaram nossa região: 1 – ouro; 2 - referência visual.

No caso de ter sido a extração de ouro a motivação principal, as pesquisas devem seguir os caminhos do lendário Monte Tayó, que pode ser o próprio Morro do Baú (no Rio Grande) ou o Morro do Brilhante (no Rio Pequeno). Caso a motivação do batizado esteja na “referência visual” dada aos viajantes do Vale e litoral, temos de nos concentrar preferencialmente no Morro do Baú (no Rio Grande).

Contudo, consideramos que muitos estudos ainda devem ser realizados nessa área até chegarmos à uma posição conclusiva sobre a tradução do termo ITAJAÍ. Temos, por exemplo, de promover um laudo técnico sobre a constituição física do “Bico do Papagaio” para dar uma posição mais científica sobre a tese proposta por Hermes Justino Patrianova de ITAJAÍ ser referência a um “pássaro de pedra”.

Por isso mesmo consideramos extremamente salutares todas as discussões que foram promovidas ao longo do ano de 2013 na internet acerca do tema. Destacamos os debates entre historiadores e memorialistas ocorridas na página “Itajaí de Antigamente” no Facebook. Todo debate é importante porque destaca, acima de tudo, o interesse de nossos cidadãos mais cultos pelas coisas que dizem respeito à memória de nossa comunidade.

INDICAÇÃO DE LEITURA SOBRE O TEMA

- ASSIS, Cecy Fernandes de. **Dicionário guarani-português / português-guarani**. São Paulo: Saraiva, [...].
- BACHMANN, Norberto. Sobre a origem da palavra Itajaí in: **Jornal do Povo**, 23.01.1945, p.04.
- BARBOSA, A. Lemos. **Pequeno vocabulário tupi-português**. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1951.
- BAPTISTA, Leda Maria. **Simplemente Gaspar**. Blumenau: Nova Letra, 1998.
- BOITEUX, Lucas A. (Alm.) O Rio Itajaí – O desvendamento da Costa – mapas e portulanos do tempo – nomenclatura litorânea – morfologia do nome. In: **Blumenau em Cadernos**. Pág. 23-5.
- BOITEUX, Lucas a (Alm.). **Dicionário histórico e geográfico do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- BOHN, Antônio Francisco (Pe.). **Paróquia de São Vicente de Paulo – Sua História**. Blumenau: 3 de maio, 2003.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – a incrível saga de um país**. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CARDOSO, Alfredo Emanuel. **Compêndio histórico e geográfico de Rio do Sul**. 2.ed. Rio do Sul: Jawi, 19[..].
- CARNEIRO, Marcio Matos. **Origem dos nomes dos municípios de Santa Catarina**. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- CORDEIRO, Darlan Pereira. **Conhecendo Arqueologia**. Itajaí: ed. Autor, 2006.
- CORRÊA, Isaque de Borba. **Poranduba papa-siri – catalogação de manifestações inéditas do folclore do centro do litoral catarinense**. Camboriú: ed. Aut, 2001.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- CUNHA E SILVA, Laércio; DE FARIA, Roberto Mello. **Itajaí – cem anos de município**.
- CUNHA E SILVA, Laércio; DE FARIA, Roberto Mello. **Anuário de Itajaí para 1959**. Niterói: Hoje, 1959.

- DEEKE, José. **O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. 2.ed. Blumenau: Nova Letra, 1995.
- DELL'ANTONIO, Lino João. **Nomes indígenas dos municípios catarinenses**. (...). Blumenau: Odorizzi, 2009. p.136-138.
- FLORIANO, Magru. **A lenda do Monte Tayó – contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome ITAJAÍ**. Itajaí: Alternativa; Blumenau: Nova Letra, 2012.
- GAKRAN, Nambla et alii. **Dicionário bilíngüe Xokleng e Português**. Datilografado.
- HEUSI, Nemésio. **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance**. Blumenau: do autor, 1982.
- KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo – sua historia sua gente**. 1.ed. Porto Belo: ed. Aut., 1987.
- KONDER, Gustavo. Visita de um naturalista francês do século passado. In: **Jornal do Povo**. 28.08.1971, p.05.
- KONDER, Gustavo. A origem do nome de Itajaí In: **Blumenau em Cadernos**. P. 94.
- KONDER, Marcos. **A pequena pátria**. Blumenau: Livraria Blumenauense, 1958.
- KONDER, Marcos; SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Rio das pedras ou dos taiás? In: **Anuário de Itajaí 1949**. Itajaí: Aurora, 1949, p. 71-3.
- LAUS, Lausimar. **O guarda-roupa alemão**. 3. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989.
- MIRANDA, Gil. Documento para a história de Itajaí in: **Jornal do Povo**, 27.02.1971, p.2 e 6.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de (S.J.) **Vocabulário de la língua guarani**.
- NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2.ed. ver.ampl. São Paulo: Leya, 2011.
- NIEBUHR, Marlus. **Memórias de Porto Franco ... Botuverá: a sua história**. Blumenau: Nova Letra, 2005.
- OLIVEIRA E PAIVA, Joaquim Gomes de (Arcipreste Paiva). **Dicionário toponímico, histórico e estatístico da província de Santa Catarina**. Florianópolis: IHGSC, 2003.
- PATRIANOVA, Hermes Justino. **Pequeno livro**. Florianópolis: do autor, 1986.
- PATRIANOVA, Hermes Justino. Taiá versus Taioba in: **Blumenau em Cadernos**, tomo XXXI, ago/1990, n.08, p. 185-7.
- PATRIANOVA, Hermes Justino. Cartas in: **Blumenau em Cadernos**, tomo XXXI, fev/1990, n.02, p.56-8.
- REITZ, Raulino. Itajaí significa rio dos taiás in: **Jornal do Povo**, 25.04.1948, p.02.
- RODRIGUES, J. Barboza. **Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da língua**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1892.

- SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. **A colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis: Edeme/Lunardelli, 1981.
- SANTOS, Viviane dos; SOUZA, Elaine Cristina de. **Movidos pela esperança: a história centenária de Ilhota**. Itajaí: S&T, 2006.
- SERPA, Elio; RAMOS FLORES, Maria Bernadete. **Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717 – 1827**. Florianópolis: Edufsc, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento; Brusque: SAB, 1974.
- SILVA, Afonso Luiz da. **Itajaí de ontem e de hoje**. Brusque: Mercúrio/O Município, 19[..]
- SILVA, José Ferreira da. As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. **Blumenau em Cadernos**, Tomo VI, 1963. v. 4.
- SILVA, José Ferreira da. **A colonização do Valle do Itajahy – notas para a história do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catarinense**. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932.
- SILVARES, José Carlos. **Naufrações do Brasil: uma cultura submersa**. 1.ed. São Paulo: Cultura sub, 2010.
- SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Itajaí quer dizer: pedra laminada in: **Blumenau em cadernos**, Tomo X, nov/1969, n. 11, p. 218-220.
- SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido; DA SILVA, José Ferreira; Moraes, Gil. **Itajai**. São Paulo: Escalibur, 1972.
- SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Cartas in: **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXI, n. 01, p. 23-4.
- SOUZA, Cláudio Bersi de; SERPA FILHO, Gentil Abílio. **Penha – a história para todos**. Florianópolis: Paralelo 27, 1995.
- THOMÁS, Cláudio M.; AZEVEDO, Paulo E. de. **História do Brasil. Vol I**. São Paulo: FTD, 1964.
- THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. 1.ed. Caçador: IUL, 1981.
- TOMIO, Telmo José. Obituário itajaiense 1791-1823 IN: **Anuário de Itajaí – 2010 – Itajaí: 150 anos**. Itajaí: FGML, 2011, pág 444-449.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2013 – páginas 116 a 126.
- 2 – Texto modificado em 05 de agosto de 2023.

TEXTO 10: REVOLUÇÃO FEDERALISTA: 120 ANOS DA BATALHA DE ITAJAHY

Magru Floriano

No ano de 2013 registramos os 120 anos dos episódios bélicos ocorridos em Itajaí que integraram a Revolução Federalista. A cidade de Itajaí ficou sob tensão total por praticamente todo o mês de dezembro de 1893 com sua comunidade assistindo todos os horrores da guerra civil patrocinados pelas tropas legalistas e federalistas: saques, degolas, traições, batalhas campais sangrentas ...

A Revolução Federalista inicia oficialmente no Rio Grande do Sul no dia 02 de fevereiro de 1893 quando Gumersindo Saraiva adentra o território brasileiro, oriundo do Uruguai. E, promove uma série de ações hostis aos governos federal (Floriano Peixoto) e estadual (Júlio Castilhos).

As primeiras tropas combatentes que chegaram à Itajaí foram federalistas, lideradas pelo lendário Gumercindo Saraiva. Elas chegaram no dia 30 de novembro de 1893 depois de longa e desgastante caminhada iniciada logo após o insucesso militar no cerco que patrocinaram à cidade gaúcha de Bagé.

“Após atravessar o rio Pelotas, a coluna de Gumercindo (o “Primeiro Corpo do Exército Libertador”) rumou para Lajes e conseguiu chegar em Blumenau onde, margeando o rio Itajaí-açu, galgou a cidade litorânea de Itajaí, pela qual pretendia se juntar aos revoltosos da Armada. Contrariado com os rumos da revolução, o general Salgado guiou sua coluna (o “Segundo Corpo do Exército Libertador”) pelo litoral e, após passar por Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna resolveu seguir para Desterro antes de retornar ao Rio Grande do Sul. Mas, Gumercindo prosseguiu sua marcha setentrional em um plano audacioso: tomar as principais praças de guerra em terra montadas por Floriano no Estado do Paraná, Tijucas e Lapa, enquanto que Custódio de Melo se encarregaria do porto de Paranaguá. [...]”.(SÊGA, 2008, p. 103).

As tropas legalistas, representadas pela “Divisão do Norte”, comandadas pelo general Francisco Rodrigues Lima, chegaram à Blumenau no dia 03 de dezembro, rumando em direção à Itajaí no dia 06 de dezembro.

“Depois de montada a artilheria, que passava a ser conduzida por mulas, e a munição em carros, e de ser ordenado ao commando superior da guarda nacional que reunisse esta, seguiu a Divisão em direção à cidade de Itajahy, passando pela freguezia de Belchior e acampando na de Gaspar, 14 kilometros distante de Blumenau, donde levantou acampamento para pernoitar no Barracão.

Nesse dia mandou-se cortar o fio telegraphico, o que não foi conseguido. [...] (COUTINHO, 2011, p. 109-10)

As forças legalistas chegaram à Itajaí no dia 07 de dezembro. As forças federalistas sentindo a aproximação rápida da “Divisão do Norte” por Brusque ateam fogo em duas pontes sobre o Ribeirão Canhanduba [grafado nos diários dos comandos militares como Canhanduva].

“Continuou a marcha em direcção ao rio Itajahy-Mirim, onde a Divisão chegou cedo e concluiu a passagem às 3 horas da tarde, auxiliada por duas balsas grandes e uma pequena, indo acampar a 10 kilometros de distancia, no lugar denominado Cunha. Á tarde o general Lima teve comunicação que os rebeldes haviam queimado a ponte do rio Canhanduva, por onde tinha que passar a Divisão. Mandou então á Villa de Brusque contratar 20 carros para conduzir a munição.” (COUTINHO, 2011, p. 110-11).

Os combates envolvendo os exércitos federalista e legalista iniciaram no dia oito de dezembro às margens do Rio Pequeno [Itajaí-Mirim]. O campo de operações bélicas compreendia as atuais localidades de: Canhanduba, Arraial dos Cunha, Quilômetro Doze, Itaipava, Carvalho, Ressacada, Vila Operária, Rio Pequeno, Matadouro, Barra do Rio, Centro, São João, Fazenda.

“Ao clarear do dia, seguiu a vanguarda [legalista] para descobrir o inimigo. Á tarde o general [Lima] foi sabedor que os revolucionarios estavam entrincheirados na margem opposta daquelle rio, fazendo nutrido fogo de fuzilaria e artilheria; mandou fazer reconhecimento a vivo fogo, ao que resistiu o inimigo, disparando cêrca de 200 tiros de canhão, auxiliado por um pequeno vapor que da barra do Itajahy tambem fazia muitos disparos de artilheria. Houve uma conferencia para resolver se deviam atacar com os 2.000 homens que ali tinham, ou esperar pelas brigadas dos coronéis Menna Barreto e Firmino, sendo todos de parecer, e que ficou resolvido, atacar-se o inimigo “fosse com que numero fosse”. (COUTINHO, 2011, p. 111).

No dia nove de dezembro as forças legalistas são divididas em duas colunas que marcham sobre a Villa de Itajahy sob comando do general Lima e do coronel Salvador. O avanço da tropa inicia às cinco horas da tarde, continuando noite à dentro e manhã do dia dez de dezembro.

“Marcharam as forças para fóra da picada com o fim de tomar posição para um assalto. Foram divididas em duas columnas. – A primeira, composta da 1ª e 3ª brigadas, sob as ordens immediatas do general Lima e a 2ª, composta da 4ª e 6ª brigadas, sob as ordens do coronel Salvador. A esta columna acompanhava o senador Pinheiro Machado e a artilheria.

*Separadas as duas columnas ás 5 horas da tarde, a 1ª embrenhou-se em uma montanha para cruzal-a de noite, luctando com toda a sorte de sacrificios entre rochedos e profundas sangas, donde só poude sahir no dia 10, às 8 horas da manhã.
A outra columnas luctou tambem com muitos sacrificios.”* (COUTINHO, 2011, p. 111).

Como consequência do avanço legalista os federalistas abandonam trincheiras ao longo da localidade de Carvalho. Na oportunidade chegam as forças dos coronéis Mena Barreto e Firmino de Paula como reforço para os legalistas, enquanto os federalistas recebem reforços de cerca de trezentos homens liderados por Aparício Saraiva vindos do porto de São Francisco do Sul. Também recebem o reforço da coluna do coronel Artur Maciel do estado-maior do general Gumercindo Saraiva. Ainda na tarde do dia dez de dezembro os federalistas promovem ataque contra as forças legalistas que perdura até cerca das oito horas da noite.

Os legalistas registram em documentos oficiais a morte de cinco homens, contabilizando ainda cerca de 21 feridos. Os autores divergem acentuadamente quanto aos números de mortos e feridos nas batalhas realizadas no território itajaiense. Fala-se em 05, 180, 600 e até 800 mortos por parte dos legalistas e até 91 mortos por parte dos federalistas. Números, obviamente, que jamais teremos a devida confirmação.

No final do dia 10 de dezembro as tropas federalistas embarcam nos navios “Meteoro” e “Uranus” evitando novos confrontos com as forças legalistas mais bem equipadas e numerosas. Na partida os federalistas assassinam brutalmente o comerciante Rodolfo Herbst.

“O inimigo, sentido as forças leaes já na rectaguarda, fugiu, abandonando a posição em que estava, e dois mortos, armas, munição e pouco fardamento de marinheiros. Então o general Lima mandou tocar o hymno nacional pela musica do 1º batalhão da brigada militar, commandado pelo intrépido tenente-coronel Carlos Frederico de Mesquita.

Ás dez horas reuniram-se as duas columnas; a força tomou nova posição para atacar no dia 11. Nesse mesmo dia chegaram os coroneis Firmino de Paula e Menna Barreto com suas brigadas, os quaes andavam ausentes em serviço.

Á tarde o inimigo atacou com fuzilaria e artilharia, durando o mortifero fogo até ás oito horas da noite.

A 1ª brigada, commandada pelo valente official major Antonio Tupy Ferreira Caldas, e que era composta dos valentes 9º, ala esquerda do 13º e 30º batalhões, sendo os dois ultimos de linha, sustentou nutrido fogo, com a valentia de sempre, até ao escurecer, sendo então rendida pela 3ª brigada ao mando do coronel Antonio Pedro Caminha.

Mortos das forças leaes foram 5, e feridos 21, sendo no numero dos primeiros o valente alferes do 30º batalhão Antonio Alves, e no número dos feridos o valente capitão Pedro Ghen, do 9º batalhão provisório.

O hospital de sangue foi feito em uma casa junto á referida ponte.

O inimigo fugiu ás 8 horas da noite, deixando alguns mortos e feridos.[...]” (COUTINHO, 2011, p. 112).

No dia 11 de dezembro a “Divisão do Norte” avança sobre o centro da Villa de Itajahy abandonado na madrugada do dia anterior pelas forças federalistas. Os legalistas instalam dois canhões Krupp no morro da Atalaia para proteger a boca da barra. O general Lima assina em Itajaí a “Ordem do Dia” de número 62 onde detalha as batalhas travadas na cidade. As tropas legalistas aprisionam os vapores federalistas **Progresso** e **Charuto** contendo gêneros essenciais para a alimentação da tropa, como sal, farinha e feijão.

“Na manhã desse dia [11] avançou a 1ª e a 3ª brigadas para reconhecer a posição que tomavam os rebeldes. Chegando á cidade nada encontraram. Apresentou-se á vanguarda o juiz da comarca de Itajahy, dr. Mello, que informou ter o inimigo embarcado, abandonando a cidade. O general Lima fez avançar as linhas de atiradores, tomou conta da cidade e mandou avançar até á barra, para reconhecer os pontos mais estratégicos. Immediatamente o mesmo general fez concertar o vaporsinho Progresso. Mandou examinar por nadadores si estava n’agua uma peça de artilharia que se dizia ter o inimigo deixado cahir com a precipitação do embarque. Mandou avançar dois canhões Krupp, que foram collocados em frente á barra, guarnecida pela 2ª brigada. Mandou convidar as familias que haviam passado para o lado opposto do Itajahy a virem para suas casas, o que fizeram. [...]” (COUTINHO, 2011, p. 113).

Surpreendentemente os navios federalistas tendo à frente o cruzador “República” retornam à Itajaí no dia 12 de dezembro e promovem fogo de artilharia contra alvos militares legalistas. Danificam novamente a Ponte dos Werner sobre o Rio Conceição [Canhanduba] em Carvalho, destroem trincheiras legalistas no Morro da Atalaia - boca da barra. A “Divisão do Norte”, também de forma inesperada, resolve deixar Itajaí pela estrada de Brusque no dia 13 de dezembro.

“Ás 4 horas da tarde appareceram fóra da barra dois navios rebeldes, que dispararam alguns tiros de canhão contra a artilharia legal de terra. Em conferencia foi combinado se deviam as forças seguir para o norte em protecção ao general Argolo ou para o sul em protecção ao general Arthur Oscar, ficando resolvida a marcha para o sul.” (COUTINHO, 2011, p. 122).

Enquanto as tropas legalistas [Divisão do Norte] deixavam a cidade de Itajahy com o objetivo de retornar ao território gaúcho em apoio às tropas do general Arthur Oscar os navios revoltosos voltavam a bombardear Itajaí, com as tropas federalistas assumido novamente o controle da Villa a partir do dia catorze de dezembro. A partir

daí ocorrem diversos atos de vingança que atingiram aqueles acusados de ajudarem as tropas legalistas. Por este motivo foi degolado o comerciante Procópio José de Bayer.

“A 13 de dezembro a Divisão encetou a marcha combinada, depois do que entraram dois navios rebeldes em Itajahy, onde não havia mais força, fazendo fogo de artilharia. Os revolucionarios apossaram-se novamente da cidade, fazendo constar, em boletins, que os republicanos haviam perdido 600 homens no ultimo combate. Nesse mesmo dia passaram pela ponte queimada de Canhanduva duas brigadas das forças legaes e quatro pela volta, avançando a vanguarda, sob o commando do coronel Salvador, em direcção de Blumenau. O general Lima ordenou aos coroneis Menna Barreto e Firmino de Paula que marchassem em direcção da villa de Brusque.” (COUTINHO, 2011, p. 123).

“[...] as tropas do governo voltaram para Blumenau e pretendiam dirigir-se para o Paraná, mas de repente foi notado que haviam deixado Blumenau e se dirigiram para o planalto. Pouco tempo após já se ouvia o barulho das máquinas e do marolar das ondas produzido pelos pequenos vapores requisitados pelos revolucionários que se aproximavam de Blumenau, vindos de Itajaí.” (HERING, 1980, pag. 70).

“O general Lima seguiu com o resto da força para o passo do Limoeiro, no Rio Pequeno, onde chegou às 10 horas da manhã e começou a passagem, que terminou as 3 da tarde, indo acampar num nucleo colonial chamado Barracão. Ahi recebeu uma carta do delegado de policia de Cambriú, que dista 11 kilometros de Itajahy, communicando ter chegado do Estado do Rio Grande uma Columna de 2.000 homens para encorporar-se ás forças do coronel Oscar e que, em Tijuca, chegaram 2.000 rebeldes, embarcados no Porto Bello. A Divisão já havia caminhado cêrca de 30 kilometros depois que sahira de Itajahy.”(COUTINHO, 2011, p. 113).

No dia 16 a “Divisão do Norte” acampa na Freguesia de Gaspar e pernoita perto da localidade de Belchior servindo-se da estrutura oferecida por Blumenau para recompor suas forças com armas, roupas e alimentos, além de cuidar dos feridos.

“A força [Divisão do Norte] conservou-se acampada e se cuidou dos feridos em Itajahy, os quaes foram para o hospital, em Blumenau [...] Nesta cidade o commando da Divisão mandou fazer balas de artilharia [...] foi dada ordem para as brigadas comprarem alguma roupa para os soldados.”(COUTINHO, 2011, p. 124).

Enquanto a “Divisão do Norte” continuava nas cercanias de Gaspar e Blumenau os revoltosos ocupam por definitivo, no dia 19 de dezembro, todo o território entre Gaspar-Brusque-Itajahy com as vanguardas das duas tropas promovendo choques rápidos, apresentando mortos e feridos de ambos os lados.

“O tenente-coronel Fabricio Pillar foi no vapor Progreso observar o inimigo na entrada do Itajahy, indo ao mesmo tempo uma escolta por terra até á ponte queimada, comandada pelo tenente-coronel Pimenta.

Nesse dia foi distribuído algum fardamento, Às 10 horas da noite chegou a comunicação do tenente-coronel Pillar de terem entrado no rio Itajahy tres vapores rebeldes.”(COUTINHO, 2011, p. 124-5).

“Cêdo foi determinado que as forças se conservassem em ordem de marcha, que se abreviasse a compostura das armas e o fabrico das balas de artilharia que se estavam fazendo na fundição de Blumenau.

Regressou o tenente-coronel Pillar [dia 20] e comunicou que em uma volta grande do rio encontrou um vapor do inimigo [dia 19], o qual retrocedeu ante o fogo de fuzilaria que lha fazia uma escolta legal que havia desembarcado do Progresso e que o dito vapor, ao fugir, disparou 5 tiros de metralha.”(COUTINHO, 2011, p. 125).

No dia 20 de dezembro a “Divisão do Norte” continua nas cercanias de Gaspar e Blumenau. O diário do general federalista Francisco da Silva Tavares promove relato minucioso das questões que envolvem o alto comando revoltoso em Santa Catarina e os motivos que o impelem a voltar ao território rio-grandense.

“[...] À 1 hora da tarde chegou o General Salgado com 1.200 homens em expedição a Itajaí para destroçar a coluna Pinheiro Machado. Disse-me que há muito rompera com o Governo Provisório. Primeiro, por causa de sua politicagem positivista contrariando as vistas da revolução Rio-Grandense e estivera disposto a regressa para o Sul [...] deu-me para extrair cópia da representação que recebeu de seus comandados pedindo para voltarem para sul [...]” (CABEDA, 2004, pag. 148).

No seu diário de campanha o general Francisco da Silva Tavares dá como certa vitória militar sobre a “Divisão do Norte” nas proximidades de Blumenau já no dia 21 de dezembro, o que efetivamente não ocorre.

“À tarde chegam telegramas de Itajaí que Gumercindo cerca a coluna de Pinheiro e Lima com 1.300 homens a fim de dar batalha e destroçar essa coluna inimiga.” (CABEDA, 2004, pag. 1151).

Segundo informações colhidas pelos legalistas as tropas federalistas continuam a reforçar sua posição em Itajaí no dia 22 de dezembro.

“O commando da Divisão teve parte que dois navios inimigos se achavam no rio Itajahy, sondando-o, distante dali 20 kilometros, mais ou menos. Então foram tomadas todas as providencias, sabendo-se mais tarde serem quatro os navios e não dois. Seguiu uma descoberta do 1º regimento da brigada militar, que chegando naquelle rio, o seu commandante, capitão Jordão A de Oliveira, fez passar um cabo e um soldado, com o fim de observar o movimento dos rebeldes. [...] Continuando a apparecer no rio Itajahy dois vapores, foi ordenado ao coronel Pithan que em Brusque comprasse gado e viveres para as forças.”(COUTINHO, 2011, p. 128).

No dia 23 de dezembro as forças revoltosas constataam que o telégrafo entre Tijucas e Itajaí sofreu interrupção por sabotagem legalista e as previsões otimistas feitas no dia anterior quanto “destróçar” a “Divisão do Norte” em Blumenau não se confirmaram.

“Disse-me o almirante que o telégrafo entre Tijucas e Itajaí está interrompido e crê que tenha sido cortado pelas forças de Pinheiro e Lima, ou alguma partida que cruzasse nessas imediações. Dizem prisioneiros que Pinheiro não está nas forças, ignorando o seu destino, acrescentando os prisioneiros que tenha ido para S. Paulo. [...] Maciel acaba de embarcar com Salgado e Estácio para Itajaí. As operações militares nesse ponto estão difícilísimas por ter a coluna Pinheiro e Lima ocupado uma posição inexpugnável.” (CABEDA, 2004, pag. 153).

No dia 25 de dezembro o governo Floriano prorroga até 31 de janeiro de 1894 o estado de sítio que incluí o território de Santa Catarina devido à Revolução Federalista. O comando da “Divisão do Norte” continua acampado na região entre Gaspar e Blumenau orientando a retirada da tropa em direção à serra. A chuva forte que há dias não dava trégua aos retirantes dificultou em muito toda a manobra militar legalista. Nesse interin os federalistas consolidavam posição em toda a região próxima a Itajaí.

“Avançou a 4ª brigada além de Blumenau. Entre esta cidade e Brusque foi collocado um corpo que tomou a necessaria posição. O general Lima recebeu cartas que contavam a aproximação dos rebeldes em Jaranguá..”(COUTINHO, 2011, p. 128).

“O Almirante chegou às 3 horas da tarde a Itajaí onde, dizem, fora exigir que os Generais atacassem Pinheiro Machado que se acha nas matas da Serra em Blumenau! [...]” (CABEDA, 2004, pag. 154).

No dia 26 de dezembro o comando da “Divisão do Norte” aquartelou-se nas cercanias de Blumenau esperando o ataque das forças rebeldes enquanto o grosso da tropa seguia em direção a Rio do Sul. Mas o conflito somente ocorreu no dia 27 entre tropa de vanguarda legalista e uma tropa de cerca de 300 homens comandados por Aparício Saraiva nas proximidades da localidade de Têsto. Contudo, não ocorreram grande número de baixas em ambas as forças.

Somente no dia 02 de janeiro de 1894 a totalidade do efetivo integrante da “Divisão do Norte” ultrapassou o Rio Lontras e chegou a Rio do Sul. Nesses primeiros dias eram constantes pequenos focos de luta na região compreendida entre Itajaí e Blumenau. Entre Itajaí e Lages as forças legalistas enfrentaram fome e enchente

chegando a Lages somente no dia 13 de janeiro de 1894, logo em seguida retornando ao território do Rio Grande do Sul.

A importância da Batalha de Itajaí para a história do Brasil deve-se ao fato de ter ocorrido nesse momento a junção estratégica das forças terrestres e navais integrantes de duas revoltas [Revolta da Armada e Revolução Federalista] que até então corriam paralelas, mas sem operar conjuntamente no campo de batalha.

Para se ter uma ideia próxima da dimensão e extensão do conflito ocorrido em nosso território, no ano de 1893 a Villa de Itajahy contava com aproximadamente doze mil habitantes. A “Divisão do Norte” chegou a ter em Itajaí efetivo próximo a quatro mil soldados, enquanto o “Primeiro Exército Libertador” e os navios da “Revolta da Armada” chegaram a mobilizar em Itajaí forças superiores a dois mil homens. Mantida a devida proporção, se o conflito fosse realizado nos dias de hoje, estaria envolvendo diretamente dois exércitos compostos por cerca de cem mil soldados.

As duas revoltas que atingiram diretamente a Villa de Itajahy [Revolução Federalista e Revolta da Armada] tiveram fundamental importância na configuração política de nossa comunidade. Esta configuração vai se estender durante toda a Primeira República, cujo ocaso ocorre com o advento da Revolução de 30.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA

ABRANCHES, Dunshee de. **A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914.

ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. **Episódios da Revolução Federalista no Paraná**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luis H. [Orgs]. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARETTA, Sílvio R. D. **O Rio Grande do Sul e a República: reflexões preliminares sobre a revolução de 1893**. Campinas: Paper para o CPG em História / UNICAMP, s/d.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**. São Paulo: Fulgor, 1957.

BAUMGARTEN, Christina. **O espírito de uma época – a saga da família Baumgarten [biografia romanceada]**. Blumenau: HB, 1999.

BELLO, José M. **História da República**. 8 ed. São Paulo: Nacional, 1983.

- BOITEUX, Henrique. **A república catarinense [notas para sua história]**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1927.
- BOITEUX, José Arthur. **Os partidos políticos em Santa Catarina - 1821-1871 [I parte]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. **A pequena história catarinense**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. **Efemérides Catarinenses**. Florianópolis: IHGSC, 1921.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. **História de Santa Catarina**. São Paulo: Melhoramentos, 1919.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catharinense**. Florianópolis: autor, 1911.
- BORMANN, José Bernardino. **Dias fratricidas – memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná**. Curitiba: Livr. Econômica, 1901.
- BRUECKHEIMER, Max. Memórias de Max Brueckheimer IN: **Blumenau em Cadernos**. Tomo X. Outubro de 1969. Pag. 157-203.
- BRUM, Argemiro Jerônimo. **Democracia e partidos políticos no Brasil**. Ijuí: UNIJUI, 1988.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina. Suas legislaturas e legisladores 1835-1974**. Florianópolis: Lunardelli, 1975.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Brusque. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império**. Brusque: Soc. Amigos de Brusque, 1958.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catarina – história e evolução**. Col. Brasileira, vol. 80. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.
- CARNEIRO, David. **O cerco da Lapa e seus heróis. Antecedentes e consequências da Revolução federalista no Paraná**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991. Col. Gen. Benício, v.277.
- CARNEIRO, David. **Gomes Carneiro e a consolidação da república**. Curitiba: autor, s/d.
- CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. Rio de Janeiro: Atena, 1944.
- CARNEIRO, David. **Como chegou o Positivismo ao Paraná**. Curitiba: Centro Positivista do Paraná [mimeo], 1978.
- CARONE, Edgard. **A República Velha, evolução política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução destruiu**. Brasília: EdUNB, 1982.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: edUNB, 1985.
- CINTRA, Assis. **Histórias que não vêm na História**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1928.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Governantes de Santa Catarina de 1739-1982**. Florianópolis: EDUFSC, 1983.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. **Guia dos governantes de Santa Catarina**. Florianópolis: SEC, 1979.

- CORRÊA, Carlos Humberto P. **Militares e civis num governo sem rumo. O governo revolucionário provisório do Desterro 1839\1894**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Santa Catarina – quatro séculos de história**. Florianópolis: Insular, 2000.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas repúblicas**. Florianópolis: EDUFSC, 1984.
- CORREIA, Leôncio. **Barão do Serro Azul**. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1942.
- COSTA, Emília V. da. **Da monarquia à república**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Sandro da Silveira. **Santa Catarina – história, geografia, meio ambiente, turismo e atualidades**. Florianópolis: Postmix, 2011.
- COUTINHO, Albino José Ferreira. **Marcha da Divisão do Norte**. Porto Alegre: Oficina Tip. Correio do Povo, 1896.
- COZZA, Dino Willy. **Operações navais em Paranaguá em 1894**. Palestra, 1994.
- CRUZ COSTA, João. **Pequena história da república**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DEEKE, Fides. A Guarda Cívica de Blumenau. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VI. 1963. Nº 07. Págs. 129-40.
- DEEKE, Fides. Memórias de Fides Deeke. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VII. 1964. Nº 02. Págs. 17-20.
- DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.
- DIAS, Rafael; RODRIGUES, Otávio Augusto Auler. **Geografia e História de Santa Catarina: para vestibulares e concursos**. Florianópolis: Ed. autor, 2008.
- DORNAS FILHO, João. **Apontamentos para a história da república**. Curitiba: Guaíra, 1941.
- DORNELLES, Sejanos. **Gumersindo Saraiva: o guerrilheiro pampeano**. 2.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio – narrativa da Revolução de 1893** [fac-símile da Ed. De 1896]. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.
- ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893**. Brasília: UNB, 1983.
- ESCOBAR, Wenceslau. **Réplica a todos os contraditores de meus apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893**. Porto Alegre: Globo, 1921.
- ESMERALDINO, Herval Ângelo. [coord. Supervisão]. **A história do legislativo: 1860-2012**. Itajaí: Câmara de Vereadores de Itajaí, 2012. Textos de Edison d'Ávila e Vânia Campos.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP-FDE, 1996.
- FERREIRA, João C. **Gomes Carneiro e o cerco da Lapa**. Curitiba: Plácido e Silva, 1928.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade do Ouro. As elites fluminenses na Primeira República [1839-1930]**. Rio de Janeiro: EdUFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.
- FICKER, Carlos. **História de Joinville – subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: tip. Ipiranga, 1965.

- FLORES, Elio Chaves. **No tempo das degolas: revoluções imperfeitas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner (org). **Revolução Federalista – estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- FLORES, Moacyr (org). **1893-95: a Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FLORIANO, Magru. **Calendário histórico de Itajahy**. [em pesquisa – anotações].
- FLORIANO, Magru. **História da imprensa de Itajahy** [em pesquisa – anotações].
- FLORIANO, Magru. **Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador – textos compilados**. Vol I. Itajaí: Brisa Utópica, 2013.
- FLORIANO, Magru. **Quem escreve em Itajaí – indicador da literatura e jornalismo da Região da Grande Itajaí até 2000**. Itajaí: Brisa Utópica, 2002.
- FONTES, Henrique da Silva. **Pensamentos, palavras e obras: Terceiro caderno de Itajaí. I parte**. Florianópolis: Ed. autor, 1963.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república**. Tese mestrado FFCL\USP, 1974.
- FRANCISCO, João. **A revolução de noventa e três**. 2.ed. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 2011. Coleção Revolução Gaúchas.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: alfa-Omega, 1974.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **A guerra civil de 1893**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 4ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FREIRE, Felisberto. **História da Revolta de 6 de setembro de 1893**. Brasília: EdUNB, 1982.
- FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. **Gumersindo Saraiva na guerra dos Maragatos**. Rio de Janeiro: Alba, 1943.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GROSS-HERING, Gertrudes. Retrospecto IN: **Blumenau em Cadernos**. Tomo III. Setembro 1960. Nº 09, páginas 172-4.
- GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista**. Porto Alegre: AHRGS/Ed. EST, 1999.
- GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. **A Revolução Federalista em cima da serra 1892-1895**. [....].
- HAHNER, June E. **Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- HERING, Paul. **Memórias – anotações – aventuras: 1861-1942**. Trad. Frederico Kilian. Blumenau: Casa Dr. Blumenau, 1980.
- HOERNER JÚNIOR, Valério. **Maragatos**.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de [org]. **História geral da civilização brasileira**. 7 vols. São Paulo: Difel, 1960-1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- HÜBENER, Laura Machado. **O comércio do Desterro no século XIX**. Florianópolis: EDUFSC, 1981.
- KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo – sua história sua gente**. 2.ed. Blumenau: Odorizzi, 2001.
- KONDER, Alexandre. **Os Halifax**. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1952.
- KONDER, Marcos. **A pequena pátria**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
- KONDER, Marcos. **Lauro Muller**. 2.ed. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957.
- LACERDA, Arthur V. **O Positivismo e a política**. Curitiba; Centro Positivista do Paraná, 1992.
- LACERDA, Francisco Brito de. **Cerco da Lapa do começo ao fim**. Curitiba: SECE, 1985.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 1983.
- LIMA, José Carvalho. **Narrativas militares – a Revolução do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Casa dos Livros, 2009.
- LOPEZ, Ricardo Aldapó. **Coração de caudilho – história real de gumersindo Saraiva na Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.
- LOUREIRO JUNIOR, L. M. **Dados sobre a exportação catarinense 1892-1920**. Rio de Janeiro: Americana, 1922.
- LUZ, Fábio; CARNEIRO, Davi. **Floriano – memórias e documentos**. Vol I. A invasão federalista em Santa Catarina e Paraná. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina: 1889-1900**. Florianópolis: EdUFSC/Lunardelli, 1982.
- MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina: 1500-2000**. 2.ed, ver, at. Florianópolis: edUFSC/Insular, 2000.
- MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**. Florianópolis: Insular, 1997.
- MINISTÉRIO DA MARINHA. **Biografia de Saldanha da Gama**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1947.
- MONTEIRO, Paulo. **Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo**.
- MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos partidários no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MOURA, Euclides B. de. **O vandalismo no Rio Grande do Sul, antecedentes da revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.
- MOURA, João D. de A. **A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1955.
- MURICY, José Cândido da Silva. **A revolução de 1893 nos estados de Santa Catarina e Paraná [memórias]**. Biblioteca Militar. Vol XCIX e C. Rio de Janeiro: Cia Ed. Americana, s.d.
- OLIVEIRA, Cecília H. S. **A independência e a construção do império**. São Paulo: Atual, 1995.

- OURIQUES, Jacques. **Drama do Paraná – episódio da tyrania do Marechal Floriano Peixoto**. Buenos Ayres, [...], 1894.
- PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho – fronteira platina, direito e revolução**. 1 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2001.
- PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz governador inconfundível**. Florianópolis: IOESC, 1976.
- PENNA, Lincoln de A. **O progresso da ordem; o florianismo e a construção da república**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- PENNA, Lincoln de A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Carlos da Costa. **A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1976.
- PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político Catarinense**. Florianópolis: ALESC, 1985.
- PIAZZA, Walter Fernando. **O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)**. Florianópolis: ALESC, 1984.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: EDUFSC\Lunardelli, 1983.
- PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina História da gente – 2º grau**. 2.ed, ver. ampl. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- PICCOLO, Helga I. L. Fontes para o estado da Revolução Federalista de 1893. IN: **Seminário “Fontes para a história da revolução de 1893”**. Bagé: URCAMP Ed., 1983.
- PILAR, Fabrício. **Memórias da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Presença, sem data.
- POMBO, Rocha. **Para a história; Notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980.
- POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1905.
- PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e seu tempo**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- PORTO, Manoel E. C. **Apontamentos para a história da república; um registro centenário**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- POSSAMAI, Zita (Org). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: SMC – Caderno Ponto & Vírgula, 1993.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Martins, 1942.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- QUEIROZ, Suely R. R. **Os radicais da república; jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REBELO, José Angelo. **Sem história não dá. E assim se fez em Camboriú**. Camboriú\Balneário Camboriú: autor, 1997.

- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus – guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- RODRIGUES, Eduardo Contreiras. **Estácio Azambuja: ensaio biográfico**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.
- RODRIGUES, Francisco Pereira. **O governicho e a Revolução Federalista**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.
- ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Globo, 1928.
- RUAS, Tabajara; BONES, Elmar. **A cabeça de Gumercindo Saraiva**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.
- SAES, Décio A. M. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAMPAIO, Geraldo F. **A marcha da coluna Gumersindo Saraiva**. Rio de Janeiro: autor, 1965.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 3ª ed. ver. ampl. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.
- SARAIVA, Nepomuceno Garcia. **Memórias de Aparício Saraiva**. Montevideo: Medina, 1956.
- SECUNDINO JÚNIOR, Octávio. **O solar do Barão**. Paranaguá: autor, s/d.
- SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos – a Revolução Federalista no Paraná**. 2.ed. Curitiba: Instituto Memória, 2008.
- SENA, Davis R. de. **O grande desafio brasileiro: guerra civil 1892/5**. Rio de Janeiro: autor, 1995.
- SERPA, Elio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC, 1997.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da República Brasileira – vol. I – nasce a república 1888\1894**. São Paulo: ed. Três, 1968.
- SILVA, José Ferreira da. **A imprensa em Blumenau**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1997.
- SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: EDEME, 1972.
- SILVA, José Niepce da et alii. **Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894**. Curitiba: ed. Gráfica Paranaense, 1944.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e federalismo - 1889-1902 – um estudo da implantação da república no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira**. São Paulo: José Olympio, 1944.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: civilização Bras., 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da república brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A república; uma revisão histórica**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

SOUZA E SILVA, Augusto Carlos de. **O almirante Saldanha e a Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1939.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo (org). **Francisco da Silva Tavares. Diários da Revolução de 1893** – tomo I – Série Memória política do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004.

TAVARES, Joca. **Diários da Revolução de 1893** – tomo II - Série Memória política do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004.

THOMÁS, Cláudio Maria et alii. **História do Brasil**. Volume 4. São Paulo: LTD, 1964.

TONERA, Roberto. **A tragédia de Desterro**.

VARGAS, Túlio. **A última viagem do Barão do Serro Azul**. 2.ed. segunda tiragem. Curitiba: Juruá, 2009.

VASCONCELLOS, Álvaro de. **O almirante Custódio de Mello e a Revolução de 1893**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1949.

VERNALHA, Milton Miró. **Maragatos X Pica-Paus**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1984.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Santa Catarina – 500 anos – terra do Brasil**. Florianópolis: A Notícia, 2001.
ZIMMERMANN, H. P. Reminiscências IN: Blumenau em Cadernos. Tomo. 1970. Tomo XI. Pag. 149-151.

WESTPHALEN, Maria Cecília (Org). **Revolução Federalista**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1997.

WOLFF, Filipe M. **Cerco da Lapa**. [s/l]: autor, 1974.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2013 – páginas 31 - 47.

2 – Texto modificado em 05 de agosto de 2023.

TEXTO 11: QUADRAS DE UM ALIANCISTA

Magru Floriano

Dolores Maria Pereira nasceu em Camboriú a 06 de março de 1918, modificando seu nome para Dolores Pereira Rodrigues ao casar com Manoel José Rodrigues. Foi uma das primeiras professoras da escola da localidade de Taquaras, lecionando também nas escolas das localidades de Várzea do Ranchinho, Vila Real, Braços Macacos – nos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú. Entre “seus guardados” encontramos muitos documentos familiares datados de 1888, almanaques de farmácia, Kalenders e livros didáticos da “Série Fontes”. Talvez, as maiores preciosidades sejam diversos cadernos manuscritos contendo quadras temáticas de romances, tragédias e política que refletem o espírito de sua época.

Para ilustrar a arte de Dolores Pereira reproduzimos versos escritos no período compreendido entre os dias três e cinco de janeiro de 1932 intitulados “Quadras de um aliancista”. Neles, Dolores evidencia o uso da força no processo eleitoral catarinense através de termos como “borracha” “geladeira” e “porrete”; denuncia atrocidades policiais que levam opositores aos hospitais após “surras” da polícia. Favorável à Revolução de Trinta a professora Dolores não poupa personagens conhecidos da História de Itajaí, como os irmãos Konder: Adolpho, Victor e Marcos - que estiveram ao lado de Washington Luis até o ocaso governista.

QUADRAS DE UM ALIANCISTA

Viva o Dr Getúlio Vargas
Isto deve ser o primeiro
Parahiba e Rio Grande
E o livre povo brasileiro.

Viva todos os oficiais
Soldados e os sargentos
E todo povo livre
Que aderiram ao movimento.

Despoussou-se o Cavanhaque
E seu compadre Julhinho
Blumenau prestista chora
Pelo Victor e o Adolfinho.

Senhor Adolfo prometeu
Aos catharinenses liberdade
Mas foi tanta da borracha
Que até dava piedade.

No Itajahy terra do Adolfo
Até é feio para cantar
A perseguição era tanta
Que até chegaram a matar.

Lá para o Rio do Sul
Município de Blumenau
Foi um tenente mandado
Por nome de Nicolau.

A ordenança do tenente
Chamava-se Vidal
Aquelles que apanhavam
Híam direto para o hospital.

Joinvile se intrincheravam
Junto do caes do porto
Sahiu alguns feridos
E dizem que alguns mortos.

Tinha em Rio do Sul
Prestista muito fallador
Queriam montar alliancista
E meter-lhe arreador.

Coitadinhos de nós
Que fosse o Prestes ao Cattete
O almoço era borracha
E a janta era o porrete.

Os alliancistas com os Prestes
Não queriam brincadeira
Quando não era borracha
Era espada e geladeira.

Isto estou dizendo
E todo mundo diz
Que o mais duro de roer
Era o Washington Luiz

Os prestistas de hoje
Nem parecem os que falavam
Se não metiam a borracha
Mais eles é que mandavam.

Hoje os prestistas andam
Garrados na chaleira
Mais nós não somos o carrasco
Da borracha e a geladeira.

De nós não precisa medo
Nem tão pouco arreio
Não fazemos como vocês
Só faziam papel feio.

Dos prestistas de ontem
Nós não temos rancor
Vocês vão prestar conta
É com o nosso governador.

Vocês quando chegar lá
Não se embaraçar
Contem tudo direitinho
E quantos mandaram surrar.

Os prestistas nos puzeram
Até feios apelidos
Chamam nossos chefes
Ladrões, canalhas, bandidos.

Os lageanos prestistas
Deixaram suas casas
E todos de calça
Foram para baixo de aza.

O senhor Caetano Costa
E seus bons companheiros
Foram ter com o Adolfo
Porque lá tinha torpedeiro.

O tal de Custódio Campos
Do Rio do Sul saiu corrido
Por chamar os aliancistas
De gapecadas bandidos.

Dia dez foi preso o Adolfo
Isto conforme o comunicado
Segundo informa o respetivo
Elle será processado.

Blumenau prestista chora
Pelo seu Vitor querido
Traz a notícia o jornal
Que ele vae ser banido.

O Marcos e o Aducci
Eu não sei que fim levaram
A carreira foi tamanha
E não sei se já pararam.

Liberaes vejo que eu digo
E disto ninguem se esqueça
Se nós perdessemos a revolução
Ficavamos sem a cabeça.

Não sou só eu que digo
Tem muita gente que diz
Que aviamos de ver carrascos
Julio Prestes e Washington Luiz.

Viva Alliança Liberal
Fez obra de predicação
Armou o braço do povo
E fez a revolução.

Ainda pouco eu disse
Que o Aduci não sabia
Mais elle foi prestar conta
Na quarta delegacia.

Viva os visinhos do Paraná
É alliancistas de facto
Prenderam o Affonço Camargo
O Salau Rebello e Prestes Neto.

Amigos fazemos festas
Não viguem couza passada
Olhe os prestistas como andam
Todos de crista arreada

Só uma couza quero dizer
Os amigos devem apoiar
Não deixem um só governista
Para a nós governar.

Isto não é que seja ruim
Nem é alguém que me ensina
Se nós perdessemos a revolução
Adeus Brasil para Argentina.

Assim mesmo da Argentina
Nos mandaríamos buscar
E quando chegasse aqui
Já sabe queira adivinhar.

Acabou-se a borracha
E também a persiguição
Mostramos aos prestistas
Que nós temos educação.

Dia oito de novembro
Houve festas e foguetes
Neste dia Dr. Getulio
Subiu as escadas do Catete

Dia quinze de novembro
Era o dia do Julhinho
Mas foi preso o Washington
Acabou-se os comesinhos.

Foi em mil novecentos e trinta
Isto deve ficar na História
Acabou-se a borracha
Geladeira e palmatoria.

Leia veja se gosta
Não sei si é couza boa
Mas me ajude dar um viva
Ao inesquecível João Pessoa.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2014 – páginas 18 a 22.
- 2 – Texto modificado em 05 de agosto de 2023.

TEXTO 12: SINAIS DOS TEMPOS: A CAPTAÇÃO DE IMAGEM DE TELEVISÃO EM ITAJAHY

Magru Floriano

Sempre que surge uma nova tecnologia a maioria das pessoas tem uma tendência natural a não acreditar na sua viabilidade ou praticidade. Uns poucos, geralmente alvos da galhofa dos incrédulos, acabam tomando para si a árdua tarefa de difundir a novidade entre seus pares. Na maioria dos casos a “excentricidade” desses pioneiros acaba se tornando “normalidade” após anos de muito ensaio e erro, experiências e dedicação à pesquisa em detrimento de suas vidas privadas. Assim ocorreu com a televisão que chegou à Itajahy ciceroneada por Nereu Schiefler e um grupo de amigos radio-amadores a partir de 1961. Foi um caminho árduo que percorreu a fase do chuvisco à imagem de alta resolução; da imagem única em preto e branco à centenas de canais via satélite.

Os itajaienses tomam conhecimento sobre a televisão quando o jornal **O Pharol** publica, na sua edição de 03 de outubro de 1928, a primeira notícia sobre sua invenção com o título “*As duas maiores novidades científicas: a televisão e o homem electrico*”. Nela o executivo Quadros Júnior declara o seguinte sobre a televisão que viu recentemente funcionando nos Estados Unidos: “*A televisão já é um facto. Ella se manifesta atravez do radio. Ouvi, num aparelho de radio, uma canção cantada numa cidade distante, e vi também, ao mesmo tempo, num espelho collocado no aparelho, a figura da cançonetista cantando.*”

A primeira notícia que temos em Itajaí sobre esse tema nos é fornecida pelo jornal **Itajaí**, que estampa, na sua edição de 22 de julho de 1961, a manchete: “*Televisão em Itajaí TV Tupy Canal 6 – A persistência de Nereu Schiefler – imagem perfeita*”. Segundo o jornal “*Depois de longo tempo de tentativas o sr. Nereu Schiefler conseguiu captar com uma perfeição extraordinária a TV TUPY do Rio de Janeiro. O fato despertou grande curiosidade em todos os meios da cidade, já que a distância entre o Rio de Janeiro e Itajaí é enorme [...] O fato entusiasmou o público e já se fala em comprar aparelhos de televisão. Por outro lado a residência do sr. Nereu Schiefler, está agora, frequentadissima pelos tele-vizinhos.*”

O **Jornal do povo** publica na sua edição de 20 de novembro de 1965 uma longa reportagem sobre o tema com o título “Televisão será realidade” onde garante: *“Prosseguem em ritmo normal, as experiências que visam instalar em Itajaí proximoamente, uma estação retransmissora de televisão[...].”* O esforço da equipe é instalar uma antena no Morro do Gravatá [Penha/Navegantes] para retransmitir os sinais dos canais 6 e 12 de Curitiba.

O jornal **O Sentinela** na sua edição de 26 de março de 1966 comunica que ocorreu no dia anterior [25 de março] uma reunião no Salão Verde da Sociedade Guarani para tratar da instalação de uma repetidora no Morro da Armação. Nessa data teria sido sugerida a criação da Associação Itajaiense de Telespectadores. A ideia proliferou, e, a 20 de junho de 1966, foi criado o **Itajaí TV Clube** com o objetivo de reunir apreciadores de televisão na região. O clube recebeu a marca ITAVISÃO. Presidente de honra: Carlos de Paula Seára. Presidente: Francisco José Pfeilsticker [Teca]. Diretores: Saturnino Konze, Norberto Silveira Júnior, Francisco Santana Rodrigues, Aurélio José Dutra, José A. Muller, Nereu Schiefler, Orides Padilha, Honorato Sandri, Nilson Figueiredo, Osny Ern, Arapoty Sampaio, Affonso Rodi.

A memória de Nivaldo Schiefler

Nivaldo Schiefler é sobrinho de Nereu e nasceu “nas mãos da Plácida” no dia 13 de março de 1938. Participou diretamente de muitos experimentos com seu tio em busca da captação do sinal de televisão. Para ele é inesquecível o momento em que Nereu conseguiu captar a primeira imagem de televisão em Itajaí.

“Foi em uma noite de muita cerração. Ele pegou a maior vara de bambu que conseguiu, instalou uma antena improvisada por ele próprio em uma das extremidades e pediu para eu e Nestor Schiefler ficar segurando a antena em pé, girando gradativa e sutilmente. Naquela noite pegamos o sinal da TV Tupi do Rio de Janeiro. Vimos uma propaganda da transmissão do jogo Santos versus Milan no Maracanã e depois uma luta de box. Passada essa experiência bem-sucedida, que durou dois dias, ficamos quinze dias sem pegar qualquer sinal. O tempo não ajudava. Nereu dizia que tempo bom era tempo com bastante cerração.”

A notícia do feito extraordinário e inacreditável dos Schieflers obviamente correu Itajaí de norte a sul, leste a oeste. Como era natural, os curiosos começavam a se aglomerar cada vez em maior número defronte à casa dos Schieflers na Rua Lauro Muller. Chegou a um ponto que foi obrigatório improvisar o rodízio em forma de

sessões. “Desse ponto em diante o Nereu pediu para nós não fazermos mais propaganda pela cidade da televisão dele”.

Nivaldo lembra muito bem do passo mais arrojado que Nereu Schiefler tentou dar com a ajuda da Prefeitura de Itajaí. A Municipalidade instalou uma boa estrutura de metal no terreno existente no final da Avenida Marcos Konder, que à época tinha seu fim em um terreno baldio onde atualmente está instalada a sinaleira da Avenida Marcos Konder com a Rua José Bonifácio Malburg [com continuação na Rua Frederico Thieme]. “Encheu de gente para ver a experiência do Tio Nereu, mas não pegou nenhum sinal. Depois de um bom tempo ele instalou aquela antena no terreno de sua casa na Lauro Muller e obteve êxito pegando o sinal da TV Paraná novamente.”

Estimulado com as experiências, apesar de pouco favoráveis aos olhos dos espectadores, Nereu foi dando passos mais ousados até adquirir a primeira caixa de retransmissão. “Ele comprou um aparelho cheio de válvulas e levou para um ponto “bom” no Morro do Boi [próximo do que é hoje a entrada para a Praia de Taquaras]. A caixa tinha um metro e vinte centímetros de comprimento por oitenta centímetros de altura, e era muito pesada. Ajudei ele a colocar tudo dentro do Corcel verde e fomos levando esse equipamento bem devagar, porque a estrada era muito ruim e qualquer solavanco mais forte poderia deteriorar todo o equipamento. Instalado o equipamento, ele girou a antena para a direção de Curitiba, e, a retransmissão do sinal para a direção de Itajaí. Foi aí que conseguimos pegar bem os sinais das tevês Paraná [Rede Tupi] e Paranaense [Rede globo].”

Mas a ousadia de Nereu não estava encerrada. Ele comprou peças avulsas e confeccionou, na oficina que mantinha na sua casa na Lauro Muller, uma segunda caixa de retransmissão de sinal de televisão. Assim que ficou pronta, novamente, levou tudo para o alto do Morro da Cruz de Itajaí. Assim, instalou no local duas antenas e dois retransmissores. Conseguiu captar a imagem de três emissoras.

Nereu era funcionário do Banco Inco e gastava uma parcela do seu próprio salário para montar os equipamentos que lhe possibilitariam captar as imagens dos canais de televisão do Paraná. Com o sucesso da experiência no Morro do Boi, um grupo se reuniu para compor uma associação e cobrir, através de mensalidade, os custos que antes eram cobertos exclusivamente por Nereu Schiefler. Assim surgiu a televisão em Itajahy. “A imagem era muito precária e sempre tinha um que reclamava e lá ia o Tio Nereu trocar peças de sua repetidora.”

A memória de Maria de Lourdes Schiefler Mathias

Lurdinha é filha de Nereu e lembra que ele tinha como inspiração as seguintes palavras do escritor Júlio Werner: “*O que o homem pode pensar, pode fazer.*” Por isso mesmo não media esforços para realizar pesquisas e experiências a ponto de ser denominado de “Professor Pardal”.

“Meu pai trabalhava no Centro de Controle do Banco Inco e conseguiu a primeira televisão quando um companheiro de empresa veio transferido da agência de São Paulo para Itajaí e trouxe um aparelho com problemas técnicos que passou às suas mãos para o devido conserto. Nereu descobriu um defeito, consertou e durante mais ou menos um ano, todos os dias ele testava a TV e dizia que não sabia se a TV continuava com algum defeito ou se não funcionava simplesmente porque não se captava sinal de televisão aqui no Estado de Santa Catarina.

Mas essa história mudou em uma tarde do mês de julho quando deu um grito chamando pela esposa Juracy, e, depois, fazendo silêncio prolongado. Juracy e a amiga Celeste, que estava na casa, subiram apressadamente até a oficina que Nereu mantinha no segundo piso da residência na Rua Lauro Muller pensando que tinha ocorrido algum problema com ele. Lá chegando viram que Nereu havia captado sinal da TV Tupi – Canal 6 – do Rio de Janeiro.

As pessoas queriam ver uma TV funcionando, então organizavam equipes para subir até a oficina e nossa casa acabava vivendo cheia de gente. A cidade praticamente parou. Era engraçado porque o pessoal ficava até o canal encerrar a programação e no dia seguinte o padeiro não trazia o pão, o leiteiro não trazia o leite, porque todos iam dormir muito tarde para os padrões daquela época e de manhã não acordavam para o serviço.

Mas, o sinal, assim como apareceu, sumiu. Essa situação desagradável se repetiu muitas vezes a ponto de se espalhar pela cidade muitas teorias. Chegaram a cogitar que o sinal entrava apenas quando tinha navio no porto. Mas, a única interferência positiva que Nereu constatou na ajuda à captação de imagem foi a incidência de cerração. No dia de cerração a imagem melhorava muito.

Mesmo com todas essas dificuldades técnicas o pessoal começou a comprar aparelhos de televisão e toda vez que ocorria algum problema na captação da imagem mexia-se indevidamente nos botões de ajustes. Quando o sinal voltava os aparelhos apresentavam problemas de regulagem e acabavam todos trazendo as TVs para o Nereu fazer os devidos ajustes.

Mais adiante ele conseguiu com o Dr. Antônio Carlos Konder Reis um pequeno avião para fazer pesquisas sobre onde poderia ser colocada uma antena que captasse o sinal e enviasse para Itajaí. Ele e o Odemar Costa promoveram estudos e descobriram que na Ponta da Armação seria o lugar ideal para a instalação da antena repetidora porque o sinal a ser captado viria de Curitiba.

A repetidora funcionou muito tempo nesse local. Tinha um relógio que era programado para ligar a repetidora na hora que a estação de TV iniciava a programação e desligava no final. De segunda a sexta-feira funcionava assim, mas aos sábados o Nereu ia ligar a repetidora mais cedo, retornando ao local no domingo para reprogramar o equipamento para o horário da semana. Essa antena ficava na casa de um senhor oriundo de Blumenau que cobrava apenas o consumo da energia elétrica gasta na retransmissão do sinal. A Prefeitura de Itajaí e lojas que vendiam os aparelhos de televisão contribuía com um certo valor para a manutenção do sistema. Ele não fazia o serviço por dinheiro. Fazia simplesmente porque gostava muito de tudo aquilo.”

A memória de Yvonne Lucy Kormann Rebello

Yvonne nasceu a 08 de julho de 1931 e trabalhou ao lado de seu esposo, Pedro Paulo Rebello, na empresa responsável pela produção dos televisores de marca ARISTON em Itajaí. Segundo Yvonne

“Nereu Schiefler era amigo da família e não saía da nossa fábrica de televisores porque vinha conversar com o engenheiro Luigi Zilli e o técnico César Rebelo acerca de detalhes para melhorar a captação de imagem. Zilli e César também forneceram muitas peças para Nereu montar suas repetidoras ou deram informações de como adquiri-las em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Os técnicos da empresa tinham muita boa vontade com Nereu porque consideravam que suas iniciativas beneficiavam de forma direta o trabalho deles. No final todo mundo ganhava nessa troca de informações técnicas.

Nossa empresa iniciou em 1960 como revendedora de televisores ARISTON [que significa PERFEIÇÃO] e passou a produzi-las aqui mesmo em Itajaí a partir de 1963. Por este motivo vieram para Itajaí o engenheiro elétrico/eletrônico paulista Luiz Zilli - que permaneceu na cidade por seis meses repassando as informações para o técnico em eletrônica César Rebelo, vindo do Rio de Janeiro. Zilli e César conversaram muito com Nereu.

Como eu era responsável pelo departamento comercial da empresa, usava um “fuque” [Fuska] para fazer as cobranças porque vendíamos também os aparelhos em unidades para particulares. Muitos, querendo fugir da cobrança alegavam justamente que não conseguiam “pegar” nenhuma imagem e, portanto, o aparelho comprado não funcionava. Muitas vezes, para receber, primeiro tinha de enviar um técnico até a casa do proprietário do aparelho para ver se ajudava a “pegar” melhor a imagem da televisão. Era o tempo do “chuvisco” e de ficar mexendo o tempo todo na antena externa para buscar a “posição” ideal de captura da imagem”.

A memória de Paulo Rogério Maes

Paulo Rogério Maes tem memória privilegiada a ponto de escrever semanalmente para o jornal “O Tempo” crônicas baseadas em suas recordações. Na edição do dia 11 de agosto de 2012 ele escreveu uma crônica intitulada “**A TV em Itajaí**”.

“Lá por volta de 1963, começaram a aparecer em Itajaí, as primeiras imagens de televisão, muito precárias, recebidas diretamente do Paraná. É que no estado vizinho, foram implantadas repetidoras para trazer as imagens geradas em Curitiba até os balneários do Sul daquele estado e a aproximação do sinal com o Norte de Santa Catarina, fazia com que aparelhos aqui instalados, providos de potentes antenas, pudessem captar esses sinais.”

[...] fora instalada pelo senhor Nereu Schiefler, com patrocínio das lojas que viam um segmento de mercado promissor, a venda de aparelhos e antenas de televisão.” As dificuldades técnicas e políticas foram muitas “... houve até interferência do Governo Federal decretando o fechamento da repetidora, pois diziam que era clandestina, mas como a força política de Itajaí na época era muito forte, o problema foi resolvido e voltamos a ter televisão.”

CRONOLOGIA

03 de outubro de 1928 – O jornal **O Pharol** publica a primeira notícia sobre transmissão de televisão nos Estados Unidos.

22 de julho de 1961 – o jornal **Itajaí** noticia que Nereu Schiefler consegue captar imagem de televisão em sua residência à Rua Lauro Muller.

13 de agosto de 1961 – o **Jornal do Povo** anuncia que Nestor Schiefler proferiu recentemente palestra acerca da captação de imagem de TV em Itajaí.

13 de novembro de 1965 – circula pela cidade durante a semana uma equipe técnica visando à instalação de uma retransmissora de televisão.

20 de novembro de 1965 – O **Jornal do Povo** estampa manchete garantindo que “*Televisão será realidade. Equipe de técnicos itajaienses, bastante otimista. Experiências em fase final. Tudo indica que o Natal será com televisão*”.

04 de dezembro de 1965 – Prossegue o movimento visando instalar um retransmissor de sinal de televisão no Morro do Gravatá [Navegantes]. Um grupo de cotistas adquire aparelhagem que é colocada em teste durante a semana. A iniciativa conta com o apoio de grandes lojistas de Itajahy, destacando Rafael Dutra da empresa Dutra & Cia.

18 de maio de 1966 – chega à Itajaí a aparelhagem repetidora do Canal 6 TV Paraná - de Curitiba - e instalada no dia 19 de maio de 1966 na Ponta da Vigia em Armação.

20 de junho de 1966 – promovida primeira reunião para criação do **ITAVISÃO** que tem como objetivo reunir apreciadores de televisão na região.

30 de julho de 1966 – o **Jornal do Povo** anuncia resolução do Contel – Conselho Nacional de Telecomunicações - que proíbe o funcionamento da repetidora de televisão instalada na Armação pelo Itavisão – Itajaí Tevê Clube. Itajaí fica sem televisão novamente.

10 de setembro de 1966 – Ganha destaque na imprensa regional a campanha da Câmara Júnior e Itavisão para trazer a Itajaí imagem e som do Canal 12 de Curitiba.

19 de maio de 1967 – eleição e posse da nova diretoria do Itajaí TV Clube - ITAVISÃO. Presidente: Affonso Rodi. Diretores: Thésio Silva, Saturnino Konze, Newton Barriola, José Augusto Muller, Laureano Bittencourt, Nereu Schiefler, Nilson Figueiredo, Orides Padilha, Honorato Sandri, Norberto Cândido Silveira Júnior, Osni Ern, Arapoti Sampoio.

01 de setembro de 1969 – entra no ar a TV COLIGADAS com transmissão oficial da Rede Globo, passando em janeiro de 1980 para a RBS-TV.

01 de agosto de 1971 – Itajahy recebe com perfeição a imagem da TV Cultura [canal 6 – Florianópolis]. A empresa fica representada em Itajaí pelo empresário Albery Narciso Finardi.

05 de maio de 1979 – itajaienses reprovam a unificação realizada entre a TV Cultura [canal 12] e TV Coligadas de Santa Catarina [canal 3] – retransmissores da TV Tupi. Antes da unificação os dois canais passavam a programação da TV Tupi em horários diferenciados.

19 de maio de 1979 – Iniciadas as obras para montagem de antena repetidora no Morro da Cruz visando receber sinal de televisão retransmitido pela TV Catarinense de Florianópolis.

19 de abril de 1980 – Itajahy fica sem o sinal da TV Tupi. A cerca de dois meses a antena tombou durante um forte vendaval e os proprietários do terreno não autorizaram novas obras no local. Impasse envolve a direção da TV Cultura, empresários Cidio Sandri e Alcides Pereira, Prefeitura Municipal de Itajaí.

25 de abril de 1980 – chegam à Itajaí técnicos visando religar a repetidora da TV Cultura – Florianópolis – instalada no Morro da Cruz.

05 de julho de 1980 – o itajaiense Antonio Patiño, artista que trabalha na Rede Globo de Televisão, no Rio de Janeiro, escreve ao **Jornal do Povo** garantindo que intercedeu junto à direção geral da empresa no Rio de Janeiro visando resolver problemas na qualidade da imagem captada em Itajaí retransmitida pela TV Catarinense.

20 de dezembro de 1980 – Itajaí ainda não recebe o sinal da TV Eldorado que retransmite de Criciúma a programação da TV Bandeirantes. Criciúma, Florianópolis, Blumenau e Joinville já receberam retransmissoras e a de Itajaí havia sido prometida para o mês de outubro.

21 de março de 1981 – O prefeito Amilcar Gazaniga anuncia que recebeu portaria do DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações – outorgando permissão à municipalidade para promover o serviço de retransmissão de televisão no Morro da Cruz pelo Canal 13. O canal deverá ser destinado para a retransmissão da TV Bandeirantes pela TV Eldorado de Criciúma.

05 de abril de 1986 – proprietários do edifício Genésio Miranda Lins questionam a viabilidade técnica da Rede de Comunicações Eldorado instalar na cobertura do imóvel uma torre de transmissão da TV Vale do Itajaí – Canal 10, com estúdios no próprio edifício.

20 de setembro de 1986 – Anunciado o início das operações da TV VALE DO ITAJAÍ com instalações no Edifício Genésio Miranda Lins [Redondo]. Profissionais que integram a primeira equipe da TV: Eládio Cardoso, Luciene Cruz Michels, Renilda Santos, Jackie Rosa.

01 de setembro de 1995 – a TV Vale do Itajaí passa a integrar a Rede Record de Televisão com a desintegração da RCE – Rede de Comunicação Eldorado.

02 de agosto de 2000 – inicia a transmissão da TV BRASIL ESPERANÇA sob as lideranças do Bispo Samuel de Oliveira Francelino e seu irmão José Carlos Francelino.

17 de abril de 2002 – a TV Univali inicia transmissão pela VIACABO TV canal 17. O sistema de comunicação da Univali foi idealizado pelos professores Sidney Schead dos Santos, Édison Villela, Magru Floriano, iniciada com a Rádio Educativa Univali FM.

08 de dezembro de 2009 – assinado o convênio nº 012/2009 permitindo o compartilhamento de sinal entre a TVAL – TV da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – com a TV Câmara – de Itajaí.

02 de fevereiro de 2010 – entra em operação com transmissão pelo canal 09 da ViaCabo TV, em sinal compartilhado com a TV Assembléia Legislativa, a TV Câmara – Itajaí.

22 de junho de 2011 – entra em caráter experimental o sinal da ENTV – canal 06 – Viacabotv. A tevê pertence ao grupo MLO que edita o jornal Manchete do Vale.

10 de outubro de 2012 – entra no ar o canal 6 pela Viacabotv de Itajaí MCA TV (do grupo religioso Missão Comunhão de Adoração – MCA).

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA

FLORIANO, Magru. **Calendário Histórico de Itajaí: datas para compreender nossa história**. Itajaí: Brisa Utópica, 2010 [edição eletrônica].

ROTHBARTH, Marlene da Silva; DEÓLLA, Lindinalva da Silva. **Famílias de Itajaí: mais de um século de história**. Itajaí: aut., 2005.

HEMEROTECA da Fundação Genésio Miranda Lins.

Jornais pesquisados: Diário da Cidade, Jornal do Povo, Itajaí, O Pharol, Novidades, Comércio, O Popular, O Libertador, O Tempo,

Entrevistas:

NIVALDO THEODORO SCHIEFLER concedida no dia 10 de julho de 2012

LUIZ DA SILVA concedida no dia 20 de junho de 2013 e 06 de junho de 2014

MÁRCIO MOREIRA concedida no dia 10 de dezembro de 2013

YVONNE LUCY KORMANN REBELLO concedida no dia 05 de junho de 2014

OSMAIR MAIA MOREIRA FILHO [Maíco] concedida no dia 06 de junho de 2014

MARIA LOURDES SCHIEFLER MATHIAS concedida no dia 30 de julho de 2014

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2014 – páginas 104 a 115.

2 – Texto modificado em 05 de agosto de 2023.

TEXTO 13: ALEXANDRE KONDER: LITERATURA E HISTÓRIA DO VALE DO ITAJAÍ

Magru Floriano

Há muito tempo historiadores e intelectuais estão empenhados no debate acerca da utilização da literatura como fonte de pesquisa histórica. Apesar de um número expressivo de historiadores já aceitar, sem restrições técnicas, informações contidas em peças literárias (romance, novela, dramaturgia, conto, crônica, sermão ...) a polêmica está cada vez mais viva no circuito acadêmico. No nosso entendimento, devido à licenciosidade só permitida a quem escreve sob o manto da ficção, muitos feitos e fatos acabam sendo contados de forma sincera nos romances enquanto são completamente encobertos pela imprensa e pelos textos oficiais mais suscetíveis aos filtros tradicionais de nossa sociedade, inclusive a censura.

Para ilustrar a contribuição da literatura na pesquisa histórica vamos analisar o romance “Os Halifax” - escrito por Alexandre Marcos Konder e publicado pelas Organizações Simões, Rio de Janeiro, no ano de 1952 – visando salientar sua contribuição à história do Vale do Itajaí.

1 - Quem foi Alexandre Konder?

Alexandre Marcos Konder nasceu em Itajaí no ano de 1904, filho de Marcos Konder e Maria Corina Régis Konder (Dona Sinhá). Aprendeu as primeiras letras com a professora particular Alzira Palumbo (prima de Lauro Müller) e na Escola Alemã de Itajaí. Entre os oito e catorze anos permaneceu no internato do Ginásio Catarinense em Florianópolis. Ainda muito jovem cursou a Faculdade de Direito de São Paulo onde engajou-se no movimento estudantil presidindo o “Centro 12 de Agosto”. Ali, publicou seus primeiros textos jornalísticos. Formou-se em Direito no ano de 1925, e, na mesma data, casou-se com Laura Horta.

Trabalhou por algum tempo na imprensa paulista, e, depois, mudou-se para o Distrito Federal (Rio de Janeiro) colaborando com o jornal ‘Gazeta de Notícias’. Para reforçar seu orçamento “(...) resolveu empregar-se, como intérprete, na imprensa de maior circulação, fornecendo comunicados e notícias dos consulados e embaixadas alemães e japonesas, afim de fomentar o intercâmbio cultural entre aqueles países e o Brasil”.

Essa aproximação com as embaixadas oportunizaram a Alexandre empreender diversas viagens internacionais e escrever inúmeras grandes reportagens (depois publicadas em livros) sobre países como Alemanha, Japão e Itália – adversários dos Aliados na Segunda Grande Guerra. Por isso mesmo permaneceu preso por dois anos na Casa de Correção do Rio de Janeiro sob suspeita de simpatia/colaboração com os países do Eixo. Como muitos dos seus escritos efetivamente tentavam desmentir a máquina de propaganda Aliada, até hoje ele é um dos autores mais citados em textos da ultradireita, notadamente aqueles que tentam argumentar favoravelmente às ideias nazifascistas. Entre seus textos o mais citado pela ultradireita é o opúsculo intitulado “Um repórter na guerra européia”.

Saindo do cárcere ocupou o cargo de diretor do jornal ‘Tribuna de Minas’, em Belo Horizonte, e amargou severa perseguição ideológica no período pós-guerra. Entre muitos atos arbitrários que sofreu, perdeu a nomeação de auxiliar na embaixada brasileira em Bonn – República Federal da Alemanha “*em virtude de ter sido amigo dos alemães antes da Guerra [...]*”.

Alexandre Marcos Konder morreu em 1953 no Rio de Janeiro amargando a triste solidão de um intelectual proscrito. Obras: Vidas e tradições japonesas. Rio de Janeiro: Record, 1936. / Um repórter brasileiro na guerra européia. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940. / Nossos vizinhos dos Andes. Rio de Janeiro: Record, 1942. / História do Japão. Rio de Janeiro: Século XX, 1942. / Do outro lado da terra. / O poema do prisioneiro. / Os Halifax. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952. / Imperialismo e legítima defesa. / Os mandatos de B e C e a Liga das Nações. / A grande aventura. [peça de teatro]. /

2 - Os Halifax e a história do Vale do Itajaí

O romance histórico “Os Halifax” tem como cenário os continentes americano e europeu, com seus personagens circulando pelas ruas das cidades de Londres, Rio de Janeiro, Desterro/Florianópolis, Itajaí e Blumenau. O tempo da narrativa inicia no Brasil Império [1872] e prolonga-se até o Brasil República [1914], perpassando todos os momentos históricos relevantes do período: da abolição da escravatura à Guerra do Contestado.

Apesar dos personagens centrais da narrativa de Alexandre Konder terem nacionalidades inglesas, fica evidente para aqueles que conhecem a saga empreendedora dos alemães no Vale do Itajaí em geral e, a saga das famílias Flores/Konder em particular, que o autor utilizou na composição desses personagens muito do que ouviu

dentro de casa sobre os tempos de seu bisavô José Henrique Flores. Um lar dividido por muitas ideologias: comunismo, positivismo, liberalismo, fascismo; crenças: catolicismo, protestantismo, ateísmo; e, principalmente, um ambiente da convivência do dilema da dupla nacionalidade – tema central do romance.

Alexandre nos mostra uma ideia clara do que considera o mal moral maior do Brasil que perpassa monarquia e república: a corrupção. Também nos fala de outro mal que perdura pelos séculos: o patrimonialismo e seus tentáculos – compadrio, partidarismo, fisiologismo, puxasaquismo... Mostra que muito pouco mudou no Brasil quando o assunto é corrupção e apadrinhamento.

Seus personagens tendem, no mais das vezes, a terem uma defesa mais enfática e bem construída das ideias conservadoras. Talvez a expressão do desembargador Souza Moreira acerca dos pobres mendicantes possa servir de síntese sobre suas ideias no campo social: “*Menos leis, menos direito e mais cadeia*”. No campo da política acentua o ideário positivista/conservador justificando o poder da espada do governo Floriano. Propagandeia um governo forte e centralizador, ao mesmo tempo que desalinha todo o ideário que vem da base da sociedade (libertação dos escravos, república, federalismo...). O personagem que marca essa posição do autor é Leão Padilha - que usa e abusa da sua condição de genro de um comendador para promover tráfico de influência, mas, vendo seus interesses contrariados, passa a ser ferrenho defensor das causas antimonarquistas, cerrando fileiras ao lado de abolicionistas e republicanos; mas, logo em seguida, é cooptado e se acomoda entre benesses servidas pelo fisiologismo governamental. Não há funcionário público honesto: uns atuam sectariamente, outros na plenitude da criatividade desonesta, mas todos utilizando-se do jeitinho brasileiro de “criar dificuldades para vender facilidades” junto à burocracia estatal.

Vale ressaltar a fala de Altino de Salles Moreira: “*Neste país [...] pode ser que haja de tudo, mas uma coisa eu sei que não há – é vergonha! [...] tudo é feito às pressas, sem o menor critério, sem outra finalidade que a de servir aos grupos e aos seus compadres. A Pátria, o povo, o bem-estar geral são coisas que nem lhes passam pelos cérebros.*” [página 254]

Sobre adesismo e fisiologismo generalizado vamos destacar duas falas do velho Altino: 1 - “*Em Itajaí [...] mal foi conhecida a queda da Monarquia, o povo correu para a praça, a viver a República, com os políticos à frente, disputando entre si os melhores postos de sacrifício. O quadro, porém, diga-se a verdade, não constituiu um fenômeno local, mas nacional, pois, em maiores ou menores proporções, essa corrida*

para o poder foi a mesma em todos os Municípios do país. E, como em geral acontece nessas ocasiões, nem sempre vencem os que tem mais direito à vitória, mas aqueles que melhor sabem se valer da oportunidade, não foi de estranhar que muita gente que, ainda na véspera, ameaçava os republicanos com a cadeia, tivesse aparecido em cena como inimiga de morte da Corôa, nessa famosa semana de novembro de 1889 [...] [páginas 291-2].

2 – *“Isto começa mal, Arthur, muito mal ! Por enquanto a república tem-se limitado a correr para o poder, e os tipos que estão se aboletando nos postos de mando, ao que tudo indica, só levam na pança uma finalidade – substituir os antigos donos do país. Quanto a idéias e a métodos de govêrno, estamos vendo que êles são e serão os mesmos de sempre, senão piores. E o povo, eternamente estúpido, a seguir as pegadas desses farçantes, só porque levam consigo uma banda de música e uma bandeira nova.[...] O nosso povo, desgraçadamente, é incapaz de resistir a uma banda de música. Para onde ela fôr, êle irá atrás, gritando vivas e soltando foguetes. É incapaz de compreender que continuará onde sempre esteve, pois que, nesse terreno, apenas se mudou o estrume. As moscas são as mesmas!”* [página 296].

Alexandre Konder é bisneto de José Henrique Flores (presidente do Conselho Municipal entre 1865 e 1876) tendo uma visão muito particular e curiosa acerca dos métodos utilizados por seu ancestral para manter o controle político na pequena Itajaí no final da era monárquica:

A - *“O presidente do Conselho era um velho de barba rala que, depois de um choque com a parentela, deixara o seu solar, no Vale da Paraíba, para se radicar na região, na primeira metade do século. Aportara com os baús abarrotados de dinheiro e acompanhado de quatrocentos escravos. Chamava-se José Henrique Flores e possuía a justa fama de ser o maior querelador do sul do país. Homem impulsivo e cheio de pontos de vista, vivia para as suas demandas e para as sutilezas da estreitíssima política local, colecionando inimigos com a mesma paixão com que, na Europa e nos Estados Unidos, os milionários colecionam quadros e porcelanas. Grande latifundiário, vira, entretanto, suas terras encurtadas de ano para ano, às sentenças dos juízes, em consequência das questões que êle mesmo armava com os seus múltiplos vizinhos.”* [página 88].

B – [Fala do personagem William Halifax] *“Os estudantes ingleses, disse-lhe certa vez William, custam muito a compreender o clima político da Idade Média. E isso porque somos um povo, cujas gerações se sucederam dentro da mesma fôrma – a*

democracia. Isto nos faz, de quando em quando, algo monótono aos olhos dos estrangeiros, entre os quais não existe o mesmo equilíbrio perfeito de cultura política. Acho, entretanto, que os nossos rapazes compreenderiam em pouco tempo o clima medieval, se viessem observar aqui, em Itajaí, por um ou dois meses, como o Senhor norteia o seu Município.” [página 89].

Síntese do perfil de José Henrique Flores montado pelo bisneto Alexandre Marcos Konder: latifundiário, ladrão de terras, encenqueiro, escravocrata... um homem de mentalidade medieval. Como duvidar de um perfil feito pelo próprio neto?

Um segundo perfil nos chama atenção na obra de Alexandre Marcos Konder, o perfil do líder republicano Emanuel Pereira Liberato – racista, sectário, elitista. Vejam a fala atribuída a Emanuel (primeiro presidente do Conselho da Intendência Municipal do regime republicano) ao se referir ao professor Lepage e suas ideias comunistas:

“Antes de tudo, êle é um confuso. Mete os pés pelas mãos, anunciando cousas impossíveis de serem postas em prática, como seja a igualdade absoluta entre os homens. Achas isso possível, meu rapaz? Não! É um absurdo pensar-se nisso. Olha esta mão: são iguais os meus dedos? Olha os meus dentes! São iguais? Não! E por que? Porque nada no mundo é igual. Como, pois, poderás admitir uma Humanidade com todos os seus membros a se tutearem, a se sentarem à mesma mesa? Tolices ! Nada mais do que tolices ! Admitirás, por exemplo, que aquêle mulato que ali vai, possa um dia, se casar com a tua irmã? Claro que não. [...] Batemo-nos, nos nossos discursos, pela libertação dos negros e, no calor da propaganda, temos avançado, às vezes, em conceitos que talvez se pareçam com as idéias que defende êsse canadense. Mas, isso não passa de foguetório, para animar a festa, Arthur. São simples palavras sonoras, porque, mesmo depois de livres, os negros continuarão a ser, para nós, negros como sempre ! ... O decreto da liberdade não lhes mudará nem a côr, nem a carapinha. Tão pouco vamos permitir que se sentem nas nossas salas de visita!

(...) Mas, não só em relação aos pretos não é possível por-se em prática o que quer o Lepage. Também entre os brancos existem grandes abismos, Arthur. Imagina, só meu caro, o antigo cocheiro do teu pai, o Albano, metido em casa da gente, como se fôsse um de nós! Com aquelas mãos sujas, aqueles cabelos sebentos e aquele andar de pata choca!... Que cousa horrorosa !”

3 – Conclusão

No nosso entendimento o romance ‘Os Halifax’ nos apresenta alguns perfis de personalidades históricas de Itajaí que não poderiam ser apresentados, com teor tão autêntico e verdadeiro, através de documentos tradicionais utilizados na pesquisa histórica. A licenciosidade permitida à literatura, o afastamento do autor do cenário do Vale do Itajaí - vivia no Rio de Janeiro; a diferença temporal - o romance foi escrito em 1951 e os dois perfis aqui utilizados reportam-se à figuras de expressão do século anterior, são alguns dos fatores que nos ajudam a entender porque Alexandre Konder se permitiu falar sobre fatos que jornais e livros de história preferiram omitir ou não tiveram interesse em divulgar.

Quem lê com o devido cuidado o romance ‘Os Halifax’ - e conhece relativamente a saga das famílias Flores/Konder - vai concordar que muitos personagens possuem feições verdadeiras a espreitar atrás de nomes fantasias. Não há dúvida de que Alexandre elaborou seus personagens servindo-se da memória oral passada dentro das casas dos Flores/Konder, principalmente pela pessoa que mais o influenciou: sua mãe “Sinhá”, a quem, não por coincidência, dedica o livro.

Este seria o grande desafio de pesquisa: buscar os nomes verdadeiros que sobrevivem nas páginas de ‘Os Halifax’ através de nomes fantasias.

OBRAS CONSULTADAS

- KONDER, Alexandre Marcos. Os Halifax. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- KONDER, Gustavo. Um preto de saudade. Blumenau: Cadernos de Blumenau / Fundação Casa Doutor Blumenau. Blumenau. Tomo XIII, número 03, março de 1972, páginas 49 a 52.
- KONDER, Marcos. A pequena pátria. Florianópolis: FCC, 1982.
- FLORIANO, Magru. Quem escreve em Itajaí – indicador da literatura e jornalismo da Região da Grande Itajaí até 2000. Itajaí: Brisa Utópica, 2002.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2014 – páginas 154 a 161.
- 2 – Texto modificado em 03 de agosto de 2023.

TEXTO 14: CINQUENTA ANOS DO NAUFRÁGIO DO NAVIO REVESBYDYKE

Magru Floriano e Ivan Rupp Bittencourt

[A história do Revesbydyke, o navio inglês carregado de madeira que encalhou na entrada da barra do Porto de Itajaí e está afundado em Cabeçudas desde 1965]

Às seis horas e 45 minutos do dia dois de setembro de 1965 o navio inglês ‘Revesbydyke’, fretado do Loyd Brasileiro, partiu do cais do porto de Itajaí com destino ao porto de Great Yarmouth, no Reino Unido. O navio, com 85,5 metros de comprimento e boca (largura) de 12,7 metros, partiu com uma carga de 3.200 metros cúbicos de madeira de pinho araucária de primeiríssima qualidade, no valor de quatrocentos milhões de Cruzeiros, o equivalente atual a cerca de dois milhões de Reais.

A viagem, entretanto, durou muito pouco: às sete horas e vinte minutos, quando saía na boca da barra de Itajaí, uma onda fez o navio adernar (pender) para a esquerda (bombordo), encalhando em seguida. Com o movimento brusco, cabos de aço arrebentaram e a carga que estava no convés tombou para o lado esquerdo, parte caindo no rio, parte se espalhando pelo convés do navio que, adernado, teve seus porões inundados pela água que invadia as vigias inexplicavelmente abertas na lateral do casco.

Além das taboas e pranchões de madeira, também alguns marinheiros caíram na água, outros se jogaram, segundo notícia publicada na época pelo jornal “A Nação”, que cobriu o acidente em edições consecutivas a partir de quatro de setembro daquele ano.

Descontrolado, o ‘Revesbydyke’ atolou num banco de areia situado próximo ao lado norte do molhe da entrada da barra, ficando toda aquela quinta-feira e, também, na sexta, entregue ao movimento da maré, obstruindo a entrada do canal de acesso ao Porto. No afã de desencalhar o ‘Revesbydyke’, grande quantidade de madeira foi atirada ao mar - para que o navio flutuasse - e, bombas d’água foram acionadas na tentativa de esvaziar os porões. Contudo, os esforços foram em vão.

Para retirar o navio que contava com praticamente todas as suas dependências inundadas, foi acionado o rebocador ‘Tridente’, da Marinha de Guerra do Brasil, que chegou sábado no local do acidente. Enquanto isso, dezenas de embarcações e centenas de pessoas - nas praias próximas e nas margens do Rio Itajaí - recolhiam a enorme quantidade de taboas e pranchões de madeira atirados às águas pela tripulação e pelo pessoal que tentava salvar o navio do naufrágio. Àquela altura, a carga já era considerada perdida.

Mais de três dias depois do encalhe, aproveitando a maré alta e sob os esforços do rebocador ‘Tridente’, o ‘Revesbydyke’ foi levado, na noite de sábado para domingo, de quatro para cinco de setembro, até o largo defronte à praia de Cabeçudas, desobstruindo, finalmente, a entrada da barra do Porto de Itajaí.

No domingo, durante todo o dia, e ainda na segunda-feira de manhã, curiosos observavam o navio ao largo de Cabeçudas. O cargueiro apresentava, pelo menos aparentemente, uma boa flutuação, segundo os relatos da época. Na tarde de segunda-feira, cinco, a partir das catorze horas, entretanto, o ‘Revesbydyke’ começou a afundar. Primeiro pela popa, ficando só a proa à vista, e, depois, completamente.

A batalha para salvar o navio inglês havia sido perdida. Junto com ele, centenas de metros cúbicos de madeira foram para o fundo. O último esforço da tripulação do rebocador ‘Tridente’ foi convencer o comandante do navio, o inglês Edgar Stanley Collins, a abandonar o barco, uma vez que, segundo relatado no jornal “A Nação”, de 07 de setembro daquele ano, o comandante tencionava afundar junto com o ‘Revesbydyke’. Com algum esforço, entretanto, foi demovido da ideia.

Àquela altura, fora o comandante Collins, todos os tripulantes já estavam a salvo hospedados em hotéis da cidade. Nos meses seguintes, a única evidência do naufrágio foi alguma taboa ou prancha que ainda se soltava do navio e vinha dar na praia para alegria de alguns aproveitadores de ocasião; e, a proa do Revesbydyke que era facilmente avistada ao largo, marcada por boias, até se quebrar e afundar completamente. Ela está lá até hoje.

A MEMÓRIA DE GUNTER DEEKE

Praticamente todo o drama vivido pelo navio *Revesbydyke* foi assistido de camarote por Gunter Deeke, que trabalhava na empresa marítima Samarco, de propriedade de seu pai. Gunter residia na época, e reside até hoje, numa parte elevada do Balneário de Cabeçadas. Ele lembra bem do acidente, que em sua opinião teve como causa principal a irresponsabilidade no carregamento do navio. É ele quem conta: “O *Revesbydyke* era agenciado pela Agência Transmarte, cujo titular na época era o “Seu” Pedro Salles. A finalidade da escala era um carregamento de madeira de pinho intermediado pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira (CCEM), mas o capitão cometeu o maior erro possível em questão de estabilidade náutica ao permitir uma sobrecarga muito acima da lógica. Encheram os porões e sobre o convés carregaram uma quantidade exorbitante de madeira. Até um leigo podia ver a olho nu o erro absurdo no carregamento daquela nau”.

Deeke conta que depois do encalhe a bombordo a ponte de comando tentou desacelerar o motor telegrafando a manobra à casa de máquinas, mas já era tarde porque pelas escotilhas abertas a água já havia silenciado o motor *Rolls Royce* do navio. Na versão do agente marítimo, dois oficiais correram a frente da nau e, por cima das pilhas de taboas, soltaram as amarras fazendo com que muita madeira caísse na água e que o navio endireitasse consideravelmente, guinando para a direita (boreste), batendo com a proa nas pedras do molhe sul. Naquela posição, atravessado no canal, o *Revesbydyke* ficou até a chegada do rebocador *Tridente*, dois dias depois.

Com a chegada do *Tridente*, o navio foi, segundo Gunter, rebocado para longe da barra, posicionando-se em alto mar a cerca de dois ou três quilômetros, em frente da praia de Cabeçadas. Mas nem deu tempo da tripulação soltar os cabos e o rebocador já trouxe de volta o *Revesbydyke* para próximo do litoral, desta vez na altura da Praia do Jeremias, local onde está até hoje afundado. No dizer de Deeke, o casco do navio havia sido rasgado pelas pedras no encalhe na entrada da barra, e seu naufrágio foi eminente.

Naufrágio que Gunter assistiu de posição privilegiada: “Eu assisti a tragédia do terraço de minha casa em Cabeçadas. Com meus olhos, munidos por um bom binóculo, vi e ouvi o movimento e os gritos desesperados da tripulação que chegavam a mim trazidos pelo vento nordeste. O Revesbydyke estava com a proa voltada para a Atalaia e afundava lentamente de popa, adernado a bombordo. Solto o navio, o rebocador da Marinha aproximou sua popa ao casco da nau agonizante para resgatar a tripulação, que pulava do Revesbydyke para o Tridente”.

Deeke confirma a hesitação do capitão em abandonar o navio: “Assisti, de binóculo, dois marinheiros puxando com toda força o comandante da cabine de comando. Nesse esforço, um dos marinheiros ainda acabou levando um tombo devido a grande inclinação do navio a bombordo. Depois de muito puxa-empurra, o comandante cedeu e os três homens desceram pelas escadas externas do navio até o convés, que estava no mesmo nível da popa do rebocador”.

Rescaldo

Aquela seria, e foi, a última viagem do comandante Edgar Stanley Collins, apontado pelo Tribunal Marítimo Brasileiro (no Processo nº 5.568, encerrado em 15/10/1970) o responsável pelo acidente com o Revesbydyke, juntamente com o imediato Anthony F. Withington. Segundo o acordão do julgamento, o capitão e o imediato foram julgados responsáveis pela imperícia no carregamento do navio e imprudência ao desatracar naquelas condições. A pena foi a interdição do exercício das funções dos acusados em águas brasileiras pelo prazo de dois anos, mais custas processuais.

Aquela era a segunda viagem do Revesbydyke, um navio de pequeno porte construído pelo estaleiro Goole Shipbuilding & Repairing Co. Ltd., na Inglaterra, e lançado às águas em janeiro de 1965, pertencente ao armador Klondyke Shipping Co. Tratava-se da primeira viagem do navio a portos brasileiros. Primeira e única.

Após um ano do naufrágio, relembra Gunter Deeke, o armador itajaiense Abílio Ramos contratou uma empresa especializada para retirar o motor Rolls Royce do navio afundado. Foi assinado um contrato de risco. Grandes tambores de ferro foram confeccionados na tentativa de

suspender o navio, tendo tais tambores permanecido por muitas semanas na entrada da praia da Atalaia. Depois de várias tentativas, entretanto, constatou-se a inviabilidade da operação.

Quanto a madeira que caiu do Revesbydyke, as histórias são muitas, assim como são muitas as casas e obras feitas com as taboas e pranchas de pinho de primeira resgatadas das águas ou que deram na praia naqueles dias do acidente. Conta-se que não havia prego que resistisse muito tempo presos àquelas taboas carregadas de salinidade. Os pregos logo enferrujavam, e as taboas caíam das paredes, o que alguns interpretavam como uma espécie de maldição do navio afundado.

Muita madeira ficou ainda nos porões do navio. Nos anos 1990, uma equipe de mergulhadores resgatou parte dela para ser utilizada na fabricação de cabos de vassoura. Retirada a crosta externa, a madeira estava ainda em ótimas condições. Sobre os tanques de óleo diesel abarrotados que levariam o Revesbydyke de Itajaí até a Europa, não encontramos registro de sua retirada. Tampouco se recorda Gunter Deeke de ter sido feita essa operação: “Talvez ainda esteja dentro dos tanques no fundo do mar”, cogita. Se for assim, há ainda afundada junto com o Revesbydyke uma bomba relógio ecológica.

A MEMÓRIA DE DAGOBERTO BLAESE JÚNIOR

Dagoberto publicou depoimento sobre o episódio no site “Clube dos Entas” - mantido na internet pelo memorialista Paulo Rogério Maes – no dia oito de janeiro de 2015. Sobre o naufrágio do Revesbydyke diz:

“Lembro bem deste acidente. O navio adernou e teve as máquinas paradas pois uma vigia na casa de máquinas fora esquecida aberta (...) O navio ficou adernado bem no meio da boca da barra. Poderia ter sido salvo mas à tarde, quando chegou o rebocador da Marinha (parece-me o Triunfo – R25), o mesmo não pode logo pegar os cabos para rebocar o navio pois faltavam ‘carimbos’ da empresa de seguros (burocracia). Só no dia seguinte o mesmo começou a puxar o navio, mas já era tarde. Ele ficou batendo nas rochas do molhe-norte e fez vários furos no casco. Eu estava lá no molhe-sul e por pouco o próprio rebocador não bateu no molhe-sul pois estavam prestando atenção no navio e esqueceram da navegação. De repente foi um tal de soar alarmes e fechar escotilhas pois por pouco quase não tínhamos duplo problema (...).”

A MEMÓRIA DE SAGY D. TALEGNANI

Sagy publicou seu depoimento no dia primeiro de julho de 2015 no grupo “Itajaí de Antigamente” mantido na internet por Magru Floriano. Sobre o naufrágio diz:

“Este navio saiu do porto com muita madeira. Ele estava bem torto quando saiu e acabou batendo nas pedras da barra. Os tripulantes cortaram as amarras (...) no convés, tentando salvar o navio. Ele ficou dias na frente da praia e o pessoal estava usando bombas para retirar a água dos porões. Nada adiantou. Lembrei bem que depois de ele ter afundado foram colocados grandes tanques de ar para tentar tirar o navio do fundo, mas foi tudo em vão. (...)”

Na época a madeireira em que meu pai trabalhava carregou bastante madeira no navio. (...) Eu estive a bordo do navio com meu pai um dia antes dele partir. No dia da partida nós estávamos na barra para ver ele sair, tinha muitas pessoas lá.”

A MEMÓRIA DE ELISANGELA ANDRÉIA DE OLIVEIRA

Elisângela publicou seu depoimento no dia trinta de julho de 2015 também no grupo “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

“De tempos em tempos as amarras arrebentam e acaba boiando pranchas até a areia e por sorte fui contemplada com uma, ela veio com uma camada de conchas, lixei e fiz um aparador (...) Quem recolheu foi um amigo nativo que mora em Cabeçudas. Comprei dele. Ela veio cheia de conchas e nas pontas tinha um tipo de “fita isolante”, acredito que era um tipo de fita para proteger a madeira das amarras. Ela está original, apenas passo cera em pasta incolor para tratá-la uma vez por mês, devido o tempo que ficou no fundo do mar ela vai ficando esbranquiçada. Acho que por causa do sal. A prancha mede três metros de comprimento por trinta centímetros de largura e seis centímetros de espessura.”

A MEMÓRIA DE LUIZ FREITAS

Luiz publicou seu depoimento no dia onze de julho de 2015 também no grupo do facebook “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

“As casas feitas com essa madeira caíram pelo fato de os pregos se oxidarem. Dizia-se na época que elas caíam por castigo de Deus (...). Outros, diziam que as casas feitas dessa madeira, por ser subtraída de naufrágio, caíam porque dava azar (...).”

A MEMÓRIA DE MARIA DIAS RAMOS

Maria publicou seu depoimento no dia 26 de julho de 2015 no grupo “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

“Este navio foi comprado pela Navegação Antônio Ramos que chamou uma equipe para tentar salvá-lo, mas foi tudo em vão. Meu pai tentou bastante, lembro-me muito bem (...)”

A MEMÓRIA DE PEDRINHO FERREIRA

Pedro publicou seu depoimento no “Itajaí de Antigamente” no dia 26 de julho de 2015. Sobre o naufrágio diz:

“(...) todos os pescadores que estavam no arrasto do camarão puxaram madeira para Cabeçudas e Atalaia. A calçada de Cabeçudas parecia uma madeireira (...).

A MEMÓRIA DE GRAÇA HEUSI SCOLA

Graça publicou seu depoimento no dia 26 de julho de 2015 no grupo “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

“Eu também vi o navio afundar. Após começar, todo dia afundava um pouco, era triste assistir. A gente pensava que ninguém queria impedir o naufrágio, mas não tinha mais solução. As madeiras vieram para a praia e as que ficaram no navio foram retiradas por mergulhadores. Tempos depois foram retirar o óleo que ficou no tanque. Retiraram com equipamentos especiais para não vir nada para o mar e sujar a praia. (...) Só sei que o navio ficou com uma parte para fora da água. Todo dia afundava um pouco. Depois foi afundado por uma equipe.”

A MEMÓRIA DE TILLA PERAU

Tilla publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia 28 de julho de 2015. Sobre o naufrágio diz:

“(...) Eu lembro do naufrágio. O mar parecia estar de assoalho. Meu pai e meu irmão pegaram muita madeira. Meu irmão – Luíz Antônio Pereira – mergulhou por lá anos depois (1995). Estiveram mexendo por lá, dinamitaram e retiraram mais madeira. Ainda tem madeira por lá. A cada ressaca aparece nos arredores ... meu irmão pegou duas no ano passado. Pelo que sei ainda há dois compartimentos lacrados. Tem dias que é possível ver onde está o casco.”

A MEMÓRIA DE LUIZ ANTÔNIO PEREIRA

Luiz publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia 28 de julho de 2015 e dias posteriores. Sobre o naufrágio diz:

“(…) lembrei de um outro fato que deve ter fotos por aí: era de uma barcaça arredondada que foi contratada pela companhia Ramos para mergulho e recuperação de peças do famoso navio da madeira, e para isto foi feito um contrato com um sócio da companhia Olsen de tratores, de Caçador. O trabalho de mergulho durou quatro anos. Ao terminar o prazo dado pela Marinha o navio devia ser dinamitado. Nessa época eu trabalhava na empresa Irmãos Gomes Indústria e Comércio de Sal, ali na antiga oficina da empresa Malburg (onde hoje fica a Receita Federal).

Em um sábado de 1970 (...) levei um grande susto e quase caí da bicicleta por causa da explosão da casaria do navio. Usaram 1.500 kg de explosivos e um lindo cogumelo de água se levantou com a explosão, mas o susto foi grande. (...). Uma outra equipe de mergulho, depois de vinte anos, retirou madeira para fazer cabos de vassoura para exportar para a Alemanha. (...) As madeiras da cobertura da casa de meu padraço foram todas pegas do navio com ajuda de estivadores amigos.

Eu e o Esmael (cunhado do Egídio da “Baíuca”) estávamos coletando madeira no mar quando o rebocador da Marinha apareceu e eles exigiram que a madeira fosse recolhida para dentro do rebocar, mas nós fugimos em direção à Praia da Atalaia. Eles nos chamaram por megafone e nós aceleramos em direção à praia. Eles vieram atrás com um “escaler” nos obrigando a abandonar a madeira. Chegaram a dar três rajadas de metralhadora rente à nossa embarcação. Foi desesperador.

Também lembro do episódio da “invasão da Atalaia”. A Capitania dos Portos tinha fuzileiros e policiais civis guardando a madeira que chegava à costa. Quando o pessoal resolveu invadir a Praia da Atalaia para pegar parte da madeira teve militar que chegou a jogar granadas e balas de festim para dispersar as pessoas. Foi o maior corre-corre. O pessoal queria por a mão na madeira porque circulou pela cidade a notícia de que a empresa seguradora tinha dado a carga como perdida.

O serviço de terreiros do Porto foi acionado na Atalaia e amontoaram boa quantidade de madeira com a ajuda de tratores e guincho. Quando foi confirmada a história da desistência da carga pela empresa seguradora inglesa as autoridades liberaram a madeira que estava batendo na costa pedindo apenas que não mexessem na madeira que já estava empilhada pelos terreiros. Foi um Deus nos acuda. Aí o

Capitão dos Portos apareceu com um megafone e resolveu esvaziar a área. Ameaçou até a jogar granada pra cima do pessoal.”

A MEMÓRIA DE JORGE ADRIANI

Jorge publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia cinco de agosto de 2012. Sobre o naufrágio diz:

“Lembro-me desse dia. Meu pai, juntamente com um primo, conseguiu pegar algumas tábuas que o pessoal do navio jogou no mar. Estávamos em uma pequena batera. As tábuas foram usadas para fazer uma nova batera para pescaria no Saco da Fazenda.”

A MEMÓRIA DE MARQUETTI DADA

Marquetti publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia cinco de setembro de 2015. Sobre o naufrágio diz:

“(…) lembro muito bem na época eram cargas e cargas de madeira recolhidas nas praias por caminhões, carroças e até bicicletas. Todo mundo pegando madeira. Nessa época eu morava na Rua Jorge Tzaschel. A polícia chegou a fazer uma barreira na ponte do riacho Schneider tentando recuperar toda a madeira que passava pelo local.”

ACORDÃO DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Processo número 5.568 - Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1970.

“Naufrágio do Navio REVESBYDYKE em Itajaí

Naufrágio com perda total do navio e da carga. Imperícia no carregamento e imprudência ao desatracar. Condenação do comandante e do imediato. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Este processo refere-se ao acidente de navegação ocorrido com o navio inglês “REVESBYDYKE”, na barra de acesso ao porto de Itajaí, Estado de Santa Catarina, em 2 de setembro de 1965, resultando no afundamento do navio, carregado de madeira. Segundo as declarações do prático, no inquérito, tendo o navio largado do cais do porto de Itajaí às 6 horas e 45 minutos daquele dia, começou a adernar às 7 horas e 20 minutos, vindo a encalhar no banco na margem norte do canal. Ao pender o navio, fora acionado o telégrafo de máquina, sem obter resposta. Nessa hora, o imediato e o segundo oficial soltaram as peias da carga de convés, da qual parte caiu no mar, endireitando bastante o navio; este pendera para bombordo, guinando por si só para boreste e indo bater nas pedras do molhe sul. Depois que

a popa afundou, a proa ergueu-se e o navio girou, ficando com a proa para o mar e, na continuação dos balanços, acabou pendendo para boreste.

O conferente de carga Valdevino Vieira Cordeiro informou que durante o carregamento da parte final do convés, o navio pendera para bombordo, tendo nesta altura o primeiro oficial de bordo mandado que a madeira passasse a ser estivada para o lado oposto, ou seja, para boreste, a fim de compensar o navio. No dia seguinte, ao ser iniciada a operação de carregamento, o navio estava bem equilibrado. Foram tomados os demais depoimentos que constam dos autos, anexadas numerosas fotografias e o auto de exame pericial realizado no casco afundado, bem como o relatório do socorro e salvamento, operação que, aliás não logrou impedir o afundamento do navio afinal.

As conclusões do inquérito foram no sentido de que o acidente se deveu a lastro insuficiente e foi agravado pelo fato de estarem abertas portas do convés e vigias no costado, que poderiam ser fechadas sem prejuízo para as máquinas, o que teria impedido o alagamento. \foram apontados como responsáveis o comandante Edgar Stanley Collins e o imediato Anthony F. Withington. A Douta Procuradoria representou contra os dois, que foram citados por edital, sendo defendidos por advogados de ofício.

Isto posto: Considerando ter ficado provado, nos autos, a responsabilidade do comandante Edgar Stanley Collins, por ter lastrado mal o navio e permitido que a permeabilidade estivesse superior à mínima mediante o fechamento de portas e vigias e porque carregou o navio em discordância com o Livro de Estabilidade e com as ordens do comandante, além de ser imprudente, demorando a completar o lastro. Considerando tudo mais que consta dos autos.

Acordam os juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: naufrágio com perda total do navio e da carga; b) quanto a causa determinante: imperícia ano carregamento do navio e imprudência ao desatracar; c) julgar culpados pelo acidente os representados Edgar Stanley Collins e Anthony F. Withington, por incursos no artigo 14, letra “a” e art. 15, letras “c” e “d”, combinados com o artigo 124, letras “c” e “i” da lei 2.180/54, aplicando-lhes a pena de interdição do exercício de suas funções em águas brasileiras, pelo prazo de dois anos, e custas processuais.

Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1970.”

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2015 – páginas 120 a 131.
- 2 – Texto modificado em 06 de agosto de 2023.

TEXTO 15: ANOTAÇÕES PARA A HISTÓRIA DAS MADEIREIRAS EM ITAJAÍ

Magru Floriano e Carlos Guerios

Quem busca na memória os aspectos físicos e econômicos da cidade de Itajaí no século passado geralmente inicia seu relato afirmando que ‘Itajaí era uma grande madeireira’. Em determinado período as pilhas de madeira tomavam conta da paisagem urbana da Fazenda a Cordeiros, do Centro ao Rio Pequeno. Num primeiro esforço para localizar os depósitos e escritórios de empresas exportadoras de madeira inventariamos as empresas por rua, sendo que no final desse inventário nominamos as empresas que ainda não conseguimos determinar sua localização exata. Vale registrar que muitos endereços abrigavam depósitos e escritórios de mais de uma empresa, e, um empresário e/ou grupo empresarial também podiam deter o domínio de mais de uma marca fantasia ou empresa, tornando o mapeamento do setor bastante dificultado nos dias atuais, principalmente por apresentarem pequenas variações nos seus respectivos nomes. Muitas empresas também foram mudando de nome e razão social.

O objetivo dessa pesquisa documental e de campo é localizar na geografia da cidade de Itajaí os depósitos e escritórios das empresas exportadoras de madeira, com o inventário final servindo de referência para futuras pesquisas sobre a história das madeireiras em Itajaí. Nesse sentido, a publicação dessas anotações iniciais tem o objetivo de incentivar as pessoas envolvidas com o setor madeireiro a auxiliar na identificação daquelas empresas que ainda estão sem o devido endereço na cidade de Itajaí e, corrigir eventuais falhas das informações que foram colhidas em depoimentos pessoais, jornais integrantes da hemeroteca da Fundação Genésio Miranda Lins, além de milhares de documentos disponibilizados pela Fundação Soto.

Quem desejar contribuir com esse inventário pode enviar informações para o endereço digital: magrufloriano@gmail.com com o título MADEIRA.

Segue o inventário:

RUA ALBINO GUGELMIN

65 - FORNECEDORA E EXPORTADORA DE MADEIRAS FOREX LTDA. Tem endereço comercial na Rua Albino Gugelmin n.65. No ano de 1961 arrenda a Fábrica de Caixas Mixtas da empresa IRMÃOS GRACIA S/A localizada na Rua Silva n. 152.

Observação: Também encontramos referências à empresa FORNECEDORA E EXPORTADORA DE MADEIRAS FOREX S/A que possui matriz no Rio de Janeiro. Aqui em Itajaí tem depósito na Rua Silva n. 152. Responsável pela marca MAFOREXMA. [Data referência: 1961-1962].

65 - MADEIREIRA & METALÚRGICA ARCO ÍRIS LTDA – industrial e exportadora. Proprietária da marca ARCO-ÍRIS. Mantém matriz em Lajes com filial em Itajaí na Rua Albino Gugelmin n. 65. Diretor: Noé P. da Silva.

Observação: Também temos referência à empresa MADEIREIRA ARCO ÍRIS com sede na Rua Felipe Reiser, sendo seu proprietário Fortunato Marin.

98 - GUGELMIN S/A. Com sede na Rua Albino Gugelmin n. 98.

Observação: Temos referências também à empresa GUGELMIN S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA.

98 - INDÚSTRIAS RIO BONITO S/A. Mantém a matriz na cidade de Lages e secção de embarques em Itajaí na Rua Albino Gugelmin n. 98. Diretores: Albino Gugelmin, Sebastião Hélio Gugelmin, Eloy Gugelmin, Alceu Gugelmin, Luiz Claudio Gugelmin, Silvio Braz Gugelmin, Oscar Eugenio Maes. Detentora da marca IMARIBO.

Observação: Temos referências à empresa INDÚSTRIAS DE MADEIRAS RIO BONITO S/A.

RUA ALFREDO EICKE

13 - R. KAVANACH COMÉRCIO EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Mantém sede na Rua Alfredo Eicke n. 13.

77 - A. C. MOREIRA & BASTOS. Fundada no ano de 1959 pelos empresários Antônio Célio Moreira e Dourival Bastos. No ano de 1960 a empresa muda o nome para MOREIRA BASTOS & CIA admitindo os sócios Olívio Ataliba Steigleder, Oswaldo João Custódio e Raimundo José Ambrósio Brandt. Exporta madeira serrada e beneficiada de pinho, de lei e qualidade pelos portos de Itajaí, São Francisco do Sul e Florianópolis. No ano de 1965 adquire a serraria Irmãos Massignan & Cia. Até 1965 seu endereço comercial está estabelecido à Rua Coronel Eugênio Müller s/n. Detentora da marca MADEIRAL.

OBS: Também encontramos o nome da empresa como MOREIRA BASTOS & CIA – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Matriz na Rua Alfredo Eicke 77. Depósitos em Lajes, Curitiba, Itajaí. [Data referência 1959-1970].

RUA ALFREDO TROMPOWSKI

84 - HILÁRIO FUCK & CIA – EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Depósito na Rua Alfredo Trompowski n. 84. Também mantém depósito defronte ao porto de Itajaí na Avenida Coronel Eugênio Müller. [Data referência 1983].

RUA ANDRADE MÜLLER / JOSÉ EUGÊNIO MÜLLER

00 – UNIDA COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MADEIRAS. Com sede na Rua Andrade Müller s/n. Vendida para MADEBIL no ano de 1962.

108 - MADEIRAS PAU BRASIL. Mantém sede na Rua Andrade Muller n. 108. Proprietário: Alfred Hoffmann.

136 - LEOPOLDO ZARLING MADEIRAS S/A. Com sede na Rua Andrade Muller n. 136.

RUA BENJAMIM FRANKLIN PEREIRA

166 - PRODUTORA DE PINHO LTDA. Detentora da marca PROPINHO com sede na Rua Benjamim Franklin Pereira n. 166. Diretor: Arnildo Otto Ko Freitas. Gerente: Manuel Pinheiro dos Santos.

180 - G. H. ADLERSBERG & CIA LTDA. Empresa fundada no ano de 1950 por Gustav H. Adlersberg, tendo como sócios Paulo Konder Bornhausen e José Ademar Procopiak. Mantém escritórios em Joinville e Curitiba. Em Itajaí a empresa está localizada na Rua Benjamim Franklin Pereira n. 180/200.

180 - MADEIREIRA VILA LTDA. Detentora da marca MADEVILA com sede na Rua Benjamim Franklin Pereira n. 180. Diretor: Rogério Philippi. No mesmo endereço também encontramos referências à empresa ROGÉRIO PHILIPPI MADEIRAS. Já a empresa ROGÉRIO PHILIPPI & CIA LTDA também tem endereço na Rua Indaial n. 2005.

262 - SANTOS ALMEIDA S/A – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Detentora da marca SANALMA. Sede de Itajaí na Rua Benjamim Franklin Pereira n. 262. Matriz em Capinzal. Diretor: Getúlio A. Costa.

RUA BERNARDINO JOÃO VITORINO

20 - IRMÃOS VITORINO LTDA. Com sede na Travessa Bernardino João Vitorino n. 20.

RUA BLUMENAU

00 - BORNHAUSEN E CIA. Possui escritório à Rua Pedro Ferreira n. 26 e depósitos à Rua Blumenau. Promove despachos para empresas exportadores de madeira sem depósito em Itajaí e mantém representação da empresa seguradora Minas Brasil.

00 - INDUSTRIA E COMÉRCIO MADEIRAS DOUAT. Mantém sede na Rua Blumenau s/n. Também temos referência à empresa MADEIREIRA DOUAT S/A proprietária da marca DOUAT. Fundada em 1932. Tem sede principal no Rio de Janeiro com sucursais em São Francisco do Sul, Itajaí e Caçador; depósitos em Porto União, Lajes, Curitiba, Mafra. Diretor Gerente Ernani de Menezes. Atuava na produção, beneficiamento e exportação de madeira.

00 - M. LEPPER S/A. Com sede na Rua Blumenau s/n. Encontramos referência também ao nome M. LEPPER & CIA S/A.

41 - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S/A. Sua sede está estabelecida na Rua Blumenau n. 41, tendo como diretores Leopoldo Zarling e Ourival Cesário Pereira.

Mantém loteamentos a cargo de Aristides Zans; fábrica de esquadrias a cargo de Ewaldo Grahl; depósito em Rio do Sul a cargo de Fritz Olson e em Ibirama a cargo de Leopoldo von Barascki. Produz tacos, forros, assoalhos e rodapés. Responsável pela marca ZARLING. Mantém filial no Rio de Janeiro. [Data referência: 1958/1959].

99 - PAGNOCELLI & HACHMANN S/A. Detentora da marca SERRAFITA. Matriz em Capinzal e filial em Itajaí na Rua Blumenau n. 99. Diretor: Ernesto Laury Hachmann.

166 - UNIDA – CIA INDUSTRIAL COMERCIAL DE MADEIRAS. Detentora da marca UNIDA, com matriz em Blumenau e filial em Itaiópolis. Sede de Itajaí na Rua Blumenau n. 166. Procurador: Adalberto Sedrez. Proprietária de fábrica de caixas de madeira e serraria de madeira de canela.

175 - MADEIRAS BENEFICIADAS ITAJAÍ LTDA. Detentora da marca MADEBIL com sede na Rua Blumenau n. 175. Mantém fábrica de caixas, madeiras em geral, e produtos beneficiados de madeira. No ano de 1958 compra a UNIDA COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MADEIRAS com duas unidades localizadas na Rua Blumenau e Rua Andrade Müller. Proprietários: Julio Odebrecht, Hans Rodolfo Odebrecht, Arécio Ávila dos Santos, Alfredo Iten. No ano de 1962 muda a razão social para MADEIRAS BENEFICIADAS ITAJAI S/A. [Data referência 1958-1962].

183 - EXPORTADORA CASTELLI PASINI S.A. Possui matriz em Curitiba e filial na Rua Blumenau n. 183. Diretores: João Gazziero, Orcindo Castelli, Helmuth Weingraber. Na década de 1950 a empresa sofre com a ocorrência de um dos maiores incêndios em madeireiras de Itajaí. Exporta preferencialmente madeira de pinho dos campos do Paraná. Detentora da marca CASTELLI.

205 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS BATISTELLA S.A. Proprietária da marca BATTISTELLA com matriz em Lages. A filial de Itajaí está localizada na Rua Blumenau n. 205, tendo como procurador Nivaldo F. Nogara e depositário/embarcador J. Antunes Santos. O endereço da empresa também aparece como sendo na Rua Blumenau 133.

310 - AGROMAR S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO AGRÍCOLA E MARÍTIMO. Mantém sede à Rua Blumenau 310/312.

340 - INDÚSTRIAS DE MADEIRAS PRATENSE LTDA. Detentora da marca PRATENSE. Mantém depósitos em Nova Prata, Lagoa Vermelha, Vacaria, Lajes e matriz no Município de Lajes. A filial de Itajaí opera na Rua Blumenau n. 340/342. Diretor: Antônio Luiz Ternes. Exporta madeira de pinho serrada e beneficiada pelos portos de Itajaí, Florianópolis e São Francisco do Sul. [Data referência: 1961]. Também encontramos o nome INDÚSTRIA DE MADEIRAS PRATENSE LTDA.

625 - MANOEL DORVAL DA COSTA. Mantém sede na Rua Blumenau n. 625.

2174 - MADEIREIRA BITTENCOURT. Mantém sede na Rua Blumenau n. 2174.

2174 - MADEIREIRA REUNIDA LTDA. Mantém escritório na Rua Blumenau 2174 e secção de embarque na Rua Felipe Reiser n.63. Detentora da marca MAREL. Diretor:

Cedi F. Zadra. Matriz no município de Lages. Exportação de madeira serrada, aplainada, beneficiada. Encontramos também referência à marca MARELA.

AVENIDA CORONEL EUGENIO MULLER

00 - A. C. MOREIRA & BASTOS.

00 - HILÁRIO FUCK & CIA – EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Depósito na Rua Alfredo Trompowski n. 84. Também mantém depósito defronte ao porto de Itajaí na Avenida Coronel Eugênio Müller. [Data referência 1983].

RUA FELIPE REISER

00 – EUCLIDES LEIRIA & CIA LTDA.

00 – MADEIREIRA ARCO ÍRIS. Mantém sede na Rua Felipe Reiser, sendo proprietário Fortunato Marin. Temos referência também à empresa MADEIREIRA & METALÚRGICA ARCO ÍRIS LTDA – INDUSTRIAL E EXPORTADORA. Proprietária da marca ARCO-ÍRIS. Mantém matriz em Lajes com filial em Itajaí na Rua Albino Gugelmin n. 65. Diretor: Noé P. da Silva.

63 - DELLIO MARODIN & CIA. Tem sede na Rua Felipe Reiser n.63.

63 - MADEIREIRA REUNIDA LTDA. Proprietária das marcas MAREL e MARELA. Matriz em Lages, secção de embarque em Itajaí na rua Felipe Reiser n. 63. Sócio Cedi F. Zadra. Comércio e exportação de madeira serrada, aplainada e beneficiada em geral. O escritório da empresa funciona na Rua Blumenau 2174.

69 - L. SCHMAEDECKE LTDA. Mantém matriz em Lajes, com escritório e depósito em Itajaí na Rua Felipe Reiser n. 69. Detentora da marca MAPINHO. Também encontramos o nome L. SCHMAEDECK & CIA LTDA. Produtor e beneficiador de madeira de pinho com serrarias próprias.

89 - MADEIREIRA ITAJAIENSE LTDA. Proprietária da marca STERENE com sede na Rua Felipe Reiser n. 89. Diretor: Balduino Fabris.

89 - SOUZA EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA. Detentora da marca SEMAL com sede na Rua Felipe Reiser n. 89. Diretor Nelson Farias de Souza.

93 - MADEIREIRA BROCHMANN POLLIS S/A. Mantém sede na Rua Felipe Reiser n. 93. Mantém matriz em Curitiba, com filiais em Erechim e Itajaí. Diretor: Natalino Talegnani. Também encontramos referência ao nome MADEIREIRA BROCHMANN, POLIS S/A. Detentora da marca MABROSA. Produção, beneficiamento e exportação de madeira.

139 - SAREL ADMINISTRAÇÃO REPRESENTAÇÃO EXPORTAÇÃO S.A. Detentora da marca SAREL com sede na Rua Felipe Reiser n. 139. Diretores: Abílio Paim da Silveira, Aron Birmann, Assis Litvin, Henrique Sirotsky, Isaac Birmann.

139 - SIBISA – SIROTSKY BIRMANN S.A. Mantém filial em Itajaí na Rua Felipe Reiser n. 139. Procurador: Abílio Paim da Silveira.

147 - KARL VEIT & CIA LTDA. Mantém sede na Rua Felipe Reiser n. 147.

159 - INDÚSTRIA DE MADEIRA RIO BONITO S/A. Localizada na Rua Felipe Reiser n. 159. Também encontramos o nome de INDUSTRIA DE MADEIRAS RIO BONITO LTDA. Referência da empresa também na Rua Albino Gugelmin. Proprietária da marca IMARIBO.

173 - MADEIREIRA MARCELINENSE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Mantém sede na Rua Felipe Reiser n. 173. Diretores: Manoel C. Moreira Filho e Alfredo Italo Remor. Matriz em Joaçaba, escritório São Paulo, depósito e fábrica de beneficiamento e caixaria em Curitiba; secção de embarque Itajaí e São Francisco do Sul. Também encontramos referências à empresa MADEIREIRA MARCELINENSE LTDA.

173 - MANOEL CANDIDO MOREIRA, FILHO – MADEIRAS. Mantém sede na Rua Felipe Reiser n. 173.

173 - REMOR S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Detentora da marca REMOR, com filiais em São Francisco do Sul e Itajaí. Em Itajaí mantém a sede na Rua Felipe Reiser n. 173. Procurador: Manoel Cândido Moreira Filho.

RUA FELIPE SCHMIDT

91 - MAX WHIRT S/A – COMISSÁRIA MERCANTIL. Mantém sede na Rua Felipe Schmidt n. 91.

RUA FLORIANÓPOLIS

00 – EXPORTADORA DE MADEIRA LUBEVI LTDA localizada na Rua Florianópolis s/n. Encontramos também o nome de EXPORTADORA DE MADEIRAS LUBEVI. Possui matriz localizada na Rua Silva n. 334/338 e depósito na Rua Kobarg s/n. Também possuía depósitos nos municípios de Curitiba e Rio do Sul, além de escritório em São Paulo. A empresa está associada às marcas MADEPIN e LUBEVI. Diretor: Bento Guilherme Pereira. Há referências à empresa EXPORTADORA MADPIN LTDA.

RUA HERBERT KRAEMER

99 - COESA – COMERCIAL E EXPORTADORA S/A. Possuía filiais em Passo Fundo e Lajes, com matriz a Rua Herbert Kraemer n.99. Sócios-diretores: Florisvaldo Diniz, Nilton Sell, Valdir Sell. Serraria própria em Capão Alto – Lages.

RUA HERCÍLIO LUZ

15 - FEGA S.A. – COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Possui escritórios na Rua Hercílio Luz n. 15, 3º andar, sala 01. Diretores: Júlio Guidi, Armando Balbinot. Gerente: Armin Luiz Erpen.

15 - FEMABRA LIMITADA – EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MADEIRAS E PALMITOS. Estabelecida na rua Hercílio Luz n. 15, 2º andar. Sócios: Arno Eugen Genehr, Plinio Eugenio Genehr, Gerhard Jatho. Gerente: Armin Luiz Erpen. [Data referência: 1962]

109 - LUIZ G. VALENTE MADEIRAS S/A. Mantendo escritório de representação na Rua Hercílio Luz n. 109. Encontramos referência ao nome LUIZ G. A. VALENTE S/A.

RUA HERTA THIEME

00 - AGRO INDUSTRIAL ANITA GARIBALDI MADEIRAS DE PINHO LTDA. Com matriz em Porto Alegre, exporta madeira de pinho serrada, ripas e sarrafos, quadradinhos e cabos de vassoura. Tem como sócios-diretores Ernesto Gasparly e Plinio Paese. No ano de 1962 o representante nos portos de Itajaí e São Francisco do Sul é Raymundo Brandt, sendo que em 1963 passa a responder pela empresa no porto de Itajaí Luiz José Stringari. Pertence ao grupo empresarial Lumberking. Também encontramos seu nome publicado como CIA AGRO INDUSTRIAL ANITA GARIBALDI tendo o nome fantasia CIANITA. [Data referência 1956-1965]

00 - FIORAVANTE PAESE & FILHOS LTDA. Propriedade dos empresários Fioravante Paese, Santo João Paese, Laurindo Paese, Plinio Paese, Nelson Paese, Celso Pedro Paese, tendo a matriz no município gaúcho de Lagoa Vermelha. Monta uma filial em Itajaí no ano de 1958. Em 1961 muda sua razão social para F. PAESE S.A – AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Exportação de madeira de pinho serrado, ripas e sarrafos, quadradinho, cabos de vassoura. Luiz José Stringari é nomeado procurador em 1963. Encontramos referência também ao endereço na Travessa Herta Thieme s/n. [Data referência: 1952-1963].

00 - INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS F. LUERSEN. Detentora da marca LUAR com sede na Rua Herta Thieme s/n. Mantém matriz em Curitiba. Diretores: Frederico Luersen, Arno Emílio Luersen, Ary Oscar Luersen. Também encontramos referências à empresa IRMÃOS LUERSEN localizada na Rua José Pereira Liberato localidade Rio Pequeno.

PRAÇA IRINEU BORNHAUSEN

54 - EXPORTADORA S. VITORIO LTDA. Escritório localizado na Praça Irineu Bornhausen n. 54.

54 - OLIVIO ATALIBA STEIGLEDER MADEIRAS. Mantém sede na Praça Irineu Bornhausen n. 54.

RUA JOÃO PESSOA / AVENIDA SETE DE SETEMBRO

06 - IRMÃOS RODI LTDA. Com sede na Avenida João Pessoa n. 6/8. Produz e comercializa forros, frontal, aplainados, cantoneiras (meia Calha), rodapés, assoalhos, cimalthas, vistas, sarrafos, mata juntas, compensados, portas. Detém a marca IRMARODI.

35 - ORGANIZAÇÃO DE MADEIRAS MICHELS LTDA. Detentora da marca RIOMICHELIS. Possui matriz no Rio de Janeiro, com filial na Rua Uruguai 228. Depósitos: Encruzilhada, Curitibanos, Itajaí. O escritório esta estabelecido na Rua João Pessoa n. 35.

RUA JOSÉ BONIFÁCIO PINTO

00 - MADEIREIRA IRMÃOS PINTO LTDA. Mantém sede na Rua José Bonifácio Pinto s/n.

RUA JOSÉ PEREIRA LIBERATO

00 – IRMÃOS LUERSEN. Com sede na Rua José Pereira Liberato, localidade de Rio Pequeno. Também encontramos referências à empresa INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS F. LUERSEN localizada na Rua Herta Thieme s/n.

00 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CARDOSO Diretor: Hermógenes Cardoso.

00 - LUERSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS. Detentora da marca LUBACIL, com matriz em Lajes e sede em Itajaí na Rua José Pereira Liberato, localidade Rio Pequeno. Diretores: Bruno, Mario e Alseno Luersen, José Augusto de Negreiros.

147 - IRMÃOS MENEGATI LIMITADA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Detentora da marca MENEGATI, tendo sedes em Itajaí, Erechim e Curitibanos. Em Itajaí a sede fica localizada na Rua José Pereira Liberato n. 147. Diretores: Oreste, Antônio, Domingos, Batista, Alcides e Aldo Menegati.

147 - INDUPINHO INDÚSTRIAS SUL PINHO LTDA. Atua no ramo de exportação de madeira, representações, transporte e agricultura. A sede de Itajaí fica localizada na Rua José Pereira Liberato n. 147. Responde pelas marcas INDUPINHO e ADELE. Seu principal diretor é Alcides Menegati.

914 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS RHENNS LTDA. Tem sede na Rua José Pereira Liberato 914 – Bairro São João.

1389 - MADEIREIRA IRMÃOS RENNES. Mantém sede na Rua José Pereira Liberato n. 1389, Bairro São João.

RUA MAX

00 - IRMÃOS FERREIRA. Mantém fábrica de tacos na Rua Max s/n.

RUA NAVITA / HÉLIO DOUAT DE MENESES

55 - ARMINDO SCHMITT & CIA ou ARMINDO SCHMITT & CIA LTDA. Possuía matriz no Município de Lajes e secção de embarque e despacho em Itajaí à Rua Navitta s/n. Endereço telegráfico ARAÇA. Também encontramos referências à empresa

COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS SCHMITT & FILHOS LTDA na Rua Navita n.55. Sócio-gerente Armindo Schmitt.

RODOVIA OSVALDO REIS

00 - ZADRA EXPORTADORA LTDA. Detentora da marca ZADRA com sede na Rodovia Osvaldo Reis s/n – Bairro Guadalajara [Fazenda].

RUA PEDRO FERREIRA

04 - MADEIREIRA GETULIENSE LTDA. Mantém escritório de representação na Rua Pedro Ferreira n. 4.

26 – BORNHAUSEN & CIA. Mantém escritórios na rua Pedro Ferreira n. 26 e armazéns na Rua Blumenau.

142/146 – MIRANDA PROBST & CIA LTDA. Exportação e importação. Detentora da marca GUIDO.

AVENIDA REINALDO SCHMITHAUSEN

00 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO MICHELS GUIDI LTDA. Proprietária da marca MIGUI. Diretor: Artur Henrique Michels. Exportação de madeira de pinho e de lei. Depósito no Bairro Cordeiros.

00 - MADEIREIRA CAÇADORENSE S/A – COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Mantém sede na Avenida Reinaldo Schmithausen, Bairro Cordeiros. Diretores: Milton Comazzetto, Egon Müller.

00 - VIBAMA – VILA BÁRBARA MADEIRAS. Mantém sede na Avenida Reinaldo Schmithausen e, depois, na Avenida Governador Irineu Bornhausen [Caninana].

RUA SAMUEL HEUSI

00 – MADEREIRA PIAZERA LTDA. Mantém depósito na Rua Samuel Heusi e matriz na Rua Tijucas n. 20 / Avenida Marcos Konder.

RUA SILVA / HEITOR LIBERATO

00 - EXPORTADORA DE MADEIRAS LUBEVI. Possuía matriz localizada na Rua Silva n.334/338 e depósito na Rua Kobarg s/n. Também possui depósitos nos municípios de Curitiba e Rio do Sul, além de escritório em São Paulo. A empresa está associada às marcas MADEPIN e LUBEVI. Também encontramos o nome EXPORTADORA DE MADEIRA LUBEVI LTDA tendo como sede a Rua Florianópolis s/n. Diretor: Bento Guilherme Pereira.

148 - IRMÃOS GRACIA MADEIRAS S/A. Com sede localizada na Rua Silva n. 148. No período compreendido entre os anos de 1958 e 1960 arrenda a Fábrica de Caixas e Beneficiamento Mixta que possui em Itajaí para a empresa FORNECEDORA E EXPORTADORA DE MADEIRAS FOREX S.A. Também encontramos o nome da

empresa grafado como IRMÃOS GRACIA S/A – INDUSTRIA DE MADEIRAS. A matriz da empresa encontra-se na cidade de Curitiba, tendo como diretor-presidente Ernesto Gracia.

152 - FORNECEDORA E EXPORTADORA DE MADEIRAS FOREX S/A. Possui matriz no Rio de Janeiro, depósitos Rio de Janeiro / Curitiba / Itajaí. Aqui em Itajaí tem depósito na Rua Silva n. 152. Responsável pela marca MAFOREXMA. No ano de 1961 arrenda a Fábrica de Caixas Mixtas da empresa IRMÃOS GRACIA S/A localizada na Rua Silva n. 152. Também encontramos o nome FORNECEDORA E EXPORTADORA DE MADEIRAS FOREX LTDA com endereço à Rua Albino Gugelmin n. 65. [Data referência: 1961-1962].

RUA TIJUCAS

07 - INDÚTRIAS REUNIDAS MAIRÁ S/A. Mantém sede na Rua Tijucas n. 7.

15 - MADEIREIRA SICOBRA S.A. Detentora da marca SICOBRA. Também encontramos referência à empresa SICOBRA – COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS. Sede na Rua Tijucas n. 15/20. Diretor-gerente Joseph Lindig, diretor-adjunto Rudi Dräger. [Data referência: 1960-1961].

20 – MADEIREIRA PIAZERA LTDA. Mantém sede na Rua Tijucas n. 20, com saída também para a Avenida Marcos Konder. Tem depósito na Rua Samuel Heusi. Inicialmente a empresa era denominada de PIAZERA IRMÃOS LTDA. No decorrer dos anos, devido às facilidades de acesso, o escritório passou a atender pela Avenida Vasconcelos Drummond, atual Avenida Marcos Konder.

30 - ALIANÇA INDUSTRIAL COMERCIAL LTDA. Beneficiava madeiras na produção de esquadrias, móveis, estofados, colchões. Mantinha sede à Rua Tijucas n.30/32. [Data referência 1957-1959].

48 - CATEI S/A – COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTE, EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA. Matriz em Curitiba e representação em Itajaí à Rua Tijucas n.48.

48 - ROMANO MASSIGNAM S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS. Mantém matriz em Joaçaba, com filiais em Itajaí, São Francisco do Sul e São Paulo, entreposto de madeira em Curitiba e Jaguaré-SP. Possui fábrica de caixas, aplainados e beneficiamento de madeiras em geral, moinho de trigo com a marca de farinha INDÚ. Tem sede em Itajaí na Rua tijucas n. 48.

73 - RAUL RIGGENBACH. Mantém sede na Rua Tijucas n.73. Atende também com a marca LUAR.

73 – INDÚTRIAS REUNIDAS MAIRÁ S/A. Escritório de representação na Rua Tijucas n. 73.

RUA URUGUAI

000 – INSTITUTO NACIONAL DO PINHO – Mantém escritório central e grande área à margem da ferrovia visando atender as empresas exportadoras sem depósito de madeira em Itajaí.

228 - COMERCIAL EXPORTADORA MICHELS LTDA. Possuía escritório na Rua João Pessoa n.35 e depósitos na rua Uruguai n.228. Endereço telegráfico SACOMEX. Diretores Bertoldo Michels e Henrique Michels Júnior. Exporta madeira de lei e pinho, tendo depósito em Curitiba e Santa Cecília. Também encontramos referência à empresa COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO MICHELS LTDA.

228 - ORGANIZAÇÃO DE MADEIRAS MICHELS LTDA. Detentora da marca RIOMICHELS. Possui matriz no Rio de Janeiro, com filial na Rua Uruguai 228. Depósitos: Encruzilhada, Curitiba, Itajaí. O escritório está estabelecido na Rua João Pessoa n. 35.

EMPRESAS SEM ENDEREÇO CONHECIDO:

- ANNIBAL & CIA LTDA
- CHIARADIA & SCHMAEDECK LTDA.
- CIA MADEIREIRA SANTO AMARO INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CIANA – Florianópolis, Lajes. Diretores: Helmuth Fett, Milton Fett, Murilo Rodrigues.
- CIA NOVOSUL – Indústria, comércio, administração Lumerking, Porto Alegre. Itajaí e Lages.
- CIA PINHEIROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
- CIA SANTO AMARO CIAMA.
- CIESB CIA IMPORT. E EXPORT. SUL BRASIL – SULBRASIL – Curitiba – diretores: Hilário Henrique Fuck, Paulo João Fuck, Alfredo F. Kugler.
- COMÉRCIO DE MADEIRAS BLUMENAUENSE LTDA
- COMETEX S/A
- ERNESTO FITSC.
- EUCLIDES LEIRIA & CIA LTDA.
- GUIDI ERPEN & CIA.
- IMOBILIÁRIA COM. EXP. LTDA.
- IMPORTAÇÃO EXP. PINABRA S/A
- INCAMEX IMP. EXP. LTDA.
- INDÚSTRIA COMÉRCIO DE MADEIRAS TUPINAMBÁ LTDA
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SANTA CATARINA
- INDUSTRIA ITAIPAVA LIMITADA – Inicia como serraria de madeira de lei na localidade Baía, sendo propriedade de Bento João Rocha e Francisco José Ayroso. É adquirida em 1945, mudando nome e sede para a localidade de Itaipava em 1947.
- IRMÃOS ARALDI
- IRMÃOS PINTO & CIA LTDA – MADEIRAS EM GERAL. Produtos de madeiras em geral – sócios Luiz Bonifácio Pinto, João Luiz Pinto, Arnaldo Luiz Pinto, Jorge Ciríaco Meirinho – registro na Junta Comercial do Estado de SC a 30 de julho de 1964.
- J. SOUZA & CIA LTDA.
- JOSÉ ARALDI
- MADEIRAS TANGARÁ.
- MADEIREIRA BORBA GATO LDA. Vila Operária, depois, São Vicente

- MADEIREIRA CAMBORIÚ LTDA.
- MADEIREIRA IRMÃOS GRACIA S/A
- MADEIRENSE DO BRASIL S/A.
- MADEREIRA ANIBAL & CIA. Gerente Ivan Martins [1950]
- MARONDIN & CIA – INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS EM GERAL. Mantém matriz em Itajaí, com filiais Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Curitiba
- SIEL – Rua Blumenau
- WALDYR DEL PRA NETTO. Com fábrica de beneficiamento de madeira – forro paulista, esquadrias, caixas diversas desarmadas, moveis de madeira de pinho e assoalho, portas, janelas, réguas de madeiras de lei e qualidade. Solicita registro junto ao INP a 05 de março de 1952.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2019 – páginas 34 a 49.
- 2 – Texto modificado em 06 de agosto de 2023.

TEXTO 16: ITAJAI DE ANTIGAMENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Magru Floriano

Muitos estudiosos mais voltados para o círculo acadêmico ficam facilmente desestimulados com suas iniciativas de propagar conteúdo de boa qualidade pela Internet, notadamente pelas ‘redes sociais’ como é o caso do Facebook, Instagram e Whatsapp. Diante da participação anárquica de seus usuários o administrador de uma página, blog ou grupo, acaba desistindo da iniciativa utilizando como argumentação definitiva a sentença de Humberto Eco de que as redes sociais, realmente, deram direito de voz a uma ‘legião de imbecis’.

Por encontrar dificuldade para administrar meus antigos endereços na Internet, desde o início da rede, com a plataforma Orkut, passando pelos blogs, páginas e perfis atuais, também, por um bom tempo, fiquei tentado a desistir de manter na rede digital endereços onde pudesse veicular material de qualidade sobre a História de Itajaí. Também, ao longo do tempo, acompanhei várias experiências de amigos que acabaram sucumbindo diante de participações indevidas, que desviavam do assunto proposto e carregavam em opiniões marcadas por intenções ideológico-partidárias. Mas, o mais grave, sem sombra de dúvida, diz respeito às participações que atentavam contra o Estado de Direito e os Direitos Universais consagrados pelo espírito constitucional.

Não obstante, convencido pelo memorialista Isaque de Borba Corrêa, acabei criando no Facebook, a dois de maio de 2013, o grupo ‘Itajaí de Antigamente’ para divulgar a História de Itajaí a partir do incentivo às pessoas comuns de abrirem seus álbuns de família para divulguem suas experiências em nossa comunidade. O nome escolhido foi baseado nos grupos já existentes em cidades como Brusque, Blumenau e Joinville. A primeira foto publicada foi o cartão Postal número cinco da coleção Currelin, retratando o Consulado Alemão no Casarão Asseburg. Em agosto de 2014 o grupo alcançou a marca de dez mil membros, passando a vinte mil membros em julho de 2016 e, trinta mil, em setembro de 2019. Um crescimento surpreendente em todos os sentidos.

Acontece que o trabalho de moderação do grupo cresceu na mesma proporção do crescimento do seu número de associados. Fomos gradativamente aumentando a rigidez na aplicação das regras de moderação do grupo, excluindo compulsoriamente todo

membro que fizesse comentário político-partidário-eleitoral, religioso, propaganda e publicidade, e desrespeitasse os direitos fundamentais constitutivos da cidadania. No início, alguns usuários consideraram essa moderação de conteúdo como ditadura e cerceamento da liberdade de expressão, mas, quem permaneceu no grupo aprovou o controle de conteúdo por perceber que não havia outra opção, ou se mantinha a regra de participação centrada no conteúdo único sobre a história de Itajaí, ou o grupo cairia na vala comum dos demais – aqueles mesmos grupos que foram criados numa semana e fechados na semana seguinte justamente por não manterem o foco proposto deixando o debate solto e sem objetivo definido. A opção era simples: moderação em respeito às regras do grupo ou a voz destrutiva da ‘legião de imbecis’ se sobrepondo ao bom senso da maioria.

Diante do volume cada vez maior de trabalho de moderação convidei o genealogista Telmo José Tomio e o advogado Leandro Vinicius Jahn para atuarem como moderadores. Os dois aceitaram o convite e começaram a atuar no ano de 2018. Infelizmente Telmo veio a falecer em 2019, sendo substituído no seu posto pelo jornalista e desenvolvedor de sistema Thiago Floriano. O frontispício da página do grupo sofreu uma grande mudança quando Volnei Vogel nos ofereceu uma arte que fez utilizando foto antiga de Itajaí mostrando um rally na Praça Vidal Ramos. Foi uma contribuição definitiva que mantivemos até os dias atuais.

Através dos diálogos estabelecidos abaixo de cada foto postada a administração do grupo conseguiu receber em doação um acervo expressivo de fotos e documentos. Somente no ano de 2018 foram repassados aos arquivos das Fundações Culturais de Itajaí e Blumenau algo próximo de cinco mil fotos. Muitos pesquisadores conseguiram depoimentos de usuários acerca de temas que vinham estudando e novas fotos históricas foram reveladas ao público itajaiense. Algumas fotos, inéditas, surpreenderam até mesmo os técnicos da Fundação Genésio Miranda Lins, passando a integrar seus arquivos digitais. Destaco a foto da construção do prédio do Herbário, algo que nunca tinha visto.

Ainda em 2019 reforçamos a política editorial do grupo incentivando os membros a abrirem seus álbuns de família, para selecionar fotos e publicá-las. A ideia era mostrar, na prática, que aquele álbum guardava imagens de uma rica vivência histórica. Algo de importância para a família, mas, também, para a própria comunidade. Nesse sentido, o grupo Itajaí de Antigamente tem auxiliado no desfazimento daquela história antiga e eletista que dava voz e vez somente para as autoridades constituídas,

fazendo de prefeitos, vereadores e deputados os únicos atores visíveis da história de nossa comunidade.

O sucesso alcançado pelo grupo Itajai de Antigamente no Facebook, portanto, demonstra que é possível manter conteúdo de qualidade nas redes sociais. Na minha avaliação, a chave desse sucesso está em manter intacto, sem desvio, o objetivo do grupo, não deixando outros conteúdos interferirem nele. No caso do Itajai de Antigamente o objetivo é divulgar a história de Itajaí a partir do álbum de família e o relato de experiências dos usuários. Simples e objetivo.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2019 – páginas 60 a 63.
- 2 – Texto modificado em 06 de agosto de 2023.

TEXTO 17: NOTAS PARA A HISTÓRIA DA HOTELARIA EM ITAJAÍ

Magru Floriano e Carlos Guerios

Itajaí sempre foi considerada uma cidade hospitaleira. Muito dessa boa imagem devemos ao fato da cidade ter se formado no entorno do porto construído na foz do Rio Itajaí. A cidade foi se constituindo como “a principal porta do Vale do Itajaí”. Nos primórdios de nossa história temos o galpão construído na Barra do Rio para abrigar os imigrantes que subiam os rios visando à colonização do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque). Do tempo da colonização aos dias atuais os nomes desses locais de acolhimento do viajante mudaram muito e ajudam a contar a história dessa importante atividade econômica. Barracão, casa de pasto, hospedaria, pousada, albergue, estalagem, pensão, hotel, motel, hostel, resort... são muitos os nomes e apenas uma intenção: ajudar o visitante a se abrigar por um tempo determinado longe de casa.

O objetivo inicial de nossa pesquisa é auxiliar no inventário desses estabelecimentos que ajudaram de forma significativa a consolidar uma imagem da Itajaí onde “Há lugar para todos”. Quem desejar contribuir com esse primeiro inventário poderá enviar informações para o endereço eletrônico magrufloriano2008@gmail.com.

OS PRIMEIROS VISITANTES

Primeiro os viajantes ficavam em casas de famílias conhecidas, indicadas por amigos e parentes. Nos primórdios da colonização o número de viajantes era muito pequeno e era possível arranjar, de forma improvisada, acomodações para um e outro. O memorialista Paulo Rogério Maes, no livro ‘Colonização Flamenga em Santa Catarina – Ilhota’, apresenta um relato da acolhida que Agostinho Alves Ramos ofereceu, em 1842, a Charles Maximiliano Luiz van Lede, que estava pesquisando o Vale do Itajaí em busca de terras para iniciar projeto colonizador que culminou com a criação da Colônia Belga – atual Ilhota:

Na segunda-feira, 04 de abril, estavam de volta à Freguesia de Itajaí. Chegaram demasiado tarde na região, por isso resolveram acampar na praia. O clima, por sua vez, era ameno, o céu quase sempre tinha sido sereno, e ao mesmo tempo preferiam o ar livre ao alojamento, pois para descansar no alojamento havia a preocupação de incomodar o Coronel Agostinho Alves Ramos. (...) O Coronel, porém, mandou-os chamar e

abriu-lhes sua residência imediatamente, pois van Zoite, que era português e o patrão da guarnição, tinham avisado o Coronel sem que eles soubessem. As atenções e as cortesias de que foram alvo excederam a tudo que esperavam. [2005, pag. 39-40]

Um dos primeiros locais de acolhida a quem estava de passagem por Itajaí foi o barracão dos imigrantes montado na Barra do Rio pela empresa colonizadora do Doutor Blumenau. Ali, há muito, Agostinho Alves Ramos mantinha um galpão industrial, adaptado para dar abrigo a canoieiros e transeuntes, que, posteriormente, foi vendido à empresa colonizadora e adaptado para servir de abrigo provisório para os imigrantes que aguardavam, a partir de 1850, a ida definitiva para seus lotes na Colônia Blumenau. Também serviu de primeiro ponto de apoio aos imigrantes que formaram o projeto colonizador no Itajaí-Mirim, a Colônia Itajahy, a partir de 1860, embrião do Município de Brusque.

O Dr. Blumenau e seu sócio Fernando Hackradt, que em 17 de setembro de 1849 haviam comprado do coronel e sua mulher a propriedade da barra do rio pequeno, onde construiriam o barracão para recepção dos imigrantes que se destinassem à colônia a ser fundada (...). [2018, pag. 71].

Como podemos perceber nos dois relatos acima, as pessoas mais proeminentes recebiam guarida nas próprias residências das autoridades e grandes sesmeiros locais, enquanto os trabalhadores montavam abrigo nas praias ribeirinhas e, depois, tinham como referência de abrigo o barracão dos imigrantes na Barra do Rio.

ITAJAÍ URBANIZADA

Na medida que Itajaí ia crescendo e se urbanizando no entorno da igreja da Imaculada Conceição, começa a surgir também casas especializadas em receber viajantes, principalmente funcionários públicos a serviço e caixeiros viajantes. Muitos colonizadores do Vale do Itajaí utilizavam o Porto de Itajaí para o serviço de transporte marítimo. Muitas vezes os navios atrasavam, ou ficavam impedidos de entrar na barra do Rio Itajaí por conta do mau tempo, e o passageiro tinha a necessidade de pernoitar na cidade. Também, Itajaí começava a receber em número cada vez mais significativo de agricultores e comerciantes vindos do interior com o propósito de comercializar na cidade. Agricultores de toda a região enchiam suas carroças de produtos agrícolas e

vinha para Itajaí, necessitando de um local onde pudessem deixar descansando sua parelha de tração, geralmente cavalos. Comerciantes começaram a suprir essa necessidade dos viajantes e gradativamente foi surgindo as ‘casas de pasto’. Elas eram construídas em terreno amplo, contendo estábulo, bastante água para os animais, restaurante e dormitório.

João Pery Brandão escreve em suas memórias que ainda chegou a conhecer diversos desses estabelecimentos comerciais em Itajaí. Os jornais de época também nos indicam a existência de estabelecimentos desse tipo no início do século. O jornal Novidades, de 19 de fevereiro de 1905, faz referência à casa de pasto de João Baptista Moritz, que abrigou viajantes na Rua Brusque entre 1897 e 1905. Próximo ao Mercado de Peixe, até por volta de 1930, funcionou uma denominada Casa Verde, possível embrião do Hotel Lippmann. O jornal Pharol, de 1906, traz propaganda da ‘Casa de Pasto Germano Shumahr’ localizado no cruzamento das ruas Quinze de Novembro com a Onze de Junho.

Na medida que os automóveis foram ocupando o lugar dos carros de tração animal no setor de transporte individual e de carga também foram sendo modificadas as maneiras de recepcionar o viajante. Esses estabelecimentos, portanto, sem ter de reservar bom pasto e água para os animais de tração, passaram a se constituir em pensão, dormitório, pousada... Sobre essas casas de abrigo mais informal temos notícias até os dias atuais, como é o caso de: Pensão Pamplona [Lauro Muller – 1940], Pensão da Dona Ana [Rua Brusque – 1950/1970], Pensão da Dona Agostinha [Itaipava – 1940-1950], Pensão da Dona Cátia [Rua Lauro Muller], Pensão Sandri [Rua Brusque], Pensão da Dona Maria Carlota [Rua Carlos Seára], Pensão do Seu Tarcílio [Praia Brava – 1940], Pensão da Dona Belinha [Cordeiros – 1957], Pensão Gaya [distrito de Luis Alves – 1950].

O modo como o comerciante Nicolau Laurindo atendia os clientes da ‘Pensão Tarcílio’ dá uma boa demonstração de como o setor funcionava de forma precária nos primórdios da urbanização de nosso Município. Dizem que Seu Tarcílio – codinome de Nicolau – aceitava que alguns clientes vindos do interior pagassem a estada em seu estabelecimento com os produtos que traziam para comercializar em Itajaí. Outros, clientes de confiança, pagavam a estada na volta, após ‘fazer a feira’ no centro de Itajaí.

DA CASA DE PASTO AOS HOTÉIS

O Hotel Lippmann, instalado na confluência das ruas Lauro Müller com a Olímpio Miranda Júnior, próximo ao Mercado Público, pode servir de referência para as mudanças que ocorreram no setor ao longo do tempo. Iniciou como casa de pasto para atender os agricultores e comerciantes que chegavam ao centro de Itajaí para efetuar negócios no largo do Mercado Público e gradualmente foi se transformando em um dos maiores hotéis da cidade, contando com o espírito empreendedor da Família Lippmann. Mesmo com a construção da sede em alvenaria, por um bom tempo, o hotel manteve estábulo para atender o pessoal que vinha do interior, inclusive Luis Alves, Ilhota e Brusque. Foi fundado em 1926 e dirigido até 1931 por Otto Lippmann. Entre 1931 e 1946 foi administrado por Paulo Lippmann que o vendeu para Osmar de Souza Nunes e Camilo Mussi que mudaram o nome para Hotel Comercial, terceirizando suas atividades sob comando do hoteleiro Prudente Pereira, que tempos depois vai construir o Grande Hotel na Rua Felipe Schmidt.

Outro estabelecimento hoteleiro de Itajaí que assistiu de pé a mudança radical que ocorreu neste setor econômico foi o Hotel Brazil. Ele foi inaugurado em 1897 e sobrevive até os dias atuais, mas com o nome modificado para Hotel Rota do Mar. O estabelecimento é testemunha das mudanças de nomes da própria rua onde está instalado. Primeiro era Rua da Praia, mudando sucessivamente para Conde d'Eu e Lauro Müller. O mesmo ocorreu com o hotel, que iniciou com o nome de Hotel Brazil, depois Hotel Itajahy e Itajai, e, atualmente respondendo pelo nome de Hotel Rota do Mar. Construído pelo casal Alexius Reiser e Elizabeth Mohr, também foi administrado por Pedro Burghardt, Bruno Ferdinando Malburg, Carlos Wloch, Paulo Henrique Fuck, Francisco Pascale, José Castelarini. O hotel figura entre os estabelecimentos hoteleiros mais antigos de Santa Catarina com funcionamento ininterrupto.

Cabeçadas foi a localidade itajaiense, fora do centro comercial, a receber os primeiros estabelecimentos hoteleiros visando especificamente o turismo. Primeiro foi o Hotel Cabeçadas de José Zwoelfer, em 1927, depois, Elói Cordeiro construiu o Hotel Cordeiro [1950]. Este hotel deu lugar ao Hotel Marambaia Cabeçadas, exemplo da modernidade que atingiu o setor na década de 1960. Daí para a frente o número de estabelecimentos hoteleiros acompanhou o ritmo frenético do próprio crescimento da cidade de Itajaí.

Um inventário preliminar dos hotéis da cidade encontramos os seguintes nomes: Adry, Âncora d'Ouro, Âncora do Mar, Atlântico Praia Cassino Hotel, Cacique, Caiçaras Palace, Cantanapoli, Capri, Caravelas, Regência, Cassino Praia Brava, Castelain, Castro, Catarinense, Central, Cercal, Cirandinha, City, Commercial, Cruzeiro, Dom Pedro II, Mello, Estrela, Fioravante, Garcia, Grajaú Turismo, Grande Hotel, Grande Hotel Burghardt, Palace, Herbst, Ibis, Imperador, Reese Mariner Plaza, Itajahy, Brazil, Itajaí-tur, Linhares, Malburg Palace, Moura Palace, Caiçaras, Valerin, Silva, Marambaia Cabeçudas, Marjaí Tourist, Moser, Palace, Panorama, Planas, Reis, Rex, Rigo, Rocha, Rodoviário, Rota do Mar, San Remo, Sandri Palace, Santo Antônio, Scharlon, Souza, Stanke, Strenzel, Tamoyo, Triângulo, Vechieti, Viajantes, Vitória, Votorantin, Walter.

BASE PARA CONSULTA

BRANDÃO, João Pery. **Itajaí que eu vi**. Itajaí: autor, 1982 (datilografado)

D'ÁVILA, Edson. **Pequena história de Itajaí**. 2.ed. rev. ampl. Florianópolis: IHGSC, 2018.

FITUR. **Informativo Turístico Itajaí – SC**. Itajaí: Fitur, 2004. (xerox)

FÓES, Félix Albino Gomes. Hotel Cabeçudas. IN: **Itajaí – imagens & memória**. DEOLLA, Lindinalva. Itajaí/Blumenau: Amaral / Nova Letra, 2016. Pag.116-7.

GALATTO, Benedito. Hotel Brazil / Itajahy Hotel. IN: **Itajaí – imagens & memória**. DEOLLA, Lindinalva. Itajaí/Blumenau: Amaral / Nova Letra, 2016. Pag.114-5.

MAES, Paulo Rogério. **Colonização flamenga em Santa Catarina – Ilhota**. Itajaí: ed. Autor, 2005.

ROTHBARTH, Marlene Dalva da Silva. Hotel Lippmann. IN: **Itajaí – imagens & memória**. DEOLLA, Lindinalva. Itajaí/Blumenau: Amaral / Nova Letra, 2016. Pag.118-9.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2019 – páginas 76 a 82.

2 – Texto modificado em 06 de agosto de 2023.

TEXTO 18: CRONOLOGIA DE ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND

Magru Floriano

1794 – Nasce no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1794, filho do capitão Antônio Luís de Ferreira de Meneses Vasconcelos de Drummond e Josefa Januária de Sá e Almeida.

1807 – Está pronto para embarcar no navio ‘Europa’ com destino a Portugal onde irá estudar no curso dos guardas-marinha. Refaz os planos por conta da guerra entre Portugal e França. Não embarca para a Europa, permanecendo no Rio de Janeiro.

1809 – Começa a trabalhar na Chancelaria do Reino – Rio de Janeiro – no gabinete particular do Chanceler-mor Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

1810 – Recebe a comenda Hábito de Christo a 13 de maio de 1810.

1817 – É denunciado como pedreiro-livre [maçom].

1819 – Recebe férias de seis meses da Chancelaria vindo para Santa Catarina.

1820 – No dia 05 de fevereiro de 1820 recebe das mãos do ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal o Aviso Régio que determina apresentar-se ao presidente da Província de Santa Catarina – João Vieira Tovar e Albuquerque – visando trabalhos nas três sesmarias devolvidas ao reino por Joaquim Francisco de Sales e Melo, Francisco Manoel da Silva e Melo e Ana Margarida de Santa Cruz Roiz de Melo - a 05 de janeiro de 1820.

1820 – Chega a Desterro no dia 02 de março de 1820.

1820 – No dia 19 de março de 1820 envia correspondência ao ministro Tomás Antônio detalhando as providências que tomou em Santa Catarina para colonizar as terras no Itajaí-Mirim.

1820 – Toma posse das terras às margens do Rio Itajaí-Mirim. Declara, posteriormente, que nesse período foi responsável pela administração do Real Corte de Madeiras no rio Itajaí ocupando o cargo de ‘governador das Colônias da Província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral.’

1820 – São expedidos avisos régios, nos dias 04 e 06 de maio, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino visando aproveitar a madeira e estabelecer colônia nas sesmarias reais às margens do Rio Itajaí Mirim. Também foram expedidas ordens, a 17 de setembro e 19 de setembro através da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para se providenciar o corte da madeira e dar ‘baixa do Real

Serviço' a soldados do regimento estacionado em Santa Catarina. Parte desse contingente seria aproveitada por Drummond na colonização do Vale do Itajaí.

1820 – No mês de outubro Drummond retorna a Desterro por ver seu estado de saúde bastante debilitado.

1820 – No dia 16 de abril de 1821 o presidente da Província de Santa Catarina envia correspondência ao ministro Tomás Antônio avisando que Drummond está retornando ao Rio de Janeiro.

1821 – Drummond volta ao Rio de Janeiro, a 09 de maio de 1821, a bordo da sumaca 'Vênus'. Retoma o trabalho na Chancelaria e ocupa o cargo de tesoureiro titular, no lugar do pai que acaba de falecer. Nesse mesmo ano vai à Província de Pernambuco trabalhar pela Independência do Brasil.

1822 – É nomeado 'moço da Imperial Câmara' no mesmo dia que D. Pedro I é aclamado Imperador Constitucional do Brasil - 12 de outubro de 1822.

1822 – Adere à sociedade secreta 'Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz' liderada por José Bonifácio Andrade e Silva.

1823 – Ajuda a criar e redatoriar o jornal 'O Tamoyo' que começa a circular no Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1823.

1823 – Drummond segue para o exílio na França por conta da crise política ocasionada pelo fechamento da Assembleia Constituinte. Dedicar-se ao estudo, frequentando cursos públicos na Sorbonne e Conservatório das Artes, relacionando-se com figuras destacadas da intelectualidade europeia como o economista João Batista Say, Royer Collard, Benjamin Constant, Charles Dupin, Sismonde de Sismondi, De Candolle – de quem frequentou o curso de botânica em Genebra – Suíça. Colabora no jornal *La France Chrétienne* [com o pseudônimo de 'Le proscript brésilien']; *Journal de voyages, découvertes et navigations modernes – Archives géographiques du 19^o siècle* [1827]; *Revue Encyclopédique; Globe; Le Constitutionnel*. Seus artigos foram republicados na Alemanha, Inglaterra, Portugal, Itália, Rússia. Por conta do sucesso desses escritos Drummond recebeu título de sócio de diversas instituições científicas: Sociedade de Mineralogia de Iena, Instituto Histórico de França, Sociedade de Geografia, Sociedade Asiática de Paris, Academia de Bruxelas, Sociedade Literária de Gand, Academia Real de Nápoles, Academia dos Arcades de Roma, Sociedade dos Antiquários do Norte e muitas outras.

1928 – Inicia viagem de dois anos por diversos países da Europa: Suíça, Itália, Prússia, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Escócia, Irlanda ...

1829 – Retorna ao Brasil e volta a publicar em diversos jornais do Rio de Janeiro como o ‘Diário do Governo’ e ‘Astreia’.

1829 – Reassume seu posto na Chancelaria – Rio de Janeiro – em abril de 1829. A partir daí é encarregado de diversas missões diplomáticas como: encarregado de negócios; cônsul-geral na Prússia; encarregado de negócios na Sardenha; encarregado de negócios em Roma [1836]; encarregado de negócios na Toscana; ministro residente em Portugal; enviado especial e ministro plenipotenciário em Portugal [1837-1853].

1860 – No dia 29 de agosto de 1860 ocorre incêndio na casa do biógrafo Alexandre José Mello Moraes – no Rio de Janeiro – consumindo parte substancial do acervo histórico recolhido por Drummond durante décadas.

1862 – Aposenta-se a 21 de junho de 1862.

1864 – Tem sua biografia publicada por Mello Moraes no livro Brasil Histórico.

1865 – Falece em Paris a 15 de janeiro de 1865, onde buscava tratamento à sua cegueira.

1883 – Tem sua biografia publicada no Dicionário Bibliographico Brasileiro de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.

1890 – A obra ‘Vasconcelos de Drummond - Anotações à sua biografia’ - publicada em 1826 na Biographie Universele et Portative des Contemporains’ - é publicada nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIII – 1895-1896 – Rio de Janeiro.

1920 – O superintendente municipal de Itajaí – Marcos Konder – confere a Drummond o status de fundador de Itajaí. Promove eventos alusivos à passagem do centenário da cidade, a 12 de outubro de 1920, tendo como referência a estada de Vasconcelos de Drummond às margens do Rio Itajaí.

1940 – A Rua São Bento começa a ser ampliada para dar lugar a uma nova avenida central que recebe a denominação de Avenida Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond.

1940 – Com o fim da Segunda Grande Guerra a Sociedade de Atiradores de Itajaí – Schützenverein Itajahy - passa a se denominar Clube Caça e Tiro Vasconcelos Drummond.

1968 – A Avenida Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond passa a se chamar Avenida Marcos Konder com o nome de Drummond servindo de epônimo para a estrada da subida do Morro da Cruz.

2012 – A Gráfica do Senado Federal publica o livro ‘Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia’ integrando a coleção ‘Edições do Senado Federal’ – volume 165.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2020 – páginas 52 a 55.

2 – Texto modificado em 07 de agosto de 2023.

TEXTO 19: INVENTÁRIO CRONOLÓGICO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ E TEMAS CORRELATOS

Magru Floriano

Inventariar as publicações que tem como tema central a fundação de Itajaí - ou contribuem de alguma forma para preencher lacunas encontradas no desenrolar do debate público sobre o tema - logrou relacionar mais de uma centena de intervenções. Essa grande quantidade de textos evidencia o quanto é polêmico o tema sobre a fundação de Itajaí. Eles apresentam inúmeras teses sobre a fundação, sendo que até os dias atuais ainda não podemos considerar uma delas como definitivamente oficial, não obstante, a tese que coloca Agostinho Alves Ramos como principal protagonista desse momento histórico ser hegemônica nas publicações atuais.

Os primeiros textos que encontramos estão relacionados aos primórdios da civilização branca no Baixo Vale do Itajaí. Integrando esse primeiro período – que podemos considerar como uma pré-história de nossa comunidade - encontramos cerca de duas dezenas de textos elaborados por cientistas que participaram de expedições de estudo do litoral da América do Sul ainda nos séculos XVI e XVII. Nesse conjunto temos, também, dois textos publicados em revista francesa versando sobre a biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond que fazem referência direta ao empreendimento realizado por ele às margens do Rio Itajaí-Mirim.

No ano de 1907, Pedro Ferreira e Silva publica nas páginas dos ‘Caderno de Blumenau’ e jornal ‘Novidades’ uma série com o título de ‘Reminiscências’, buscando os primórdios da formação urbana de Itajaí a partir do resgate da memória do ancião Antônio da Costa Flores, abrindo caminho para a iniciativa de Marcos Konder buscar o resgate histórico sobre a fundação de Itajaí. Marcos é autor de dois textos emblemáticos sobre o tema: ‘A pequena pátria’ [1920] e ‘O Municipio de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico – monographia’ [1927]. Nos escritos de Marcos Konder encontramos, pela primeira vez, uma tentativa de oficializar o nome de um fundador para o Município de Itajaí.

Esta tese de Marcos Konder sobre a fundação de Itajaí por Vasconcelos de Drummond circulou sozinha até 1931, quando José Ferreira da Silva começa a esboçar na imprensa regional uma nova tese, abrindo o debate que se mantém até os dias atuais. Este debate ganha grandes proporções na década de 1950 adentrando a década de 1980,

com o tema atraindo diversos intelectuais, como é o caso de Lucas Alexandre Boiteux, Nemésio Heusi, Silveira Júnior, Arnaldo Brandão, Afonso Luiz, Edison d'Ávila, Abdon Fóes, Gil Theodoro Miranda, Gustavo Konder, Ary Garcia.

O debate ganha estímulo extra diante da intenção da municipalidade de comemorar o centenário da emancipação política de Itajaí no ano de 1960. Como resultado direto da discussão surge o livro de Afonso Luiz da Silva 'Itajaí de ontem e de hoje' (1971). No ano de 1982 foram publicados dois livros que também abordaram o tema. O primeiro, de autoria de Nemésio Heusi, intitulado 'A fundação de Itajaí – sua história – seu romance'; o segundo, de autoria de Edison d'Ávila, intitulado 'Pequena História de Itajaí'.

Após a publicação desses livros o debate foi perdendo gradativamente o seu calor sendo o último texto polêmico publicado no Jornal do Povo, em 1983, subscrito por Nemésio Heusi. Não que o tema tenha sido esquecido, mas a fogueira da polêmica nunca mais ganhou a mesma dimensão que tinha durante o debate protagonizado por Marcos Konder e José Ferreira da Silva. Os textos, gradativamente, ganharam um tratamento mais técnico e menos literário. No período pós-83 destacamos os livros de Cláudio Bersi - 'Itajaí 200 anos'; Edison d'Ávila – 'A pequena história de Itajaí' – segunda edição [2019]; Magru Floriano - Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador [2018] e A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada [2018].

INVENTÁRIO

Para facilitar a pesquisa dos interessados em compor texto sobre a fundação de Itajaí resolvemos inventariar as publicações sobre o tema;

1716 – Relation du Voyage de la mer du sud. Amédée François Frézier IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 11-25.

1719 – A Voyage round the world by the way of the Great South Sea IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 31-47.

1776 – A Voyage round the world. George Anson. IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 11-25.

1764 – Histoire d'un Voyage aux isles Malouines, fait em 1763 & 1764. Antonine Joseph Pernetty IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa

Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 78-115.

1799 – The life of Major James George Semple Lisle. James George Semple Lisle. IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 129-138.

1805 – Reise um die welt in den Jahren ... Adam Johann von Krusenstern IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 139-156.

1812 – Travels in the interior of Brazil ... John Mawe. In: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 11-25.

1814 – A Voyage round the world, in the years 1803 ... Urey Lisiansky. IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 157-166.

1820 – Viagem à Província de Santa Catarina. Auguste de Saint-Hilaire. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Serie 5ª, vol.58. São Paulo: Brasiliense, 1935.

1822 – Voyage autour du monde, exécuté par ordre du roi ... Louis Isidore Duperrey. IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 262-281.

1833 – Relatório e fala no Governo de Santa Catarina 1833-1835. Feliciano Nunes Pires. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1985. Páginas 07-20.

1836 - Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012.

1836 - Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 59-68.

1838 – Voyage autour du monde entrepris par ordre du gouvernement sur la corvette La Coquille. René Primevère Lesson. IN: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 283-293.

1843 - De la Colonisation au Brésil – Mémoire historique, descriptif, statistique et commercial sur – LA PROVINCE DE SAINTE CATHERINE – Bruxelles – A la Librairie Polytechnique d'Aug. Decq. – 1843. IN: Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por van Lede. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Nº 03. Março de 1959. Páginas 41 a 45.

1853 - Relatórios do Dr. Blumenau – quarto relatório da Colônia Blumenau – ano de 1853. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 06. Abril de 1958. Páginas 103 a 108.

1855 - O Vale do Itajaí em 1855. Reinholdo Gaertner. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 10. Outubro de 1960. Páginas 181 a 184.

1861 – La Province de Sainte-Catherine. José Hansen Ferreira IN: Impressão de um viajante do século XX. Anuário de Itajaí 2010. Itajaí: FGML, 2010. Páginas 202-204.

1907 - Reminiscências I. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Setembro de 1959. Nº9, páginas 165 – 167.

1907 - Reminiscências II. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Outubro de 1959. Nº10, páginas 187 – 190.

1907 - Reminiscências III. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Novembro de 1959. Nº11, páginas 212-215.

1907 - Reminiscências IV. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Dezembro de 1959. Nº12, páginas 222-225.

1910 - O ouro no Valle do Itajahy. Novidades – 02 de outubro de 1910. Página 02.
.....**Erro! Indicador não definido.**

1920 – Centenário de Itajahy – Brillhante comemoração. A República. Florianópolis. 09 de outubro de 1920. Capa.

1920 – Pequena história catharinense – ilustrada. Lucas Alexandre Boiteux. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.

1920 – Terra catharinense. Crispim Mira. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920.

1921 – Ephemerides Catharinenses – 1500-1910. Lucas Alexandre Boiteux. Florianópolis: Escola Artífices, 1921.

1923 - A Pequena Pátria - discursos e conferência. Marcos Konder. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Páginas 15-26

1927 – O Municipio de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico – monographia apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927. Marcos Konder. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Páginas 24 – 27.

1928 – Historia Catharinense – A proposito de ARZÃO. Tito Carvalho. A República. 22 de janeiro de 1928. Pagina 02

1932 - A colonização do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense). José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Páginas 07-18.

1935 – História del Brasil. Juan G. Beltran. Biblioteca de Escritores Argentinos. Vol.23. 2ed. Buenos Aires: Claridad, 1944.

1950 – Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. Max Tavares d’Amaral. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950. Páginas 07-08

1954 – O Vale do Itajaí – documentário da vida rural nº 6. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1954. Páginas 03-04.

1956 - A Pequena Pátria. Marcos Konder. O Libertador de 27 de dezembro de 1956. Sem página numerada.

1957 - O Rio Itajaí – o desvendamento da costa – mapas e portulanos do tempo – nomenclatura litorânea – morfologia do nome. Lucas Alexandre Boiteux. Cadernos de Blumenau. Tomo I. Nº 2. Dezembro 1957. Pag. 23-4 e 27.

1958 - Os primeiros moradores do Itajaí. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 3, janeiro de 1958. Páginas 47-51.

1958 - A fome de ouro e prata I - Faisqueiras d’Itajaí. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Páginas 63-67.**Erro! Indicador não definido.**

1958 - Antigos moradores de Gaspar. Oswaldo Rodrigues Cabral. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Páginas 68-70.

1958 - A fome de ouro e prata – II O Monte Tayó. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 5. Março 1958. Páginas 92-96.

1958 - Itajaí: De fazenda à cidade I. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 6, abril de 1958. Páginas 115-117.

1958 - Itajaí: De fazenda à cidade II. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7, maio de 1958. Páginas 128-132.

1958 - Itajaí: De fazenda à cidade III. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 8, junho de 1958. Páginas 153-156.

1958 - Itajaí e Vasconcellos Drummond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 08. Jun/jul de 1958. Página 148-150.

1958 - A Lei nº 11 e a colonização da Bacia do Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 08. Junho / julho de 1958. Páginas 141-142.

1958 - A grande injustiça. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 9, agosto de 1958, páginas 177-178.

1958 - Itapocoroí – escôrcço histórico. Almirante Lucas A. boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 10. Set/out de 1958. Páginas 181-184.

1958 - A cruz como símbolo. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Número 10. Set/out de 1958. Páginas 186/88.

1958 - Mais uma prova contra Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1958. Capa.

1958 - Pareceres e sugestões. A fundação de Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 11. Nov/1958. Páginas 207/8.

1958 - A Pequena Pátria – crítica de Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 16 de novembro de 1958. Página 05.

1958 - O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajai - Antonio de Meneses Vascondellos de Drummond. Marcos Konder. Jornal do Povo de 23 de novembro de 1958. Capa.

1958 - A Pequena Pátria – respondendo Marcos Konder. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 30 de novembro de 1958. Capa.

1958 - A Pequena Pátria – Respondendo a Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

1958 - Ainda Itajai e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

1958 - Confundir para prevalecer. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

1958 – Vamos festeja o centenário de Itajaí, sr. Prefeito? José Tolentino da Silva. Jornal do Povo. 1958. Página 02.

1959 – Prefeitura Municipal de Itajaí - Nota do Gabinete do Prefeito. Jornal do Povo 04 de janeiro de 1959, pag. 02.

1959 – Ainda o centenário do Município. Jornal do Povo. 04 de janeiro de 1959. Capa.

1959 - Itajaí centenário. Blumenau em Cadernos. Nemésio Heusi. Tomo II. Nº 3. Março de 1959. Página 46. // Jornal do Povo. 10 de maio de 1959. capa.

1959 - Drummond – um homem de sorte. Silveira Júnior. Itajaí. Jornal do Povo. 28 de março de 1959. Capa e página 08.

1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Jornal do Povo. 29 de março de 1959. Capa.

1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Marcos Konder. Jornal do Povo de 18 de abril de 1959.

1959 - Itajaí, cem anos de município. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Abril de 1959. Página 77.

1959 – Um século de Município. Silveira Júnior. Itajaí. 04 de abril de 1959. capa..**Erro! Indicador não definido.**

1959 - Pareceres e sugestões: Ainda o centenário de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Maio de 1959. Nº 05. Página 86.

1959 - Dois séculos memoráveis. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Junho de 1959. Nº 06. Páginas 101 a 105.

1959 - O assunto é Vasconcelos Drummond. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1959. Edição Especial de Natal; // Blumenau em Cadernos. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, páginas 197-198.

1959 – A fazenda do Arzão. José Ferreira da Silva. O Popular. 16 de outubro de 1959. Capa.

1959 – Com a palavra o sr. Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. O Popular. 04 de dezembro de 1959.

1959 - O fundador de Itajaí. José Ferreira da Silva. IN: Anuário de Itajaí de 1959. Cunha e Silva, Laércio; Mello de Faria, Roberto. Rio de Janeiro: Hoje, 1959.

1960 – Itajaí – A fundação e o fundador. Silveira Júnior. Itajaí. 19 de março de 1960. nº 300. Capa e página 03.

1960 - Tijucas – Município centenário. Sebastião Cruz. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 101 a 103.

1960 - Itajaí, cem anos de município. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 103 a 108.

1961 - Itajaí-mirim: seus primeiros desbravadores. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos, janeiro 1961; // IN: Itajahy na visão dos viajantes. ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T Editores, 2008. Páginas 73-91.

1961 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo IV, abril de 1961, nº 4, páginas 74-75.

1962 - Alves Ramos e os alemães. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 18 de fevereiro de 1962. Página 07.

1962 – Itajaí. José Ferreira da Silva. Catálogo do Kennel Clube de Santa Catarina. Abril de 1962.

1963 - As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo VI, abril de 1963, nº 4, páginas 01-20.

1966 - Mais um testemunho. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo VII, janeiro de 1966, nº 01, pags. 19-20.

1967 - Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí? Abdon Fóes. Jornal do Povo de 12 de agosto de 1967, página 02.

1968 – Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Itajaí. 09 de setembro de 1968. Câmara Municipal de Itajaí. Livro de Ata nº 19 – 14-11-1967 á 04-02-1969. Páginas 139-142.

1971 - Estantes dos Cadernos – literatura catarinense – Itajaí de ontem e de hoje. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo XII, janeiro 1971, nº 1, páginas 56-7.

1971 - Rabiscando aos sábados. Abdon Fóes. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971, capa.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971. Página 02 e contracapa.

1971 - Estante dos cadernos - Literatura Catarnense. Blumenau em Cadernos, Tomo XII, março de 1971, nº 3, páginas 56-57.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Afonso Luiz da Silva. Jornal do Povo de 13 de março de 1971. Página 07.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Paulo Bornhausen. Jornal do Povo de 27 de março de 1971. Capa.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Miranda. Jornal do Povo de 03 de abril de 1971. Página 05.

1971 - Uma cidade em busca de um fundador. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 10 de abril de 1971. Página 05 e contracapa.

1971 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior e José Ferreira da Silva. Cadernos de Blumenau. Tomo XII, abril 1971, nº 04, págs 73-5.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Líbero Oswaldo de Miranda. Jornal do Povo de 15 de maio de 1971. Página 05.

1971 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Cadernos de Blumenau. Tomo XII, junho 1971. Nº 06. Páginas 101-3; Jornal do Povo. 05 de junho de 1971. Página 05

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo de 03 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 31 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.

1971 - O nascimento de Itajaí. Gustavo Konder. Cadernos de Blumenau. Tomo XII. Julho 1971. Nº 07. Páginas 131-133; Jornal do Povo. 14 de agosto de 1971.

1971 - Itajaí de ontem e de hoje. Afonso Luiz da Silva. Preâmbulo. Pag 01-20. Itajaí: ed. autor, 1971.

1972 – História de Blumenau. José Ferreira da Silva. Florianópolis: Edeme, 1972.

1973 - Itajaí: a fundação e o fundador. Silveira Júnior. Jornal do Povo de 31 de março de 1973, s/nº página.

1973 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior. Cadernos de Blumenau. tomo XIV, nº 4, abril de 1973, páginas. 72-74

1973 - Ainda sobre o fundador da cidade. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 14 de abril de 1973, s/n de página.

1973 - Sugerindo sobre a fundação da ‘Pequena Pátria’. Luiz Carlos Carvalho Schmidt. Jornal do Povo de 01 de maio de 1973, s/n página.

1973 - Ainda sobre a fundação de Itajaí. Gustavo Konder. Jornal do Povo de 02 de junho de 1973, s/nº de página.

1974 - A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Giralda Seyferth. Porto Alegre/Brusque: Movimento/SAB, 1974. Págs. 36-42

1974 – Navegantes e sua história. Osório Gonçalves Miranda. [...]: autor, 1974. Páginas 02-03.

1975 – A importância de ‘Agostinho Alves Ramos’ na Fundação de Itajaí. Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Itajaí. Jornal do Povo – edição especial de aniversário – 30 de outubro de 1975.

1975 – A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã. Walter F Piazza. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975. Separata.

1979 – A tese de Marcos Konder. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo. 07 de julho de 1979. nº 2.058. Capa.

1979 – Édison d’Ávila. É polêmica a fundação de Itajaí. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa.

1979 – Afinal, quem é o fundador? Ary Garcia. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa e página 02.

1982 - A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pag. 11-49

1982 - Prefácio. Edison d'Ávila. IN: A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. Páginas 01-02.

1982 - Pequena História de Itajaí. Edison d'Ávila. Itajaí: PMI/SM de Educação, 1982.

1983 – A fundação de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo. 12 de fevereiro de 1983. n° 2.208. Capa.

1983 – Os legionários de Ferreira da Silva. Nemésio Heusi. Jornal do Povo. 19 de fevereiro de 1983. Página 02.

1984 – História de São Francisco do Sul. Carlos da Costa Pereira. Florianópolis: EdUfsc, 2004.

1985 - Notas sobre o povoamento da Foz do Itajaí. Antônio Roberto Nascimento. Blumenau em Cadernos. Tomo XXVI. Set. 1985 – N° 09 – pág. 250-3.

1985 - As velhas colônias no Rio Itajaí. Gottfried Entres. Blumenau em Cadernos. Tomo XXVI – set. 1985 – n° 9 – página 253.

1987 – Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Maria Luiza Renaux Hering. Blumenau: edFurb, 1987.

1993 - Itajaí – breve notícia histórica do aglomerado urbano. Edison d'Ávila. Itajaí: Fund. Genésio Miranda Lins/PMI, 1993.

1993 – A capitania de Santa Catarina – alguns momentos. Paschoal Apóstolo Pítsica. Florianópolis: fundação Franklin Cascaes; Editora Lunardelli; Fundação Catarinense de Cultura, 1993.

1994 – A colonização de Santa Catarina. Walter F. Piazza. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

1998 - Simplesmente Gaspar. Leda Maria Baptista. Blumenau: Nova Letra, 1998. (trechos diversos).

2001 - Itajaí – O começo da História. Edison d'Ávila. 2.ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 2001.

2002 - Expansão e colonização: os fatos lineares da História. Equipe da Fundação Genésio Miranda Lins IN: Itajaí – outras histórias. LENZI, Marcos Rogério (org.). Itajaí: PMI/FGML, 2002. Páginas 29-39.

2004 - Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: História Secreta do Arraial dos Cunhas. ADAMI, Luiz Saulo: ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004. Páginas 19-25.

2012 - Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos. Magru Floriano. 2012. IN: Anuário de Itajai – 2012. Itajaí: FGML, 2013. Páginas 128 – 136.

2012 - A lenda do Monte Tayó – contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: Alternativa, 2012.

2015 – A pequena pátria. Edison d’Ávila. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 13-16.

2015 – Uma importante polêmica. Isaque de Borba Corrêa. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 19-23.

2015 – Um convite ao debate. Magru Floriano. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 25-29.

2016 - Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: autor, 2016 [cópia xerografada – debate no auditório da ACII a 09 de junho de 2016]

2016 - Resgatando 40 anos de história. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 28 de maio de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

2016 - Por que Drummond foi para Itaipava? Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 29 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

2016 - Tributo a Marcos Konder. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 08 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

2016 - Drummond e a pretensa fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diarinho. 08 de julho de 2016. Página t16.

2016 - A fundação de Itajaí. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 20 de julho de 2016. Pagina 10.

2018 - ENTREVISTÃO – Edison d’Ávila. Diário do Litoral. Itajaí, 18 e 19 de agosto de 2018, número 10.990. Secção Entrevistão. Página 06.

2018 – Contraponto: A fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diário do Litoral. nº 10.991. 20 de agosto de 2018. Página 06. Secção Variedades.

2018 – Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 3.ed. digital, revisada, ampliada. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Disponível em: <https://www.magru.com.br/web>.

2018 – A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada. 1ed digital. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Disponível em: https://magru.com.br/web/wp-content/uploads/2018/11/itajai_fundacao.pdf.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2020 – páginas 78 a 88.
- 2 – Texto modificado em 08 de agosto de 2023.

**TEXTO 20: DRUMMOND E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
COLONIZAÇÃO DO VALE E A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ:
TESES REVISITADAS**

Magru Floriano

A vinda de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond a Santa Catarina serve de cenário histórico para o debate acerca da fundação da comunidade itajaiense. O anunciado empreendimento de Drummond às margens do Rio Itajaí-Mirim, na localidade de Tabuleiro, é o marco de partida de todas as pesquisas históricas sobre o tema. Desde o momento que Marcos Konder revelou publicamente o feito histórico de Drummond as teses elaboradas para dar conta da fundação de Itajaí tiveram, obrigatoriamente, de aceitar Drummond como protagonista ou buscar provas robustas para sustentar sua antítese. O debate, apesar de menos caloroso nos dias atuais, ainda está em pleno curso, pois não apresentou até o presente momento um desfecho oficial.

Agora, longe do calor da polêmica, parece evidente que resta - para além da questão da fundação de Itajaí, bem como a data de fundação e o nome do seu fundador – a certeza de que a vinda de Vasconcelos de Drummond a Itajaí é um ato de fundamental importância histórica por tratar-se da primeira iniciativa oficial do governo central na busca por uma colonização organizada na hinterlândia do Vale do Itajaí. Também parece que já temos evidências suficientes para afirmar que a ação de Drummond às margens do rio Itajaí-Mirim, no Tabuleiro, seguiu no fluxo natural da expansão da Colônia Nova Ericeira, implementada a partir de Porto Belo, em 1918. Com a vinda de Drummond o império abriu as portas para a colonização definitiva de uma região que, até então, vinha sendo ocupada de forma espontânea por diversas forças sociais, como é o caso de sesmeiros, sitiantes, pescadores, faiscadores, adventícios, posseiros, fugitivos da justiça [escravos, soldados, criminosos ...], jornaleiros.

Nesse sentido, o que mais interessa atualmente sobre esse debate não é o tema em si [a fundação de Itajaí], mas a necessidade de reconhecer que a partir da vinda de Drummond ao Baixo Vale do Itajaí o governo central passava a se tornar presente e interessado direto na sua ocupação para ajudar a consolidar, em definitivo, as fronteiras na América do Sul entre os impérios português e espanhol. Obviamente que a vinda de Drummond apresentou resultados importantes, pelo menos no longo prazo, já que seu ato colonizador oficial teve prosseguimento nas ações lideradas por Agostinho Alves

Ramos e José Henrique Flores. O processo de ocupação oficial ocorre em 1820 e é esta data que merece nossa atenção e destaque. São duzentos anos de um processo civilizatório contínuo.

O empreendimento liderado por Drummond deve ser visto como uma das peças do mosaico histórico montado pelo governo central em busca da ocupação das terras no Sul do Brasil. Nesse sentido, tem seu antecedente na colônia Nova Ericeira, em Porto Belo e, tem seu seguimento, nas ações encetadas sob a liderança de Agostinho Alves Ramos às margens do rio Itajaí-Açu. O elo entre Drummond e Agostinho está, justamente, na vontade política dos governos central e provincial de se ocupar as terras do Vale do Itajaí.

Ao longo do tempo inúmeras teses foram defendidas para dar conta de apresentar uma data e o nome de um fundador para a comunidade itajaiense. A seguir apresentamos uma sinopse dessas teses:

TESE – DRUMMOND É O FUNDADOR DE ITAJAÍ

MARCOS KONDER – É o primeiro a colocar sobre a mesa o desafio de dotar Itajaí com o nome de um fundador e uma data de fundação. O primeiro texto publicado é o seu discurso, intitulado ‘A pequena pátria’, proferido no dia 12 de outubro de 1920, alusivo à passagem do centenário de fundação de Itajaí. Este discurso é publicado em 1923. Em 1927, publica ‘O Município de Itajahy – physico, econômico, administrativo, historico’ consolidando sua tese de que o fundador de Itajaí é Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond.

MAX TAVARES D’AMARAL – No livro ‘Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí’, publicado em 1950, aceita a tese de Marcos Konder.

ARNALDO BRANDÃO – Escreve seu primeiro artigo sobre o tema no ano de 1959, com publicação simulânea no Jornal do Povo e na revista Blumenau em Cadernos.

GIL THEODORO MIRANDA – No ano de 1971 publica no Jornal do Povo o texto intitulado ‘Documento para a história de Itajaí’.

ABDON FÓES – Após ler texto de autoria de Gil Miranda, 1971, o jornalista Abdon Fóes escreve texto apoiando a tese defendida por Marcos Konder.

PAULO BORNHAUSEN – Alinha-se à tese da fundação por Drummond alegando já existir em Itajaí uma tradição consolidada desde 1920 quando o superintendente Marcos Konder comemorou o centenário da fundação de Itajai.

LÍBERO OSWALDO DE MIRANDA – Publica no Jornal do Povo, em 1971, artigo se alinhando à tese inicial de fundação apresentada por Marcos Konder.

IVAN CARLOS SERPA – O historiador publica o texto ‘Um jovem diplomata e a colônia que deu certo’, em 2004, no livro de Luiz Saulo Adami e Tina Rosa intitulado ‘História secreta do Arraial dos Cunhas’. Ali tenta comprovar que muitas famílias atualmente residentes na região são remanescentes do empreendimento liderado por Drummond.

TESE – DRUMMOND É O FUNDADOR DE ITAJAÍ E AGOSTINHO ALVES RAMOS É O COLONIZADOR

MARCOS KONDER – Cansado do debate prolongado com José Ferreira da Silva e seus aliados, Marcos Konder resolve defender uma tese intermediária, conciliatória. Em artigo que assina no Jornal do Povo, em 1958, propôs que Drummond fosse considerado o fundador de Itajaí e Agostinho Alves Ramos seu colonizador. Mantém a data de 12 de outubro de 1820 como a data oficial de fundação de Itajaí.

CLÁUDIO BERSI DE SOUZA – O memorialista publica, em 2015, o livro ‘2020 - Itajaí, 200 anos’, onde reaproveita a segunda tese de Marcos Konder - considerando que Drummond foi o fundador e Agostinho o colonizador – mas adota o da 05 de fevereiro de 1820 como a data da fundação de Itajaí. Nesta data Drummond recebeu oficialmente do Ministro Vilanova Portugal a incumbência de empreender no Vale do Itajaí.

TESE – ITAJAÍ NÃO TEM FUNDADOR E FUNDAÇÃO

JOSÉ FERREIRA DA SILVA – O historiador entra na polêmica sobre a fundação de Itajaí em 1931 quando inicia suas pesquisas sobre o processo de colonização do Vale do Itajaí visando resgatar a história de Blumenau. Após dois textos contraditórios publicados na imprensa de Blumenau, José Ferreira passa rapidamente a se contrapor à tese defendida por Marcos Konder creditando a Drummond o feito da fundação de Itajaí. O texto que inicia o enfrentamento direto com Marcos Konder foi publicado no jornal ‘A Cidade de Blumenau’ e só recebeu resposta de Marcos Konder no ano de 1956, através do jornal ‘O Libertador’. Nesse primeiro momento José Ferreira se preocupou em encontrar documentos que comprovavam que as terras do Baixo Vale do Itajaí já estavam completamente ocupadas quando da chegada de Drummond.

Implicitamente defendia a tese de que não havia como indicar um fundador para Itajaí já que o processo civilizatório branco foi ocorrendo de forma espontânea aos longos dos séculos a partir de João Dias de Arzão em 1658.

SILVEIRA JÚNIOR – O escritor entra no debate no ano de 1959 escrevendo artigo para o Jornal do Povo. Nele, defende que Itajaí surgiu por ‘adensamento’ de pescadores, pequenos sitiantes e adventícios. Aos poucos a cidade foi se formando sem que tivesse ocorrido um ato pioneiro intencional de criar uma colônia, como ocorreu em Blumenau, Ilhota e Brusque.

ARNALDO BRANDÃO – Após estudar mais a fundo o tema, toma posição na polêmica da fundação, em 1971, defendendo a tese inédita de que não podemos atribuir a nenhum branco o ato fundacional de Itajaí porque, há milhares de anos, já viviam na região os silvícolas e, muito antes de Drummond e Agostinho já havia grande quantidade de moradores no Baixo Vale do Itajaí.

GUSTAVO KONDER – Em artigo escrito simultaneamente na revista Cadernos de Blumenau e no Jornal do Povo se alinha ao pensamento de que a região foi gradativamente sendo ocupada pelos homens brancos, expulsando os nativos.

TESE – AGOSTINHO ALVES RAMOS É O FUNDADOR DE ITAJAÍ

JOSÉ FERREIRA DA SILVA – Em artigo publicado na revista Blumenau em Cadernos, no ano de 1958, o historiador apresenta novos documentos sobre a colonização do Vale do Itajaí e defende a tese de que Agostinho Alves Ramos deve ser considerado o fundador de Itajaí. A tese é reforçada em diversos artigos publicados na imprensa regional e no opúsculo intitulado ‘A fundação e o fundador’, datado de 1960.

NEMÉSIO HEUSI – Utilizado dados coletados por José Boiteux, Lucas Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e José Ferreira da Silva, o escritor entra na polêmica através do periódico Revista do Sul, no ano de 1958. Defende a ideia de que se comete uma grande injustiça com Agostinho Alves Ramos considerando Drummond fundador de Itajaí. Advoga a tese de que a data da fundação de Itajaí deve ser 31 de março de 1824, quando da criação do curato e nomeação do capelão Pedro Agote.

SILVEIRA JUNIOR – Após ler o opúsculo de José Ferreira da Silva intitulado ‘A fundação e o fundador’, 1960, o escritor Silveira Júnior muda de opinião sobre o tema e passa a defender a tese de José Ferreira da Silva de que Agostinho Alves Ramos foi o grande protagonista da formação de uma comunidade na foz do Rio Itajaí.

ABDON FÓES – Publica artigo no Jornal do Povo com o sugestivo título ‘Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí?’. O texto se reporta ao opúsculo publicado por José Ferreira da Silva e evidencia a tendência de Abdon de aceitar Agostinho Alves Ramos como fundador de Itajaí.

AFONSO LUIZ DA SILVA – Publica, no ano de 1971, o livro ‘Itajaí de ontem e de hoje’ onde se alinha ao pensamento de José Ferreira da Silva sobre a fundação de Itajaí.

EDISON D’ÁVILA – Publica, em 1982, a primeira edição do livro ‘Pequena história de Itajaí’ onde dá destaque ao nome de Agostinho Alves Ramos como protagonista da fundação de Itajaí. Em artigo posterior, datado de 1993, deixa entrever que aceita a tese de Marcos Konder de considerar Drummond como fundador e Agostinho Alves Ramos como colonizador. Aponta a data de 31 de março de 1824, oportunidade da criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí como a de fundação da cidade de Itajaí.

FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS – A equipe de historiadores e técnicos da Fundação Genésio Miranda Lins publica, em 2002, o livro ‘Itajaí – outras histórias’ onde defende a tese da fundação de Itajaí por Agostinho Alves Ramos.

TESE – JOÃO DIAS DE ARZÃO É O FUNDADOR DE ITAJAÍ

ARY GARCIA – Publica artigo descontraído no Jornal do Povo, em 1979, defendendo que o certo seria declarar o faiscador de ouro João Dias de Arzão como fundador de Itajaí por ser o primeiro homem branco a requerer terras no Baixo Vale do Itajaí.

TESE – A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ É UM ATO COLETIVO

MAGRU FLORINO – O escritor publica na internet o artigo ‘Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí’, em 2016, onde defende a tese de que Itajaí teve seu ato de fundação no dia 05 de janeiro de 1824, oportunidade em que vinte e dois moradores do Baixo Vale do Itajaí assinaram petição ao Bispo do Rio de Janeiro solicitando a criação do curato. Seria este o primeiro ato coletivo dos moradores locais.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2020 – páginas 89 a 93.

2 – Texto modificado em 08 de agosto de 2023.

TEXTO 21: BREVE REFLEXÃO SOBRE A BUSCA DO ATO FUNDACIONAL DA COMUNIDADE DE ITAJAI

Magru Floriano

Muito já foi escrito acerca das atividades de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond em Santa Catarina e, particularmente, em Itajaí. Ele próprio inicia seu livro-testemunho “Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia” discorrendo sucintamente sobre o tema. Entre todos aqueles que também repercutiram o depoimento de Drummond sobre a criação da Colônia São Thomaz de Vilanova merece destaque José Ferreira da Silva – que publicou diversos artigos no “Cadernos de Blumenau”. No livro “Itajaí; uma cidade em busca de seu fundador” copilei mais de cinquenta artigos e ensaios sobre o tema e me parece razoável não promover nesse momento uma simples sinopse de todo esse material exaustivamente publicado e republicado ao longo dos anos. Devemos aproveitar desta oportunidade para colocar novos questionamentos sobre a presença de Drummond no Vale do Itajaí.

Um primeiro questionamento que devemos fazer, provocando os pesquisadores para um levantamento documental ainda mais rigoroso no futuro, é sobre o itinerário e recursos utilizados por Drummond para acessar suas terras às margens do Rio Itajaí-Mirim. Todos inferem que ele partiu da Ilha de Santa Catarina por mar e adentrou a foz do Rio Itajaí para acessar a localidade de Tabuleiro pelo Itajaí-Mirim. Mas nem ele próprio afirmou isso no seu livro-testemunho. Muito pelo contrário. Diz ele no item sete de suas anotações: “(...) *ali se construiu uma sumaca denominada S. Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí.*” (pag. 64) Esta afirmação de Drummond está de acordo com outros escritos de época que apontam que o Rio Itajaí era pouco visitado por embarcações de médio e grande portes. Isso se devia a um grande banco de areia que existia defronte à foz e uma grande pedra submersa que constituía a continuidade geológica do Morro do Atalaia.

Então devemos considerar como factível a hipótese de Drummond ter acessado as terras do Tabuleiro pelo “caminho do meio”. Cumprindo a primeira parte do itinerário – Desterro (atual Florianópolis) / Nova Ericeira (atual Porto Belo) – em uma embarcação, seguindo a pé pelo Rio do Meio (Camboriú) até as margens do Itajaí-Mirim. Vale lembrar que ele estava sendo orientado pelo intendente da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim, homem vinculado diretamente

ao projeto de colonização Nova Ericeira, na Enseada das Garoupas. Muitos relatos de época dão conta da grande utilização desse caminho pelos pioneiros. Obviamente que aceitar esse trajeto alternativo de Drummond demanda afirmar também que não conheceu, de imediato, a localidade de Estaleiro que atualmente consideramos como “marco zero” do Município (Praça Vidal Ramos).

Um segundo questionamento que devemos fazer diz respeito à fundação da colônia. O aviso assinado por Tomás Antônio da Vilanova Portugal datado de cinco de fevereiro de 1820 diz: “(...) vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque (...) para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Itajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento (...)” (d’ÁVILA, pag. 107). Percebemos que o documento não funda uma colônia, mas remete Drummond até o governador de Santa Catarina para dele receber instruções sobre o empreendimento a ser realizado às margens do Itajaí-Mirim.

Além do documento de cinco de fevereiro não fundar uma vila ou colônia Drummond tomou posse de suas terras muito tempo depois dessa data, e denominou o empreendimento de Colônia São Tomaz de Vilanova. Portanto, o documento não funda Itajaí e Drummond não funda Itajaí mas Vilanova – se é que o fez efetivamente, já que não existem provas materiais adequadas para afirmar peremptoriamente. Alguns historiadores utilizam como evidência dessa fundação a existência de famílias remanescentes no local. Mas há de se questionar tal prova, já que a região vinha sendo habitada gradativamente desde 1818 quando do projeto da Colônia Nova Ericeira.

Para finalizar esses dois primeiros questionamentos recomendamos estudos sobre o vínculo entre a colonização empreendida na Enseada das Garoupas, a partir da criação da Colônia Nova Ericeira, e a ocupação de terras banhadas pelo Itajaí-Mirim. O vínculo Itajaí-Nova Ericeira está a desafiar os pesquisadores do futuro. Dessa prospecção podem aflorar novos documentos e revelações históricas surpreendentes.

O terceiro questionamento que promovo diz respeito à instituição oficial do que estabelecemos como “marco zero” do Município de Itajaí. Há muito que o Município reconhece a localidade de Estaleiro como seu “marco zero”. A Praça Vidal Ramos abriga o monumento do “marco zero” e todas as políticas públicas – nas três esferas de poder da República – o reconhecem nos documentos e ações que visam preservar a história e o patrimônio arquitetônico. Ora, colocando o “marco zero” na localidade de Estaleiro está determinando-se oficialmente que o empreendimento de Drummond não

foi o ato fundador de Itajaí, porque se assim pensassem nossos administradores colocariam esse “marco zero” na localidade de Tabuleiro.

Não se trata de uma simples transferência de um monumento ou de referências históricas. As implicações são gigantescas para toda a história e as políticas públicas relacionadas ao nosso patrimônio histórico. No Tabuleiro não temos patrimônio físico a preservar, nem nomes a cultuar – senão o do próprio Drummond – já que seria temerário, com as provas documentais que temos em mãos hoje, relacionar famílias tradicionais da região ao possível empreendimento Vilanova.

Se por um lado a municipalidade, há muito, já estabeleceu o “marco zero” de sua fundação na localidade de Estaleiro, por outro, deixou de determinar data e nome do fundador. São justamente destas lacunas que surge o meu quarto questionamento. No meu entendimento faz-se necessário estabelecer uma data de fundação da cidade, mesmo que simbólica. Primeiro porque temos de respeitar a ordem natural das coisas. Essa ordem natural nos remete, por exemplo, à sequência: São Francisco do Sul / Porto Belo / Itajaí / Blumenau. Enquanto Blumenau estabelece 1850 como sua data maior, Itajaí estabelece 1860 como sua data de referência. São dez anos de diferença que apresentam o “pai” mais novo que o “filho”.

Usando ainda Blumenau como referência podemos constatar que ali estão registradas as duas datas - fundação e emancipação política – sem que uma contradiga a outra, muito pelo contrário, complementando-se historicamente. Portanto, podemos manter a data de 15 de junho de 1860 como nossa data comemorativa maior e, ao mesmo tempo, determinar uma data de fundação da comunidade para restabelecer a ordem natural, colocando Itajaí com idade mais avançada que Blumenau. Não há qualquer conflito a ser temido.

O quinto questionamento diz respeito justamente à data e o nome a serem escolhidos. Entre João Dias de Arzão (1658), Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond (1820) e Agostinho Alves Ramos (1824) temos, comprovadamente, inúmeros ocupantes das terras da foz do Rio Itajaí e sua hinterlândia. Temos, silvícolas guaranis e xoklengs, adventícios, especuladores, posseiros, imigrantes alemães, mineradores, sesmeiros ... Escolhendo João Dias de Arzão temos um nome, mas dele não teríamos uma data de fundação. Teríamos de recorrer ao artifício utilizado por Marcos Konder em relação a Drummond – inventar uma data. Ademais não está dito que Arzão foi o primeiro morador de nossa hinterlândia, mas apenas que foi o primeiro a registrar oficialmente sua presença. Escolhendo Arzão como fundador o “marco zero”

seria automaticamente transferido para a foz do Rio Itajaí-Mirim e para o “outro lado” – hoje Navegantes.

Se a escolha recair sobre Drummond temos de considerar algumas questões já mencionadas aqui. Não existem provas concretas de que a Colônia Vilanova foi efetivamente constituída e sequer temos uma data específica. Hoje sabemos que Marcos Konder moldou o doze de outubro de 1820 às suas conveniências políticas e, o aviso ministerial de cinco de fevereiro de 1820 não estabelece um ato de fundação como quer entender Cláudio Bersi de Souza. Escolhido Drummond, o “marco zero” teria de ser transferido para o Quilômetro Doze.

Temos também as opções de datas oficiais como: a – 31 de março de 1824 – criação do Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí; b – 12 de agosto de 1933 – elevação da localidade à Freguesia, vinculada à Vila de Porto Belo. Essas datas nos oferecem os nomes destacados do frei Pedro Antônio de Agote e Agostinho Alves Ramos, mantendo o “marco zero” na localidade de Estaleiro – como se encontra hoje. Parece ser esse o caminho mais razoável. Obviamente que havia uma ascendência direta de Agostinho sobre Agote, porque aquele foi o responsável pela permanência do religioso em Itajaí.

Então voltemos nossa atenção ao nome de Agostinho Alves Ramos, indiscutivelmente o líder do movimento comunitário que culminou com a petição subscrita por vinte e dois moradores requerendo junto ao bispo do Rio de Janeiro a criação do curato. O documento leva a data de cinco de janeiro de 1824 e, até novas provas, constitui-se como o primeiro ato coletivo da gente da foz do Rio Itajaí. Por tudo que vamos constatar depois, não há dúvidas de que foi Agostinho Alves Ramos o grande líder e mentor desse movimento. Então temos aqui um líder que comprovadamente contribuiu de forma decisiva para a consolidação da comunidade e uma data onde, pela primeira vez, essa comunidade se expressa oficialmente.

Antes de Drummond nossa gente estava dispersa pelo Vale e assim continuou depois de Drummond. Com Agostinho foi diferente. A cinco de janeiro de 1824 vinte e dois pioneiros peticionaram junto às autoridades constituídas em nome de uma comunidade e, a partir daí, a constituíram legalmente através da implantação do curato. Não restam dúvidas sobre o ato fundante de nossa comunidade como sendo a subscrição dos pioneiros na petição para a criação do curato a cinco de janeiro de 1824. Nesta data, quem estava disperso agrupou-se e, depois, nunca mais se dispersou.

Itajaí foi fundada por vinte e dois pioneiros liderados por Agostinho Alves Ramos a cinco de janeiro de 1824.

Tenho dito!

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2020 – páginas 138 a 141.
- 2 – Texto apresentado em mesa redonda ocorrida na Associação Empresarial de Itajaí a nove de junho de 2016 – evento incluído na programação da Semana do Município. Participantes: Magru Floriano, Edison d'Ávila, Ivan Serpa, Telmo Tomio, Cláudio Bersi de Souza, Isaque de Borba Corrêa.
- 3 - Texto modificado em 03 de agosto de 2023.

TEXTO 22: APELIDO: MANIFESTAÇÃO DA CULTURA POPULAR

Isaque de Borba Corrêa e Magru Floriano

A cultura popular se manifesta de maneiras as mais diversas possíveis. Algumas são bastante vistosas, como é o caso do boi de mamão, outras, mais sutis, como é o caso da linguagem cotidiana. Nesse campo as modificações são tantas e tão corriqueiras que no passar dos tempos a somatória das novas expressões confere ao povo um dialeto próprio ou até mesmo uma nova língua.

Entre as manifestações que dizem respeito diretamente à linguagem encontramos a prática generalizada de conferir a tudo e a todos um segundo nome, como se fosse necessário, para além do batismo religioso e do registro republicano - no cartório civil - o batismo na vida real. No percurso entre a pia batismal e a rua o José vira Zé, Zéca, Zéquinha, Zépe, Zézo, Zezé; o João vira Jóca, Jô, Janga, Janja; o Manoel vira Manéca, Mané, Mano e Maninho; o Carlos vira Cacá, Cacalo, Caloca, Carlinhos e Calinho; Rômulo vira Lolo, Marina vira Nina e Renato pode virar um improvável Chico.

O hábito de apelidar não é algo exclusivo do itajaiense ou sequer foi inventado pelo povo brasileiro. Já na antiga Grécia temos o mestre Aristocles recebendo o apelido de Platão como referência a seus ombros demasiadamente largos. Grandes nomes da literatura mundial chegam a usar o recurso do nome artístico para esconder suas próprias identidades, como é o caso de François-Marie Arouet conhecido apenas como Voltaire; e Eric Arthur Blair que assina suas obras com o vistoso nome artístico de George Orwell. O escritor francês Victor Hugo, na grandiosa obra ‘Os miseráveis’ relata o fenômeno nos seguintes termos:

A pequena chamava-se Eufrasia, mas a mãe, por esse doce e gracioso instinto das mães e do povo, que muda Maria em Micas e Francisca em Chica, fizera-a Cosette. É este um gênero de derivados que contraria toda a ciência dos etimologistas. Conhecemos uma avó que teve a habilidade de fazer de Teodora, Gnon.

No Brasil o ambiente literário é fértil em apelidos e nomes artísticos. Pelo caminho do humor ou por uma viela impregnada com o veneno de um adversário, muitos escritores tiveram seus nomes oficiais grudados a nomes ‘profanos’. Cruz e Souza ficou conhecido como ‘Cisne Negro’ e Gregório de Matos como ‘Boca do Inferno’. Machado de Assis é o ‘Bruxo do Cosme Velho’ e Manuel Bandeira o ‘Poeta

Menor'. Rui Barbosa ficou conhecido como o 'Águia de Haia' enquanto Vinicius de Moraes recebeu o carinhoso apêndice de 'Poetinha'.

Tá certo que a prática de dar um segundo nome às pessoas não é invenção do povo litorâneo catarinense, mas, por aqui encontrou terra fértil para se consolidar e se popularizar. Tornou-se tão usual conferir um segundo nome às pessoas que muitas vezes elas preferem utilizar a nova denominação em sua vida social, deixando o nome de batismo apenas para os compromissos junto à burocracia oficial. Tem o caso também da pessoa incorporar um apelido para escapar de outros apelidos que considera ofensivos e, casos clássicos, onde o apelido é herdado.

A formação dos apelidos se dá de diversas formas:

1 – SUPRESSÃO PARCIAL - Uma forma usual de modificar o nome de batismo é a supressão de parte do nome. Quando os pais colocam certo nome no filho já têm consciência de que ele dificilmente responderá pelo nome integral no seu círculo de amizades. Sebastião vira facilmente Seba ou Tião. Do mesmo modo Elisabeth é reduzido para Elis ou Beth, Renato vira Nato, Nicomedes vira Nico e Bonaldo vira Bona.

2 – JUNÇÃO DE SÍLABAS - O escritor Arnaldo Brandão anexa as primeiras sílabas de seu nome e assina sua obra com o nome artístico ARBRAN, enquanto o jornalista João Manoel de Souza assina todos os seus trabalhos no jornal 'O Popular' com o nome JOMASO. O empresário Neri Paulo de Souza cria o nome fantasia NEPAZA. Neste caso específico ele usa a última sílaba do sobrenome Souza, quando o mais corriqueiro seria usar a primeira. Acontece que ele deve ter preferido a sonoridade de 'Nepaza' a 'Nepaso'.

3 – VARIACÕES SONORAS - Nos dois casos anteriores o apelido ainda mantém uma certa fidelidade com o nome original. Mas tem quem utilize apenas uma parte indeterminada do nome para inventar novos apelidos, estabelecendo variações sonoras completamente diferenciadas. É o caso do nome Pedro que usualmente vira Pepa/Pêpê/Pépe. Do nome Osmar pega-se apenas o MA para formar o apelido Mazinho. Por esse caminho o Ricardo vira Rick ou Cado e Cadinho, Orlando vira lando e Landinho, enquanto Marina passa a se chamar Nina.

4 – APROXIMAÇÃO SONORA - O fotógrafo Umbelino Cidral vai além, criando um novo nome tendo dois outros como referências. Dizem alguns amigos que ele não gostava do nome Umbelino e admirava o jogador da seleção brasileira Bellini.

Foi nesse contexto que juntou sonoramente Umbelino + Bellini inventando o apelido Beline.

5 – DIMINUTIVO E AUMENTATIVO - Alguns nomes se prestam ao uso popular de formas diminutivas e aumentativas. Pedro, por exemplo, é um nome muito flexível sendo castigado drasticamente pela criatividade popular. Ele é muito usado no diminutivo/aumentativo: Pedrinho e Pedrão, além do clássico Pedróca – que usamos como um diminutivo improvisado com forte teor de intimidade. O mesmo acontece com o nome Luís que se transforma em Luizinho/Luizão além do já consagrado Lula. Alguns nomes caem automaticamente na armadilha do diminutivo/aumentativo como se fosse uma obrigação. Parece ser o caso de Ana que acaba sempre em Aninha e, Mário, que vira Marinho.

6 – DIMINUTIVO E AUMENTATIVO PARCIAIS - Um caso interessante de diminutivo é o nome Orlando, porque só uma parte vai para o diminutivo [lando] formando o apelido Landinho. Do mesmo modo Alberto e Roberto [beto] viram Betinho e também Betão. O empresário Orival Cesário Pereira teve retirada a sílaba VAL do seu primeiro nome para compor o apelido Valinho.

7 – APELIDO DA MODA - A conjuntura impõe seu preço sobre os apelidos. No antigamente era muito legal chamar um Manoel de Mané, porque tinha a referência positiva do extraordinário jogador de futebol Mané Garrincha. Hoje, contudo, Mané ficou um nome pejorativo, com relativa carga de desprezo. No início do século era comum termos pelo menos um membro da família com o nome Sebastião, como homenagem a São Sebastião, um dos santos mais reverenciado no interior do Brasil. Mas, atualmente, é difícil encontrar um Tião por aí. Mais fácil encontrar Sebastian – uma variação do nome para justamente evitar o pouco sonoro Tião.

8 – COLETIVOS - Luíza Maria Perau lembrou certa feita no grupo ‘Itajaí de Antigamente’ que muitas vezes famílias inteiras recebiam um apelido. Lembra Luíza dos ‘Bem-te-vi’ e ‘Farinhada’ do Bairro Fazenda; os ‘Corisco’ e ‘Pombinho’ do Bairro Cabeçadas.

9 – HERANÇA - Um apelido também pode passar de pai para filho com naturalidade. João Ismael da Cruz é conhecido como Joca Passarinho e seu filho, João Benjamim da Cruz, fica com o apelido Passarinho Júnior. Edson Cidral herda o apelido de seu pai, Beline, e passa a ser conhecido profissionalmente pelo nome Edson Beline.

10 – ASPECTOS FÍSICOS - Os apelidos que fazem referência ao aspecto pessoal, habilidade física ou qualidades morais eram muito comuns até meados do

século XX. Eles começam a decair no gosto popular a partir da instituição da lógica do ‘politicamente correto’ e do combate ao *bullying* nas escolas. Apelidos corriqueiros somem do dia para a noite. É o caso de Amarelo, Barriga de Chopp, Batata e Batatinha, Careca, Ceguinho, Dumbo, Galinha, Ganso, Garça, Lombriga, Mãozinha, Meio Quilo, Negão, Nego, Pau de Cana, Pernetá, Pinguço, Preto, Sapo, Tábua, Tanque, Tartaruga, Toco, Torto, Tucano, Vampiro, Vermelhinho, Vesgo, ponto e vírgula.

Mas, alguns desses nomes ficaram registrados em definitivo na cultura popular. É o caso do alfaiate Alcides Barreto Silva eternizado pelo apelido de Pequeninho. Ele próprio publicava propaganda nos jornais da época chamando a clientela para sua alfaiataria afirmando: ‘*Adão não se vestia porque PEQUENINHO não existia*’, ou ‘*A roupa faz o homem. PEQUENINHO faz a roupa.*’ Sem falar que o apelido Pequeninho era uma ironia dos amigos, porque ele era um homem alto e magro.

11 – OPORTUNIDADE - Geralmente os apelidos têm como referência o próprio nome da pessoa. Mas as vezes essa lógica não funciona na hora de um apelido colar. Renato da Silva Rothbarth era aluno do Grupo Escolar Victor Meirelles, nos anos de 1960, quando participou de um teatrinho na sala de aula da professora Marina Kobarg representando um pescador de nome Chico. Foi o suficiente para carregar pelo resto de sua vida o apelido Chico. Em 2000 ele já era professor do mesmo educandário, tinha o apelido totalmente incorporado à sua vida social e resolveu personalizá-lo passando a grafar Chico como Shiquo. Thiago Floriano dos Santos estava na sala de aula do Colégio de Aplicação da Univali quando certo dia o professor trocou diversas vezes seu nome por Jairo. Foi a senha para muitos de seus amigos começarem a chamá-lo de Jairo.

Já o apelido Maiu, que Amauri Gabriel Boemer incorpora ao seu nome, foi obtido por ele ter muita facilidade em decorar endereços. De início recebeu o apelido de Mail [correio] que, em seguida, é transformado em Maiu. João Gonçalves era proprietário da Auto Mecânica Pipi, mantendo como símbolo uma galinha dirigindo um carro. Foi o suficiente para o Pipi se tornar o famoso João Galinha. Vitor Brocca trabalhava no estúdio fotográfico de Roland Schneider, casando com sua filha. As pessoas foram se acostumando a chamá-lo de Vítor Schneider associando sua pessoa ao Foto Schneider. Assim, pelos caminhos incertos da cultura popular, um Renato vira Shiquo, Thiago vira Jairo e Nestor Werner vira Michel Currú.

12 – REAÇÃO NEGATIVA - Tem pessoas que resistem o quanto podem para não ver grudado um apelido ao seu nome. Na maioria dos casos o esforço em negar o

apelido acaba ajudando a consolidá-lo. A recusa do batizado informal parece fornecer uma cola para afixar na testa o novo nome. Geralmente são apelidos com forte carga pejorativa e depreciativa da pessoa, ressaltam defeitos físicos ou registram algum acontecimento inusitado onde a pessoa se deu mal. Ivone dos Santos ficou com o apelido Boi junto ao círculo familiar porque, na infância, mexeu com um boi que correu atrás dela. Como ela reagia ao apelido ele era usado justamente para provocá-la. Por esse caminho temos apelidos do tipo: 171, Mosca, Vampiro, Tiozinho.

13 – MARCA FANTASIA - Mas tem quem faz do limão uma limonada se dando muito bem com seus respectivos apelidos. Usa o apelido a seu favor. O casal de empreendedores Rodolfo Francisco de Souza Filho [Duda] e Adelina Hess de Souza [Lina] uniram seus dois apelidos para formar uma das marcas mais conceituadas no mundo da moda brasileira, a Dudalina. Em Itajaí temos diversos exemplos de apelidos virando marca comercial: Cachorro Quente do Medonho, Duca Baterias, Beline Cine Foto, Juca Fotógrafo, Nepaza, Lanchonete da Bety, Banca Bona.

Nessa questão que envolve marca fantasia com apelido um caso interessante é o protagonizado pelo comerciante José Woiciechovski. Entre 1965 e 1979 ele mantinha no Mercado Público o Bar e Restaurante Bruxa e por este motivo era conhecido como Zé da Bruxa. Acontece que em 1980 ele teve de fechar seu comércio naquele local, abrindo a Loja Boião, na Rua Manoel Vieira Garção, para vender recipientes de barro [incluindo boião] e material de jardinagem em geral. Nesse momento em diante o José Woiciechovski que era o Zé da Bruxa passou a ser reconhecido como Boião.

14 – ESPAÇOS PÚBLICOS - Alguns apelidos são tão fortes que se sobrepõem ao nome oficial até mesmo nas instituições e obras públicas. Temos em Itajaí o exemplo da Avenida Governador Irineu Bornhausen que sempre frequentou as crônicas populares com o apelido de Caninana. O Clube Náutico Marcílio Dias é conhecido carinhosamente como Marinheiro e, o Estádio Hercílio Luz como o Gigantão das Avenidas. A Vila Operária Pereira e Oliveira sempre é mencionada apenas como Vila – o povo simplesmente esqueceu de preservar a homenagem feita ao presidente da província de Santa Catarina Antônio Pereira da Silva e Oliveira. O loteamento Casas Populares, feito no governo JK, na década de 1950, sempre é lembrado como Popula, enquanto o Conjunto Habitacional General Costa Cavalcanti é conhecido apenas como Costa.

O Bairro Nossa Senhora das Graças é um caso interessante porque ele surgiu com o nome de Matadouro - por referência ao matadouro público construído no local

em 1908. Décadas depois, como o apelido sugeria ideias negativas a municipalidade resolveu dar um nome mais positivo para a localidade. E, assim, o Matadouro passou a se chamar Bairro Nossa Senhora das Graças. Mas na crônica popular ele continua sendo o tradicional Matadouro. O mesmo ocorre no Bairro Cordeiros com os loteamentos Jardim Esperança e Jardim Progresso que continuam a preservar o apelido antigo: Brejo. Da mesma forma temos instituições que já nasceram oficialmente com o nome baseado em um apelido. É o caso da instituição beneficente Vovó Biquinha e do Loteamento Dona Mariquinha.

No tempo que as serrarias e madeireiras ocupavam boa parte das terras no entorno do centro era comum encontrarmos becos e travessas com o nome de Cepilho, porque essas pequenas vias tinham seu piso preenchido com restos do beneficiamento da madeira. Em uma transversal da Rua Blumenau, próximo à Rua Hélio Douat de Menezes, temos o Beco do Chumbeiro – porque ali estava implantada uma indústria de artefatos de pesca que utilizava como matéria prima o chumbo. A Praça das Três Rosas, no Bairro Fazenda, é uma homenagem às irmãs Magali, Patrícia e Tatianna Oliveira, vítimas de acidente automobilístico no dia 04 de junho de 1977. Desses apelidos públicos só um constitui mistério para todos os memorialistas e historiadores. Trata-se da tradicional Cocada, instalada nos bancos da Praça Vidal Ramos, defronte à Igreja da Imaculada Conceição, conhecida popularmente como Igrejinha Velha.

15 – NOME ARTÍSTICO - O caso mais interessante de apelidos diz respeito ao fenômeno conhecido como nome artístico. É muito comum entre os artistas buscar um nome que seja mais sintético e sonoro, para facilitar sua veiculação junto ao grande público. O artista plástico Valmir Mauro dos Santos foi buscar o sobrenome dos seus avós para criar o nome artístico Valmir Binotti. O poeta Bento Pascolino Nascimento preferiu ficar apenas com o nome Bento Nascimento suprimindo o pouco sonoro Pascolino. Já o ator Antônio Carlos Cunha preferiu a forma popular Toni Cunha. Marlene Dalva da Silva Rothbarth escreveu diversos textos como Rothmar – nome composto por iniciais de dois nomes seus e ao mesmo tempo fazendo referência ao mar. Assim temos Carlos Alberto Niehues assinando Calinho/Carlinhos Niehues, José de Freitas Filho como Freitas Júnior, Jéferson Luiz de Lima como Fifo, Milton Ribeiro da Luz como Ribeiro Luz, Norberto Cândido Silveira Júnior como Silveira Júnior. Uma exceção à regra de sintetizar o nome é apresentada pelo poeta Samuel da Costa que preferiu alongar seu nome anexando uma referência à sua origem afrodescendente: Samuel Congo da Costa.

16 – ADAPTAÇÃO - Muitas vezes o apelido cumpre trajeto longo. Antônio César, por exemplo, teve seu Antônio transformado em Antonico. Depois, esse Antonico foi transformado em Nico. O poeta Carlos Alberto Dutra da Silva recebeu um apelido duplo. Seu Cabeto é a junção de letras dos nomes Carlos e Alberto. Eduardo Canziani teve o seu Eduardo transformado em Dado e o Dado em Dadinho. Da mesma forma pode ocorrer de um Manoel virar Mané, em seguida apenas Né, e, por último, Nelinho.

17 – TENDÊNCIA - Algumas pessoas chamam para si apelidos. O prefeito Carlos de Paula Seára tinha dois apelidos bem evidenciados: Lito Seára e Galo Cego. Provavelmente o Lito seja uma depuração de Carlito, apelido oriundo de Carlos. Já Galo Cego fazia referência ao olho de vidro que Carlos possuía. Por tratar-se de uma autoridade da cidade a imprensa local sempre fez referência ao apelido Lito em detrimento do apelido Galo Cego. Contudo, esse apelido sempre correu pelos subterrâneos da cultura popular, principalmente junto aos seus adversários políticos.

O apelido Magrú, por exemplo, foi o sobrevivente de uma lista colocada no quadro-negro durante brincadeira da turma antes da aula de latim do Colégio Salesiano: Magru, Magri, Magra, Magrorum. Hélio Floriano dos Santos tinha sobre a sua pessoa uma chuva de apelidos com carga negativa: Peninha, Seco, Magricela, Magrela, Canudo de Refrigerante, Pau de Vira Tripa, Folha, Meio Quilo, Vento Sul ... Para se livrar desses apelidos ofensivos passou a adotar os apelidos Magru, Magri e Magrórum. Mais a frente começou a assinar seus trabalhos artísticos como Magru e, um passo adiante, incorporou o sobrenome de família ao apelido, assinando Magru Floriano. Ganhou um nome artístico e se livrou de todos os apelidos depreciativos ao mesmo tempo.

18 – PROFISSÃO - Temos também aquelas pessoas que incorporam ao seu nome uma referência profissional. Assim o fotógrafo José Marçal Dutra além de ficar conhecido pelo apelido de Juca, incorporou a este a sua profissão, ficando com o apelido composto Juca Fotógrafo. Na política temos o caso do vereador Carlos Augusto da Rosa que ficou conhecido como Calinho Mecânico. Osvaldo Leal é o famoso Leal da Malária, Adão César Pereira Filho é o conhecido Cézinha da Prefeitura, Aldo José Corrêa é o Aldo da Farmácia, Orlando Ferreira é o Nino da Femepe, Antonio Carlos Santos é o Toninho da Sinca, Antonio Aldo da Silva é o Tonho da Grade.

19 – SIGLAS - Em muitos casos as pessoas se identificam pelas iniciais do seu nome. Júlio César Douetts Gouveia é o colunista do jornal Diário do Litoral conhecido apenas como JC. A imprensa acostumou-se desde JK – Juscelino Kubitscheck – a

abreviar nomes, copiando o modelo norteamericano. No lugar de escrever Antonio Carlos Konder Reis muitos colonistas utilizavam a sigla ACKR. Na mesma família temos o exemplo do presidente da Assembleia Legislativa - Paulo Konder Bornhausen - que era conhecido como o PKB. É por esse caminho que um Paulo César acaba virando facilmente um PC.

20 – DEFERÊNCIA - É da tradição cultural do nosso povo acrescentar aos nomes de pessoas de mais idade os termos genéricos SEU e DONA formando um nome composto. No lugar de chamar Marcelino Sabino da Silveira chamamos Seu Marcelino. Muitas são as vezes que esses termos acabam incorporados aos apelidos como é o caso do Loteamento Dona Mariquinha. Também o parentesco pode ser acoplado ao nome como Vovó Carola.

21 – SOBRENOME PRESERVADO - Muitas pessoas também mantêm o sobrenome junto ao apelido formando nome composto. O ex-vereador Vicente Filomeno era conhecido como Tito Filomeno. O ex-prefeito Eduardo Canziani era conhecido como Dadinho Canziani. Os irmãos Coelho ficaram conhecidos no comércio local como Zé Coelho, Manéca Coelho e Tico Coelho. Muitas vezes uma pessoa fica conhecida apenas pelo nome de família. Renato César Bini é o Bini, João Marques Brandão Neto é o Brandão e/ou Brandãozinho, Antônio Carlos Floriano é o Floriano, José Roberto Provesi é o Provesi, Luiz Antônio Cechinel é o Cechinel.

22 – REFERÊNCIA FAMILIAR - Bem no antigamente o mais comum era dar um nome ou apelido seguido do nome dos pais ou cônjuges. Assim temos o nome de Zé da Ni, Nita do Paulinho e Jucélio da Xandoca. No processo eleitoral um candidato pode perceber que relacionar o seu nome a um outro nome já consagrado nas urnas pode lhe conferir benefícios eleitorais. Célia Regina da Costa, ao se candidatar ao cargo de vereadora após a morte do seu pai – vereador Elói Camilo da Costa, inscreveu junto à Justiça Eleitoral o nome Célia Filha do Elói; o mesmo ocorreu com Antonio Alves de Medeiros Júnior que concorreu na eleição para vereador com o nome de Júnior Irmão do Agassi.

23 – NOME POLÍTICO - O período eleitoral é um excelente momento para se observar a maneira como as pessoas se comportam diante de um apelido. Como a Justiça Eleitoral permite ao candidato registrar o seu nome oficial e mais o apelido ou nome fantasia, muitos candidatos tentam grudar algum outro nome ou apelido que possa ajudar o eleitor a identificá-lo mais rapidamente na hora de tentar lembrar de um candidato. Nesse momento aparecem apelidos como: Mamão, Dóga e Timba. A maioria

faz referência à profissão. O motorista Luiz Fernando da Silva é Fernando do Ônibus, Otto Luiz Quintino Júnior é Otto da Farmácia, Eduardo Ilto Gomes e Rafael Deziderio são proprietários de padarias que inscreveram os nomes Eduardo da Kimassa e Rafa da Padaria. Temos ainda: Professor Acácio, Pastor Plínio, Israel Bombeiro, Rato da Lavação, Professor Dario do Handebol.

24 – ANIMAIS - Entre os animais são as aves que emprestam melhor seus nomes aos apelidos dos seres humanos. É comum encontrar por aí apelidos como: Curió, Periquito, Piru, Papagaio, Sabiá, Siriema, Gralha, Rouxinol, Galinho, Codorna, Saracura, Pavão, Gavião. Mas também tem apelido valendo-se da biodiversidade: Minhoca, Tatu, Capivara, Paca, Onça, Mosca, Mosquito, Rato, Pulga. Também o apelido pode ser uma imitação sonora de um bicho. Uma pessoa tagarela, por exemplo, pode ser chamada de Cri-Cri e Crica.

25 – DIFICULDADE DO NOME – Muitos apelidos são inventados por conta da dificuldade de se falar o nome verdadeiro. Isso acontece muito no interior das famílias com o irmão mais novo que está aprendendo a falar e mistura todas as letras do nome do irmão mais velho e até inventando uma expressão própria. Assim, Oberdam Campos Bittencourt acabou sendo chamado de Babá. Tarsila vira Tatá, Vânia vira Nana, Patrícia vira Pata e Paty.

26 – PERSONAGENS DE RUA – Tem apelidos que viraram parte da cultura popular itajaiense. Um folclore que envolve história de vida: Nego Buti, Chocolate, Diamante Negro, Pipi, Nego Dico, Pom Pom, Papa Porca, Tolinho do Arame, Quincas, Químicas, Bola Sete, My Friend, As Marcianas, Aerolin, Sorriso, Maria do Cais.

O Químicas é um jovem que faz malabarismos nos semáforos próximos à Univali pedindo contribuição aos motoristas se passando por calouro da faculdade de Química – uma faculdade, aliás, que não existia na Fepevi à época em que começou a dar suas piruetas em plena avenida Contorno Sul. Nego Dico fez sua fama junto à torcida do Marcílio Dias na arquibancada sem cobertura conhecida popularmente como ‘Esquentá Galho’. Já Valmir Luiz Ramos, ficou popularmente conhecido como Pipi por ser protagonista de uma história lembrada por gerações e sinteticamente descrita com a frase ‘*Vai que é um pente Pipi*’ - quando na verdade o seu adversário tinha em mãos uma navalha. O Chocolate é vendedor de livros usados não obstante ser analfabeto. Seu principal ponto de vendas é o Mercado Público e seu nome de batismo é Ademar Ferreira Mota.

27 – ESTRANGEIRISMO – As famílias de imigrantes alemães e italianos costumam colocar o parentesco junto aos nomes ou apelidos. Oma e Nonna são termos que costumamos ouvir corriqueiramente no Vale do Itajaí. Oma Metta, Nonna Fátima ... Também ficou comum fazer menção à origem da pessoa como é o caso de Alemão, Português / Portuga e Italiano. Os estadunidenses recebiam o termo generalizado de Gringos, enquanto os visitantes oriundos dos países do Cone Sul recebem a designação genérica de ‘Hermanos’. Os nipônicos recebem a designação de Japa e Japonês, enquanto os oriundos do Oriente Médio recebem a designação de Turcos.

28 – EVENTOS – Muitas vezes um acontecimento pode marcar uma atividade inteira. Foi o que aconteceu com a prostituição em Itajaí. As primeiras casas de prostituição da cidade estavam localizadas em área que hoje inclui a Avenida Joca Brandão. Por pressão de famílias abastadas vinculadas à igreja católica essa atividade foi empurrada para a estrada geral Itajaí-Balneário Camboriú, bem longe do centro da cidade. Ali, ficou conhecida como a Zona do Meretrício, ou simplesmente Zona. Devido às muitas ocorrências de brigas, inclusive com óbitos, o local foi associado à Guerra da Coreia. Assim, a Zona também começou a ser conhecida pejorativamente como Coréia.

29 – EMPREENDIMENTO – Muitas vezes um empreendimento comercial ou industrial é tão grandioso que dá nome a ruas e localidades. Assim a atual rua Juvenal Garcia era chamada de rua da Tecita [Tecelagem Itajaí]; a rua Hélio Douat de Menezes era a rua da Navita [Navegação Itajaí]; a rua Pedro José João era a rua do Matadouro Municipal; a rua Uruguai era a rua dos Atiradores [Clube e Caça Vasconcelos Drummond].

30 – NOMES ANTIGOS DE RUAS – No Itajaí de antigamente muitas ruas tinham nomes elaborados por atividades ou características. Assim, a rua Hercílio Luz, por ser a rua que levava à Igreja da Matriz, era denominada de rua da Matriz. A rua Pedro Ferreira era a rua do Comércio. A rua Lauro Müller era conhecida como a rua da Praia e rua dos Pescadores. A rua José Pereira Liberato era a rua Jacaré, rua do Rio Pequeno e Caminho dos Alemães. A rua Santo Agostinho era a Rua da Farinha Seca. A XV de Novembro era a Rua de Trás. A rua Uruguai era a Rua dos Atiradores. Muitas ruas também foram batizadas, ainda quando eram vielas, por levarem a outras localidades. A rua Brusque era o caminho para Brusque. Nessa categoria podemos incluir também as ruas Camboriú e Blumenau.

31 – NOMES NA IMPRENSA – Muitos profissionais da imprensa utilizaram apelidos e nomes fantasias. Até os dias atuais não sabemos ainda a identidade de

inúmeros colaboradores de jornais antigos, como é o caso do Novidades e Pharol. Entre os nomes mais conhecidos temos: **ANDONHE** – Cláudio Schaider; **ATHAYDE FERNANDES** – Ledenir Mendonça da Rosa; **HYMPORTHO ARVE** – Cláudio Schaider; **LUIS ALVES** – Heriberto José Schmitt; **MASCARENHAS FILHO** – Ciro Mascarenhas Passos; **MASCARENHAS PASSOS** – Ari Mascarenhas Passos; **OLIVEIRA BRANDÃO** – Edlzito Oliveira; **REIFRAN** – Reinaldo França; **TAGORE SUENO** – José Piccoli; **TIMBUCA** – José Eliomar da Silva. **ZÉ FUMAÇA** – Jayme Fernandes Vieira.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2021 – páginas 22 a 30.
- 2 – Texto modificado em 10 de agosto de 2023.

TEXTO 23: JUDITH – A LOUCA DE AMOR – ROMANTISMO TARDIO EM ITAJAHY

Magru Floriano

*“Que se dê a cada um a permissão de ser louco à sua moda”
Johann Wolfgang von Goethe**

INTRODUÇÃO

No final de maio do ano de 2017 um amigo escritor chegou a minha casa trazendo de presente uma caixa contendo diversos livros antigos que integravam as bibliotecas de Marcos Konder e Juventino Linhares, adquiridos em livrarias de livros usados (sebos) da região.

À medida que ia tirando os livros de dentro das caixas também fazia a minha avaliação visando, principalmente, detectar se não tinha cupim ou traça dentro de um volume doado. Foi durante essa minuciosa inspeção que me deparei com um recorte de jornal, amarelado, cortado a mão, contendo um pequeno trecho da notícia sobre a morte de uma senhora de nome Judith. Estava dentro do livro “Werther” de Johann Wolfgang von Goethe, pertencente ao livreiro Juventino Linhares.

O meu primeiro impulso foi jogar no lixo aquele pequeno pedaço de papel disforme e sem informação completa, inaproveitável para efeito de arquivo histórico. Passados alguns minutos, após me desvencilhar do jornal rasgado, encontrei mais um livro de autoria de Goethe (Goethe – pensamentos philosophicos). Ato contínuo, tive um *insight*, indo até a lixeira para recolher o pequeno pedaço de papel encontrado dentro do livro de Juventino. Fiquei a refletir sobre a possibilidade do livreiro ter feito uma ligação entre a obra literária (Werther) e aquela notícia de jornal.

Avaliando o pequeno pedaço de papel amarelado concluí tratar-se da notícia da morte da jovem Judith Tavares dos Santos cujo drama amoroso a transformou em personagem popular da comunidade itajaiense. Consegui localizar na hemeroteca do Centro de Documentação Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins a íntegra do jornal e ter acesso a toda a notícia sobre Judith. Era o jornal O Pharol, datado de 17 de março de 1934, anunciando que Judith havia morrido aos 56 anos de idade, reclusa, sem

ter perdido a esperança de encontrar seu grande amor. Estava confirmado: Juventino Linhares havia relacionado o drama de Judith com a literatura romântica de Goethe.

A grande colônia de descendentes alemães no Vale do Itajahy tinha forte influência política e intelectual na pequena comunidade itajaiense no final do século XIX e início do século XX. O livreiro Juventino Linhares, portanto, vendia a esta comunidade livros de autores alemães, como é o caso de Goethe. Nesse sentido, é plausível prever a possibilidade de ocorrer - ainda nas primeiras décadas do século XX - forte influência do romantismo goethiano na pequena comunidade litorânea catarinense; e que, por conta dessa influência, sua população tenha dispensado à Judith – a louca de amor – um tratamento completamente diferenciado em comparação com os demais membros que perdiam a razão e caíam em completo desatino. Enquanto todos os loucos eram tratados com desdém e total menosprezo, merecendo, via de regra, o confinamento em casa especializada, à Judith era concedida a liberdade de passear pela cidade falando sozinha.

Judith era uma personagem acolhida por toda a comunidade que demonstrava nessa postura um certo pendor romântico, não obstante a comunidade estar passando, na passagem do século XIX para o XX, grandes transformações tecnológicas e conceituais, com a incorporação de novas tecnologias e ideias sociais que refletiam o espírito da modernidade. Luz elétrica, automóvel, trem, navio a vapor, telefone, água encanada, novos conceitos de higiene e profilaxia, urbanização ... faziam com que a modernização tomasse conta do cotidiano da cidade impondo à sua gente uma agenda muito diferenciada daquela proposta pela antes pacata, bucólica e romântica comunidade do interior catarinense.

A LOUCURA ROMÂNTICA EM GOETHE

Lembremos que no livro “Os sofrimentos do jovem Werther” Goethe faz referências ao sofrimento causado pelo amor não correspondido ou não realizado plenamente, podendo levar um jovem apaixonado a um estado total de insanidade a ponto de buscar conscientemente a morte. O personagem Henrique perde por completo a razão e entre espasmos de total cordialidade e irrupções de violência acaba por matar seu adversário. Já o personagem principal do livro – Werther – prefere conscientemente cometer suicídio.

Judith não trilhou o caminho escolhido pelo jovem Werther – que na época foi seguido por um número expressivo de amantes não correspondidos - optando por

simplesmente desfazer-se da realidade adversa elaborando um mundo mental próprio onde seu amante estava sempre na iminência de retornar ao cais da Praça Vidal Ramos onde, ela, a eterna amada, estava de braços abertos a lhe esperar.

Goethe nos fala sobre a loucura através de uma reflexão dos atos cometidos pelo personagem Henrique:

Oh! Meu Deus! Será então destino do homem só ser feliz antes de possuir o uso da razão e depois de o perder? Pobre louco! Quanto invejo a tua loucura, a tua perturbação dos sentidos! Vaes, cheio de esperança, em busca de flores em pleno inverno ... para as ofereceres à tua rainha e afliges-te por não as encontrares, sem compreenderes porque não as encontras.” [1925, pag. 109]

Já no início do romance ‘Werther’ - o personagem principal do livro - faz uma reflexão sobre os sacrifícios do amor e como é doloroso ter memória, porque ela nos tira o privilégio de viver do presente em toda sua plenitude:

Hei de corrigir-me, sim, meu amigo, verás. Nunca mais me afligirei com a recordação dos dissabores que o destino nos envia; quero gosar do presente, e o passado ha-de esquecer-me. [...] os nossos desgostos não seriam tão acerbos se os homens [...] em vez de supportarem o presente de animo sereno, não obrigassem a memoria a recordar os males passados. [1925, pag. 08]

Foi essa lição do jovem Werther que Judith seguiu à risca. Simplesmente esqueceu o passado que não lhe interessava, mantendo intacta em seu coração a imagem do seu amado retornando da viagem para receber seu abraço no cais do Porto de Itajahy.

OUTRAS NARRATIVAS

O drama de Judith nos possibilita a construção de diversas narrativas. A primeira dessas narrativas que encontramos dá-se através de um texto jornalístico, elaborado em um português reto, seco, informativo. Tende a sintetizar o drama humano vivenciado pela jovem Judith sem entrar no mérito da questão. Foi publicado na capa do jornal O Pharol de 1934:

Em sua residencia à rua Fluvial falleceu hontem à tarde, na idade de 56 annos, a sra. Judith Tavares dos Santos [...] Judith, que pertencia a uma das principaes familias de Itajahy, tendo, em sua mocidade brilhado na sociedade, teve a sua existencia transformada em dolorosa tragedia. Consorciando-se com um official da marinha mercante nacional, este falleceu na primeira viagem apos as nupcias. Ao regressar o navio, não mais encontrando seu marido a bordo, Judith não quiz compenetrar-se

da dolorosa realidade. O rude golpe fel-a perder a razão. Vagou durante annos pelas ruas da cidade acorrendo ao porto sempre que atracava um navio, na ansia insopitavel de tornar a encontrar o ente que tanto amou. Nos ultimos annos concentrara-se no lar, em companhia de sua mãe e de suas irmãs, não mais sahindo à rua. A morte veio afinal, após prolongada enfermidade, pôr termo aos seus dias infelizes.

Mas os jornais da época também abriram suas páginas para a literatura em formato de poesia e crônica. O drama de Judith envolveu tanto a pequena comunidade itajaiense que o afamado poeta catarinense Trajano Margarida – que residiu em Itajahy e conheceu pessoalmente Judith – dedicou ao tema um longo poema, contendo cerca de cento e cinquenta versos, publicado no jornal O Pharol com o título ‘A Judith morreu’. Um trecho do poema, publicado nas páginas dois e três, dá um tom romântico à insanidade de Judith:

*Na manhã que eu a vi, achei-a interessante,
Porque, sobre a cabeça erecta, talhada
Em contraste ao fulgor profundo e então brilhante
Da cabelleira preta e quasi que anelada,
Pendia-se o conjuncto artistico das flores
Que ella mesma arrumava
E assim, toda faceira e quasi que ditosa,
Sem perceber ninguem, alheia às proprias dores
Que a cruciavam tanto
Passava rua a fóra, a murmurar vaidosa
[...]
Na manhã que eu a vi, ella já era louca.
E assim, na semelhança exacta de uma louca.
Trazia na cabeça uma porção de flores
- farrapos da illusão dos seus curtos amores.
[...]
Alma que sofre e sente e nunca desespera
Longos annos Judith ansiosa espera
A volta do seu bem.
Envelhece esperando e cheia de alegria,
Crê poder abraça-lo e bem, ainda algum dia.
[...]
Na manhã que eu a vi, achei-a interessante.
No entanto, o coração em lagrimas banhado
Sofria pelo ardor de um beijo quente e amante
Na promessa gentil de um sonho de noivado.*

O grande escritor itajaiense Reis Netto, publicou texto narrando o drama de Judith, em revista do Uruguai, com o título de ‘A mulher do piloto’. Ali, testemunha:

A mulher do piloto’ – a chamam as gentes do pitoresco porto de Itajahy. Quando um navio chega Judith se adorna de flores e arruma seus farrapos, para correr apressadamente em direção a praia, a procura do marido que não chega nunca. E a cada novo desengano, a pobre loca o substituí com uma nova esperança: virá amanhã - se diz – dentro de um mês, em outro barco quem sabe ...De noite, passa cantando, pela praia, a espera do ansiado buquê que lhe trará o esposo que se foi em direção ao desconhecido. O mar, que a conhece, sussurra ternamente, como alimentando essas ilusões ... e o mar que lhe roubou o companheiro, deixando sua razão perdida entre a neblina, e seu coração órfão de todo afeto, lhe canta as melodias do mistério.

E é nessa fronteira neblinada entre jornalismo e literatura que sobrevive em Itajahy o drama da jovem Judith. Uma história sempre lembrada há quase um século e que ainda habita o imaginário de poetas, como Rogério Lenzi, que lhe dedica um poema publicado no livro intitulado ‘Contínuo Ato’:

*Judith ama o mar
pois amar foi sua morte.
Paira sobre o cais
no fundo de ser alguma coisa
a noite
o ar
o véu.*

Um dos mais conceituados jornalistas que atuou na época de Judith foi Juventino Linhares. Ele é diretamente responsável pela preservação deste drama amoroso. O mesmo Juventino que guardava entre as páginas do livro ‘Werther’ um recorte de jornal anunciando a morte da jovem Judith. Nas crônicas que publicou nos jornais ‘O Popular’ [1958] e Jornal do Povo [1962/3], reunidas no livro ‘O que a memória guardou’, temos o texto de número dezoito dedicado à Judith:

Dentre esses vultos populares, um, porém, se destacou sobre todos e tornou-se figura tradicional na cidade, penalizando quantos a conheceram, nos seus tetricos dias de inconsciente, sabedores que eram do drama que a inutilizara para a sociedade e para a família, perambulando todas as tardes pelas ruas e praças, comparecendo ao porto à chegada dos navios, indagando aos marinheiros e passageiros notícias do marido que partira para nunca mais voltar; atendida e

respeitada pelos marujos que deploravam, constrictados, a sua dor imensa, olhavam compadecidos os seus trajes exageradamente ataviados, braços e colo cobertos pela abundância das jóias falsas, douradas ou multicores, e admiravam o garbo feminino que nunca perdeu, o seu talhe faceiro e esbelto, a palestra atenciosa e dedicada que, nos momentos de calma, revelava a sua educação esmerada e culta; era esta a Judite, pertencente a uma das principais famílias da sociedade itajaiense, a 'louca do amor', que perdera a razão quando teve conhecimento da morte do esposo, piloto da marinha mercante, ocorrida na primeira viagem logo após o consórcio, desgraça que os seus familiares ocultaram durante várias semanas, mas que, pela força das circunstâncias, acabou sendo revelada; golpe que lhe arrebatou a razão e perda com a qual jamais se conformou, continuando, desde então, a esperar, confiante e pontual, á chegada de todos os navios, o regresso ansiado que jamais se efetivou.

Recordo-me de havê-la conhecido sempre assim, insana e errante, despertando a curiosidade dos estranhos e o pesa dos que compreendiam a sua inconsolável aflição, até 1934, quando, afinal, a morte veio apagar seus sofrimentos. [pag.52-3]

Mas, para além da literatura e do texto informativo dos jornais temos a narrativa técnica do cartório da cidade registrando a morte de 'Dona Judith Tavares dos Santos':

Aos dezesseis dias do mes de março do ano de mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de Itajai, Estado de Santa Catarina, em meu cartorio compareceu o Sr. João Jacob Petter, solteiro, empregado publico municipal, natural deste Estado, domiciliado e residente nesta cidade. Apresentou-me um atestado medico do Sr. José Menescal do Monte, o qual atesta que Dona Judith Tavares dos Santos, com cinquenta e seis anos de idade, de côr branca, viuva, de profissão domestica, natural deste Estado, domiciliada e residente nesta cidade, faleceu, hoje, ás treze horas, nesta cidade, em consequencia de tuberculose pulmonar. Por seu falecimento não deixou testamento e nem filhos e sem bens a inventariar. Vae ser seu cadaver sepultado no cemiterio publico da Fazenda. Para constar fiz este termo. Eu Arnaldo Heusi, Ajudante juramentado, o escrevi. Eu, Edmundo Heusi, oficial do Registro Civil, o (ilegível) e assino depois de lido.

CONCLUSÃO

O caso específico da jovem Judith demonstra efetivamente que as ideias não morrem por completo após ter saído de moda ou ter passado daquele período em que se constitui como pensamento hegemônico. Elas permanecem à beira do processo social esperando nova oportunidade para emergir. Fica evidente que Judith foi beneficiada com um olhar todo próprio da comunidade itajaiense. Um olhar romântico que

sobreviveu em meio hostil, já que à época a cidade vinha passando por um processo acentuado de mudança social devido à incorporação no seu cotidiano de novas tecnologias e novas mentalidades.

BASE DE CONSULTA

- GOETHE, Johann Wolfgang von. Werther. Lisboa: Guimarães & Cia, 1925.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. Goethe – pensamentos filosóficos. Trad. Miguel Costa Filho. Collecção Benjamim Costallat. Rio de Janeiro: [...], 1932.
- LENZI, Rogério Marcos. Contínuo Ato. Itajaí: ed. autor, 1999, s.pag.
- O Pharol. n. 1755. 14 de abril de 1934. pag. 02-3. A Judith Morreu.
- O Pharol. n.1741. 17 de março de 1934. pag. 01 [capa]. Judith Tavares dos Santos.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2021 – páginas 78 a 83.
- 2 – Texto modificado em 10 de agosto de 2023.

TEXTO 24: BENZEDEIRAS: UMA TRADIÇÃO

Magru Floriano

Em novembro de 2019 lendo o livro *‘Dona fulana morreu e levou consigo tudo o que aprendeu? Contos e fotografias de benzedeadas e benzedores na Ilha de Santa Catarina’* associei seu conteúdo, imediatamente, ao livro de Juventino Linhares *‘O que a memória guardou’*. Ali, Juventino relaciona diversos ‘curandeiros’ antigos de Itajaí. Esses dois livros me motivaram a publicar no grupo do Facebook ‘Itajaí de Antigamente’ um pedido para que os associados indicassem nomes de benzedeadas que atuaram/atuam na comunidade de Itajaí. Pensei que os membros do grupo iriam indicar uns dez nomes, no máximo. Mas, para minha surpresa, rapidamente as indicações foram se avolumando a ponto de passarem de uma centena de nomes. Fato que demonstra por si só que a prática da ‘benzedura’ está incorporada à cultura popular, mantendo-se viva e revigorada até os dias de hoje.

Trata-se, portanto, de uma tradição popular de nossa gente. Com toda a evolução científica experimentada pela humanidade nos últimos anos, com toda a estrutura colocada à disposição da comunidade pela Prefeitura nos Postos de Saúde, o extraordinário Sistema Único de Saúde ... muita gente ainda procura a cura de seus males no ambiente de fé altruísta e desinteressada das benzedeadas. Um território predominantemente ocupado por mulheres, mas que também soube abrigar alguns representantes masculinos que, inclusive, ganharam destaque em nossa comunidade, como é o caso do Cavico, Moisés e Zé do Aipim.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Sabemos que Agostinho Alves Ramos, um dos pioneiros do núcleo urbano de Itajaí, já no início do século XIX, mantinha em sua residência uma farmácia para atender o povo do pequeno vilarejo. Naquele período de formação de nossa comunidade Agostinho era de tudo um pouco: juiz de paz, polícia, comerciante, líder político e, também, farmacêutico. Mas, quando ele próprio teve seu estado de saúde comprometido por acidente vascular cerebral foram chamados o cirurgião Claudino Pacheco – de Camboriú, e, o médico Pedro Jamar Pletink – de Porto Belo.

Já, no final do século XIX, O médico Pedro Ferreira e Silva e o padre João Rodrigues de Almeida protagonizaram uma história interessante acerca da luta entre medicina popular e medicina científica. Uma disputa que chegou às páginas do jornal A Liberdade, edição de 3 de abril de 1887. Padre João era pároco de uma cidade sem médico ‘facultativo’ – termo utilizado para os profissionais com faculdade – e, por isso, acostumou-se a receitar remédios caseiros a seus fiéis, sempre acompanhados de rezas especiais. Quando Pedro Ferreira chegou à Itajaí para cuidar do setor de higiene do Porto de Itajaí, logo veio o confronto inevitável.

Um desses confrontos foi publicado pelo jornal A Liberdade em forma de cartas. Pedro Ferreira cobrou publicamente do padre João Rodrigues se ele teria tratado três pacientes seus com ‘*medicamentos de uso vulgar*’, no que o padre respondeu ‘*desde a estada de V. S. nesta Cidade de Itajahy, jamais mediquei a quem quer que fosse; nem sequer inculquei remédios ou mésinhas, ainda os mais vulgares.*’

Mais adiante, Juventino Linhares, o nosso principal memorialista, incluiu na série de crônicas intitulada ‘*O que a memória guardou*’ um longo texto sobre os primeiros ‘benzedores e benzedoras’ de Itajaí, afirmando que ‘*Existiam os especializados para cada mazela ou para determinados acidentes [...]*’ dando como exemplo Dom João – especializado em picadas de cobras e, também, Candinho Francisco – especialista em benzer hemorragias e hemoptise. Das suas lembranças uma nos parece bastante polêmica. Ele conta que o próprio doutor Pedro Ferreira teve seu cavalo curado após intervenção de Dom João.

Diz ainda Juventino Linhares em suas memórias: ‘*Os benzedores de erisipela, a famosa ‘zipra’ do linguajar popular, poderiam ser contados às dezenas, e permaneceram em intensa atividade até o aparecimento das sulfas e da penicilina, porque – dizia-se – era esta uma doença que os médicos não conheciam, e só o benzimento poderia combater-la.*’

A TRADIÇÃO É MANTIDA

A lista apresentada na introdução do livro ‘*Dona fulana morreu e levou consigo tudo o que aprendeu?*’ inclui quase sessenta males que podem ser curados pelas rezas das benzedoras e benzedores. Alguns nomes chegam a causar estranheza nos dias atuais, como é o caso de arca caída, cobreiro, zipra / zipela / zipelão, cobro, espinhela caída, carne quebrada e carne rasgada, quebranto, olho gordo, bucho virado ... Algumas

atividades também soam engraçadas, como os trabalhos para retirar o sol de dentro da cabeça do enfermo, ou o responso para encontrar um objeto perdido. Vale lembrar a letra da oração a São Longuinho para achar objeto perdido: *‘São Longuinho, São Longuinho ... se eu achar [tal coisa] que estou procurando eu vou dar três pulinhos’* e, de repente, lá se encontrava a pessoa dando três pulinhos pela casa, como canguru, com o objeto em mãos, para diversão dos demais membros da família.

Também tinha a tal da simpatia que a pessoa fazia desejando alguma recompensa. As mulheres grávidas que sofriam muito com câimbras nas pernas, por exemplo, colocavam uma tesoura aberta debaixo do colchão, enquanto aquelas que desejavam emagrecer rapidamente colocavam ao redor da cintura, por debaixo da roupa, um cordão bem fininho.

Eu sei muito bem como eram esses ambientes místicos criados em suas próprias casas pelas benzedadeiras porque, quando criança, experimentei a dolorosa situação de contrair por duas vezes a tal da pontada – com meu pulmão ficando próximo de uma pneumonia fatal. Com a saúde fragilizada lá ia eu para a casa das benzedadeiras que, com suas mãos untadas com substâncias quentes, apertavam meu tórax com os dois dedos polegares em um movimento sincronizado com rezas curtas e repetitivas. Na continuação, levava para casa receitas de unguentos e chás, bem como as tradicionais garrafadas feitas de ervas nativas.

A maioria dessas benzedadeiras recebem da comunidade o tratamento de ‘Dona’, sinal de respeito por suas idades, geralmente, já mais avançadas. Também a maioria absoluta delas não cobra pelo atendimento aos enfermos e necessitados, fazendo da atividade de benzimento uma missão, atendendo a um chamamento divino. Formam um exército de voluntárias a serviço do bem, sem outro propósito senão o de ajudar ao próximo mais necessitado. O aprendizado é feito de forma prática, sendo muito comum alguém próxima da benzedeira, mais interessada, dar continuidade ao trabalho, mantendo desta forma a tradição por gerações sucessivas.

INVENTÁRIO DAS BENZEDEIRAS DE ITAJAÍ

1 - CENTRO – Isaura / Estelita / Bráulia / Biliquinha / Lavínia / Leonídia / Maria Chica / Maria Simas / Doca / Ineizinha / Júlia / Olga / Martinha.

2 - CORDEIROS – Onélia / Maria / Lala / Therezinha / Zé Borba / Mercedes / Jorge Leiteiro / Maricota.

3 - FAZENDA + PRAIA BRAVA + CABEÇUDAS – Vilde / Tolentina [Tina] / Marcolina / Cavico / Noêmia / Maria Fumaça / Chica Cega / Bala / Onélia / Teresa de Jesus / Maximília / Paula / Inácia / Maria Morgado / Fermina / Nina / Rosa Irene / Adelaide / Regina / Ivonete / Elza / Nena / Tila.

4 - IMARUÍ + BARRA DO RIO + NOVA BRASÍLIA – Inezinha / Eleonor / Aracy [Dona Cia] / Paulina [Nina].

5 - MATADOURO + CARVALHO + RESSACADA – Madalena [Lena] / Estelita / chica / Cacilda.

6 - RIO PEQUENO – Benta / Lalá .

7 - SÃO JOÃO – Sebastiana [Dona Basta] / Mariquinha / Rosa [Rosinha] / Hulda / Linda / Ernesta / Reinordo / Mocinha / Lola / Amélia / Cecília / Nina / Tuta / Margarida / Liberato / Nico Rocha / Virgília / Martinha.

8 - SÃO JUDAS + DOM BOSCO + FIÚZA LIMA – Zé do Aipim / Onília Bento / Manoela [Negra Manuela] / Clarisse [Catita] / Maria Idinéia / Otília / Maria Evaristo / Páscoa / Emília / Lila / Zizi / Titina / Concha / Lula / Carlota / Vilma / Jaci / Albina / Olga / Ambrosina / Bento / Affonsina.

9 - SÃO VICENTE + CIDADE NOVA – Moisés / Anita / Mercedes / Maria / Jorcelina [Dona Jô] / Pedroca / Amélia.

10 - VILA OPERÁRIA + COLONINHA – Generosa / Valtina / Clotilde [Corujinha] / Anésia / Ineishinha / Samira / Izaltina / Cota / Ivani / Valdemar [Tatá] / Pedroca / Silvina / Andreza / Cristina / Ruth Lessa / Zóca / Margarida / Ondina / Teteva.

11 - ZONA NORTE + SALSEIROS ... – Alice / Onélia / Raquel e Antônio / Marilete / Bernardina / Galega.

12 - ZONA OESTE + ITAIPAVA ... – Maria Preta / Antônia da Canhanduba / Amélia Coelho / Matilde / Rosinha do Seu Zica / Ema Dover / Maria Clarinda / Nóca / Izária de Borba.

13 – NÃO LOCALIZADOS – Lourdes / Benício / Isaura Brichi / Martiniana / Maria Simas / Cristina / Maria Mafra / Boca / Nico Rocha.

BASE DE CONSULTA

ITAJAÍ DE ANTIGAMENTE – disponível em [https:// www.facebook.com /groups/ itajaideantigamente](https://www.facebook.com/groups/itajaideantigamente). Acessado em 15 de agosto de 2021.

LINHARES, Juventino. **O que a memória guardou**. Itajaí: ed. Univali, 1997.

D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. 2ed. rev. ampl. Florianópolis: IHGSC, 2018.

ANTUNES MACHADO, Marta Magda; YUNES, Virgínia Maria. **Dona fulana morreu e levou consigo tudo o que aprendeu? Contos e fotografias de benzedeadas e benzedores na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: [...], 2019.

A LIBERDADE. 3 de abril de 1887, página 05. Hemeroteca da Fundação Genésio Miranda Lins.

Observações:

- 1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2021 – páginas 118 a 121.
- 2 – Texto modificado em 11 de agosto de 2023.

TEXTO 25: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA NA FOZ DO RIO ITAJAÍ

Carlos Guerios e Magru Floriano.

O apogeu da emigração sírio-libanesa para o Brasil ocorre no período entre os anos de 1880 e 1920. As comunidades que integram a Região da Foz do Rio Itajaí acolheram integrantes das famílias Simão, Daquil, Adaime, Zattar, Mattar, Nahas, Rachid, Riskalla, Barouki, Fadel, Kair, Cherem, Saad, Guérios, Nassif, Faiad, Sarubbi, Zahar, Mansur, Awada, Nicolau, Seif. As famílias mais numerosas são: Francisco, Mussi, Schead e Fóes. Entre os primeiros imigrantes sírio-libanêses que chegam à Foz do Rio Itajaí encontramos João Demétrio Schead, que aqui estabelece comércio na primeira década de 1900; entre os mais recentes encontramos o empresário da pesca, Jorge Seif, vindo do Rio de Janeiro em 1997. Nesse lapso de tempo que corresponde à chegada dos Schead e os Seif temos uma história para ser contada impregnada de muito suor, esperança e sucesso. Muito sucesso.

OS SCHEAD

João Demétrio Schead nasceu na Síria no ano de 1868. Casou com Issyna Zene [Scheid], também nascida na Síria, no ano de 1869. Emigraram para o Brasil no ano de 1900, trazendo o filho Demétrio João Schead, nascido na Síria a 10 de janeiro de 1894. Aqui no Brasil o casal se estabeleceu com comércio em Florianópolis e, depois, Araranguá, onde nasceu o segundo filho, Tuffy Schead. Em seguida, João e Issyna vieram para Itajaí onde montaram casa de comércio. Informações orais também indicam que, possivelmente, João tenha instalado uma fábrica de artefatos de couros na rua Felipe Schmitt, se especializando na confecção de malas. O empreendimento familiar mais a frente ganhou o nome de Demétrio & Irmãos, empresa mantenedora da Casa Americana, localizada na rua Hercílio Luz.

Demétrio João Schead atuou com desenvoltura nas comunidades de Itajaí e Blumenau. Foi professor da escola complementar [1915], guarda-livros, comerciante. Mas, o maior reconhecimento obteve ao sagrar-se bicampeão catarinense de xadrez entre os anos 1955 e 1956. Escreveu dois livros de técnicas de xadrez, membro fundador do Centro Itajahyense de Xadrez e diretor do jornal *Sciência*, voltado à

divulgação da prática do xadrez. Casou com a síria Nazira Bechara [Scheid] tendo os filhos Aziz Schead e Jamile Schead. Contraiu segundas núpcias com Dulce dos Santos [Scheid] com quem teve os filhos gêmeos Mahruz Mètre Schead e Nadja Naira Schead.

Tuffy Schead atuou como comerciante. Destacou-se no futebol como jogador e árbitro, e, também remador do Clube Náutico Almirante Barroso [1919]. Atuou no teatro amador de Itajaí. Casou com Almira Cunha [Scheid] tendo os filhos Marien, Gilda, Mario, Meygie. A filha Marien Schead casou com o funcionário de carreira do Banco Inco, Waldemiro Cesário dos Santos, tendo os filhos Sidney Schead dos Santos, Salim, Sérgio, Antonio Carlos, Maria Angela, Sarita. O casal Marien e Waldomiro foram proprietários da Livraria e Papelaria Santos, instalada na Galeria do Edifício Rio do Ouro, na rua Hercílio Luz, patrocinadora e incentivadora das primeiras feiras de livros em Itajaí, promovida pelo Grêmio Estudantil Salesiano Itajai com o nome de FECOLI – Feira Colegial do Livro.

OS FRANCISCO

A família emigrou do Líbano e desembarcou no porto de São Francisco do Sul, migrando para a região de Itajaí na década de 1920, estabelecendo comércio na localidade de Parada, às margens do Rio Piçarras, no distrito de Penha. Neste ponto estratégico para a navegação costeira catarinense, os Francisco mantiveram comércio [varejo e atacado] e até barcos para o transporte de mercadorias entre os portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Florianópolis.

Tudo indica que o sobrenome adotado – Francisco – faça referência direta a esta cidade catarinense. O patriarca H. Jussef Mahul, no Brasil, adotou o nome João José Francisco, enquanto sua esposa Sultane Chehine Mrad Mahul adotou o nome de Sultane Francisco. João e Sultane nasceram na cidade libanesa de Ras-Baalbeck [1828 e 1847] e faleceram em Piçarras [1924 e 1927 respectivamente]. O casal teve os filhos: Miguel João, José João, Abraão João, Badur, Kalef.

Miguel João Francisco casou com sua prima Réia Francisco, tendo os filhos Tuffi, Miguel e Nakle. José João Francisco casou com Maria Ignácia da Silva [Francisco] tendo os filhos Nalzira Maria, Chaffy José, Jorge José, João José, Elias José, Maria. Badur Francisco casou com Miguel Mocharref tendo os filhos Chede Francisco mocharref, Jorge, Mussi. Kalef João Francisco casou com Bilica Francisco tendo os filhos João, José, Neyla, Aula, Elvira, Benta, Sultane. Abraão João Francisco casou em primeiras núpcias com Maria Amélia [Francisco] tendo os filhos João

Abrahão, José Abrahão, Odias Abrahão, Abrahão João e Maria Rita. Em segunda núpcias com Alice Francisco teve as filhas Selma e Aula.

Os irmãos Miguel e Abraão obtiveram largo sucesso no comércio de toda a região. Miguel trabalhava mais nas vendas de atacado, enquanto o irmão Abraão atuava mais no varejo. Descendentes dos Francisco foram proprietários de farmácias em Penha, dos hotéis Imperador [Piçarras] e Marine Plaza [Itajaí]. Em Itajaí o nome mais destacado da família é de Abrahão João Francisco [Filho]. Ele nasceu a 06 de junho de 1932, vindo a falecer em Itajaí a 27 de setembro de 1986, sendo epônimo da avenida aberta aproveitando o antigo leito da estrada de ferro, ligando a BR-101 ao bairro Fazenda, também conhecida popularmente por Contorno Sul. Abrahão foi casado com Marina Eugênia Uriarte [Francisco] tendo os filhos Mauro, Marina, Maria Etelvina, Maurício, Abrahão Júnior, Murilo. Foi advogado atuante, assessor jurídico da Giorama, diretor da Rádio Difusora Itajaí e presidente da Fepevi, embrião da atual Univali [1975-1977]. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Itajaí.

OS FÓES

A família Fóes chegou a Itajaí por ter vínculo de amizade com a família Schead, radicada na região desde o início do século XX. O casal Baddia e Abib Fouez é descendente de famílias francesas radicadas na Síria, tendo os filhos Jaly, Abdon, Genny, Alfredo, Antônio, Orlando e Jorge. Radicada em Florianópolis a família migra para Itajaí por volta de 1915. Diversos membros da família se destacaram na política e no ramo comercial. Empório Fóes Ltda, Jornal do Povo, Rádio Difusora, Casa do Rádio, Power Imports, são algumas das empresas vinculadas diretamente ao nome da família Fóes na região de Itajaí. Na política os destaques ficam para os irmãos Alfredo e Abdon, e seu filho Félix Fóes, merecendo os seguintes verbetes na Itajaipedia.com.br:

ABDON FÓES – Emprista seu nome ao Centro Social Urbano na localidade Fazenda [1994], loteamento de casas populares na localidade Cordeiros, rua no bairro Gravatá -Município de Navegantes. Nasce em Florianópolis a 01 de junho de 1909, filho do casal Abid Augusto Abdalla Foes e Badia Gazeme Foes. Vem residir com a família em Itajahy [1915]. Casa com Lídia Gomes [Fóes] com quem tem os filhos: Felix, Juraci e Lígia. IMPRENSA: inicia no jornalismo auxiliando na redação do jornal A Gazeta Popular de propriedade de José Eugênio Müller, dirige diversos jornais humorísticos de pequeno porte: Bem-te-vi [1924], O Futurista [1926], Tom Pouce [1928], O Caréca [1931]. Fundador e editorialista do Jornal do Povo [1935-1977], sócio da ABI – Associação Brasileira de Imprensa [1944]. Manteve sua coluna no Jornal do Povo com o título ‘Rabiscando aos sábados’ até 04 de abril de 1981. INSTITUIÇÕES: Presidente do Bloco dos XX [1929/1931], Associação dos Empregados no Commercio de Itajahy [1934], Sociedade Guarani [na sua gestão é concluída a obra da sede nova à Rua Hercílio Luz], Clube Náutico Marcílio Dias [1945 / 1951-1952 / 1973-1974], Rotary Club de Itajaí, Associação Esportiva do Vale do Itajaí, Liga Itajaiense de Desportos. Dirigente do Clube Náutico Almirante Barroso [1931], Junta de Conciliação e Julgamento. Contribuição na fundação: Banda Musical Guarani,

Aero Clube de Itajaí, Rotary Club de Itajaí, Corpo de Bombeiros, SIES – embrião da atual Univali – integrante da Comissão de Propaganda [1962], Liga Itajaiense de Desportos. Ocupa os seguintes cargos: chefe escolar, adjunto da Promotoria Pública, inspetor do Departamento de Municipalidades [1940]. COMÉRCIO: inicia a vida profissional como auxiliar de escritório na Companhia de Navegação Costeira. proprietário de fábrica de raspa de mandioca. Agente da Companhia Costeira em Itajaí [1935]. POLÍTICA: dirigente do Partido Liberal Catharinense em Itajahy [1933-1934] e Partido Trabalhista Brasileiro. Vereador [1936-1937, 1955-1959], Prefeito nomeado de Itajahy [1945 / 1946-1947], secretário de Estado do Trabalho no Governo Celso Ramos [1961]. Falece a 29 de abril de 1981 nas dependências do Hospital Santa Inês – Balneário Camboriú. Encontramos seu nome também grafado como Foez e Fouez.

ALFREDO FOES – Nasce em Florianópolis [1913], fixa residência em Itajaí com a família [1916]. Diretor de Expediente e Pessoal da Prefeitura de Itajaí. Casa com Edith Reiser [Fóes] a 25 de janeiro de 1940. Gerente da Caixa Econômica Federal em Itajaí. Prefeito interventor nomeado em Tubarão, Ibirama e Caçador. Proprietário e redator do jornal ‘O Tempo’ [1933], Radio Difusora [1977-1981], redator e diretor do ‘Jornal do Povo’ [1961], diretor da Rádio Santa Catarina - Florianópolis. Proprietário da Casa do Rádio [1959]. Falece em Itajai no dia 29 de abril de 1981.

FELIX ALBINO GOMES FÓES - Nasce em Itajaí, filho do casal Abdon Fóes e Lígia Fóes. Casa com Maria Helena Zwoelfer [Leni]. Procurador autárquico aposentado do INSS, vereador por tres mandatos, quatro vezes presidente da Câmara. Presidente do Bloco dos XX e Conselho Deliberativo da Sociedade Guarani, comodoro do Iate Clube Cabeçudas, presidente do Clube Náutico Marcílio Dias. Empresário da construção civil responsável pela construção do Conjunto Habitacional Abdon Fóes, Lar Brasileiro, Jardim Beira-Rio, terminal Pesqueiro Beira-Rio e, também, do Conjunto Residencial Pousas – Balneário Camboriú. Advogado. Diretor-proprietário e redator/colunista do Jornal do Povo. Tem crônicas publicadas no jornal Folha do Povo [1999].

OS MUSSI

A família Mussi tem como patriarca Nicolau Mussi, nascido no Líbano a 06 de dezembro de 1881, vindo a falecer em Itajaí a 14 de outubro de 1969. Ele casou com Mariana Mattar [Mussi], nascida no Líbano a 10 de outubro de 1888, vindo a falecer em Itajaí a 29 de setembro de 1976. O casal teve os filhos Camilo Nicolau Mussi, Jacob, Lauro, Olga, Odete, Alberto.

A família tem seu nome ligado à inúmeras empresas em Itajaí, como é o caso da Nicolau Mussi & Cia [Rua Felipe Schmitt, 65], Mussi, Seára & Cia Ltda [Rua XV de Novembro], Casa São Pedro [Praça Vidal Ramos, 29], Jacob Mussi Fazendas e Armazinhos [Praça Vidal Ramos, 29], Casa Esmeralda [rua Hercílio Luz, 08], Racitec, APIL – Administração, Participação e Investimentos Ltda.

Entre os nomes da família destacamos:

CAMILO NICOLAU MUSSI – Emprista seu nome ao estádio do Clube Náutico Almirante Barroso [1981-2020]. Nasce a 15 de julho de 1907. Sócio-fundador do Centro de Cultura da Língua Esperanto [1932], presidente do Clube Náutico Almirante Barroso [1959] e Clube Senaquiiano [1950]. Dirigente da Secção de Tennis do Clube Náutico Marcílio Dias [1934].

Adjunto de promotor público da Comarca de Itajaí [1950]. Comerciante, proprietário da Casa Esmeralda e da empresa Camilo Mussi & Cia localizadas na rua Hercilio Luz. Colabora no jornal Correio [1974]. Considerado um dos maiores colecionadores de moedas de Santa Catarina sendo patrono da Associação Catarinense de Numismática e Filatelia. Sócio fundador da FEFINUSC – Federação filatélica e Numismática de Santa Catarina [1969] sendo presidente do Conselho Fiscal [1972-1974], vice-presidente da diretoria [1974-1975 / 1977-1978], presidente da diretoria [1975-1976]. Casado com Andoeta Mussi, o casal tem os filhos: Pedro Nicolau Mussi, Solange Nicolau Mussi. Candidato a deputado estadual pelo PTB [1946]. Falece a 04 de abril de 1985.

JACOB NICOLAU MUSSI – Emprista seu nome a prédio particular na Rua XV de Novembro. Casa com Linda Zattar [Mussi] tendo os filhos Roberto Jacob Nicolau Mussi, Nida Mussi, Olga Mussi Dietrich. Proprietário da loja de fazendas e amarelinhos Jacob Mussi e Casa São Pedro [1949] ambos na Praça Vidal Ramos.

OUTRAS FAMÍLIAS

GUÉRIOS – A família Guérios é originária de Byblos, atual Jbeil, no Líbano. Carlos Alberto Costa Guérios é natural de Porto União, nasceu a 05 de maio de 1948, filho do casal Floriano e Dalva Guérios. Radicou-se em Itajaí no ano de 1985 para responder pelo cargo de gerente da agência local do BESC – Banco do Estado de Santa Catarina. Casado com Lúcia Guérios, tem os filhos Maikon Guérios e Juliana Guérios. Maikon casou com Melina Manfredini tendo os filhos Gabriel e Clara Manfredini Guérios.

DAQUIL – Daquil Jorge e Rosa Dibe emigraram para o Brasil no ano de 1930, passando a residir em Canoinhas, exercendo diversas atividades, notadamente a de sapateiro. O casal teve os filhos: Jorge Daquil, Miriam Daquil, João Bechuet Daquil. O patriarca migra para Itajaí por volta de 1938 em companhia do filho mais velho – Jorge – que contrai núpcias com Eli Rebelo, natural de Navegantes, tendo a filha Margarethe Daquil. Ele contrai segundas núpcias com Benta Nila Cunha, com quem tem os filhos: Claudemar, Bernadete, Elizete, Joel, Jorge Filho, Marcos Rogério. Jorge Daquil foi sapateiro e trabalhou no Cine Scala de Itajaí. Já idoso mantinha loja de conserto de eletrodomésticos.

ADAIME – A família Adaime tem em Elias Adaime seu representante na cidade de Itajaí. Como político ganhou destaque ao ser escolhido o deputado mais atuante no Congresso Nacional [1956]. Como jornalista ganhou destaque nacional ao ter o seu pequeno jornal, O Correio, censurado durante a Ditadura da Arena, fato que mereceu matéria de duas páginas na revista Veja. A Enciclopédia Digital Itajaiense – Itajaípedia - mantém o seguinte verbete sobre o empresário e político:

ELIAS ADAIME – Emprsta seu nome à escola da rede municipal de Ensino na localidade Cidade Nova. Nasce em São Francisco do Sul a 29 de janeiro de 1923. Filho do casal Elias Brick Adaime e Domingas Perotto Adaime. Engraxa sapatos na Rua XV de Novembro em Curitiba. Bilheteiro de cinema no Rio de Janeiro. Casa com Maria Nadir Nothem [Adaime]. Eleito deputado federal [1954 / 1958 / 1962]. Filiado ao PTB e MDB/PMDB. Assistente técnico da presidência do IAPI e assessor particular do presidente Getúlio Vargas para assuntos da Previdência Social. Assessor de João Goulart no Ministério do Trabalho, Viação e Obras Públicas. Fundador e primeiro presidente do Clube Sirio Libanês de Brasília, fundador do Jockey Club de Brasília. Assessor do Ministério da Agricultura Osvaldo Lima Filho; presidente da Comissão Nacional do Congresso de Previdência Social. Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina. Presidente do Sindicato das Empresas Imobiliárias de Santa Catarina; presidente da Codema. Assessor do prefeito Arnaldo Schmitt Júnior. Colaborador de diversos jornais de Itajaí e proprietário/redator do jornal Correio [1975]. Loteador de terras na localidade Ressacada. Fundador do Sistema Cooperativo Integrado de Farmácias conhecido em Itajaí como Farmácia Popular. Falece em Itajaí a 06 de março de 1983.

ZATTAR – O casal José Miguel Zattar e Irma Musse Zattar é natural de Kafarach, Líbano. José e Irma migraram para o Brasil vindo a se estabelecer em São Francisco do Sul e, depois, Joinville. Parte da Família migrou, em 1953, para Itajaí. O casal teve os filhos: Zéia Miguel Zattar, Soda Miguel, Jorge, Abílio, Alfredo, Mileta, Ana. Zéia Miguel Zattar contraiu núpcias com Rosa Barbosa [Berbere] tendo os filhos: Hibe, samir, Miguel, Vilmo, Jamir, Karim e Créia. A família tem seu nome vinculado à diversas empresas comerciais de Itajaí como é o caso da Casa Zattar – Hibe Zattar & Irmão [Rua Hercilio Luz, 66 – Edifício Dona Dora]. Hibe Zattar foi sócio-fundador do Itamirim Clube de Campo. Samir Zattar foi tesoureiro da CDL – Câmara de Diretores Lojistas de Itajaí, dirigente do Clube Náutico Almirante Barroso por quase duas décadas, respondendo como presidente do Conselho Deliberativo por dez anos.

MATTAR ZATTAR – Zattar Antonio Zattar e Nagiba Mattar Zattar emigraram do Líbano para Paranágua, depois sucessivamente para Joinville e São João do Itaperiu. Já viúva, Nagiba migrou para Itajaí, em 1969, em companhia dos três filhos [Santa, Badra, Caltrun] e seu irmão Antônio - proprietário de açougue na rua Heitor Liberato. Antonio Mattar Zattar casou com Nilza Demétrio tendo a filha Nagiba Demétrio Zattar; Santa Mattar Zattar casou com Nemésio Donato Simas tendo as filhas Giovana Mattar Zattar Simas e Adriana Mattar Zattar; Bradra Mattar Zattar casou com Manoel Lemos de Souza tendo os filhos Angelina, Edelene e Zelir.

SARUBBI – Francisco Antonio Sarubbi Neto trabalhou na delegacia regional da Polícia Federal. Numismata, colecionador de grande destaque. Casado com a professora da Univali Ivone Moraes Sarubbi.

NAHAS – Tuffi Nahas e Adelia Amiúde Nahas emigraram para o Brasil firmando residência no Município de Itajaí onde nasceu a filha Badia Nahas a 20 de

agosto de 1919. Adelia se aposentou como servente da Prefeitura Municipal de Itajaí no ano de 1940. Badia casou com José de Faria passando a assinar o nome Badia Nahas de Faria, residindo na localidade Pedra de Amolar. O casal teve os filhos: Evilásio José de Farias, Ernando Silvio de Faria, Evaldo Eres de Faria, Edson Erna de Farias. A partir de 1942 Badia exerceu as atividades de professora na rede municipal de ensino, comunidades Pedra de Amolar e Porto Escalvados, ao se aposentar montou comércio de secos e molhados anexo à sua residência. Faleceu no ano de 1986, sendo que desde 1987 é epônimo de escola que integra a rede municipal de ensino do Município de Navegantes.

MATTE – Maria Emilia Matte nasceu a 04 de abril de 1880 e faleceu a 8 de novembro de 1952. Miguel Matte tem seu nome relacionado à obra de implantação do sistema de água de Itajaí e Balneário Camboriú.

SIMÃO – O patriarca Felipe Joaquim Simão nasceu no Líbano a 14 de junho de 1879 e faleceu em Itajaí no dia 24 de junho de 1919. Casou com Maria Mafra Simão, conhecida popularmente como Belica Simão. O casal teve os filhos: Ibrahim Felipe Simão, Afonso Felipe Simão, Salomão Felipe Simão. Felipe ficou radicado por uns tempos em Penha, vindo para Itajaí quando adquiriu a casa comercial de Antonio Fontes estabelecida na Rua Pedro Ferreira. Depois, instalou a Casa Simão na sala 17 do Edifício Olímpio na Praça Vidal Ramos.

BUATIM – Abrão buatim nasceu a 18 de fevereiro de 1888 e faleceu a 12 de dezembro de 1919; Jamil Buatim nasceu a 14 de maio de 1914 e faleceu a 23 de novembro de 1941; Anastácia P Buatim nasceu a 15 de maio de 1894 e faleceu a 28 de junho de 1964; Ivone Buatim nasceu a 21 de setembro de 1925 e faleceu a 21 de março de 1991.

CAIRE – Foi taxista na Rodoviária de Itajaí, diretor do Clube Fiúza Lima, presidente do Clube 25 de Julho e sindicalista. Jorge Salim Caire faleceu em Itajaí no ano de 1999.

RISKALLA – Nelson Riskalla casou com Guilmar Riskalla tendo os filhos: Nelson Riskalla Filho, Jorge Luiz Riskalla e Lorena Riskalla. Nelson nasceu em Curitiba no ano de 1926 e faleceu em Itajaí no ano de 1990. Engenheiro civil, atuou como perito no Fórum da Comarca, e, como chefe do Departamento de Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Itajaí.

FADEL – O patriarca Jamil Fadel possui estabelecimento comercial no distrito de Ilhota na década de 1950. Era pai de Jorge, Luiz Antônio e Ivan Fadel.

KAIR – Walmor Antônio Kair era proprietário de estabelecimento comercial no distrito de Penha, sendo eleito vereador na primeira legislatura da Câmara local quando o distrito se emancipou de Itajaí.

BAROUKI – Edmond Georges Haddad Barouki, falece aos 72 anos na cidade de Itajaí. Comerciante, filho do casal Georges Haddad Barouki e Mountaha Haddad Barouki.

SAAD – Samir Abdalla Saad casou com Odete Mussi. Samir era filho de Ferid Abdalla Saad e Naquiak Fyad Saad. Odete era filha de Nicolau Mussi e Mariana Mussi. Samir era natural de Igarapava - São Paulo e seus pais emigraram de Kafar Akka, Líbano.

NASSIF – Rogério Nassif Ribas foi funcionário de carreira da Celesc, Procurador-Geral do Município de Itajaí e vereador eleito pelo Partido Progressista. Nasceu no município de Campo Tenente, Paraná.

AWADA – O casal Mahamad Kassim Awada e Zahie El Chian Awada emigraram do Líbano no ano de 1950, morando em São Paulo, e, Pato Branco e Foz do Iguaçu – Paraná. O casal teve os filhos Khaled El Chian Awada e Adri El Chian Awada ainda no Líbano, e, no Brasil, os filhos Fahine, Said, Soraia. A família está vinculada a comércio de móveis usados na rua Indaial e no estabelecimento Bibis Chawarma – fast food árabe – na avenida Joca Brandão com Rua Uruguai.

ZAHAR – Ali Zahar migrou, em 1976, de Campo Grande, Mato Grosso, para Itajaí. Casado com Arline Pinhatti Zahar teve o filho Hainar Zahar. Morava na rua Samuel Heusi e trabalhou nas empresas Sotelpa e Comard.

SAID – Carlos Said foi proprietário de marcenaria e carpintaria em Itajaí na década de 1930.

SAYED – Nazha Teixeira Sayed tem seu nome relacionado no livro ‘Quem escreve em Itajaí’.

CHEREM – Família numerosa com destacada participação em Tijucas, Camboriú e Balneário Camboriú. O jornal Novidades publica, em outubro de 1907, um anúncio onde Felipe Cherem pretende vender seu estabelecimento comercial em Camboriú para seguir viagem à Europa. João Cherem e Jorge Cherem são relacionados entre os acionistas da agência de Itajaí do Banco Nacional do Comércio S.A.

MANSUR - Said Mansur José foi um grande comerciante de pescados entre Ganchos e Itajaí no ano de 1907.

SEIF – Jorge Seif é empresário da pesca radicado em Itajaí desde 1997, oriundo do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES:

1 – Via de regra os nomes próprios masculinos finalizam em consoante, enquanto os nomes próprios femininos finalizam em vogal: Farid / Faride, Samir / Samira, Bady / Badia, Neif / Neife, Tamin / Tamira, Kaled /Kalede, Sultan / Sultane, Aziz / Azize, Nagib / Nagibe, Jamar / Jamara.

2 – Os nomes de origem sírio-libanesa apresentam diversas variantes em todo o território brasileiro, com ‘aportuguesamento’ total ou parcial: Mussi – Musse – Muci – Mucci – Mussy – Mugy; Guérios – Gários, Heríos; Atanur – Athanázio.

BASE DE CONSULTA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA HISTÓRICA – Fundação Genésio Miranda Lins. Hemeroteca.

FLORIANO, Magru. Hemeroteca e Biblioteca.

GUÉRIOS, Carlos. Acervo particular. Anotações.

MEIBY, Murilo. Os libaneses. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA, Cláudio Bersi de. Piçarras de todos os tempos. A história e sua gente. Penha: ed. aut, 2000.

ITAJAIPEDIA – disponível em Itajaipedia.com.br; acessada em 20 de dezembro de 2021.

ENTREVISTA com Giovana Mattar Zattar Simas a 20 de maio de 2010.

ENTREVISTA com Khaled Mohamed Awada a 13 de abril de 2017.

Observações:

1 - Texto publicado no Anuário de Itajaí para o ano de 2021 – páginas 133 a 153.

2 – Texto modificado em 13 de agosto de 2023.



VERBA VOLANT SCRIPTA MANENT

EX LIBRIS BIBLIOTECA MAGRU FLORIANO